

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 107.º



COIMBRA

1946

# INSTITUTO DE COIMBRA

## DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO . . . . .	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . . .	<i>Presid. da 1.<sup>a</sup> classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . . .	» » 2. <sup>a</sup> »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA . . . .	» » 3. <sup>a</sup> »

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO (E. I. C. B.) — ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (U. C. D. I. G.), *Presidente* — ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA (U. P.) — ANTÓNIO BAIÃO (D. A. N. T. T.), ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL (A. U. C.), *Secretário Geral* — Coronel BELISÁRIO PIMENTA — Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO — DIOGO PACHECO DE AMORIM (U. C.) — DOMINGOS FÉZAS VITAL (U. L.) — ELÍSIO DE MOURA (U. C.) — JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA (U. C.) — JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS (U. C.) — JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO (U. L.) — JOSÉ PINTO LOUREIRO (E. I. C. B., D. B. M. C.).

## DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

## REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento) — Coimbra

# O INSTITUTO

---

VOLUME 107.<sup>o</sup>

OPORTUNIDADE

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 107.º



COIMBRA  
1946

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

### *Presidente*

Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, da U. C., D. I. G.

### *Secretário Geral*

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, do A. U. C.

### *Vogais*

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO, da E. I. C. B.  
Prof. ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA, da U. P.  
ANTÓNIO BAIÃO. D. A. N. T. T.  
Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO.  
Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM, da U. C.  
Prof. DOMINGOS FÉZAS VITAL, da U. L.  
Prof. ELÍSIO DE MOURA, da U. C.  
Prof. JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA, da U. C.  
Prof. JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS, da U. C.  
Prof. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO, da U. L.  
JOSÉ PINTO LOUREIRO, da E. I. C. B., D. B. M. C.

---

### REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

# A SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA

## 1.ª CONFERÊNCIA <sup>1</sup>

EX.<sup>MO</sup> SENHOR DOUTOR ANSELMO FERRAZ  
DE CARVALHO — MUITO DIGNO PRE-  
SIDENTE DA DIRECÇÃO DO «INSTITUTO  
DE COIMBRA»

MINHAS SENHORAS  
MEUS SENHORES

Não é por pruridos de originalidade, e muito menos de inconformismo com praxes de cortesia, que me afasto, ainda que por instantes, do uso consagrado, em preâmbulos de conferências, de começar por cumprimentos à presidência, agradecimentos pela apresentação e saudações à assistência.

Faço-o pelo desejo, ou melhor, pelo dever de focar em primeiro plano este quadro reconfortante de patriotismo que é o movimento cultural que aqui nos reúne e em boa hora foi lançado pelo *Instituto de Coimbra* — a secular agremiação que vive a par da nossa primeira Universidade e justamente partilha das suas brilhantes tradições — movimento que o esforço de V. Ex.<sup>as</sup> vivifica para o tornar o centro irradiante de uma verdadeira mentalidade colonial.

---

<sup>1</sup> Realizada no Museu de Mineralogia da Universidade de Coimbra, em 9 de Novembro de 1945.

\*

Não poderia esta cruzada ter mais digno berço, nem florescer sob melhores auspícios do que os que se lhe oferecem nesta vetusta cidade de Coimbra, centro de estudos, por excelência, e de alta cultura, reduto consagrado da ciência, no País, e fonte perene dos seus maiores valores — dos mestres que fazem da cátedra sacerdócio, na formação mental da juventude que há-de vir a ser o escol intelectual da Nação; dessa mesma juventude, os novos que por Coimbra passam, perfume espiritual de inteligências e vocações que desabrocham, a fina flor da mocidade portuguesa que forma esta inconfundível academia, com as suas tradições de lenda e de romance, a típica espiritualidade de suas mofas e gracejos, dos amores e dos descantes, da audaciosa desenvoltura e alegria de viver que lhes imprime carácter e, um a um, lhes tempera a alma e firma a própria personalidade — gerações de estudantes, radiações de esperanças, homens de amanhã: mestres e filósofos; artistas e poetas; homens de foro; homens de letras e de ciência; políticos e dirigentes; e, acima de tudo, os grandes obreiros, que é forçoso que sejam, do esplendor e da grandeza do maior tesouro da Nação — o seu Império de Além Mar.

\*

Por mais estranho e paradoxal que pareça, a verdade é que, a despeito de cinco séculos de vida marítima e colonial, entre rasgos de audácia que vão dos descobrimentos com que abrimos o caminho dos continentes e de novas terras pelas mais recônditas paragens do globo até o heroísmo das acções militares e da ocupação em que se firmou o maior império de que reza a história da humanidade; a despeito dos prodígios de colonização que fizeram um Brasil; da arte política e da ciência administrativa, ainda



hoje clássicas, de um Albuquerque nas Índias; a despeito dos dons de assimilação que nenhum outro povo colonizador soube exceder, nem mesmo igualar; das maravilhas da expansão portuguesa no mundo à custa do esforço de milhares de heróis ignorados que tantas vezes, pelo sertão, levaram o estoicismo ao sacrifício da própria vida; a despeito do manancial de riquezas e fontes de prosperidade que as terras do Ultramar constituem e do tesouro dos problemas espirituais que em tantos domínios da ciência elas nos oferecem — estamos muito longe, ainda, de interessar a fundo o País e de o familiarizar com os complexos aspectos das questões coloniais.

\*

É já lugar comum a velha frase de que «o futuro de Portugal está nas Colónias».

Dir-se-ia, mesmo, de velha que é, que está gasta e que, por banal, quase perdeu o seu significado.

Mas, nem por isso ela deixa de traduzir uma eloquente verdade.

É que às Colónias estão ligados os destinos da nacionalidade — a razão suprema da sua continuidade e finalidade históricas.

Nesta hora sombria que a Humanidade vive, de inquietações e de incertezas, maiores, talvez, para os povos que o Destino mais poupou e não sofreram, ainda, toda a dureza dos cataclismos que varrem o mundo — hora sombria, sim, mas de que o rebate há muito *deveria* ter soado para despertar os homens responsáveis — não podemos nós, portugueses, ainda hoje detentores de vasto Império, e sobre quem pesa a responsabilidade de uma obra colonizadora e de civilização a que a posse desse mesmo Império obriga, deter-nos, como fidalgo antigo que contempla pergaminhos, sobre as glórias do passado.

Hoje, mais do que nunca, não é sobre direitos históricos, aliás abalados pelos princípios do moderno direito

internacional, que teremos de assentar a integridade do nosso património Ultramarino.

É na moral do próprio esforço e capacidade colonizadora que deve firmar-se a razão suprema dos nossos direitos — na obra que até agora se levou a efeito e naquela que, imensamente maior, há que realizar — para tanto, urgindo o judicioso aproveitamento dos recursos materiais do País e a honesta aglutinação dos valores morais que terão de constituir a base de uma forte mentalidade colonial.

Não é com lugares comuns de propaganda amorfa, nem pela exaltação de mediocridades, nem por política fácil de cartaz, delirando sobre grandezas ou pintando fantasias — não é pela inércia, nem por falso sentido das proporções, que poderemos subir o longo caminho que se nos depara — mas, sim, pela análise *séria* dos grandes problemas, por uma crítica *honrada* e construtiva, de que resaltem os erros e os meios de os corrigir e que apresente a toda a luz as soluções mais adequadas e convenientes.

Só assim será possível fazer surgir no País o dinamismo capaz de combater a indiferença com que tantas vezes se encaram os problemas coloniais, e de gravar no coração dos portugueses a imagem da verdadeira continuidade que as Colónias formam com a Mãe Pátria e da comunidade de interesses que comandam os seus destinos.

\*

Este é o significado e a projecção do pensamento que aqui nos junta e a que, em primeiro lugar, quis dar relevo, para por ele dirigir à ilustre Direcção do *Instituto de Coimbra* e a V. Ex.<sup>as</sup> que abraçam a sua nobilitante iniciativa, as minhas vivas felicitações.

Só não felicito V. Ex.<sup>as</sup> pela objectivação da ideia, no que pessoalmente me respeita e de momento se traduz pela escolha do nome, mais do que modesto, que é o meu, para iniciar neste ano cultural o ciclo de conferências em que o *Instituto* está empenhado.

Procurarei diluir as próprias deficiências na boa vontade e no desejo de corresponder à honra do convite que devo à extrema gentileza da ilustre Direcção do *Instituto* para vir hoje aqui falar de Angola a V. Ex.<sup>as</sup> — gentileza a que o seu muito digno Presidente Senhor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, Professor eminente e sábio cuja reputação ultrapassa as fronteiras com alta projecção no mundo da ciência e grande lustre para Portugal, acaba de acrescentar a generosidade de imerecidas expressões com que quis distinguir-me e que muito reconhecidamente a S. Ex.<sup>a</sup> agradeço.

E a todos V. Ex.<sup>as</sup>, pela obsequiosa atenção da sua assistência apresento, também, os meus cumprimentos.

\*

Devo desde já a V. Ex.<sup>as</sup> a prévia advertência de que, sobre a «*evolução da economia de Angola*» — tema que escolhi para esta palestra, pois de conferência o nome não ousaria dar-lhe — não me proponho navegar em mar de rosas, com hossanas exaltantes de louvores que desvirtuem o sentido real das coisas.

Tão pouco com derrotismos que de qualquer modo pudessem traduzir depreciação das páginas de beleza que contamos na colonização da maior e mais prometedora e mais genuinamente portuguesa das nossas Províncias do Ultramar.

Procurarei fazer das minhas palavras espelho fiel da verdade na análise dos factos que respeitam ao passado e ao presente de Angola e daquilo que, desapaixonadamente, se me afigura como previsão do seu futuro.

\*

São as Colónias largo campo de acção e possibilidades que demandam esforço, tenacidade e sacrifícios. Mas, em contrapartida, se bem orientada a sua administração, oferecem, também, as mais largas seduções de ordem material e

espiritual, pelo vastíssimo campo de actividade e de iniciativas que criam e pela complexidade dos problemas apaixonantes que apresentam.

E temos, sem dúvida, por mais meritória e mais util a propaganda com rigorosa base na verdade, mesmo no que ela tenha de escarpante de erros e processos a corrigir, do que a propaganda entoante de hinos ou de exageros sobre miragens e fantasias. As Colónias exigem, de governantes e governados, uma sã política de verdade.

E é da verdade sobre Angola que a V. Ex.<sup>as</sup> vou falar.

\*

Quem acompanha a vida económica de Angola, de há três ou quatro séculos atrás — as crises angustiantes que periodicamente a têm assoberbado e as passageiras fases de desafogo experimentadas — verifica, ante a grandeza das suas riquezas naturais, os frageis alicerces em que assenta a estrutura da sua economia.

Angola tem vivido sempre em estado de crise.

Não negamos que o fenómeno traduza, dentro de certos limites, uma das características dos países em formação e que a essa circunstância deva atribuir-se, em parte, a crise latente da Colónia — mas, o certo é que, perante erros e imprevidências tantas vezes cometidos, temos de concluir que as crises de Angola têm sido, sobre tudo, crises de administração.

Mais, ainda — que, para as debelar, maior se tem mostrado o esforço dos Colonos, ainda que disperso e incontroado, e, por isso, longe da desejada eficiência, do que verdadeiramente a acção do Estado.

Desastres previsíveis nem sempre se têm evitado.

Surpreendidos por calamitosos efeitos de crises, para que não soubemos ou não cuidamos a tempo de preparar-nos, actua-se, em regra, precipitada e desordenadamente, sem possível remédio para destroços que poderiam evitar-se.

As fases de bom senso, de rasgadas iniciativas e de esclarecida orientação, quando surgem, depressa se esquecem — e delas não resultam, as mais das vezes, senão motivos de novos desalentos.

São exemplos de todos os dias, que a Colónia dolorosamente sente, no desejo de que bem a compreendam e na ânsia de ser bem governada.

Ladeiam-se as questões, foge-se a elas, protelam-se, deixam até de considerar-se.

E este alheamento dos grandes e pequenos problemas, por parte de quem teria por dever enfrenta-los, senti-los e vive-los, é muitas vezes, senão sempre, pior do que os próprios erros que na solução das questões pudessem eventualmente cometer-se.

\*

Não nos alongaremos sobre a análise da situação da Colónia, como *mina do ouro negro*, nos tempos recuados da escravatura, de plena florescência nos séculos XVI, XVII, XVIII e na primeira metade do século passado.

Datam de então os nossos primeiros erros.

Sob o princípio, ao tempo corrente, de concepção puramente mercantil, de se considerarem, as Colónias simples fontes de interesses das Metrôpoles, Angola foi, durante séculos, para Portugal, o exemplo típico das *Colónias de exploração*.

Simplesmente, o objecto dos lucros da Metrôpole, a riqueza que ela se propôs explorar, limitou-se ao repugnante negócio da escravatura.

Não pretendemos, ao abordar o assunto, verberar, com intuitos de desdouro para os portugueses de então, a prática dos processos a que nessa longa fase nos votamos.

Os homens e os acontecimentos têm de ser julgados à face dos conceitos morais da época em que viveram.

E o que hoje choca a nossa sensibilidade e sentimentos, no que tem de aviltante a escravização de seres humanos

e seu mercadejar, era naquela quadra princípio corrente de direito e de moral sobre os povos de inferior civilização.

Não é, por isso, a escravatura, pela escravatura, que nos leva a reparos sobre este ciclo da nossa história colonial, mas o erro económico e de administração que, por meio dela, se cometeu.

Embora o caso dos escravos de Angola se apresente, ainda, sob vários aspectos, nebuloso, e seja de presumir que, pelos negreiros da época, se deu vazão, através dos nossos portos, a escravos de outras regiões, como a África Equatorial Francesa, o certo é que alimentamos à farta, com verdadeiros caudais de massa humana de que bárbaramente se desfalcou a população de Angola, as terras do Brasil e do próprio Portugal.

Segundo opiniões autorizadas, só na primeira metade do século XIX, deve ter sido furtada à população da Colónia — à sua maior e mais preciosa riqueza — a espantosa cifra de 5 milhões de escravos.

Este foi o grande erro da nossa administração.

O desgaste na gente de Angola, dada em holocausto à prosperidade do Brasil foi tão grande, que ela lhe sofre, ainda hoje, as duras consequências — tão diminuta é a população nativa de que dispõe.

Dessas consequências não quisemos a tempo aperceber-nos.

Nadava-se em dinheiro.

E, à sombra da perniciosa actividade, fácil corria a vida económica de Angola — do negócio auferindo o Estado a maior parte das suas receitas.

Mas, essa riqueza era apenas aparente, pois a Colónia encaminhava-se para a ruína, pelo depauperamento provocado na sua massa populacional e, ainda, pelo estado de crise que havia de desencadear-se no momento em que o consenso mundial viesse pôr termo ao infamante comércio de seres humanos reduzidos a simples mercadoria — comércio que, não é demais repetir, não só nós, mas todos os outros países exerciam.

Esse momento chegou.

Em meados do século passado, era abolida a escravatura.

São as próprias potências coloniais quem assume o encargo da repressão. E Angola entra logo na sua primeira grande crise.

Vivia-se, ainda, em pleno domínio do conceito político das *Colónias de exploração*.

Dentro dele, os territórios do Ultramar sofriam, de modo geral, restrições industriais e monopólios de vária ordem que conduziam à exploração nem sempre legítima das suas riquezas.

As Colónias tornavam-se, assim, mercados obrigatórios para a indústria e produção das Metrópoles, que se arvoravam no exclusivo direito de as fornecer sem nenhuma espécie de competição, do mesmo modo que chamavam a si todo o comércio de exportação dos produtos coloniais.

Este conceito, por injustificado e contrário à comunhão de interesses económicos e espirituais que as Colónias com as Metrópoles constituem, há muito que está posto de parte, se bem que ainda hoje pareça que, por atavismo ou por razões que não são de certo defensáveis, certos espíritos o pretendam de algum modo reavivar.

Seja como for, a verdade é que, há uma centena de anos atrás, era o exclusivismo de interesses das Metrópoles sobre as terras do Ultramar ideia corrente em matéria de administração — e nela se integrou, ao tempo, a nossa política colonial.

Que o conceito perdurou com marcante predomínio até fins do século passado — é um facto.

E que dele fluem, ainda hoje, vestígios na nossa política colonial — não é menos verdade.

Assim é que, sob a sua influência, descuramos grandemente o apetrechamento económico das Colónias, esquecendo-nos até de que, em boa verdade, para colher, indispensável se torna semear.

Naquele tempo, a exploração, por cómoda e segura, não nos fez pensar na necessidade de desbravar Angola, de a fomentar e povoar, quanto mais não fosse, por deveres de colonização.

O objectivo cingia-se aos lucros da escravatura — e a tarefa, de facto, não era incómoda nem difícil.

Abolido o negócio de escravos e atingidos pela crise, como natural consequência das condições criadas, nem por isso acordamos para novos rumos.

Tão fortemente nos tínhamos ligado ao princípio das *Colónias de exploração* que, durante longas décadas, se olharam como cancos os *déficits* orçamentais do Ultramar — sem se reconhecer que esses *déficits* eram o tributo devido a territórios em formação e deviam encarar-se como verdadeiras despesas de soberania, muito aquém das necessidades reais, infelizmente.

Ainda dentro do velho conceito das «*Colónias de exploração*» demasiado usamos de pautas proteccionistas dos produtos metropolitanos ou de direitos preferenciais, no sentido de se favorecerem algumas das nossas indústrias, por vezes até parasitárias, em manifesto prejuízo da economia colonial.

Assim se procedeu, em plena crise, logo após a escravatura, com as pautas de 1853.

E nunca até hoje, com maior ou menor gravame, deixamos de usar e até de abusar do processo — levado ao extremo de se dificultarem ou proibirem certas indústrias nas Colónias, contra definidas e claras vantagens de natureza económica, sob o pretexto da protecção que devemos às indústrias congéneres da Mãe Pátria.

Errada visão é esta dos interesses de conjunto ou do conceito que a unidade imperial comporta e até define.

\*

Nos tempos em que se deu fim ao tráfico dos escravos, Angola era ainda uma expressão de vago significado territorial, de fronteiras mal definidas e precariamente



ocupada — matagal imenso, onde nada se havia feito para atrair o Colono e o prender à terra.

A ocupação restringia-se a certos pontos do litoral, em número bem reduzido, e esses mesmos nem sempre seguros — ao interior não se abalçando senão o heroísmo de raros missionários e a ambição arriscada dos negreiros do tempo.

Sem preparação para o exercício de novas actividades, sem vislumbre, sequer, de organização económica, sem agricultura e sem indústria, sem nenhuma espécie de segurança individual nem meios de comunicação, a Colónia caiu em fase hesitante e arriscada de trabalho.

E os que por lá ficaram, como os que nela vieram depois a fixar-se, quase exclusivamente se dedicaram ao comércio de permuta com o indígena do mais próximo interior.

Este é o *período da penetração e ocupação*, em que o espírito de aventura e a abnegação dos Colonos atingem as raias do heroísmo, em luta ingente pela vida, enfrentando as consequências de uma crise que a imprevidência administrativa, durante séculos e sob falsos conceitos de colonização, havia provocado.

Angola opera então verdadeiros prodígios, mercê do seu próprio esforço e à custa dos sacrifícios dos Colonos que nem sempre têm sido apreciados com a justiça e relevo que merecem.

A penetração aumenta e progride animada de reconfortante espírito de bravura e perseverança, em obra grandiosa de ocupação pacífica, a miude precursora da ocupação militar.

A ocupação comercial de Angola, nas páginas emocionantes que nos oferece — de aventura, de romance e de rasgos de audácia — assume foros magníficos de epopeia.

Com ela se criaram núcleos prometedores de população e feitorias comerciais pelo interior.

Desbravaram-se terras, iniciaram-se explorações agrícolas, multiplicaram-se iniciativas — pela acção quase exclusiva dos Colonos.

E em menos de 40 anos, depois de abolida a escravidão, a Colónia, entregue a si própria, opera o milagre de uma balança comercial com saldo em 1867.

Ela apresenta-se-nos em toda esta quadra com a característica definida de *Colónia feitoria*, constituindo o comércio de permuta com o indígena base fundamental da sua organização.

Fraca era, sem dúvida, a estrutura dessa organização — mas, para tanto, se se atender a que nada se havia feito com que prender o Colono à terra e com ele criar e fomentar a riqueza agrícola, há que reconhecer que hercúleo foi o esforço dispendido, contra mil embaraços e perigos: — a falta de ocupação e consequente falta de segurança de vidas e haveres; as inclemências do clima; o espectro das epidemias; a rebeldia e revoltas do gentio; falta de capitais, de crédito e comunicações e ainda a desordem administrativa e financeira em que se vivia.

Só em 1886 se iniciaram as operações de crédito bancário com a instalação da sucursal do Banco Nacional Ultramarino em Angola.

\*

Mal refeita da fase angustiante por que passara, a Colónia entra de novo em crise por volta de 1870 — e esta prolonga-se até 1876 ou 1877.

À exiguidade de meios e instabilidade de condições que se ofereciam à actividade dos Colonos — causa latente de todas as crises — há que acrescentar a influência que teve nas condições do trabalho indígena a abolição dos estados de escravo e de liberto, dificultando o angariamento da mão de obra para as incipientes iniciativas das poucas explorações agrícolas então existentes e também os transportes do interior.

As epidemias que assolaram a Colónia, as secas durante anos sucessivos e as sublevações do gentio, particularmente

a dos Dombos, são outros tantos factores a pesarem como calamidades sobre a fragil estrutura da sua economia.

A balança comercial torna-se francamente deficitária.

Atribuir esta crise, como outras que se lhe seguiram, ao espírito perdulário dos Colonos, com fundamento no desequilíbrio da balança comercial patenteado por excessos dos valores das importações sobre os das exportações, não seria justo nem é legítimo.

Não foram os pretendidos vícios ou espírito perdulário dos Colonos a origem, ou factor sequer, daquelas crises — pelo contrário, mais do que sóbria foi e continua a ser a existência da generalidade dos que por lá se fixaram, privando-se do conforto imposto pelas exigências do clima e natureza do meio, com nível de vida imensamente inferior ao dos outros povos coloniais.

A injustiça não é menor quando se invocam abusos de crédito como determinante das crises da Colónia.

Foi exactamente a falta desse crédito, no montante necessário e nos momentos apropriados, que fortemente contribuiu para as fases angustiantes por que ela tem passado.

Ainda hoje assim é, infelizmente.

O problema do crédito tem sido mais do que precariamente conduzido — a bem dizer descuidado, particularmente o crédito agrícola a longo prazo, no montante exigido pelo gradual desenvolvimento da Colónia e pelo util aproveitamento da actividade dos que ali trabalham.

Neste sector, têm-se cometido verdadeiras barbaridades — sufocado muitas iniciativas, esterilizado e arruinado muito esforço, sob errada visão dos interesses da Colónia e do Estado.

Teria sido sobre uma forte organização de crédito que há muito devíamos ter firmado o fomento e desenvolvimento agrícola de Angola — e esse crédito, ainda hoje, praticamente não existe.

Mas demos como verdade que abusos de crédito tenha havido e que os pressupostos vícios ou espírito perdulário dos Colonos sejam um facto.

Nem por isso se lhes poderia imputar a responsabilidade das crises.

*That would be immaterial*, como diria a bonhomia inglesa.

Atribuir à grande massa anónima a responsabilidade dos fenómenos sociais ou económicos que dentro dela tenham ocorrido, não parece que possa revestir concreto significado — pelo contrário, é entrar demasiado no abstracto.

Fenómenos desta natureza comandam-se, orientam-se e dirigem-se.

Provocam-se ou evitam-se.

Para tanto é que os povos se governam — com os poderes e faculdades de que os Governos dispõem.

E, por eles, são os Governos responsáveis.

\*

O curto período que depois se desenrola, até 1881, foi de relativo desafogo, como foi, mais acentuado, ainda, o que se lhe seguiu até 1890, embora durante todo ele a balança comercial continuasse deficitária. O Estado fez, então, os seus primeiros passos no caminho do fomento e ocupação da Colónia.

Dois grandes acontecimentos dominam este período, com traços de indelevel projecção no futuro de Angola.

Por um lado, o Acto de Berlim, de 1885, faz sobrepor aos direitos históricos de soberania, derivados das descobertas, os que resultam da ocupação real e efectiva dos domínios do Ultramar.

Por via dele, entramos francamente na submissão dos povos do interior, desbravando o sertão e oferecendo ao Colono novos meios de trabalho. É o *período aureo da ocupação* que se prolonga até princípios do século actual.

Por outro lado, as velhas fórmulas das *Colónias feitas e de exploração* perderam seus foros de predomínio na

política colonial, para se entrar em fase decidida de fomento do Ultramar, facilitado, aliás, pelos progressos da própria ocupação e pelos novos horizontes de actividade que ela nos abria.

O Estado inicia, por essa época, importantes realizações no sentido do apetrechamento económico da Colónia — caminhos de ferro, pontes e estradas.

É o primeiro lampejo de boa orientação e de acertada política do Estado — que os Colonos alvoroçadamente abraçaram, dando-lhe o contributo do seu esforço individual e colectivo. E o *déficit* comercial do decénio que vai de 1888 a 1890, no valor aproximado de 5000 contos ouro, não pode, de nenhum modo, considerar-se sinal de desequilíbrio económico.

Pelo contrário, deriva da aquisição de materiais do Estado e dos particulares para o apetrechamento da Colónia — verdadeira aplicação de capitais em despesas de primeiro estabelecimento e de rendimento a longo prazo — e de tal monta que, três anos depois, em 1893, as exportações, sempre em ritmo crescente, atingem perto de 4000 contos e, em 1899, cerca de 8000.

O saldo que a balança comercial acusa no período a seguir decorrido, até 1900, traduz, sem dúvida, desafogo que deve considerar-se o fruto do esforço anteriormente desenvolvido pelo Governo e secundado pelos Colonos.

Mas, essa fase, nem por desafogada e de indiscutido florescimento pode deixar de considerar-se, como as anteriores e as que vieram a suceder-lhe, *incluindo a situação actual*, de inconsistente prosperidade.

O impulso dado ao fomento de Angola, nessa quadra, teve, certamente, a sua projecção; mas o que se fez foi pouco e faltou-lhe a sequênciã.

Os Colonos tiveram que limitar a sua actividade às possibilidades mais do que restrictas que lhes foram proporcionadas.

Na agricultura, estendeu-se, sobre tudo, ao café que, em 1893, chegou a produzir 10.000 toneladas.

A borracha e oleaginosas eram particularmente objecto de permuta com o indígena do interior.

E a pouco mais podia então estender-se a acção dos Colonos.

\*

O preço do café, a procura intensa da borracha, o aumento sucessivo da produção fizeram afluir, por essa época, muita gente a Angola — mas, a sua economia, por falta de alicerces, não deixaria de estar à mercê dos estragos do primeiro abalo que viesse perturba-la.

Foi o que sucedeu depois de 1902.

A situação económica, que já antes vinha sendo ameaçada pela queda das cotações dos produtos coloniais, entrou em crise declarada — agravada agora por sucessivas e prolongadas rebeliões do gentio, pelas repercussões da guerra Sul Africana e ainda pela crise mundial da moeda por volta de 1907.

\*

Nos dez anos que vão de 1901 até à implantação da República, a balança económica mantém acentuado desequilíbrio.

O *déficit* comercial do decénio ultrapassa a soma de 10.000 contos ouro.

E, contraste singular — é fase das mais notáveis e de mais larga projecção na administração de Angola — o período aureo da ocupação militar e administrativa e também de judiciosa acção económica e de fomento, que vem desde Eduardo Costa, em 1906, e se eleva a altíssimo grau com o grande governador que foi Paiva Couceiro.

Pela segunda vez, o Estado, na história da colonização de Angola, entra no caminho das grandes realizações e empreendimentos de largo alcance económico e político.

Dão-se os primeiros passos na ocupação administrativa com a criação das circunscrições civis, que Norton de Matos, mais tarde, em notabilíssima acção, desenvolve com apertada rede de Postos.

Abrem-se estradas para os principais centros produtores.

Inicia-se o Caminho de Ferro de Benguela, com notável influência na Colonização do Planalto e no fomento de novas culturas para europeus e para indígenas.

Conduzem-se os trabalhos do Caminho de Ferro de Mossâmedes até às faldas da Chela, tendo entrado em exploração, em 1907, os primeiros 70 quilómetros através do Deserto.

Com a construção do troço do Lucala a Malange, leva-se o caminho de Ferro de Luanda até o planalto.

E o desequilíbrio que a balança comercial acusa manda a verdade dizer que, se não é mais aparente que real, deve, pelo menos, considerar-se muito aquém daquilo que os números indicam.

Grande parte das importações traduz-se em valores a atribuir ao progresso da Colónia.

São capitais investidos em obras de fomento — caminhos de ferro, portos e estradas — e em valorização que provém de novas indústrias e explorações agrícolas.

É indiscutidamente uma quadra de dinamismo e de acção, de confiança e de fé, de intensíssimo esforço e actividade que aparenta conduzir Angola à plenitude dos seus destinos.

E, contudo, bem fraca e até adulterada foi a sua repercussão na opinião pública da Metrópole.

O Caminho de Ferro de Benguela, de que havia de resultar, por um lado, o aproveitamento do grande porto do Lobito, a que está reservada a função do mais importante de todos os portos da África Ocidental e, por outro lado, a ligação de Angola por via férrea a todo o *hinterland* africano, deve contar-se como o melhoramento de mais transcendente alcance de quantos até hoje ali realizamos.

Era então Teixeira de Sousa Ministro da Marinha e Ultramar.

Robert Williams foi o grande impulsionador da Benguela Railway que levou a cabo o notável empreendimento de 1400 quilómetros de linha até à fronteira.

Não obstante o imperialismo de Cecil Rodes, a cuja escola pertenceu e de quem foi activo colaborador, Robert Williams era um grande amigo de Angola e de Portugal.

E o seu nome é hoje o de uma das mais ridentes vilas e centros de colonização do Planalto.

Pois Teixeira de Sousa foi duramente atacado pela concessão do Caminho de Ferro, ao ponto de, nos jornais da época, ser apresentado como um Judas que vendia a Colónia a Robert Williams por 30 dinheiros!

Esta era, ao tempo, a nossa mentalidade colonial!

Estamos, agora, em 1910.

A implantação da República veio encontrar a Colónia já praticamente ocupada.

As últimas operações, algumas de grande envergadura, como as do Cuamato e dos Dembos, haviam constituído duras lições para o gentio.

Severa foi, também, a que mais tarde, em 1915, infligimos aos povos do Cuanhama e Cuamato, manejados pelos alemães da Damaralândia, durante a primeira grande guerra, contra nós.

Posteriormente, as revoltas do Libolo, do Amboim e do Seles, em 1917, foram já meros lampejos, para sempre extintos, do espírito de rebeldia indígena contra a nossa soberania.

Com o novo regime, prosseguiu o esforço renovador que nos últimos anos da Monarquia vinha a operar-se para a valorização da Colónia.

A autonomia administrativa e financeira estabelecida pelas Cartas Orgânicas, a efectivação da ocupação administrativa, antes iniciada, o estabelecimento de novas bases para a tributação e cobrança do imposto indígena, o impulso



dado à agricultura, à pecuária e indústrias de pesca, a reforma da legislação mineira, melhoramento de portos, desenvolvimento da rede de estradas — são medidas de larga projecção política e económica que a Colónia ficou devendo aos governos da República, nos seus primeiros anos, principalmente, ao General Norton de Matos, que no exercício do poder patenteou alta visão política e grande espírito realizador.

\*

Nos dez anos que se seguem à proclamação da República, até 1920, a balança comercial apresenta-se com acentuado carácter de instabilidade nos primeiros anos e francamente deficitária com o decorrer da guerra de 1914 e depois dela.

Os altos valores que a exportação atingira no decénio anterior, até à cifra nunca antes alcançada de 8321 contos ouro, em 1910, são particularmente devidos ao comércio da borracha, cuja procura e consequente cotação vinham incessantemente crescendo de há anos atrás.

Mas, a queda quase vertical deste produto, em 1912, lançou de novo a Colónia em fase aguda de crise que as dificuldades criadas pela guerra de 1914 e a repercussão dos acontecimentos mundiais vieram poderosamente agravar.

Com a guerra, a crise atinge o seu auge, sem que cheguem a colher-se os frutos da acção renovadora que durante anos incidiu sobre o fomento e a economia da Colónia.

E todo aquele ritmo de realizações, dos últimos tempos da Monarquia e primeiros anos da República, por novas directivas na sua vida administrativa, se quebrou com as mais desastrosas consequências.

Terminada a guerra, a Colónia, depois de 1918, ainda sob os efeitos da crise que a vinha assoberbando, tinha diante de si longo calvário a percorrer durante mais de

15 anos, com todo o cortejo de inquietantes problemas a pesarem na sua débil organização, que o mundo, em desordem económica, mais faria avolumar nas suas consequências.

\*

Não teve a primeira grande guerra, como a segunda, que acaba de findar, a despeito das razões de ordem ideológica e espiritual que tão profundamente vincularam esta última, outra determinante que não fosse, em essência, de natureza económica.

À razão económica acresce a questão social, com ela intimamente ligada nas suas múltiplas e complexas modalidades.

O equilíbrio que seria de esperar da guerra de 1914, depois das calamidades que pesaram sobre o mundo e dos milhões de vidas sacrificadas, não chegou, afinal, a alcançar-se.

Pelo contrário.

Erros na arrumação da paz foram o fermento que havia de tornar mais forte a paixão e o despertar de novas ambições.

Por outro lado, os próprios destroços que a guerra causou e, com eles, a profunda perturbação operada na economia mundial, deram grandeza e amplitude nunca antes conhecidas às questões latentes e novos problemas surgiram, cada vez mais graves e de maior acuidade.

Retrograda-se a velhas teorias.

Surgem agora ensaios infelizes de novos sistemas económicos e políticos.

Nunca o desvairo dos homens e a desordem nos espíritos terá sido maior nem mais funda na história da humanidade.

Dentro da paz instável, aparente e fictícia que Versailles-deu ao mundo, em 1918, a guerra continua — guerra nos espíritos, guerra económica, atroz e violenta, com todo

o cortejo de infortúnios e desgraças, verdadeiras ofensivas e defensivas, com as suas ações e reacções—os contingentes, *dum pings*, guerras de tarifas e pautas proteccionistas em que os povos se degladiam neste curto período de 20 anos, até à guerra de há pouco, que bem pode classificar-se de continuação ou sequência da primeira guerra mundial.

Durante este interregno, há seres humanos que morrem de fome, ao mesmo tempo que, por altas congeminações de *trusts* e de homens de Estado se queimam milhares de toneladas de trigo e de café e se inutilizam outros produtos.

Ao passo que, em nome de pretendidos princípios de defesa económica, se praticam tamanhas barbaridades, geram-se legiões de desempregados que os governos mantêm por imediatas razões de interesse colectivo, mas sem justa visão do remédio para futuras perturbações.

E as desgraças e os erros acumulam-se.

Dir-se-ia que à humanidade faltaram dirigentes capazes de enfrentar e solucionar os grandes problemas que a guerra fez surgir, ou que, para eles, não estavam os homens preparados — e que o mundo, dentro da paz instável e ilusória que viveu, atravessou uma fase de perturbação económica e social que o levou à guerra que acaba de terminar.

\*

É dentro deste quadro, de um mundo transviado e em desordem, que tem de analisar-se a vida económica de Angola nesta fase que, a seguir, nos vai ocupar.

Se dentro dele, os países mais bem apetrechados, de mais poderosos recursos e de mais forte armadura económica, experimentaram erros e sofreram as duras consequências da onda de perturbação que chegava a toda a parte; se tantos deles suportaram os males da inflacção, a consequente desvalorização da moeda e o agravamento dos câmbios;

se não houve canto da terra onde se não erguessem falsas riquezas e não ruissem fortunas;

se a febre dos negócios, a abundância do crédito, o comerciante improvisado foram factos correntes do mundo inteiro;

como admitir que a tantos desses males se subtraísse Angola, ou que deva atribuir-se aos Colonos a responsabilidade do caudal de desgraças que deles resultaram e que os reflexos do mundo exterior não tivessem na vida da Província as suas desastrosas consequências?

Sim!

De tudo isto, em maior ou menor escala e com marcada repercussão na sua armadura económica, sofreu Angola na fase cruciante que vai de 1918 até à culminância da maior das suas crises, por volta de 1932 — e em que, à mistura com os próprios males, sofreu os duros males que de fora lhe vieram.

E, singular, de novo, é o contraste — foi nesta quadra que se tentou a maior obra de valorização que a Colónia jamais conheceu, aquela a que meteu ombros o General Norton de Matos — o *homem superior* que teve a justa visão das possibilidades e grandezas dos destinos de Angola e que devemos contar entre os maiores e mais ilustres dos seus governantes.

O seu nome e o de Paiva Couceiro vivem fundo no coração da Colónia e perdurarão através de gerações como símbolos do valor e virtudes da governação.

Bem merece a obra de Norton de Matos mais desenvolvida referência. A ela, porém, não nos abalancaremos, por hoje, para não cansar demasiado a atenção de V. Ex.<sup>aa</sup>, depois desta longa caminhada de quatro séculos da vida de Angola que há perto de uma hora vimos percorrendo.

Aqui nos quedamos, por isso, para voltar, em dia próximo, a este marco da história da Colónia.

Ele define, cronologicamente, o início de uma época que, até para os novos, respeita a acontecimentos que são já de nossos dias e, no domínio espiritual e político, assinala

o esforço de uma obra que teria levado Angola à plenitude da sua grandeza, se não lhe tivessem faltado com os meios nem cortado a indispensável sequência.

Angola precisa de ter na Metrópole um governo que entenda as suas necessidades e os seus anseios e, dentro dela, governador idóneo que, capaz de articular o esforço de quantos ali trabalham, faça da Colónia um grande e novo País.

# A SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA

## 2.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA <sup>1</sup>

EX.<sup>MO</sup> SENHOR DOUTOR ANSELMO FERRAZ  
DE CARVALHO — MUITO DIGNO PRE-  
SIDENTE DA DIRECÇÃO DO «INSTITUTO  
DE COIMBRA»

MINHAS SENHORAS

MEUS SENHORES

Quando prometemos falar a V. Ex.<sup>as</sup> da economia de Angola, e dela demos já o esboço em referência ao período que pode classificar-se o «*passado da Colónia*», não definimos explicitamente, como tese a demonstrar, a afirmação que, aliás, logo de início fizemos, de que as crises da Colónia têm sido, sobretudo, crises de administração.

A tese, te-la-ão V. Ex.<sup>as</sup> reconhecido, desde o princípio, no nosso pensamento; e a prova concludentemente verificado nas considerações que bordamos.

Uma e outra, tese e sua demonstração, tornam-se agora mais evidentes, ainda, perante os acontecimentos que hoje nos propomos reatar, e que constituem história dos nossos dias, depois que o general Norton de Matos, ainda no rescaldo da primeira grande guerra e com os latos poderes de Alto Comissário, assumiu, em 1921, o governo de Angola.

---

<sup>1</sup> Realizada no Museu de Mineralogia da Universidade de Coimbra, em 11 de Novembro de 1945.

\*

A questão colonial tinha sido largamente debatida na Conferência da Paz de 1918. Dela nasceram novos princípios de política colonial, obrigando por igual os povos, como nós, detentores de direitos históricos ou de primeira ocupação, e aqueles a quem, por partilha das Colónias dos países vencidos, couberam territórios sob a forma de mandatos.

Por eles se subordinou a posse das terras de Além Mar a concretos deveres de colonização, fomento e valorização do Ultramar, atinentes ao progresso e aproveitamento das suas riquezas naturais.

Por nossa parte, comprometemo-nos, a respeito de Angola, à efectivação de largo plano de natureza económica, cultural e administrativa, calculado para a época em perto de 13 milhões de libras.

Nele se incluíram perto de *sete milhões e meio* para linhas férreas e material circulante, *um milhão* para portos, *mais de um milhão* para fomento agrícola, cerca de *dois milhões e meio* para colonização e instrução, além de verbas destinadas a missões de estudo e outras a obras de vulto, como as do aproveitamento de vias fluviais e rede de comunicações rádio-telegráficas.

Não poderá classificar-se de exagerado o programa que então se delineou.

A par do compromisso que internacionalmente nos cumpria honrar, envolvia o programa decidido passo na valorização da Colónia que, durante séculos, se tinha descurado — a agricultura em estado incipiente, reduzida quase exclusivamente à cultura indígena, indústrias inexistentes, e o comércio praticamente limitado à permuta com o nativo.

A rede de caminhos de ferro, ainda hoje deficiente, era ao tempo mais do que precária.

Só o caminho de ferro de Benguela podia considerar-se instrumento sério de penetração e meio eficaz de comu-

nicações com o interior, com valioso contributo para o fomento do Planalto.

O de Luanda chegara à peor das condições, com o material de via obsoleto e em ruína, e absoluta carência de material circulante — o pouco que existia, já velho e gasto, incapaz de assegurar vazão aos produtos das zonas que servia até o litoral.

O de Mossâmedes, não tendo ainda ultrapassado o sopé da Chela e limitado, ao tempo, à travessia do Deserto até Vila Arriaga, em pouco contribuía para o escoante da produção da Huila e, concomitantemente, para o fomento do sul da Colónia.

A ocupação administrativa, a assistência médica e escolar e a ocupação técnica respeitante à agricultura, à pecuária e às minas deixavam muito a desejar.

Não haviam portos, faltavam estradas, os grandes cursos de água não podiam ser utilizados.

Enfim, a obra de reconstrução económica que o resurgimento da Colónia decididamente exigia, justificava, de facto, plano de tão larga envergadura.

Simplesmente — o plano não foi levado a cabo, pois, infelizmente, como tudo o mais que, embora em menor escala, se tem tentado em Angola, sofreu de falta de continuidade.

Dos 13 milhões de libras orçadas, deve ter-se gasto uma terça parte — cerca de quatro milhões — com o gravame de grandes quantidades de material adquirido para caminhos de ferro não terem sido utilizadas e de muitas construções terem ficado em meio.

Ainda hoje se encontram por empregar milhares de toneladas de carris e travessas metálicas empilhadas nos subúrbios de Luanda.

E já lá vão 20 anos!

No entanto, muito se fez, por essa época, em Angola. Foi uma fase de dinamismo e de intensa actividade.

No plano de realizações materiais, há que contar a construção de cerca de 800 quilómetros de via férrea, entre



eles as correcções de traçado do caminho de ferro de Luanda com a derivante de Luanda a Catete, e os ramais de Calumbo Cunga e Cassoalala; o galgamento da Chela pelo caminho de ferro de Mossâmedes e o seu prolongamento até o Lubango; a aquisição de cerca de 8.000 toneladas de material fixo — esse mesmo que, em grande parte, jaz ainda empilhado nas proximidades de Luanda; a compra de centenas de vagons e dezenas de locomotivas; a montagem de estações radio-telegráficas nos principais pontos da Colónia; a construção de cerca de 600 edifícios — casas para funcionários, sedes de postos administrativos e circunscrições, escolas, hospitais, repartições públicas em vários pontos da Província, e casas para pescadores em Porto Alexandre; finalmente, a importantíssima rede de estradas com que se cortou a Colónia em todas as direcções — na extensão de muitos milhares de quilómetros.

Com a criação de novos Postos e o intenso desenvolvimento que se deu à rede por eles formada, completou-se a ocupação administrativa.

Cuidou-se da instrução, da assistência médica e hospitalar, da hygiene pública e ocupação sanitária, do comércio, da indústria, da agricultura, da silvicultura, da pecuária, das pesquisas mineiras — operou-se, enfim, uma profunda renovação na vida política, económica e administrativa.

A obra de Norton de Matos, tanto no plano espiritual, nos seus aspectos de ordem social e política, enriquecida por vasta e valiosa legislação, como na orientação, ritmo e forma das suas realizações materiais, é, verdadeiramente, notável.

Muitos a discutiram.

É certo.

Mas ninguém poderá negar-lhe aqueles foros de grandeza que legitimamente assume e, com essa grandeza, a larga visão que traduz dos grandes problemas da Colónia, nem poderá negar-se os altos benefícios que dela advieram — o grande mal devendo, acima de tudo, consubstanciar-se na falta de financiamento da Metrópole e na falta de continui-

dade que não permitiram levar até o fim o grande programa traçado.

Esse foi o desastre — não apenas o resultante de deixar a menos de meio a realização de uma obra em que havia de assentar a reconstrução económica da Colónia — deste modo fortemente comprometida na fase angustiosa do mundo que veio a desenrolar-se — mas muito especialmente por ficarem a pesar sobre ela os encargos de importantes somas dispendidas de que se não colheram, afinal, os resultados devidos.

O montante do plano gizado fora inicialmente votado pelo Parlamento — tudo indicando que o empréstimo ou empréstimos a contrair para esse fim deveriam constituir encargos de soberania da Metrópole, sabido que não podem estar dentro das possibilidades de uma Colónia em formação os meios necessários para conduzir a bom termo tão largo programa.

Assim procedem os países coloniais empenhados a fundo no progresso e desenvolvimento dos seus domínios, chamando a si os encargos das grandes obras de colonização e suportando inclusivamente os deficits orçamentais das suas Colónias em gestação até que, por obras de fomento, se criem as fontes de riqueza capazes de lhes assegurarem desafogo económico e financeiro.

Mas, não aconteceu assim em Angola — e nesse facto se deve procurar a causa directa e imediata de não ter integralmente vingado o plano de 1922.

Faltou-lhe o financiamento da Metrópole.

Falhou, de igual modo, a tentativa de realização de um empréstimo externo com que fazer face ao programa delineado.

E isso levou a Colónia ao recurso dos empréstimos internos e outras medidas com o carácter de verdadeiros expedientes em que deve filiar-se a causa dos males que posteriormente se desenrolaram.

Veio primeiro a inflacção da circulação fiduciária e a consequente desvalorização da moeda.

Grande parte do dinheiro tinha sido, naturalmente, aplicado em despesas de primeiro estabelecimento que não podiam constituir fontes de receita imediata ou origem de produção a curto prazo.

Deste modo, ao desequilíbrio da balança comercial, que desde o princípio da guerra de 1914 vinha a agravar-se, juntaram-se os efeitos de uma crise financeira e crise de moeda verdadeiramente apavorantes.

Com a desvalorização do dinheiro, o custo da vida atingiu grandeza nunca antes conhecida ou previsível em Angola. Era, afinal, o mesmo que aconteceu na Metrópole, onde o custo de vida e a desvalorização do escudo assumiram fortes proporções — que não diferem, afinal, manda a verdade dizer, das que, por fenómeno diverso, mas com os mesmos resultados, se sentem hoje em Portugal e que são a consequência da política económica e financeira que se adoptou nos cinco anos de conflagração que acabam de findar.

Os reflexos da guerra de 1918 e da crise mundial que se lhe seguiu e que, de modo geral, por toda a parte haviam originado a inflacção dos preços e a inflacção dos créditos, encontraram na Colónia, como aliás na Metrópole, terreno fácil em que haviam de medrar os seus perniciosos efeitos.

Pululavam os comerciantes improvisados, os milicianos sem bases nem preparação e muitas vezes sem escrúpulos, a quem mal avisadamente se concederam facilidades, em onda crescente de negócios e de lucros fictícios que a todos dava a ilusão de riqueza e que outra coisa não era, afinal, senão a ruína dourada por falsa prosperidade.

A mesma mercadoria passava de mão em mão três, quatro, cinco e seis vezes, duplicando e triplicando de valor nas várias transacções de que era objecto, mediante operações sucessivas de desconto de letras que se não pagavam em dinheiro e que, via de regra, se reformavam com novos saques.

Por falta de coberturas na Metrópole e no Estrangeiro, surgiu o *problema das transferências* por forma verdadeira-

mente alarmante e deram-se as primeiras manifestações do câmbio, que subiu assustadoramente, chegando a libra, em 1926, a vender-se no mercado livre por Esc. 350\$00.

Os prémios de transferência atingiram 25 0/0, 30 0/0 e até mais.

Sob a premente necessidade de obter coberturas com que pagar as importações, subiram vertiginosamente as cotações dos produtos da Colónia.

Comprava-se por todo o custo.

Adquiria-se o café, a cera, as oleaginosas, tudo que era possível transaccionar, por preços iguais ou superiores às cotações de Lisboa, para se obter, pelas exportações, o dinheiro de que o comércio precisava na Metrópole.

Assim se perdia na exportação para obter cambiais com que saldar os compromissos das importações — e os prejuízos iam automaticamente incidir nas mercadorias importadas, agravando ainda mais o custo da vida.

Por fim, o Banco Nacional Ultramarino, em 1923, suspendeu as transferências.

Angola deixou de pagar.

O descrédito atingiu o auge.

Era a força das circunstâncias que impunha ao Banco a grave medida.

Os débitos das Filiais de Angola à Sede, pelo excesso das transferências sobre as coberturas, em 1922, ultrapassavam já 63.000 contos, que o Banco vinha suprindo com os seus próprios recursos — capital e fundos de reserva.

E se a estrutura económica de Angola era fraca e grave a situação criada, a estrutura orgânica e capacidade do Banco, por causas várias, à cabeça das quais há que colocar a insuficiência do próprio capital para a extensão que deu às suas actividades e negócios, não era mais forte nem melhor.

Todo este angustiante estado de crise se reflecte, naturalmente, na vida financeira do Estado, e os déficits dos orçamentos da Colónia sucedem-se com elevadas cifras durante anos consecutivos.

O comércio é o primeiro a sofrer as consequências do desequilíbrio das contas da administração pública.

Acumulam-se as dívidas aos fornecedores dos Serviços do Estado e os débitos, no valor de muitos milhares de contos, passam de uns anos para os outros — sem nenhum sinal de com firmeza se enfrentar a gravidade do estado de coisas criado.

E quando, afinal, a Metrópole vem em auxílio da Colónia, com empréstimos e suprimentos vários para pagamento das dívidas em atraso, já novas dívidas se estão acumulando para, mais tarde, por igual mecânica e com os mesmos atrasos, virem a ser liquidadas.

Era o caos, a desordem financeira e do crédito no mais alto grau — desordem que durou anos, gerando atmosfera de mal estar e sofrimentos que haviam de levar a Colónia a mal compreendidas reacções de que resultaram os lamentáveis acontecimentos que estão ainda na memória de todos.

E se é certo que os Colonos, em toda esta quadra, não estão isentos de erros, a verdade é que esses erros não são diferentes nem maiores do que os que, por essa época, na Metrópole e, de modo geral, por toda a parte, se cometeram.

Não é neles que está a causa da crise que tão profundamente afectou a Colónia neste período.

A crise foi de administração.

Tivessem sido dados ao Alto Comissário Norton de Matos os meios de levar a cabo o seu plano, tivesse sido cumprido o programa de empréstimos de início previsto e houvesse-lhe sido assegurada a sua continuidade — os resultados teriam sido bem diferentes.

E quando uma e outra coisa se não dessem, como, de facto, veio a suceder — ainda nesta hipótese, se a tempo se tivessem enfrentado as dificuldades e perturbações desenhadas, em especial no que respeita a transferências e aos financiamentos que a Metrópole tardiamente se viu forçada a conceder à Colónia, a crise não teria atingido a acuidade nem a duração que experimentou.

À decisão com que os fenómenos deviam ser considerados e os problemas resolvidos, substituiu-se o protelamento das questões, adiando soluções e medidas com que sanear a ruínosa situação gerada e evitar o seu agravamento.

Deixou-se, positivamente, correr a crise à revelia.

\*

E quando já tarde, em 1926, após os golpes tão profundamente vibrados na economia de Angola, se procura, por um conjunto de reformas que acarretaram pesados sacrifícios, resolver as gravíssimas condições criadas com o aparecimento do Banco de Angola e concomitante rescisão do contrato do Banco Nacional Ultramarino, a instituição da Junta da Moeda, o novo sistema monetário que estabeleceu o angolar e a conversão do escudo, ainda nessa altura se descurou o problema fundamental — o do crédito, particularmente o crédito agrícola, em que teria de assentar o fomento de Angola, pelo auxílio devido à produção.

Não pretendemos discutir o critério que presidiu às reformas e plano financeiro de 1926, nem considerar os motivos porque esse plano falhou.

O assunto levar-nos-ia a largas considerações.

Tão pouco nos propomos focar os males de origem que pesam na organização do Banco de Angola e conseqüentemente no seu funcionamento, a pouco mais limitado do que às funções de Banco Emissor, sem decidido contributo para a economia da Colónia.

Queremos apenas focar que, por mais consentâneas que essas medidas se apresentem em relação a Angola e por adequadas que fossem à solução da crise financeira que se havia suscitado — bastaria o facto de não terem a acompanhá-las eficiente organização de crédito, para que elas, de ante-mão, estivessem condenadas a fracasso.

Previu-se, é certo, a criação dum Banco de Fomento, como instrumento do crédito agrícola e industrial a longo prazo, que ainda hoje se impõe, como necessidade premente

do desenvolvimento da Colónia e que nessa altura teria sido o sedativo indispensável à cicatrização das feridas abertas na sua economia.

Ter-se-iam evitado muitas ruínas e impulsionado muita riqueza.

Mas a ideia não passou nunca do âmbito das aspirações condenadas ao esquecimento ou cómoda inconsideração.

E essa circunstância, só por si, seria razão mais do que suficiente para que, das medidas financeiras de 1926 e dos pezados sacrifícios por elas impostos aos Colonos e ao Estado, não tivessem resultado os benefícios que se desejavam.

Ninguém sabe o motivo por que não se criou, ainda, um Banco de Fomento em Angola.

Não foi, por certo, por falta de capitais.

Inadmissível seria essa hipótese.

Nunca a abundância de dinheiro foi tão grande em Portugal como há anos vem sendo—nem tão grandes as dificuldades de para ele se obter colocação segura ou adequada.

Mas ainda que assim não fosse, pergunta-se: porque se mantém, como fulcro da economia da Colónia, a organização de um Banco que, por motivo da sua função de emissor, a pouco mais do que ao desconto comercial, a curto prazo, estende a sua actividade?

Por que hão-de generalizar-se a uma Colónia em formação as condições dos países já feitos, com a sua complexa economia, que impõe aos bancos emissores a função de reserva e redescuento a que se limitam?

Porque não se institue, pelo menos, dentro do próprio Banco de Angola, secção ou departamento independente, com capital e contabilidade privativos, a que deva confiar-se o exercício do crédito para fomento agrícola e industrial?

São perguntas a que o sentimento dos que trabalham na Colónia e dos que, fora dela, lhe sentem as necessidades e ânsia de desenvolvimento, não conseguem responder.

\*

Após a reforma financeira de 1926, entrou-se em apertada política de economia e de tributação, que a reforma de 1929 veio intensificar ainda mais, sem que se lhe possa descortinar grandeza de vistas ou alcance capazes de levantar a Colónia da situação de ruína a que tinha chegado.

Por ela se apuraram as dívidas da Colónia à Metrópole, no montante de 836.229 contos, cujos juros foram, pela primeira vez, inscritos no orçamento, catorze anos volvidos, em 1943.

Impôs-se o equilíbrio orçamental, pelo aumento das receitas e diminuição das despesas — medida que não pôde efectivar-se senão no papel, durante anos, constituindo mera ficção, pois as contas de gerência continuaram deficitárias.

Restringiu-se o financiamento da Metrópole que, desde 1926, com a criação do Banco de Angola, vinha suportando o *déficit* das transferências de particulares e do Estado — problema que nessa ocasião se procurou, também, resolver, mas que, do mesmo modo, foi mal sucedido.

Nos arranjos de todas estas medidas, esvaíram-se os fundos que a Colónia possuía no Crédito Agrícola, na Agência Geral dos Produtos Agrícolas, na Junta da Moeda e a participação de 20.000 contos que ela tinha no Banco de Angola, tendo ainda que receber da Metrópole um novo empréstimo de 40.000 contos para liquidação de dívidas a fornecedores e a fundos especiais — empréstimo a acrescentar ao que, em 1924, a Metrópole lhe havia feito no montante de 50.000 contos e se destinara: metade a suprir o *déficit* orçamental e metade ao pagamento de dívidas.

Esta, a largos traços, a política que se adoptou em face dos destroços da maior de todas as crises que Angola sofreu.

Tudo isto faz lembrar aquele homem ou empresa que, na posse de importantes valores — propriedades ou outros elementos criadores de riqueza — levado pelos azares da sorte a precária situação financeira — perdas na exploração



por falta de meios com que desenvolver o que é seu, *déficits* que se acumulam, dívidas que se amontoam — pretende salvar-se do descabro a tapar dívidas com novas dívidas com que cobrir os sucessivos prejuízos a que de antemão está condenado.

A imagem, salvas as proporções, é legítima; e a mecânica que, por esse critério, o leva por maus caminhos, é a mesma.

Longe de nós a ideia de advogar esbanjamentos ou de architectar visionárias grandezas na administração da coisa pública.

De certo que a boa arrumação das contas, o equilíbrio real e sério das despesas com as receitas, a conveniente e honesta ordenação da contabilidade, mais do que princípios salutarés, constituem verdadeiros dogmas em administração, que nenhum homem de governo, na gestão de negócios públicos, pode nem deve esquecer.

Mas tem de practicá-los com justo sentido das proporções.

Aumentar receitas para equilibrar um orçamento, com menos consideração pelas condições que se criam à gente tributada, pode ser tão nocivo ou provocar maiores prejuízos do que o próprio *déficit* orçamental.

É o caso da galinha dos ovos de ouro...

Diminuir despesas sem justo conceito das necessidades dos Serviços, não lhes medindo a projecção, nem lhes garantindo a eficiência, é peor do que a eliminação dos próprios Serviços.

Pretender resolver situação tão crítica e aflitiva como a que Angola oferecia neste período que nos ocupa e depois de tantos prejuízos sofridos pela sua economia, de que o exposto não poderá dar senão pálido reflexo; procurar remédio para tantos males em apertada política financeira, com o ajustamento das suas dívidas, o equilíbrio dos orçamentos que, aliás, se não verificou durante anos senão no papel, com a sangria que levou ao desaparecimento dos seus fundos especiais e participação que ela tinha no Banco Emissor, por virtude desses mesmos ajustamentos—sem vis-

tas largas de fomento susceptíveis de criar riqueza e de assegurar o aproveitamento dos seus recursos; sem a seiva vivificadora de toda a obra de progresso, que é o dinheiro, capaz de a despertar do marasmo ou entorpecimento a que sucessivos erros de administração a conduziram; sem a aliviar, sequer, do peso das despesas improdutivas, como as despesas militares, que à Metrópole, que não a ela, por deveres de soberania competem, não é, evidentemente, solução do problema.

Dir-se-á que não foi tão estreito o critério, nem tão ineficaz a orientação ou tão tardia a acção do Estado, que Angola não tivesse vencido a crise e atingido a prosperidade de que hoje disfruta.

Sim! Venceu essa crise, como venceu todas as outras. Mas foi a Colónia quem pelo seu esforço a venceu.

E resta saber as bases e projecção que apresenta essa prosperidade, como ela se gerou e o panorama que a economia da Colónia hoje nos oferece.

A crise foi, acima de tudo, uma crise de administração — voltamos a afirma-lo.

Porque no aspecto económico, a despeito dos golpes que tão profundamente feriram a vida dos Colonos — fortunas que ruíram, actividades paralizadas, iniciativas desfeitas, a asfixia do crédito, as falências que surgiram pela impossibilidade de honrar compromissos, o aviltamento de preços da exportação pela baixa das cotações mundiais depois de 1928, a immobilização dos produtos e liquidações ruinosas, a paralização das transferências, todo o vendaval de desgraças e de destroços causados — a economia de Angola, apesar de tudo, pelos sacrifícios e esforço perseverante dos Colonos — a sua agricultura e o seu comércio — resistiu ao ponto de, no decénio que decorre de 1921 a 1930, a balança comercial se apresentar de facto e na verdade equilibrada.

A simples leitura ou observação superficial dos números diriam o contrário — que a balança comercial, nos dez anos considerados, longe do equilíbrio, teria fechado com o *déficit* global de 266.563 contos.

Mas, para verdadeiro juízo do movimento comercial, como índice da situação económica, não há que contar apenas com as cifras indicativas da importação e da exportação.

É necessário saber a natureza dessa importação, os fins a que ela se destina — se às exigências de vida e necessidades dos Colonos ou, pelo contrário, se, alheia a essas necessidades, obedeceu a fins especiais de fomento dimanados do Estado.

Em boa doutrina, as importações comandadas pelos próprios Colonos ou particulares com aplicação a despesas de primeiro estabelecimento e de fomento — maquinaria e utensilagem para o arroteamento de terras, instalação de novas indústrias ou desenvolvimento das existentes — deveriam ser excluídas da balança comercial, quando se pretende formular por ela exacto conceito da situação económica — pois essas importações não representam despesas inerentes à vida dos Colonos.

Mas não será, sequer, preciso recorrer a este justo correctivo da balança comercial, aliás difícil de avaliar com exactidão, para prova do equilíbrio operado no período que nos ocupa.

Basta-nos considerar as importações do Estado destinadas a obras de vulto, criadoras de riqueza e do fomento da Colónia, na quadra febril de actividade e de trabalho que foi o governo do Alto Comissário Norton de Matos, de 1921 a 1924, computadas, ao tempo, em 177.853 contos, e também as importações de material fixo e circulante para o Caminho de Ferro de Benguela nos quatro anos decorridos desde 1927 a 1930, no montante de 101.908 contos.

Totalizam, ambas, 279.761 contos.

Assim, a balança comercial, no decénio de 1921 a 1930, apresenta-nos, não o *déficit* de 266.563 contos que os números aparentemente traduzem, mas um saldo real da exportação sobre a importação no valor de 13.198 contos.

Este é o milagre da acção dos Colonos nessa quadra aflitiva da vida de Angola.

E o milagre é maior quando se tem em conta que, no auge da asfixia financeira e das perturbações que dela derivaram, surgiu a queda das cotações dos produtos coloniais, em 1929, immobilizando fortes *stocks* da produção pelo interior e nos portos — o que veio fortemente agravar a situação económica, independentemente da maior acuidade que deu ao problema das transferências.

Esta fase crítica de depressão mundial dos preços afectou tão duramente as Colónias de África que afugentou de todas elas grande parte da população europeia.

No Congo Belga, particularmente, conta-se por milhares o número de famílias brancas que abandonaram a Colónia.

Mas, não aconteceu assim em Angola.

A influência psicológica da crise não invadiu ali os que tinham de defender os seus bens e haveres pessoais, embora, praticamente, de rendimentos nulos.

Os Colonos mantiveram-se, em especial o pequeno Colono, agricultor ou comerciante que, ligado ao seu parco património, continuou a cultivar a terra ou no giro do seu pequeno negócio, suportando com verdadeiro estoicismo as agruras e dificuldades que da crise resultaram — testemunho eloquente das qualidades da raça, da sua coragem e perseverança.

Maior, ainda, é o milagre quando se atenta, entre os estragos da crise, na falência de empresas, sociedades e pessoas singulares que se endividaram, algumas consideradas verdadeiros baluartes, como Sá Leitão & C.<sup>ª</sup>, e que os credores, particularmente o Banco, na maior parte dos casos sem justa visão do problema, fizeram sucumbir.

Não podia essa gente, pela baixa do valor dos produtos, realizar lucros que bastassem à satisfação dos seus encargos.

Mas não se lhes quis reconhecer a impossibilidade de pagamento dos juros dos capitais mutuados, e assim se fizeram arder em execuções fiscais os valores de importantes propriedades hipotecadas.

Levadas a hasta pública, como não ofereciam rendimentos positivos, ninguém as quis, naturalmente, arrematar.

Assim passaram à posse do Banco.

E como este não dispunha de organização para as administrar, dentro de pouco tempo se tornaram em matagal sem valor.

E pergunta-se :

Não teria sido mais acertado para os interesses do Banco, para a economia de Angola e para a salvação dos Colonos, que mereciam melhor sorte, que se tivessem amparado os devedores por meio de moratórias e até com o perdão dos juros, que não podiam pagar?

Parece que sim!

É perante este quadro de desgraças e de perturbações que affectam toda a administração e organização da Colónia — finanças, moeda, transferências, produção, comércio, crédito e funcionamento bancário — que a economia de Angola, embora débil e enfraquecida, resiste à longa crise até o ponto de uma balança comercial com saldo nos dez anos decorridos de 1921 a 1930.

\*

A crise pode dizer-se que durou até 1931.

Já nesse ano a balança comercial fechou com saldo superior a 57.000 contos.

No ano seguinte, foi, praticamente, equilibrada e, de então para cá, tem vindo sucessivamente a acusar importantes saldos que traduzem manifesto desafogo na economia de Angola.

Coincide com o início deste período a publicação do Decreto chamado das «transferências» de Maio de 1931, que está ainda em vigor, como em vigor estão as alterações por ele introduzidas nas pautas aduaneiras.

À sua volta levantaram-se os mais vivos clamores.

Muito se protestou, então, contra as pesadas imposições que ele trouxe às actividades de Angola.

Sem intenção de entrar na sua análise, diremos apenas que discordamos de vários pontos de doutrina do relatório

que o precede e das apreciações, quanto a nós menos justas, que traduz da acção dos Colonos — sendo certo que essas apreciações não constituem base indispensável em que tivesse de edificar-se a substância do diploma.

Podia mesmo adoptar-se como boa toda a doutrina que consta das normas do seu articulado, e discordar-se do juízo que, pelo preâmbulo, se forma da actuação dos Colonos — erros, vícios, prodigalidade, culpas e responsabilidades que se lhes pretende assacar nas crises sucessivas por que a Colónia tem passado.

Mas, em contraste com as críticas de que o Decreto foi alvo, a verdade é que foi a partir dele que o problema das transferências se resolveu.

Quer isto dizer que a finalidade objectiva do Decreto, ou seja a solução do problema das transferências, se alcançou. Sem dúvida!

E' pergunta-se:

Foram, então, as críticas infundamentadas ou injustas?

Não!

Ilícito seria concluir pela afirmativa.

Embora em dependência unilateral e, de certo modo, influenciando-se reciprocamente, a *situaçãc económica e as transferências* são fenómenos distintos.

Não pode o problema das transferências ter solução natural sem que o equilíbrio da balança comercial, que é índice da situação económica, se verifique — pois é esse equilíbrio que há-de assegurar as coberturas.

A dependência, neste sentido, é manifesta.

Mas deixa de sê-lo, no sentido oposto.

Pode a situação económica ser desafogada, pelos saldos que a balança comercial acuse, sem que as transferências estejam garantidas.

É o caso de se fazer das transferências uso diferente daquele que as exigências e necessidades citadas impõem, como seja o que se traduz pelo êxodo de capitais ou por outros fenómenos estranhos à economia da Colónia.

Este é o problema que o Decreto das transferências pode ter resolvido, e resolveu, de facto — canalizando no conveniente sentido o uso das coberturas que, pelos saldos da balança comercial, a Colónia ofereceu à solução do problema.

Mas não foi o Decreto, não foram as suas medidas e imposições que criaram a desafogada situação económica traduzida pelo equilíbrio da balança comercial que hoje se verifica.

Pelo contrário — por força das imposições que o Decreto trouxe às actividades de Angola, a sua influência terá sido mais prejudicial do que benéfica para a economia da Colónia.

Foram ainda os Colonos, pelo seu esforço e perseverança e pelos seus sacrifícios, contrariamente aos erros e vícios que se lhes atribui e a despeito da falta de auxílio e protecção com que lutam, quem ofereceu a prosperidade que Angola vem experimentando desde 1931.

E porque esse esforço é, como não pode deixar de ser, disperso e lhe falta aquele ambiente de meios e facilidades frutificador de progresso e de riqueza que ao Estado compete criar, Angola saíu da fase aguda da sua crise, é certo, mas o seu desenvolvimento, não obstante os prodígios que a obra dos Colonos oferece, tem caminhado tão lentamente que bem pode assemelhar-se a passo de boi velho em longo caminho onde a celeridade do automóvel seria de desejar.

E porque esse esforço se opera dentro de uma economia instável, pobre de recursos e de meios, sem alicerces nem bases que lhe dêem definidas directrizes e forte estrutura, a prosperidade de hoje, como a de tantas outras fases passadas, é mais aparente do que real.

Teve a alentá-la as condições económicas derivadas da guerra recente que lhe valorizaram extremamente a produção, em procura e em cotações e de que, infelizmente, não se colheram todos os benefícios que poderiam ter sido auferidos se não fora a crise deplorável dos transportes marítimos, de que somos culpados no mais alto grau, porque

podíamos e devíamos a tempo ter resolvido esse magno problema da economia nacional e não o quisemos fazer.

A nossa pobre e velha frota mercante não chegou sequer para o abastecimento e necessidades da Metrópole nos dias dolorosos da guerra e nos que estamos ainda atravessando.

Pode bem avaliar-se da projecção dos males que a inconsideração e abandono do problema da Marinha Mercante trouxeram à Nação, ao seu aprovisionamento pelas privações que originou, ao cerceamento da riqueza por quanto sofreu a sua economia, sabendo-se que, só em Angola, e durante os anos de 1942 e 1943, estiveram permanentemente nos portos mais de 100.000 toneladas de carga e que, ainda hoje, terminada a guerra, o volume dos produtos aguardando embarque não nos consta que tivesse diminuído.

E não poderá sequer dizer-se que a gravidade do problema não tivesse sido focada e a solução a tempo sugerida.

Em 1934, cinco anos antes de eclodir a guerra, levantamos nós a voz na Assembleia Nacional, quando da discussão da Lei de Reconstituição Económica, desenhando o quadro sombrio que representava, tanto para a economia do País, como para fins militares, a pavorosa deficiência da Marinha Mercante.

Em proposta de aditamento àquela lei, incluimos a Marinha Mercante Nacional.

Mas... a proposta foi rejeitada.

\*

Porque temos adormecido sobre o complexo e delicado problema da produção, sobre o dos transportes, à volta do qual tem de girar toda a economia de Angola, sobre as comunicações, a mão de obra e tantas outras questões vitais da Colónia, a prosperidade e o desafogo do momento presente, gerados à custa de muito trabalho dos Colonos, é certo, mas favorecido por circunstâncias anormais do mundo exterior, são mais aparentes do que reais, é bom repeti-lo — e, sem que nos mova nenhum espírito derrotista nem o



pessimismo do Velho do Restelo, temos por certo que, a não mudarmos de orientação, logo que a normalidade mundial venha a restabelecer-se, Angola se encontrará no limiar de uma nova crise.

\*

Ao considerar as razões em que ela se fundamenta, há, antes de mais, a ter em conta que a intensa procura de produtos e as altas cotações que atingiram durante a guerra, deram a Angola, às actividades que nela se desenvolvem, um grau de prosperidade que, por excepcional, não poderá persistir desde que o mundo retome o equilíbrio perdido.

Nem a procura conservará o mesmo ritmo, nem as cotações poderão manter-se.

Teremos de concorrer com a produção estrangeira, em regime de liberdade económica ou, na hipótese de uma organização mundial de economia condicionada, de arcar com as obrigações impostas por esse mesmo condicionamento que, por certo, se não traduzirão por menores exigências e do que as da própria concorrência advenientes.

Em qualquer caso, teremos de produzir em boas condições económicas — e essas condições, por vários motivos, não se verificam na Colónia.

Angola continua, de modo geral, a produzir caro e a não poder economicamente explorar muitas das suas possibilidades.

Vários factores para isso concorrem.

Todos eles derivam, em última análise, do abandono a que têm sido votados importantes problemas de fomento, que ao Estado, que não aos Colonos, compete solucionar.

Pode, verdadeiramente, dizer-se que nunca se estabeleceu um programa de conjunto, atinente ao desenvolvimento de Angola, em que se compreendessem a racional utilização das múltiplas fontes de riqueza e aproveitamento dos seus imensos recursos — que nesse programa se tivesse entrado em franca execução e que esta fosse levada a cabo.

A única tentativa seria ou digna desse nome foi a do Alto Comissário Norton de Matos — e a deplorável sequência dos acontecimentos, de que demos sucinta notícia, diz-nos eloquentemente do fracasso a que, por falta de meios e continuidade, essa tentativa conduziu.

Assim se tem descurado a organização do crédito em bases capazes de criar as grandes iniciativas e de assegurar o útil rendimento do esforço dos Colonos.

O problema dos transportes e comunicações, tanto por caminho de ferro como por estradas e via fluvial, está infinitamente longe da solução que a área geográfica, o potencial de produção de certas regiões e até a disciplina e metódica utilização do existente exigem.

E este é, sem dúvida, um dos factores que mais se faz sentir em detrimento da economia de Angola, onerando sobremaneira a produção.

À deficiência dos transportes internos, acresce a pobreza verdadeiramente aflitiva a que deixamos chegar os transportes marítimos — sendo certo que as Colónias, só por si, seriam razão mais do que suficiente para que a nossa frota mercante fosse considerada no número dos grandes problemas nacionais.

O problema da energia, como fonte de desenvolvimento industrial e agrícola, tem sido quasi totalmente descurado — sem que falem em Angola imensas possibilidades naturais de aproveitamentos hidro-eléctricos.

Idêntico é o panorama que a Colónia oferece em obras de hidráulica agrícola que levassem à utilização de grandes áreas, ainda abandonadas, e ao racional aproveitamento de outras em benefício do seu rendimento.

Nunca pensamos, a fundo e a sério, no problema científico de Angola, que a todos os outros substancialmente domina nos seus aspectos geográfico, geológico, botânico e zoológico, quando é certo que só pela sua solução será possível o conhecimento perfeito da Colónia e as directrizes em que deve assentar a sua reconstrução económica.

Outras questões, como a da ocupação sanitária, factor de riqueza, pelo saneamento de imensas regiões susceptíveis de útil exploração e pela assistência médica a assegurar à massa populacional nativa, tão desfalcada e que é, afinal, o *substractum* de toda a sua prosperidade; a da mão de obra indígena, indispensável ao desenvolvimento agrícola e industrial e cuja solução se impõe por metódica orientação que traga as populações aos centros de produção e dos grandes empreendimentos; a da colonização europeia, a orientar nos sentidos de ordem política e económica — são, todas elas, problemas vitais a resolver com urgência.

Em conexão com a mão de obra indígena e os meios de trabalho para exploração das terras, há que focar a ausência quase absoluta da mecanização das culturas.

Por muito rica que a Colónia fosse em braços, a máquina seria sempre elemento indispensável da produção agrícola.

Mas dá-se precisamente o contrário.

A falta de braços torna o problema da mão de obra verdadeiramente angustiante, com as suas naturais consequências no volume da produção e no seu preço.

E por que faltam capitais e crédito e a própria acção do Estado que faculte aos Colonos as facilidades que os grandes empreendimentos exigem, assiste-se a uma agricultura falha de meios e sob tantos aspectos retrógrada, em que a máquina se desconhece como instrumento de arroteamento das terras, de sementeiras e colheitas dos produtos — excepção daquelas culturas que, por sua própria natureza, exigem operações complementares de ordem industrial, como o algodão, o café e algumas oleaginosas, mas que não podem, naturalmente, incluir-se na designação de máquinas agrícolas.

Em detrimento da economia da Colónia, e como causa latente de inferioridade na concorrência aos mercados externos, ressaltam as deficiências de qualidade em vários sectores da produção.

É certo que este delicado aspecto da actividade económica de Angola tem sido, nos últimos anos, objecto de

especiais cuidados por parte dos Serviços Officiais e dos Organismos de Coordenação Económica, tanto na selecção de sementes, como na escolha e apresentação dos produtos a exportar.

Particularmente, no que respeita ao algodão e ao café, os resultados obtidos pelas respectivas Juntas são dignos de realce, e também os dos Serviços de Agricultura, nos estudos e ensaios de melhoramentos de plantas, em especial das variedades de trigo mais apropriadas às diversas regiões do Planalto.

Notável, em todos os ramos da sua actividade, tanto na veterinária como na indústria animal, tem sido a acção dos Serviços Pecuários.

Do maior relevo vem sendo a dos *Serviços Florestais* depois que, em 1942, se lhes facultou a independência e se lhes deu melhores meios de trabalho.

Mas, de modo geral, estamos longe de satisfazer as exigências que a concorrência, por qualidade da produção, em primeiro plano impõe. A técnica domina hoje fundamentalmente a produção — e nós temos falta de técnicos em Angola. Possuímo-los distintos e dedicando o maior fervor e zelo à função, é certo — mas são poucos — e, na generalidade, mal remunerados.

Precisamos de muito maior número de engenheiros especializados, de agrónomos e de silvicultores, de médicos veterinários, de regentes agrícolas e florestais, de práticos e de capatazes.

\*

A armadura industrial da Colónia é mais do que precária.

Dir-se-ia que sistemáticamente se tem evitado a industrialização, contra os mais elementares princípios da valorização económica, sob falsos conceitos de protecção a determinadas indústrias da Metrópole, por vezes até sob critérios que não é fácil nem talvez possível descortinar.

Importam-se em Angola muitos artigos que pesam na sua economia e que bem podiam ser ali fabricados.

Certas matérias primas podiam ser ali transformadas, valorizando a exportação.

No entanto, não faltam na Colónia iniciativas interessantíssimas de indústrias várias que conviria alentar e fortalecer, por conveniente atracção de capitais e organização de crédito, facilidades e medidas de fomento, dentro de bem orientada política económica.

E porque tudo isso falta, e porque tantas das questões vitais se encontram ali por solucionar, umas porque se não consideraram, sequer, outras porque sobre elas têm incidido acções dispersas e por vezes desordenadas e lhes falta a necessária continuidade — a economia da Colónia, não obstante o esforço admirável dos que nela trabalham, cada vez mais forte e empreendedor, não apresenta bases suficientemente fortes que a imunizem das perturbações ou surpresas que a maré do mundo lhes traga de fora.

E se a maré foi alta, mercê, em grande parte, da anormalidade dos últimos anos, tudo indica que, a não a barrarmos por novos rumos e acção diversa, a baixa se aproxima.

\*

Neste rescaldo da guerra, em que os arranjos da paz são ainda a preocupação dominante dos homens responsáveis, é cedo, talvez, para fundadas previsões sobre o regime do mundo no futuro próximo.

A ninguém é dado antever se ele assentará, de facto, em bases de segurança que garantam a paz, tendo por incontestada a eficiência da organização mundial com que se procura evitar a guerra, ou, pelo contrário, se, a despeito de todas as diligências para uma nova era de equilíbrio entre os povos, se persistirá, afinal, naquela instabilidade que em nossos dias levou às duas maiores conflagrações de

todos os tempos e que, entre tanta devastação e o espectro de milhões de vidas ceifadas, ameaçou destruir os fundamentos materiais e morais da própria civilização.

Nesta hipótese, seria de novo a guerra, é certo, e com ela a desoladora conclusão de o sangue derramado em seis anos de luta se ter vertido em vão — mas, nem por grandes que sejam as razões de ordem moral em contrário, ou por muito que perdure a trágica lembrança dos horrores e crueldades que o mundo sofreu, por nítida que surja a visão do desmoronamento total que resultaria de uma nova conflagração, dado o carácter integral que a guerra tomou e os meios que a ciência e a técnica das armas puseram à sua disposição — nem por isso poderá, infelizmente, deixar de admitir-se a ideia de que ela se torne de novo em sombria realidade — tão forte é a divergência de conceitos e o antagonismo de interesses, tantos deles ocultos, em jogo entre as Nações.

E se, na ansiedade e apreensões do momento que passa, as novas bases da organização mundial são ainda uma incógnita em seus previsíveis resultados, mais nebuloso e incerto se afigura o sistema económico que vier a nascer desta guerra, como centro de comando do social e político, ou fulcro irradiante de novos princípios em que firmar a segurança dos povos.

Hoje, como sempre, e talvez mais do que nunca, é o factor económico que domina o social e o político.

Se, na verdade, dentro de novo sistema, como garantia da paz, se deseja a solução dos grandes problemas do espírito, por mais perfeito sentido dos direitos individuais que a cada um garanta um mínimo de condições de vida imposto pela dignidade humana, nos múltiplos aspectos das suas exigências — direitos políticos, direito ao trabalho, educação e assistência em todas as suas complexas modalidades — há que alicerçá-la, no campo económico, por estreita colaboração e sentimentos de solidariedade internacionais que permitam a justa utilização dos recursos e forças naturais de cada povo.

Até que ponto e em que sentido serão bem sucedidos os esforços que se desenham para uma íntima comunhão das Nações, de que resulte uma nova concepção económica do mundo?

Caminhamos, de facto, para uma racionalização geral, com base na divisão do trabalho e em que se atenda à massa populacional de cada um dos países, aos seus capitais, aptidões especializadas e utilização dos recursos e riquezas a explorar?

Em que princípios assentará essa divisão e a utilização dos recursos de cada um?

Até que ponto o condicionamento restringirá a liberdade dos povos ou afectará a sua personalidade económica?

Qual o tratamento ou distinção que dentro dele virão a sofrer as grandes e pequenas Nações?

Que espécie de restrições poderá ser imposta às pautas aduaneiras que lhes tire o carácter de instrumento da guerra económica em que o mundo tem vivido?

Em especial, para os países coloniais, a que regime será sujeita a utilização das matérias primas?

Liberdade de industrialização e comércio próprios, ou condicionamento e *contrôle* na distribuição para benefício geral?

Estas e tantas outras conjecturas são outras tantas incógnitas que surgem na solução dos problemas fundamentais e até dos subsidiários de uma nova organização económica do mundo.

Sem dúvida, que ela terá de assentar num sistema de segurança internacional, como *subtractum* da paz, e que esse sistema foi já delineado e firmado na Conferência de São Francisco pela quase totalidade dos países — os que a essa Conferência foi dado assistir e de que, infelizmente, Portugal foi excluído.

Mas, resta saber até que ponto poderá chegar a eficiência dos organismos que ali se criaram e se, para cúpula do grande edifício que se pretende construir, em que se consubstancia uma nova concepção económica e correspondente

organização, será possível conjugar os interesses dos povos, tão dispares eles se apresentam e tão fortemente se entrecrocaram.

Não deverá, até, infelizmente, por-se de parte ou ter-se por descabida a hipótese de os interesses em jogo impedirem uma justa solução dos problemas e termos de admitir qualquer fictício acordo ou assistir de novo às autarquias, *dumpings*, guerras de tarifas, contingentes e pautas protecionistas — toda essa armadura defensiva e meios de ataque da guerra económica que têm o seu epílogo na guerra armada.

Não esqueçamos que, sem a solução económica, todas as fórmulas jurídicas ou convenções internacionais que pretendam assegurar a paz ruirão perante as exigências prementes dos povos e até as desmedidas ambições de alguns.

A História no-lo indica.

Foi assim com a Conferência de Haia.

Voltou a sê-lo com a Sociedade das Nações.

Sê-lo-á, de novo, com os resultados de São Francisco, se dos arranjos internacionais não resultar um sistema com base na justiça, nos princípios morais e no respeito pelos legítimos direitos das Nações.

Não esqueçamos, ainda, que os fenómenos e os acontecimentos da História, nem sempre obedecem aos intuitos ou desejos dos que se julgam seus árbitros ou de algum modo pretendem conduzi-los.

É no subconsciente das massas, nas ideias dominantes do bem e da justiça que nelas vivem como verdades eternas e leis imutáveis de que transcendem o culto das liberdades e o respeito pelos direitos e dignidade humana, que residem a força propulsora ou determinismo dos fenómenos e acontecimentos que comandam a evolução da Humanidade.

E, porque nem sempre os homens responsáveis sabem ou querem encarar essas ideias ou sentimentos, é que a obra de alguns, por maior que seja a força em que se julgam escudados, redundam, por vezes, em tragédia.



Esta guerra, na faceta ideológica que nos oferece e até pelas suas determinantes de ordem económica, está bem no quadro da verdade que vimos de enunciar.

\*

Pelo panorama que o após guerra faz já desenhar e por quanto é possível antever, não somos dos que crêem firmemente numa nova concepção económica, com base em íntima colaboração e solidariedade internacionais, levando a descrença ao ponto de admitirmos a luta económica e o *statu quo*, mais ou menos temperado, em que as Nações antes se degladiavam.

Qualquer que seja, porém, o futuro regime do mundo, quer se mantenha a livre concorrência dos mercados, com as restrições impostas pela defesa económica dos diferentes países, quer se caminhe para o condicionamento que derive de um novo sistema mundial, a análise da situação de Angola, a não operarmos nela uma profunda remodelação de processos, leva-nos à conclusão, repetimos, de que a colónia se encontra à beira de mais uma das suas periódicas e amiguadas crises.

Se não é cedo para a evitar — para isso sendo até, possivelmente, já demasiado tarde — é, pelo menos, tempo de não sujeitar a maiores delongas a reconstrução da economia de Angola, que a conduza, de futuro, ao desenvolvimento correspondente às suas imensas possibilidades e lhe permita, de momento, reagir contra as causas que ameaçam o desafogo de que ela presentemente disfruta ou, pelo menos, atenuar as consequências de uma crise que tudo indica vir a dar-se em futuro próximo.

\*

Para tanto, será necessário enfrentar, desde já, as grandes realizações que os múltiplos e complexos problemas demandam para a sua equilibrada e honesta e digna solução, para

muitos deles a longo prazo, obrigando a metódica atuação, durante anos, e à consequente garantia de continuidade e dos meios necessários para a efectivar.

Essa tarefa, que o interesse nacional instantaneamente reclama, pertence ao Estado — por largo programa de fomento e de reformas na administração da Colónia.

\*

Uma vez delineado o plano, teremos de capacitar-nos de que a execução se não compadece com o vício já tradicional da excessiva e descabida concentração de poderes no Governo Central — centralização que tem sido, através dos tempos, o mais pernicioso dos males que pesam na administração Colonial.

É preciso apercebermo-nos do salutar conceito de que, do Terreiro do Paço, se governam as Colónias, sim, pelas directivas de ordem geral, política e administrativa que ao Poder Central, naturalmente, competem — mas que do Terreiro do Paço se não governa, nem pode governar-se nenhuma das Colónias em separado. Essa é a função dos que são colocados à frente de cada uma delas, para as dirigir e comandar.

Não é na Metrópole, onde a imagem dos problemas, as condições que os rodeiam e os factores que neles influem surgem deformados pela distância e pelo tempo e a miúdo pelos canais de uma burocracia lenta e irritante, tantas vezes inútil e até nociva, que as exigências vitais da administração se podem fielmente aperceber — mas, *in loco*, pelo contacto imediato e premente das questões, pela visão directa das realidades, pelo equilibrado conceito das proporções.

Longe de se diminuir a função pela limitação tantas vezes absurda e asfixiante da acção dos Governadores Coloniais, há, pelo contrário, que dignificá-la e prestigiá-la ao máximo, por largas atribuições criadoras do interesse, da iniciativa e do estímulo no exercício da governação.

\*

Daí, a necessidade de rigorosíssimo critério na seleção dos homens chamados à delicada missão de governo no Ultramar e na exigência das responsabilidades que assumem.

Competência, em alto grau, é indispensável.

Mas ela só não basta.

Há que juntar-lhe predicados especiais de envergadura, de firmeza e de personalidade, de dinamismo e de acção, consubstanciados no culto devotado do cargo, alguma coisa mais do que cumprir, imensamente mais do que isso, por que é integralmente cumprir, é sentir a função, amá-la e incarná-la nas múltiplas modalidades do exercício honrado e digno do governo — na probidade e na isenção, na rectidão e na justiça, no respeito pelos legítimos direitos dos governados, no acolhimento dos seus justos anseios e aspirações, na inteira consagração ao estudo e resolução dos problemas.

Só assim se servirá, digna e conscientemente, Angola e Portugal.

ÁLVARO MORNA

## NOTA SOBRE UMA SÉRIE DE FALSIFICAÇÕES DE ASSENTOS PAROQUIAIS

Julião de Mendanha, filho natural do Prior de Lavos, André Gomes de Mendanha, perfilhado por carta de D. Sebastião de 3 de Maio de 1577<sup>1</sup>, acompanhou este Rei a África, ficando cativo na batalha de Alcácer. Resgatado, serviu em Ceuta onde foi armado cavaleiro por Jorge Pessanha, do Conselho d'El-Rei, Capitão e Governador de Ceuta, «... como consta de humas certidoens que vi mandadas passar pelo dito Governador, e selladas com o sello de suas armas, huma feita por Fernão do Rego da dita cidade de Cepta aos 20 de Setembro de 1582, e outra escrita na mesma cidade por Manoel Correia aos 8 de Outubro de 1584»<sup>2</sup>.

Voltando à pátria, casou em Montemor-o-Velho com Catarina Vaz Portugal e nesta mesma vila morreu aos 28 de Março de 1614, e «... seu corpo está sepultado dentro desta Igr<sup>a</sup> da Madanela logo a entrada da porta principal a mão direita...»<sup>3</sup>, em «... sepultura propria que mandou fazer com letreiro em cima da campa ou pedra...»<sup>4</sup>, con-

---

<sup>1</sup> Registada na Torre do Tombo no Liv. 22 de *Perdões e Legitimações de D. Sebastião e D. Henrique*, a fl. 187.

<sup>2</sup> *Historia Manlienense...* por António Correia da Fonseca e Andrade, Liv. 12, Cap. 12, § 139. Diversos nobiliários referem os mesmos factos.

<sup>3</sup> *1.º Liv. dos Assentos Paroquiais da freg. da Madalena, de Montemor-o-Velho*, no Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>4</sup> *Processo para Familiar do Santo Officio*, do Capitão Manuel de Mendanha, no Arq. da T. do T., maço 37, n.º 821.

forme diz o Comissário do Santo Ofício e Prior da freguesia da Madalena, da vila de Montemor-o-Velho, P.<sup>o</sup> Dionísio Gomes d'Almeida, a 26 de Abril de 1694.

Teve Julião de Mendanha, de sua mulher, pelo menos 7 filhos, que nos séculos xvii e xviii deixaram numerosíssima descendência, quase toda fixada em Montemor-o-Velho, e composta de inúmeros padres, frades, freiras, Familiares do Santo Ofício, Provedores da Misericórdia, escrivães, tabeliães, Capitães do Terço e das Ordenanças, etc.

Ao estudar esta descendência, a única que julgava chegar aos nossos dias, descobri uma série de falsificações em assentos de baptismo e de recebimento.

Não foi contudo o interesse genealógico que me levou a coligir estas notas, pois esse é pequeno, mas sim o estudo das falsificações em si e por ver que mesmo com os assentos paroquiais, como documentos autênticos, em regra geral fidedignos, se deve verificar a sua autenticidade mormente se só os conhecemos através de certidões.

E com razão o digo, pois no meu pequeno estudo sobre os «Mendanhas do Campo de Coimbra», tendo sido feito o seu § 2.<sup>o</sup> sobre «certidões autênticas» chego hoje à conclusão de que, se as certidões eram autênticas, não o eram os documentos que elas tresladavam, e assim esse § 2.<sup>o</sup> não deveria existir.

São 9 as falsificações, feitas em livros de 5 freguesias, das quais 3 em Montemor-o-Velho (S. Martinho, Madalena e Salvador), e as restantes em livros das freguesias de Ancião e de Figueiró dos Vinhos.

Como foram elas feitas? Quase todas, isto é, em 8 casos, foram feitas arrancando a página, safando o mais possível o assento primitivo, no todo ou em parte, possivelmente com um agente químico, e depois escrevendo o assento como interessava, tornando a colar a folha no respectivo sítio.

O nono assento não se pode propriamente dizer que esteja viciado, visto ser uma declaração, escrita em papel diferente do do livro, sem paginação, intercalado entre duas folhas dele, e escrito em época posterior.

Deixando para o final este último, os assentos viciados são, por ordem cronológica, os seguintes:

## I

Izidora. Aos tres dias do mez de Fev<sup>o</sup> de mil seis  
 cento e setenta pus os Stos oleos a Izi-  
 dora f<sup>a</sup> legitima do Capitão Thome Pr<sup>a</sup>  
 Rib<sup>o</sup> e de sua m<sup>er</sup> D. Izabel de Carv<sup>o</sup>  
 forão padrinhos o D<sup>mo</sup> Prior de S. Miguel / An<sup>to</sup>  
 Ferr<sup>a</sup> Baijão, e D. Leonarda Mes- / quita e p<sup>a</sup>  
 constar fis este que asigno / (a) O Prior Dionysio Gomes de Alm<sup>da</sup> /

Reprodução do doc. I

(à margem) — / Izidora / f<sup>a</sup> do Camp<sup>to</sup> (?) / Tomhe Pr<sup>a</sup> / Ribeiro /

(texto) — / Aos tres dias do mez de Fev<sup>o</sup> de mil seis / cento e setenta pus os Stos oleos a Izi- / dora f<sup>a</sup> legi- / tima do Capitão Thome Pr<sup>a</sup> / Rib<sup>o</sup> e de sua m<sup>er</sup> D. Izabel de Carv<sup>o</sup> / forão padrinhos o D<sup>mo</sup> Prior de S. Miguel / An<sup>to</sup> Ferr<sup>a</sup> Baijão, e D. Leonarda Mes- / quita e p<sup>a</sup> constar fis este que asigno / (a) O Prior Dionysio Gomes de Alm<sup>da</sup> /

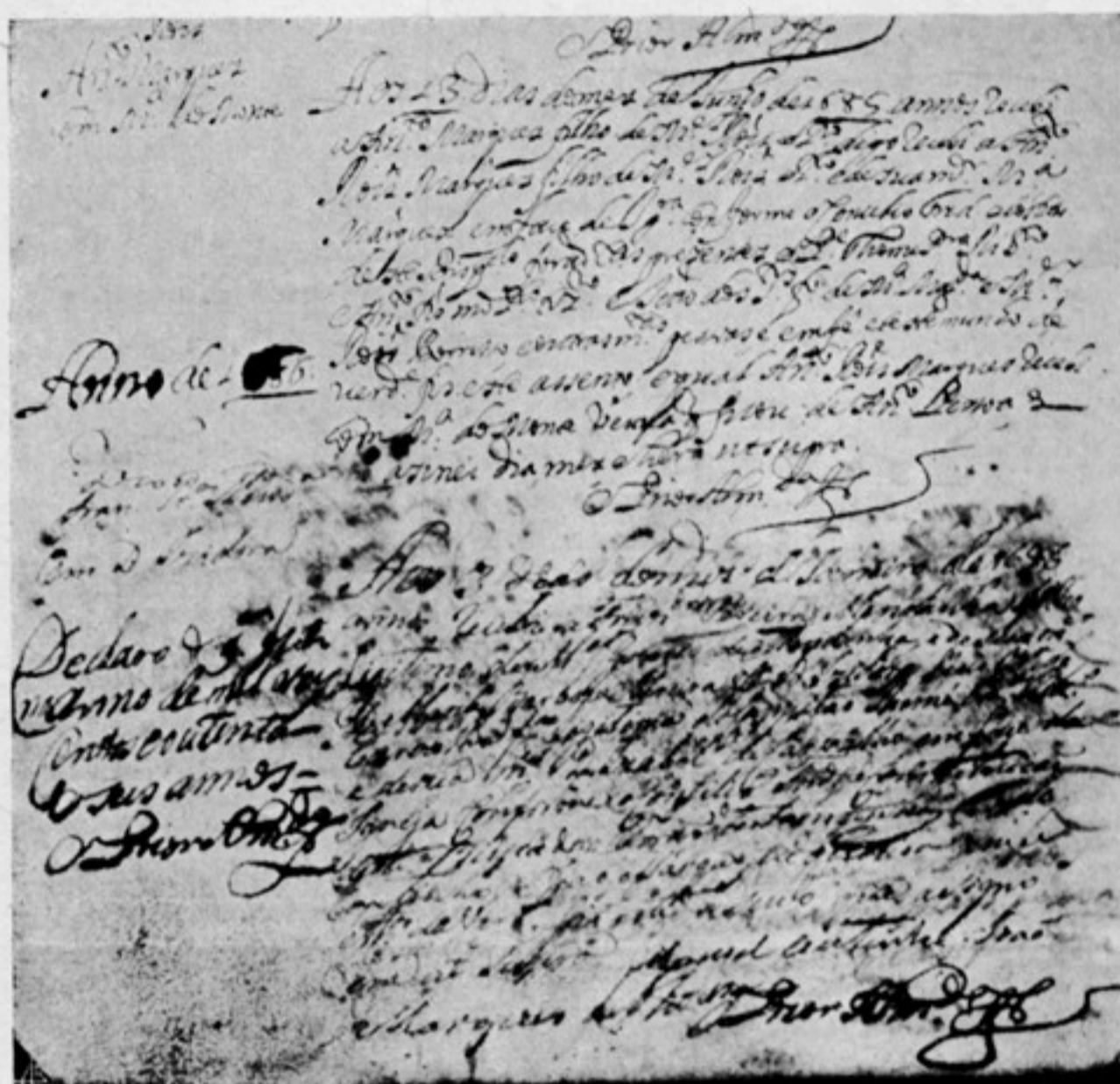
Está este assento no 1.º tomo dos assentos paroquiais da freguesia da Madalena, de Montemor-o-Velho, a fl. 26. O produto usado para apagar o assento primitivo atacou também o assento situado no verso que se acha um pouco apagado. A letra é diferente da dos outros assentos e a tinta é mais escura o que se pode verificar facilmente, visto terem ficado na parte da página que ficou aderente ao livro, ao ser rasgada a folha, algumas poucas letras do assento primitivo. A assinatura do prior parece-me falsa. Do primitivo assento ainda, com custo e com reservas, se pode ler: à margem, «... filho de Andre go / mes Mendanha / irmão (irmã?) da May do Pº / Mº de Freitas e Mendanha /». Julgo contudo ser isto resto de anotação, idêntica a outras em vários assentos desta família, que devem ter sido feitas no século XVIII. No texto o nome primitivo parece terminar em «... na» e a data ser «... aos 27 de 8ºbro...»

## II

(à margem) — / Franco Prª Mendª / com D. Izidora / Declaro qº feito / no anno de mil seis / centos e outenta / e seis annos / o Prior Almªda /

(texto) / — Aos 3 dias do mez dJaneiro de 1686 / annos recebi a Franco Pereira Mendanha filho / Ligitimo de Mº Gomes de Mendanha, e de sua mº / D. Maria Barboza Pereira Cº D. Izidora Luis Prª de / Carvalho fª legitima do Cappitão Thomé Prª Ribº / e de sua mº D. Izabel de Carvalho em face da / Igreja Conforme o Concilio Trid e Constituições / deste Bispado. Forão testemunhos Mº / Coutinho e João Marques de Oliveira em fé / e ttºs de verdº fis este asento que asigno / era ut supra / (a) Manoel Coutinho (a) João / Marques de Oliveira / (a) o Prior Almªda /

Este assento está no mesmo tomo 1.º dos assentos paroquiais da freguesia da Madalena, de Montemor-o Velho, em uma fl. 84 v.



Reprodução do doc. II

O assento do verso também ficou bastante apagado. A letra, tinta e assinaturas são nitidamente diversas das dos outros assentos próximos, em nenhum deles aparecendo testemunhas a assinar. Do assento primitivo não consegui perceber qualquer palavra, somente uma ou outra letra.



## III



Reprodução do doc. III

(à margem) — / Coimbra / Bernar / do /  
 (texto) / — Em os dezoito do mes de Maio de sete centos  
 Baptizei / a Bernardo f<sup>o</sup> de Antonio de Magalhaes e de sua /  
 m<sup>er</sup> D. Clara ambos da freguezia de S. Bartolomeu / da  
 cid<sup>o</sup> de Coimbra: forao padrinhos Antonio de / Mello de  
 S. Paio e D. Maria Clara da Silva / padrinho desta fgr<sup>a</sup> e  
 a Madrinha da cid<sup>o</sup> / de Coimbra Mandei fazer este q<sup>o</sup> asigno /  
 era ut supra / (a) O Prior João Ant<sup>tes</sup> Cortez /

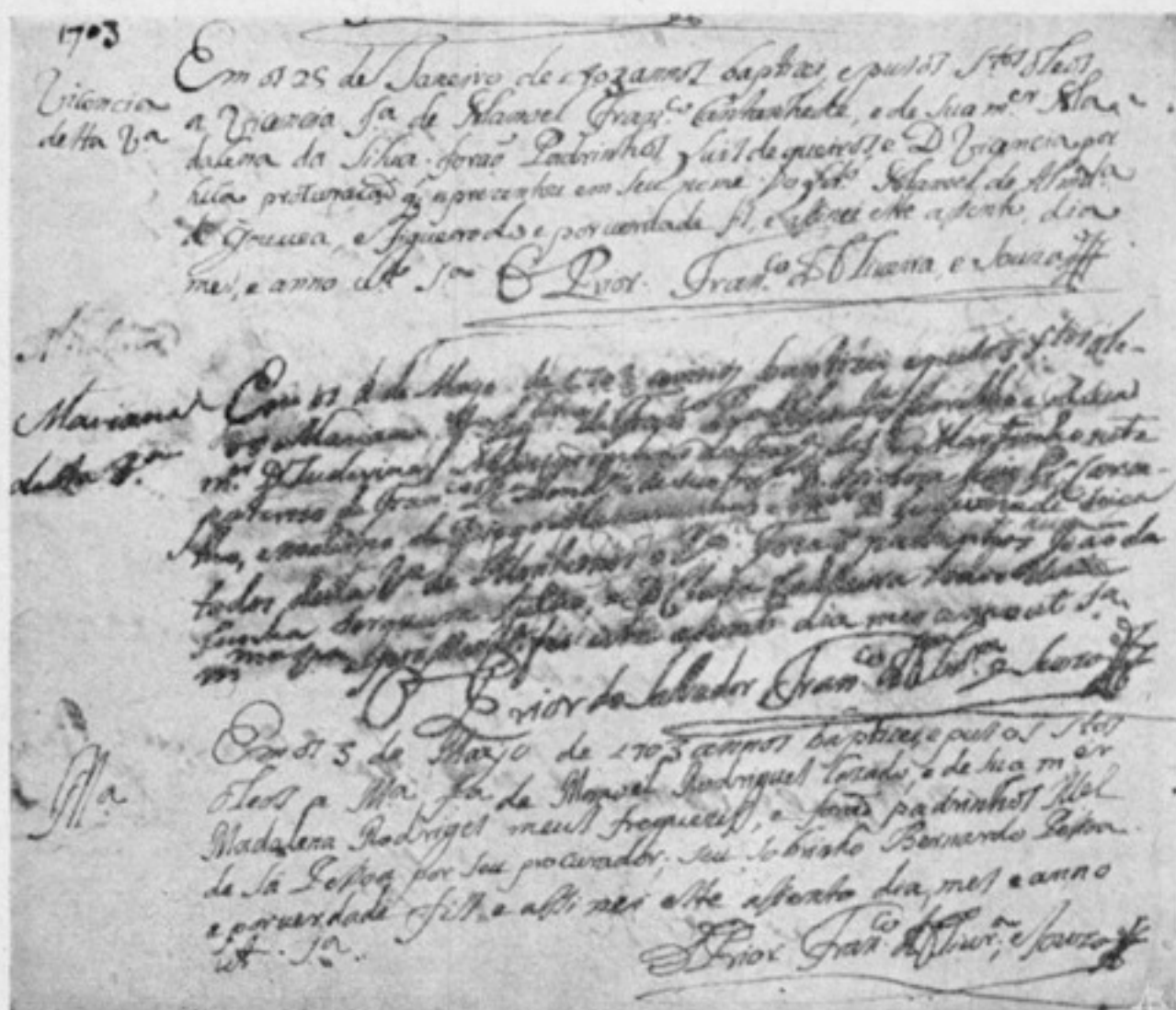
Encontra-se este assento no tomo 1.<sup>o</sup> dos assentos paroquiais da freguesia de Figueiró dos Vinhos a fl. 308.

Esta viciação é mais grosseira, quase apagando por completo o assento do verso. Parece que nem sequer houve a intenção de imitar a letra dos assentos mais próximos, exceptuando a assinatura do Prior que parece ter sido escrita por cima da do primitivo assento.

Este assento falsificado ocupa o espaço primitivamente ocupado por dois assentos, ambos de Marias, parecendo a primeira ser filha de António da Silva; à margem do segundo dos assentos primitivos ainda se percebe: « / Castinh<sup>ra</sup> / M<sup>a</sup> / ».

A cor da tinta pouco difere da dos assentos mais próximos, sendo contudo um pouco mais clara.

## IV



Reprodução do doc. IV

(à margem) — / Mariana / desta V<sup>a</sup> /

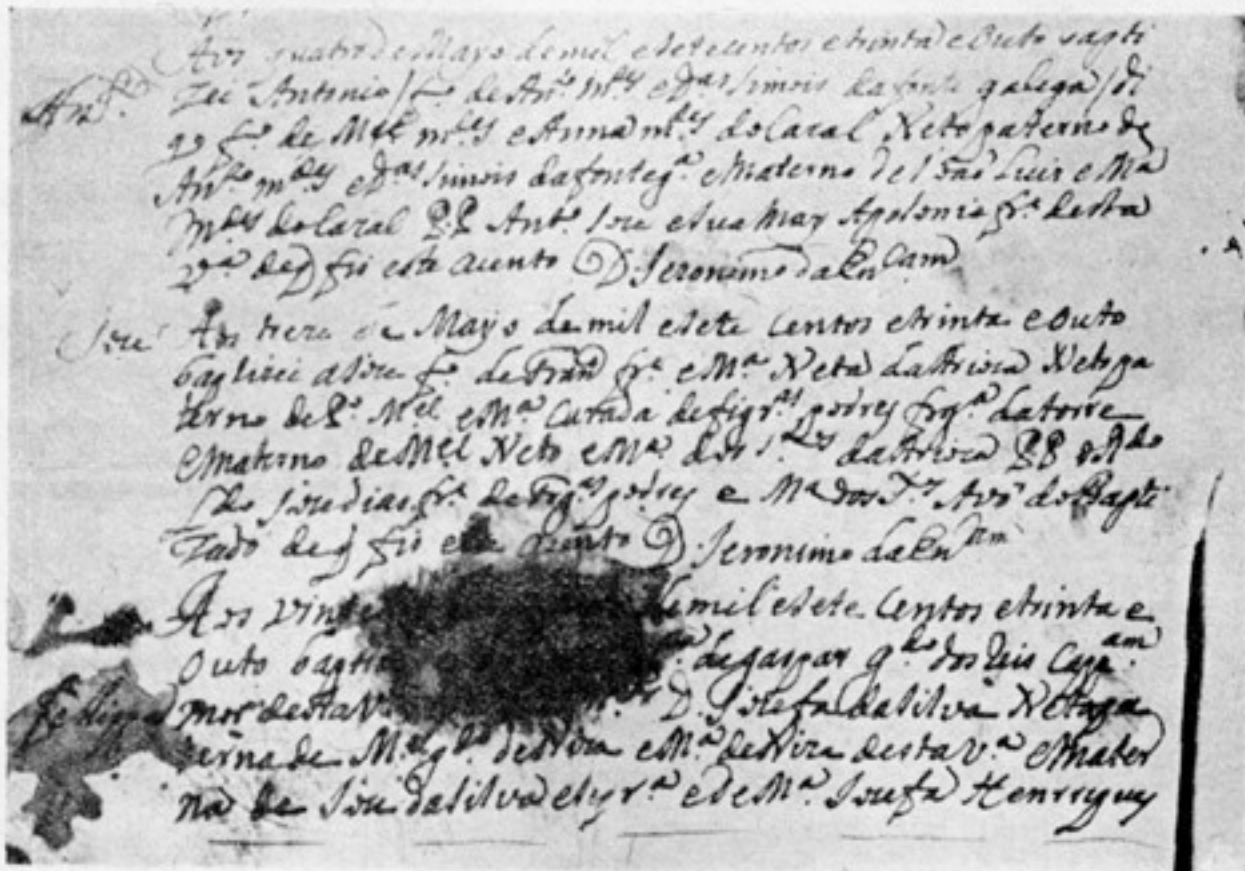
(texto) — Em os 2 de Mayo de 1703 annos baptizei e  
pus os S<sup>tos</sup> ole- / os a Mariana f<sup>a</sup> Leg<sup>tima</sup> de Fran<sup>co</sup> Pr<sup>a</sup>  
Mend<sup>a</sup> Carvalho e de sua / m<sup>er</sup> D. Ludevina Mascarenhas da  
Freg<sup>a</sup> de S. Martinho neta / paterno de Fran<sup>co</sup> Pr<sup>a</sup> Mend<sup>a</sup> e

de sua m<sup>er</sup> D. Izidóra Luis Pr<sup>a</sup> Carva / lho, e materno de Diogo Mascaranhas e m<sup>er</sup> D. Ludevina de Seica / todos desta V<sup>a</sup> de Montemor o V<sup>o</sup> Forão padrinhos João da / Cunha Serqueira Leitão, e D. Clara Caldeira todos desta / m<sup>ma</sup> V<sup>a</sup> e por verd<sup>e</sup> fis este asento dia mes anno ut s<sup>a</sup> / (a) O Prior do Salvador Fran<sup>co</sup> d'Oliv<sup>ra</sup> e Souza /

Este assento encontra-se no livro dos assentos paroquiais da freguesia do Salvador, de Montemor-o-Velho, de 1606 a 1758, a fl. 16 v. do 2.<sup>o</sup> caderno.

A letra é diferente da dos assentos mais próximos, e a tinta também, mais escura. A assinatura do Prior parece francamente falsificada. Do primitivo assento não consegui ler qualquer palavra, sòmente uma ou outra letra.

## V



Reprodução do doc. V

(à margem) — / fellippa / V<sup>a</sup> (?) /

(texto) / — Aos vinte e 21 de Mayo de mil e setecentos e trinta e / outo baptizei a fellippa f<sup>a</sup> de gaspar g<sup>do</sup> dos reis

capp<sup>am</sup> / mor desta V<sup>a</sup> e de sua M<sup>er</sup> D. Josefa da Silva Neta  
 pa / terna de M<sup>el</sup> g<sup>do</sup> de Niza e M<sup>a</sup> de Niza desta V<sup>a</sup> e  
 Mater / na de José da Silva e Seqr<sup>a</sup> e de M<sup>a</sup> Josefa Henrri-  
 ques / da quinta da Sarzeda frg<sup>a</sup> de Almoster P. P. M<sup>el</sup> /  
 de Saã Pr<sup>a</sup> de Condeixa e Antonio rois May da Cid<sup>e</sup> / de  
 Lx<sup>a</sup> pellos quais tocou o R<sup>do</sup> P<sup>e</sup> Henrrique g<sup>do</sup> desta / V<sup>a</sup> de  
 q fis este acento / (a) D. Jeronimo da En<sup>cam</sup> /

Acha-se este assento no livro de assentos de baptismo, da freguesia de Anciã, de 1723 a 1764, a fls. 78 v e 79 do 1.º caderno.

Esta viciação foi feita de uma maneira um pouco diferente, pois arrancada a fl. 78, não foi todo o assento apagado, mas somente as poucas palavras que havia necessidade ou conveniência de substituir, e uma ou outra que estava mais próxima. Assim só foi safada a parte na margem e no texto que continha o nome do baptizando pelo que no último só se acha escrito de novo: «21 de Mayo» na 1.<sup>a</sup> linha, e «a fellippa» na 2.<sup>a</sup> linha.

A parte viciada, ou foi rasgada ou o produto químico usado fez com que ficasse um orifício que foi tapado com dois pedaços de papel, um do lado da fl. 78 e outro do lado da fl. 78 v, e colados com uma cola que lembra o colódio, pelo brilho e consistência. Por cima deste remendo, tanto dum lado como do outro, é que foi escrito o que actualmente lá se encontra.

Na margem o nome foi também apagado, por agente físico ou químico, mas de tal maneira que também ficou um pequeno orifício. Abaixo deste é que foi escrito o actual nome, «fellippa» não parecendo a letra a mesma da dos outros assentos. Na margem, do primitivo nome ainda se pode ler «Maria...» (correspondendo os... a um orifício), pelo que presumo fosse este o assento de baptismo de D. Mariana Josefa da Silva e Sequeira<sup>1</sup>, que nunca encontrei.

<sup>1</sup> Cfr. *Mendanhas do Campo de Coimbra*, n.º 11, pág. 38.



e sete centos e sincoenta e hum annos nesta fregue- / zia de Sam Martinho desta villa baptizou e pos / os santos olleos o Reverendo Vigario Dom Francisco / Xavier de Sam Bento da dita Freguesia a Antonio / filho legitimo de José Bras Vellozo Goes Mend<sup>a</sup> Pe / reira Carv<sup>o</sup> e sua m<sup>er</sup> D. Maria Barbuda da Sil / va desta Freg<sup>a</sup> de S. Martinho: neto paterno de / João Vellozo, e de sua m<sup>er</sup> D. Mariana de Men- / danha Pereira Carv<sup>o</sup> e materno de Thomas da / Silva, e de sua m<sup>er</sup> D. Barbora Barbude / todos desta Villa de Montemor o Velho. Fo / rão padrinhos João Corr<sup>a</sup> e D. Belarmina de / Faria desta mesma Villa e são Tios ambos / do dito baptizado, e ambos desta freguezia naceo / o dito baptizado aos des do dito mes e anno: foram / testemunhas que assestiram ao dito baptismo o Re- / verendo Joseph Giram da freguezia do Salvador / desta villa, e Fernando Simois desta Freguezia / que assignaram aqui comigo e para constar fis / este assento que assignej Montemor ovelho dia / mes anno ut supra / (a) o P<sup>e</sup> Cura Ant<sup>o</sup> Ferrão / (a) o P<sup>e</sup> Joseph Giram / (a) Fernando Simois /

Este assento encontra-se no livro dos baptismos da freguesia de S. Martinho, de Montemor o-Velho, de 1661 a 1781, numa fl. 35.

Como nos demais, foi a folha arrancada, tendo contudo o produto com que foi tratada atingido somente as linhas 6.<sup>a</sup> à 13.<sup>a</sup> ou 14.<sup>a</sup>, e as linhas correspondentes no verso da folha. Contudo, nas outras linhas foi o texto recoberto a tinta ficando o traço muito mais grosso e mais escuro do que nos assentos mais próximos. A escrita nas linhas 6.<sup>a</sup> à 13.<sup>a</sup> ou 14.<sup>a</sup> é em traço mais fino se bem que a cor da tinta seja a mesma, e só sob estas linhas se divisa uma ou outra letra do primitivo assento. A numeração da folha e respectiva rubrica não foram viciadas. D. Francisco Xavier de S. Bento, foi realmente Vigário de S. Martinho, aparecendo a assinar outros assentos (v. g. a fl. 33 v., deste mesmo livro). As assinaturas devem ter sido também recobertas a tinta.

VII

1844  
 1845  
 1846  
 1847  
 1848  
 1849  
 1850  
 1851  
 1852  
 1853  
 1854  
 1855  
 1856  
 1857  
 1858  
 1859  
 1860  
 1861  
 1862  
 1863  
 1864  
 1865  
 1866  
 1867  
 1868  
 1869  
 1870  
 1871  
 1872  
 1873  
 1874  
 1875  
 1876  
 1877  
 1878  
 1879  
 1880  
 1881  
 1882  
 1883  
 1884  
 1885  
 1886  
 1887  
 1888  
 1889  
 1890  
 1891  
 1892  
 1893  
 1894  
 1895  
 1896  
 1897  
 1898  
 1899  
 1900
 
 Em os quatro de Junho de mil sete sentos e sin / coenta e sete annos se receberão em m<sup>a</sup> presença / com / autorização do Reverendo Parroco Bernar- / do de Souza Magalhães filho de Antonio de Maga- / lhães e de sua m<sup>er</sup> D. Clára da freguezia de S. Bar / tolomeu da Cid<sup>e</sup> de Coim- / bra, com D. Felipa Tareza / de Jesus f<sup>a</sup> de Gaspár Godinho  
 D. Antonio da Covilhã  
 En os quatro dias de Junho de mil e setenta e sete

Reprodução do doc. VII

(à margem nada aparece escrito).

(texto) — Em os quatro de Junho de mil sete sentos e sin / coenta e sete annos se receberão em m<sup>a</sup> presença / com autorização do Reverendo Parroco Bernar- / do de Souza Magalhães filho de Antonio de Maga- / lhães e de sua m<sup>er</sup> D. Clára da freguezia de S. Bar / tolomeu da Cid<sup>e</sup> de Coim- / bra, com D. Felipa Tareza / de Jesus f<sup>a</sup> de Gaspár Godinho

do Reis Capitão / Mór desta V<sup>a</sup>, e de sua m<sup>er</sup> D. Jozefa da Silva / ambos desta V<sup>a</sup> forão test<sup>as</sup> presentes o D<sup>r</sup> An- / t<sup>o</sup> Roiz, e Jozé Fortado de Abiul p<sup>a</sup> constar fis / esta q̄ assigno era ut supra o Encomendado / (a) P<sup>o</sup> Antonio da Circunçizão /

Está este assento a fl. 83, do 4.<sup>o</sup> caderno do 1.<sup>o</sup> livro dos recebimentos da freguesia de Anciã, de 1602 a 1763.

É das mais grosseiras falsificações de todas as encontradas, tendo sido praticamente apagado o assento correspondente no verso da folha.

Nem se tentou imitar a letra; não assinam testemunhas, ao contrário dos demais assentos em que assina pelo menos uma, e, regra geral, duas; o Padre que assina este assento não aparece a assinar os assentos mais próximos.

Aqui e acolá percebe-se uma ou outra letra do assento primitivo e talvez: «Em os sete dias do mes de...» «...Thomasia...» «...na Cid<sup>e</sup> de Coimbra...»

Quanto à data está na devida altura. Nada me repugna a crer que o assento primitivo fosse o do casamento de D. Mariana Josefa da Silva e Sequeira, que presumivelmente casou em Anciã, depois de 31 de Julho de 1756, data do baptismo de seu primeiro filho, José, estando ela «...apregoadá p<sup>a</sup> casar...» e tendo «...nomeado por Pay do menino a Sulpicio José Pim<sup>el</sup>...», e antes de 2 de Janeiro de 1760 data do baptismo de seu segundo filho, António, que já aparece como filho legítimo dos dois. Ambos estes filhos foram baptizados em Anciã onde viviam os pais.

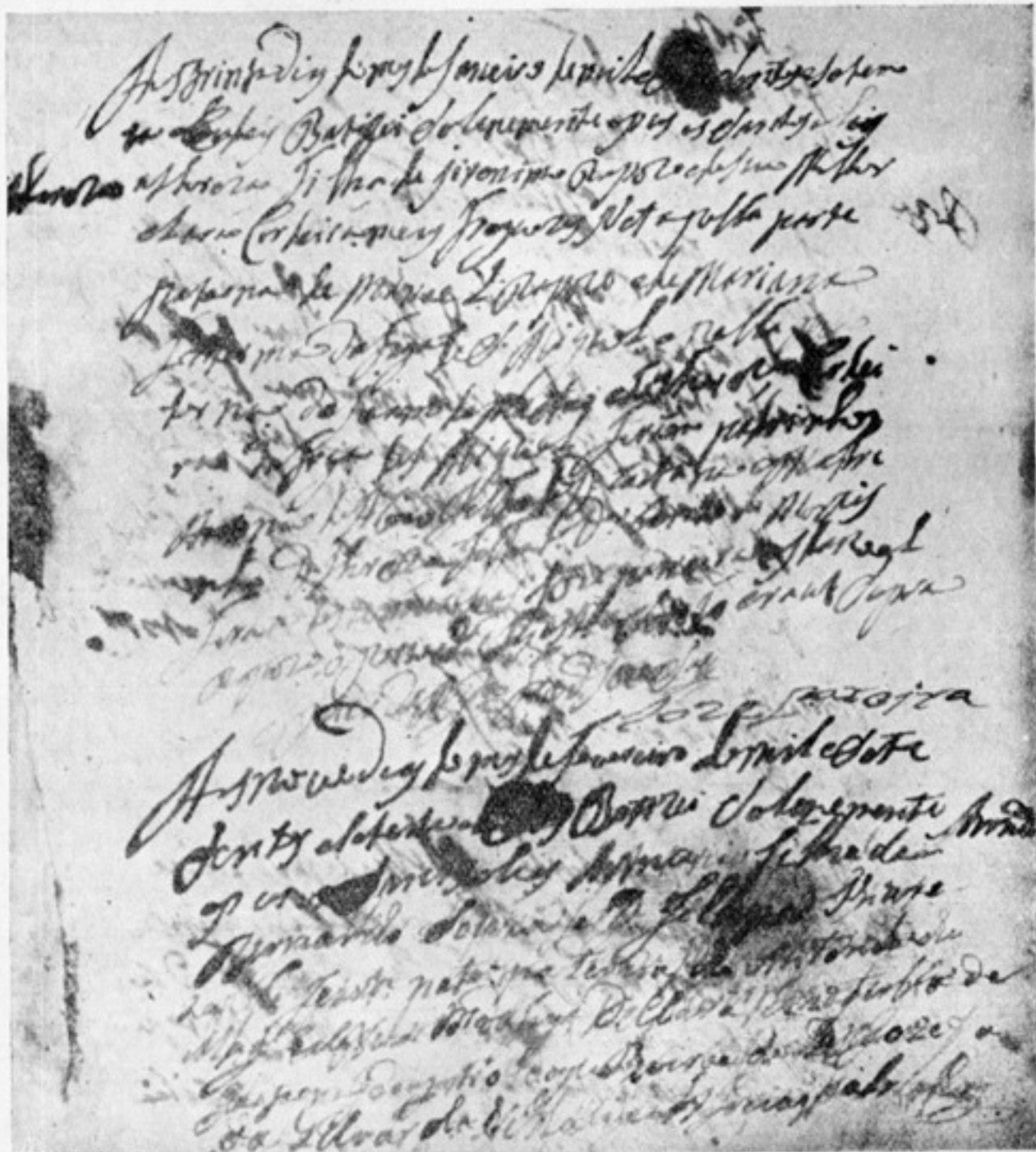
## VIII

(à margem) — / Anna /

(texto) / — Aos nove dias do mes de Fevereiro de mil e sete / sentos e setenta e (...) Batisei solenemente / e puz os (...)antos olios Anna filha de / Bernardo Souza e D. fellipa There- / za de Jesus neta paterna de Antonio de / Mag<sup>es</sup> e de sua molher D. Clara e materno de / Gaspar Godinho dos



Reis e de D. Jozefa / da Silva da Villa de Anciãõ padri-  
nhos / (passa ao verso da folha aproveitando o assento pri-  
mitivo sem viciação) Senhor da paciencia tochou o pº José



Reprodução do doc. VIII

Pessoa da Silva / Madrinha Margarida Josefa filha de José  
peixoto / da Silva tochou por ella seu irmão o Dr José  
Ca / etano peixoto da Silva testemunhas José parreira / e  
por verdº Fiz este assento era ut supra. / (a) o Prior da  
Mag<sup>da</sup> Franco José (?) / (a) José parreira /

Acha-se este assento a fls. 79 e 79 v do livro dos assentos paroquiais da freguesia da Madalena, de Montemor-o-Velho, de 1747 a 1789.

Esta falsificação é também muito imperfeita custando mesmo a decifrar o que está escrito. A unidade da data não se percebe em virtude de um borrão de tinta, e as datas dos assentos mais próximos estão emendadas na unidade, para 6 (1776), quando o assento mais próximo não emendado é de 1771, o anterior, e de 1772 o seguinte. Os que estão emendados estão-no para a data parecer 1776. Na altura própria, fls. 90 v e seguintes, aparece o ano de 1776.

Só o fundo da fl. 79 foi tratado e viciado, tendo o assento correspondente no verso quase desaparecido. Como o alto da fl. 79 v se referia aos padrinhos, não foi esta parte viciada.

Como já tive ocasião de dizer, foram estes 8 assentos aqueles em que a viciação foi feita de maneira idêntica, arrancando a página.

O assento que se segue foi intercalado posteriormente.

## IX

(Texto) — / Certifico e juro em sacris eu o Padre An- / tonio da Silva, no primeiro de Agosto de / mil çete çentos e vinte recebi por Ordem / do Ex<sup>mo</sup> Senhor Bispo, e licenca do Rd<sup>o</sup> Sñr / Vigario a João Vellozo filho legitimo de / M<sup>el</sup> Dias Vellozo, e de sua Molher D. An / na Cardóza da Villa de Tentugal com D. Ma / riana de Mendanha Pereira Carvalho filha / legitima de Francisco Pereira de Mendanha / Carvalho, e de sua m<sup>er</sup> D. Iudevina Masca- / ranhas desta Villa de Montemor-o-Velho fo- / rão testemunhas presentes, e que aqui asi- / gnarão Manuel de Seixas e Joaquim da Cos- / ta todos desta mesma Villa de Montemor o Velho / aos quinze de Agosto de mil cete centos e vinte / (a) Manoel de Seixas / (a) Joaq<sup>m</sup> Costa / Eu o Padre Antonio da Silva que fiz / este acento e o certifico e juro / (a) Padre Antonio da Silva.

Este assento encontra-se colado entre as fls. 128 v e 129 do 2.º livro dos assentos paroquiais da freguesia de S. Martinho, de Montemor-o-Velho.

Certifico, e juro em sacrosancta e P. de  
 tondo de Silva, no primeiro de Agosto de  
 mil e cento e vinte e seis. Por ordem  
 do Sr. Senhor Bispo, e de sua Magestade  
 Real a João Vellozo filho legitimo de  
 M.ª D.ª Vellozo, e de sua Mother D.ª  
 na Cardosa da Villa de Funchal com Villa-  
 riana filha de Lourenço Pereira Garvalho filho  
 legitimo de Francisco Pereira de Almeida  
 Garvalho, e de sua m.ª D.ª Ludivina Mascara-  
 ranha de Vila Rica de Montemor o Velho fo-  
 raõ testamentos presentes, e que aqui ladi-  
 garão Manoel de Seixas e Joaquin de Al-  
 ta todos desta mesma Villa de Montemor o Velho  
 aos quinze de Agosto de mil e cento e vinte e seis

Manoel de Seixas  
 Joaquin de Al-  
 ta  
 Eu o Padre Antonio da Silva que foi  
 est. aucto, e certificado juro.  
 Padre Antonio da Silva

Reprodução do doc. IX

A folha onde está escrito, sem numeração, é de papel diferente das que compõem o livro; mais branco e parecendo mais moderno. Se ambos os papéis são «vergés» o da folha intercalada tem uma marca de água, grande, que não encontrei em *Les Filigranes* de M. Briquet, nem em

*O Papel como elemento de identificação* de Arnaldo de Faria de Ataíde e Melo. As folhas que compõem este livro não têm, em regra, marca de água; uma por outra têm-na, contudo mais pequena e diferente da da folha intercalada.

Sendo a data deste assento 15 de Agosto de 1720, as datas dos assentos mais próximos são 23 de Setembro de 1723 e 10 de Outubro de 1723.

Quanto à caligrafia, a do assento intercalado é sem dúvida de uma data muito mais moderna do que a de 1720. Parece-me dos fins do século XVIII ou princípios do século XIX. Quanto à assinatura da testemunha Manuel de Seixas, que também assina no assento verdadeiro do casamento de João Veloso em 1717, neste assento, ou é falsa, ou na realidade essa testemunha era muito mais idosa. Não encontrei a assinar outros assentos o Padre António da Silva.

Transcritos os assentos viciados, devo frisar que embora muitos assentos autênticos apareçam, outros foram sem dúvida rasgados dos livros respectivos e inutilizados. Um pelo menos encontrei num arquivo particular, a que me referi em nota a pág. 40 de *Mendanhas do Campo de Coimbra*, que na realidade falta no respectivo livro de Ancião entre fls. 45 e 47. Era o assento de casamento de D. Maria da Tocha da Silva e Sequeira, filha de Sulpício José Pimentel e de D. Mariana da Silva e Sequeira, com Tomás Joaquim Alves, realizado na Capela do Sr. do Bom Fim, Capela da Quinta dos pais e avós de D. Mariana, a 17 de Maio de 1779.

\*

Vejamos agora os efeitos que produziram os assentos viciados sob o ponto de vista genealógico. Para maior comodidade junto duas árvores, uma feita segundo esses assentos falsos (A) e outra segundo os autênticos (B).

Pelos assentos I-II-IV-VI e IX entroncaram António de de Goes Mendanha nos Mendanhas de Julião de Mendanha. Para isso substituíram a verdadeira mulher de João Veloso,

Bernarda de Goes Caldeira, ou da Costa Caldeira, ou de Goes Mendanha, por D. Mariana de Mendanha Pereira de Carvalho.

Que João Veloso era na realidade casado com Bernarda de Goes, provam-no os seguintes assentos, pelo menos: o do seu casamento a 7 de Fevereiro de 1717 (x); os de baptismo de seus filhos, Manuel a 16 de Janeiro de 1718 (xi), António a 22 de Fevereiro de 1720 (xii), Giraldo a 21 de Maio de 1722 (xiii), e José a 12 de Fevereiro de 1725 (xiv). E também o provam os assentos de baptismo de seus netos António a 3 de Maio de 1752 (xv), José a 30 de Setembro de 1754 (xvi), Antónia a 28 de Março de 1760 (xvii).

Pelos assentos de baptismo de seus filhos celebrados posteriormente a 1720 (xiii e xiv), e sobretudo pelo de seu neto, o próprio António de Goes Mendanha (xv), nem sequer se pode aventar a hipótese de ter sido D. Mariana de Mendanha segunda mulher de João Veloso.

Quem era Bernarda de Goes, verdadeira mulher de João Veloso? Embora não tenha interesse para este caso, era filha de Giraldo da Costa Caldeira e de sua mulher Mariana de Goes Mendanha, que casaram na freguesia de S. Martinho de Montemor-o-Velho a 5 de Março de 1685<sup>1</sup>, neta paterna de Manuel Caldeira e presumo que neta materna de Nicolau de Goes e de sua mulher Maria Madalena.

Quanto à personalidade de D. Mariana de Mendanha Pereira de Carvalho, mais difícil é dizer qualquer coisa, convencido como estou de que nunca existiu. Seu hipotético avô Francisco Pereira de Mendanha, bisneto de Julião de Mendanha, nasceu na freguesia de S. Miguel, de Montemor-o-Velho, onde foi baptizado a 28 de Outubro de 1664, e morreu na mesma vila, na freguesia de S. Martinho, a 25 de Fevereiro de 1726<sup>2</sup>. Familiar do Santo Officio por carta

---

<sup>1</sup> Cfr. Livro respectivo no Arq. da U. de C.

<sup>2</sup> Cfr. Livros respectivos no Arq. da U. de C.

de 22 de Julho de 1687<sup>1</sup>, tabelião em Montemor-o-Velho por alvará de 14 de Abril de 1695<sup>2</sup>, e Capitão de Ordenanças<sup>3</sup>, casou em primeiras núpcias com Jacinta Queirós de Mascarenhas, de quem teve uma filha, Teresa Maria, de que não conheço descendência.

Francisco Pereira de Mendanha com Isidora Pereira

Assento do verdadeiro casamento de Francisco Pereira de Mendanha com Isidora Pereira de Carvalho (doc. XIX)

Já viúvo, teve uma filha natural em Isidora Pereira de Carvalho, que foi baptizada na freguesia da Madalena, de Montemor-o-Velho, a 20 de Março de 1707, com o nome de Mariana (xviii). Casou em seguida, nessa mesma freguesia

1 *Habilitações do Santo Ofício*, Francisco, maço 18, n.º 513, Arq. da T. do T.  
 2 *Chancelaria de D. Pedro II*, Liv. 51, fl. 196 v., Arq. da T. do T.  
 3 *História Manlienense...*

Assento do verdadeiro casamento de Francisco Pereira de Mendanha com Isidora Pereira de Carvalho (doc. XIX)

Já viúvo, teve uma filha natural em Isidora Pereira de Carvalho, que foi baptizada na freguesia da Madalena, de Montemor-o-Velho, a 20 de Março de 1707, com o nome de Mariana (xviii). Casou em seguida, nessa mesma freguesia

<sup>1</sup> *Habilitações do Santo Ofício*, Francisco, maço 18, n.º 513, Arq. da T. do T.

<sup>2</sup> *Chancelaria de D. Pedro II*, Liv. 51, fl. 196 v., Arq. da T. do T.

<sup>3</sup> *História Manlienense...*

e a 3 de Junho de 1707, com a mãe dessa sua filha (xix). Essa filha deve ter morrido antes de 1716, pois nesse ano, a 19 de Setembro, era baptizada na freguesia de S. Miguel da mesma vila outra filha Mariana, esta já legítima (xx).

Tendo morrido a 1.<sup>a</sup> Mariana e tendo a segunda nascido em 1716, não podia, como é lógico, ter casado em 1720, pelo que teve que ser recuada a data do seu nascimento para 2 de Maio de 1703 (iv), e recuada também a data do nascimento e do casamento de sua mãe. Quanto ao nascimento desta, não encontrei o assento do seu baptismo, que presumo tenha sido inutilizado, visto estar rasgada parte de uma folha do livro dos assentos de baptismo que continha assentos de Agosto de 1684 a Janeiro de 1686, da freguesia da Madalena. Que tivesse nascido em 1685 ou 1686, teria tido a sua primeira filha aos 21 ou 22 anos de idade. A reforçar esta minha suposição acresce o facto de Isidora ter tido irmãos baptizados nessa freguesia a 17 de Janeiro de 1683, 12 de Março de 1687, 26 de Julho de 1689, 16 de Janeiro de 1692, e 15 de Maio de 1695.

E, para tirar quaisquer dúvidas, oiçamos as testemunhas da «Diligencia de Izidora Pereira... futura mulher do Familiar Francisco Pereira de Mendanha»<sup>1</sup>. Diz, v. g., a 1.<sup>a</sup> testemunha inquirida em Montemor-o-Velho a 7 de Janeiro de 1707: «...Izedora pereira que terá de idade dezanove annos pouco mais ou menos nunca foi casada nem até o presente tem filhos alguns e só se diz estar prenha do familiar do Sancto officio fran<sup>co</sup> pereira de mendanha desta villa e indo elle testemunha a caza da sobredita algumas vezes a vê estar munto groça e prenha e se diz publicamente he prenha do sobredito.»

Como vimos pelo assento I foi o seu nascimento recuado para 1670, dando-a como baptizada a 3 de Fevereiro desse

---

<sup>1</sup> Apensa à *Habilitação do Santo Officio*, de Francisco Pereira de Mendanha.

ano. Quanto ao seu casamento que vimos foi a 3 de Junho de 1707, (xix) foi ele recuado para 3 de Janeiro de 1686.

Não podendo ser D. Mariana de Mendanha Pereira de Carvalho filha de Francisco Pereira de Mendanha e de sua 2.<sup>a</sup> mulher D. Isidora Pereira de Carvalho, muito menos pode ser neta deles, que casaram em 1707, e nesse ano tiveram a primeira filha, vindo ela a casar em 1720. Também, e pelas mesmas razões, se tem que pôr de parte a hipótese de ser filha de outro Francisco Pereira de Mendanha, filho dos mesmos Francisco Pereira de Mendanha e de sua mulher D. Isidora; este, que não sei quando nasceu, mas que nunca poderia ter nascido antes de 1708, casou na freguesia do Salvador a 13 de Fevereiro de 1751 com Sebastiana das Candeias, filha natural de Rosa Maria, natural de Setubal, e indo viver para o lugar da Tocha, no então Couto de Cadima, ainda em 1778 lá viviam, não se lhes conhecendo descendência.

E parece-me estar suficientemente provado, com este arrazoado, que nunca António de Goes Mendanha foi descendente de Francisco Pereira de Mendanha nem de sua mulher D. Isidora Pereira de Carvalho.

Sobre a filiação e nome da mãe de António de Goes Mendanha, que pelo assento vi nos aparece com o nome de D. Maria Barbuda da Silva e filiação que vem na árvore A, só poderei dizer que pelo assento verdadeiro, de baptismo, de António de Goes (xv), pelo de casamento de José Brás Veloso (xxi), pelos assentos de seus filhos (xvi e xvii), e por várias escrituras no notarial de Montemor-o-Velho <sup>1</sup>, ela nos aparece não só como Maria Barbuda da Silva, como também, Maria da Silva, Maria Coelha e Maria Morlega, e com a filiação que vem na árvore B.

---

<sup>1</sup> Livro de 1783 a 1789, Tab. Luís Pereira Pinto, fls. 16 v e seg., escritura de 11-xii-1783. Mesmo livro, fl. 106, escr. de 4-vi-1788. Livro de 1789, Tab. José Gomes Reis, fl. 1, escr. de 10-iii-1789. Livros do Notarial de Montemor-o-Velho, no Arq. da U. de C.



Qual a razão desta mudança, não sei; só se foi para não ter um ascendente «Morsegão» e outro «Gaguo».

Quanto à mulher de Antonio de Goes Mendanha, Ana de Sousa de Magalhães, filha de Bernardo de Sousa de Magalhães e de sua mulher D. Filipa Teresa de Jesus, fazem os assentos III, V, VII e VIII que ela entronque, pelo pai, nos Magalhães de que Felgueiras Gaio trata no seu *Nobiliário* no tomo XIX, § 71, pág. 201; e pela mãe, nos Mendanhas de que tratei em *Mendanhas do Campo de Coimbra*.

Mas pelo seu assento de baptismo não falsificado (XXII), e pelos de seus filhos (XXIII, XXIV, XXV e XXVI), sou levado a pôr a sua ascendência como vem na árvore B.

Na verdade, era filha do tabelião em Montemor-o-Velho Bernardo de Sousa<sup>1</sup>, natural de Lisboa, e que morreu em Montemor-o-Velho a 10 de Fevereiro de 1783 (XXVII), e de uma D. Filipa Teresa de Jesus, natural do Brasil, parece que de Pernambuco, que morreu em Montemor-o-Velho a 26 de Agosto de 1779 (XXVIII), cujos pais eram os que vêm na árvore B.

É curioso notar que, pelos assentos viciados, quando nasceu sua filha teria o pai 76 anos!

Quanto aos hipotéticos Bernardo de Sousa de Magalhães e D. Filipa Teresa de Jesus, não o posso garantir, mas tudo me leva a crer que na realidade nunca existiram e que foram simplesmente enxertados nas respectivas linhas para condizerem com os verdadeiros pais de D. Ana de Sousa.

Em mais nenhuns documentos eles me aparecem, a não ser nos documentos viciados. Em documentos que possuo sobre esta família, havendo referências a numerosos membros dela, alguns vivendo nas proximidades de Montemor-o-Velho e aproximadamente pela mesma época, nem a

---

<sup>1</sup> *Notarial de Montemor-o-Velho*, no Arq. da U. de C.; v. g. Liv. marcado 1781, Tab. Manuel José Pereira, fl. 18 v. e liv. de 1782 a 1786.

mais leve referência existe a este pseudo-ramo de Montemor-o-Velho e a D. Filipa Teresa de Jesus.

D. Ana de Sousa, ou D. Ana Joaquina de Sousa, a verdadeira, casou em primeiras núpcias, na freguesia do Salvador de Montemor-o-Velho a 22 de Fevereiro de 1784 <sup>1</sup> com Estêvão da Cunha Sá Caldeira, tabelião nessa vila e já viúvo de D. Ana de Sá Pereira. Dele teve dois filhos, José baptizado na freguesia de S. Martinho da mesma vila a 2 de Dezembro de 1784, e António baptizado na mesma freguesia a 19 de Dezembro de 1786 <sup>2</sup>. Estando D. Ana de Sousa viúva, teve de António de Góis Mendanha, mas antes de com ele casar, uma filha, Maria da Graça, que foi baptizada a 22 de Agosto de 1789 (XXIII). Deve ter casado com António de Góis antes de nascer essa filha como se pode inferir desse assento de baptismo, ou o mais tardar antes de 1791, ano em que nascia outro filho, Casimiro (XXIV).

Para que foi adiantada a data do nascimento de D. Ana de Sousa, de 13 anos, não sei. Só se fosse para que não se pudesse dizer que a hipotética D. Ana de Sousa era a 2.<sup>a</sup> mulher do tabelião Estêvão da Cunha Sá Caldeira. Por que na realidade deveria isso ser um tanto difícil pois se assim fosse a filha de um pai de 76 anos teria tido um filho aos 8 anos.

Com tantos assentos viciados tive a princípio a impressão de que o de baptismo da filha de D. Ana de Sousa, Maria, que mais tarde assinava Maria de Góis Mendanha (XXV), também o estava. Mas visto com mais cautela cheguei à conclusão de que tal se não dava. O que servia era para «encaixar» em qualquer das ascendências, a verdadeira ou a falsa. Essa foi a habilidade do falsificador: servir-se duma série de coincidências de nomes e apelidos para, aprovei-

<sup>1</sup> Cfr. Livro de recebimentos da respectiva freg. de 1759 a 1814, fl. 14 v.

<sup>2</sup> Livro de baptismos da respectiva freg., fls. 38 v. e 57.

tando-os e inventando uma ou outra personagem, mudar a ascendência de Maria de Góis Mendanha para a que lhe convinha.

\* \* \*

Qual o fim para que foram feitas estas falsificações? Mesmo sem ter encontrado uma prova, conjecturava que tanto trabalho não seria simplesmente para conseguir entroncar D. Maria de Góis Mendanha em famílias com uma ascendência possivelmente mais nobre. Tudo me levava a crer que o mobil devia ter sido mais terreno e mais utilitário. E efectivamente assim era.

Por mera casualidade encontrei um processo que tendo corrido pela Administração do Concelho de Montemor-o-Velho em 1863, se referia aos Autos de tomada de contas de legados pios não cumpridos, em que era requerente a Administração do Hospital Real de S. José, instaurado contra o filho e herdeiro de D. Maria de Góis Mendanha. Nesse processo havia referências a um primitivo processo de reivindicação de vínculo, corrido no Julgado de Lavos em 1844, em que era reivindicado para D. Maria de Góis Mendanha o vínculo de S. Miguel de Lavos.

Tentei encontrar nos milhares de processos que existem no Arquivo da Universidade de Coimbra, ainda por catalogar, esse primitivo processo, mas apesar da extrema boa vontade do pessoal desse Arquivo, que muito sinceramente agradeço, tive de desistir.

Mas como nos Autos atrás referidos, de 1863, havia transcrições dum livro do Arquivo do Hospital de S. José, a ele me dirigi, e efectivamente num dos livros intitulados *Livros das Capelas Livres*, no tomo XIII, de fl. 281 a 299 encontrei transcrito, não já, infelizmente, todo o processo de reivindicação, mas pelo menos partes suficientemente claras que me permitem, sem sombra de dúvida, demonstrar, pelo menos um dos casos, para que serviram as falsificações. (No documento xxix transcrevo a «Petição de acção»).

Historiemos resumidamente o que se passou.

A 13 de Abril de 1722, o Reverendo Doutor António Rosado de Carvalho, Licenciado nos Sagrados Cânones, Prior aposentado da Igreja da Freguesia de Lavos e morador na sua Quinta de S. Miguel do mesmo Couto e freguesia de Lavos, fazia público instrumento de testamento, nele instituindo um riquíssimo vínculo de Capela e morgado, que ficaria a ser denominado de S. Miguel de Lavos.

O rev. Dr. António Rosado de Carvalho era irmão de Isabel de Carvalho casada com o Capitão Tomé Pereira Ribeiro, pais estes de Isidora Luís Pereira de Carvalho, casada com o Familiar do Santo Offício Francisco Pereira de Mendanha.

Ora o instituidor chamava em primeiro lugar para a administração deste vínculo a seu sobrinho o Doutor Ventura Luís Pereira de Carvalho, e sua legítima descendência, com as costumadas condições.

O Dr. Ventura Luís, que era Graduado em Cânones e Juiz de Fora na Vila de Avis, tinha nascido em Montemor-o-Velho onde foi baptizado na freguesia da Madalena dessa vila, a 26 de Julho de 1689<sup>1</sup>, e era irmão de Isidora Pereira de Carvalho. A acabar-se esta geração, chamava para segunda linha na administração do vínculo a seu sobrinho Francisco, filho de sua sobrinha Isidora Luís Pereira de Carvalho e de seu marido Francisco Pereira de Mendanha, também com as condições costumadas.

O Dr. Ventura Luís, casando com D. Paula Jerónima de Faria, teve pelo menos uma filha, D. Teresa Marcelina Úrsula Pereira de Carvalho, que casou a 23 de Novembro de 1782 com o Dr. José de Magalhães Castel-Branco, filho de João de Magalhães Castel-Branco e de sua mulher D. Joana Luísa da Silveira e Sousa, e a que Felgueiras Gaio se refere no seu Nobiliário<sup>2</sup>. Deste casamento houve

<sup>1</sup> Cfr. Livro respectivo no Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>2</sup> Tomo XIX, tit. Magalhães, § 71.º, pág. 201, n.º 15.

pelo menos duas filhas, nenhuma das quais parece ter tido descendência, e tendo sido por isso uma, D. Maria Teresa, a última administradora do vínculo, por esta linha.

Acabada a linha do primeiro administrador, passava a administração para a segunda linha, isto é, para Francisco Pereira de Mendanha, filho da sobrinha do instituidor, D. Isidora Pereira de Carvalho e de seu marido o Familiar do Santo Ofício Francisco Pereira de Mendanha, ou para os seus legítimos descendentes. Na época em que D. Maria de Góis Mendanha reivindicou o vínculo de S. Miguel de Lavos, é de toda a probabilidade que tivesse esse concorrente já morrido. E quem eram os seus descendentes? Só conheço a existência de uma possível filha, Luísa Pereira de Mendanha, que em 1795 tinha uma filha natural baptizada na freguesia de S. Martinho de Montemor-o-Velho a 18 de Maio desse ano <sup>1</sup>.

Mas fosse como fosse, e tivessem existido esses descendentes, a verdade é que não se opuseram aos desígnios de D. Maria de Góis Mendanha, que pertencendo a um ramo de Mendanhas que não consigo entroncar em qualquer dos ramos conhecidos, não era, disso não tenho dúvidas, descendente de Francisco Pereira de Mendanha e de sua mulher D. Isidora Pereira de Carvalho, nem de seu filho, como mais atrás deixei provado. E como não era descendente deles, daí a falsificação dos assentos, para por certidões e em juízo provar que o era, e assim ficar com a administração do vínculo de S. Miguel de Lavos.

Mas antes deste, parece que também seguindo os mesmos processos, reivindicaram, por volta de 1807, um vínculo instituído a 19 de Dezembro de 1713 por Pedro de Mendanha, sobrinho do Familiar do Santo Ofício Francisco Pereira de Mendanha, e em que também era chamado para primeiro administrador o filho deste, Francisco. Conheço a existência deste vínculo e deste Pedro de Mendanha somente através

---

<sup>1</sup> Cfr. Livro respectivo no Arquivo da Universidade de Coimbra.

do citado *Livro das Capelas Livres*, do Arquivo do Hospital de S. José. Em mais parte alguma encontrei referências a um ou outro, pelo que só direi que a sua administração andava na mesma gente que constituía a segunda linha da administração do vínculo de S. Miguel de Lavos, e o que a esse propósito tive ocasião de dizer, aqui se deve aplicar.

A reivindicação do vínculo de S. Miguel de Lavos é o único caso, conforme já tive ocasião de frisar, em que tenho a certeza para que serviram as falsificações; mas lembrando-me do velho rifão que diz que «cesteiro que faz um cesto faz um cento» e olhando a que as falsificações não se limitaram ao ramo por onde viria o vínculo de S. Miguel de Lavos, veremos, mas agora só em simples conjecturas, para que teriam servido as demais falsificações.

É possível que D. Maria de Góis, ou quem por ela actuou, não se tivesse também apropriado doutro vínculo de que era primeiro administrador o mesmo Familiar do Santo Ofício Francisco Pereira de Mendanha. Esse vínculo tinha sido instituído por Luísa de Freitas e Mendanha em testamento de 9 de Dezembro de 1718<sup>1</sup> e englobava pelo menos o vínculo instituído por Pero de Freitas em 1590 e outro instituído, não sei em que data, por Isabel Fernandes, ambos ascendentes dele. Como disse, não sei se também se apropriaram deste vínculo, mas não posso deixar de registar o facto, sem poder garantir o que daí se pode inferir, de que as confrontações das casas em Montemor-o-Velho, que nesse vínculo estavam incluídas, lembram as das casas que ainda hoje estão na posse dos descendentes de D. Maria de Góis Mendanha. Mas, como disse, é possível que não sejam as mesmas, demais a mais que o segundo Francisco Pereira de Mendanha e sua mulher venderam entre 1774 e 1778 numerosas propriedades em Montemor-o-Velho.

---

<sup>1</sup> *Livro do Tombo das Capelas da Igreja do Salvador de Montemor-o-Velho*, feito pelo Padre André Joyes em 1721, fls. 6 v. e segs., no Arquivo Paroquial de Montemor-o-Velho.

Que efeito prático teve o entroncar D. Maria de Góis nos Magalhães de que, como atrás dissemos, Felgueiras Gaio nos fala, não sei. Só lembro que sendo os descendentes dela senhores de um vínculo na Palhaça, próximo de Aveiro, e de outras propriedades no concelho de Oliveira do Bairro, que eu saiba nenhum dos seus ascendentes verdadeiros estava ligado a essa região; pelo contrário, esses Magalhães em que fraudulentamente a entroncaram tinham uma ascendente, D. Clara de Pinho de Figueiredo, filha do Capitão António Negrão e de sua mulher D. Inês de Pinho, que era natural e moradora em Vagos. Mas sou o primeiro a concordar em que, neste caso, não passa tudo de vagas hipóteses.

Resumirei agora o que presumo tivesse sido o fito que fez com que entroncassem D. Maria de Góis Mendanha nos Mendanhas de Ancião. Se bem que neste caso também não possa apresentar provas concretas, julgo, dada a falsificação dos assentos paroquiais, poder presumir que os factos tenham sido os seguintes.

Gaspar Godinho dos Reis, hipotético pai de D. Filipa Teresa de Jesus, teve um irmão, o Padre Henrique de Nisa, que falecendo a 10 de Dezembro de 1738, havia em 1736 instituído um vínculo. Não sei sobre que prédios incidia, mas tudo me leva a crer fossem em Ancião onde sua família sempre viveu e onde era prior da freguesia. Para administrador desse vínculo chamava em primeiro lugar a seu sobrinho Gaspar Godinho da Silva e Sequeira, filho de seu citado irmão Gaspar Godinho dos Reis e de sua mulher D. Josefa da Silva e Sequeira, ou D. Josefa da Silva e Sequeira Ponce de Leão Mendanha, como também assinava. Na sua falta seria chamado outro filho ou filha destes, ou descendente legítimo dele. Gaspar Godinho da Silva e Sequeira teve de sua mulher, D. Josefa Teodora Maurícia Freire, cinco filhos, nenhum tendo descendência, que eu saiba. Restavam pois para administradores desse vínculo um irmão ou irmã, ou descendente legítimo dele. Pondo de parte a hipotética D. Filipa Teresa, havia uma única

irmã, D. Mariana, de quem como vimos nunca encontrei o assento de baptismo, que estou certo foi o aproveitado para transformar no assento de baptismo de D. Filipa Teresa.

D. Mariana teve nove filhos; só conheço a descendência de três deles. Um filho de João da Silva e Sequeira que vivia modestamente em Tentúgal, Fortunato da Silva e Sequeira, e uma neta do mesmo que vivia em Lisboa. Outro dos filhos de D. Mariana, que teve descendência, foi D. Maria da Tocha, que casou a 17 de Maio de 1779 com Tomás Joaquim Alves; o assento deste casamento foi rasgado, como atrás se disse, do respectivo livro e encontra-se no arquivo dos descendentes de D. Maria de Góis Mendanha. O último filho de D. Mariana de que conheço a descendência foi D. Perpétua, que casou em Coimbra com o Doutor António Pereira de Almeida, e mais tarde foram viver para o Porto, donde ele era natural. Da sua descendência trato em *Mendanhas do Campo de Coimbra*.

Notemos pois que dos descendentes de Gaspar Godinho e sua mulher D. Josefa da Silva e Sequeira que poderiam habilitar-se ao vínculo ou bens livres que teriam em Ancião, de um, Gaspar Godinho da Silva e Sequeira, primeiro administrador do vínculo instituído por seu tio o Padre Henrique de Nisa, não houve descendência, que eu saiba; do único outro, D. Mariana, não aparece o seu assento de baptismo, que com toda a probabilidade foi o aproveitado para fazer o falso de D. Filipa; e, dos seus descendentes, um vivia modestamente em Tentúgal e outro em Lisboa; outra teve o assento do seu casamento rasgado do respectivo livro, e encontra-se esse assento hoje em poder dos descendentes de D. Maria de Góis; e outros, ainda viviam, no Porto.

E dito isto, o que sei é que em data que não posso precisar, mas nos meados do século XIX, os descendentes de D. Maria de Góis Mendanha vendiam bens em Ancião, que tinham, era voz corrente e eles mesmos o afirmavam, herdado de seus parentes, descendentes de Gaspar Godinho dos Reis casado com D. Josefa da Silva e Sequeira.



Põem-se agora duas perguntas às quais, desde já o digo, não se poderão dar respostas concretas.

Em que data foram feitas as falsificações?

Quem as fez ou as mandou fazer?

Quanto à primeira pergunta julgo impossível dar uma resposta precisa. O assento viciado mais moderno é num livro que termina em 1789. Por isso é de presumir que tenham as falsificações sido feitas depois dessa data. E a ser verdadeira a reivindicação de 1807, deviam as falsificações ter sido feitas antes desta data. Parece-me mesmo provável que tivessem sido feitas já em vida de D. Maria de Góis Mendanha, isto é, depois de 1794, podendo mesmo o seu assento de baptismo, que como atrás frisamos, tanto serve para a entroncar numa como noutra ascendência, a falsa ou a verdadeira, ter servido para sugerir as falsificações. O mais que poderemos dizer, é, parece-me, que as falsificações devem ter sido feitas na última década do século XVIII ou primeira do século XIX.

E quem as fez ou as mandou fazer?

A resposta a esta pergunta ainda mais difícil me parece; nem suspeitas, mesmo leves, tenho.

Sem dúvida tinha que ser uma pessoa interessada no caso, não podia deixar de ser inteligente e forçosamente tinha que ter meios de fortuna e influência, para conseguir que fossem viciados nove assentos paroquiais, não numa única freguesia, mas em cinco freguesias diferentes. E pela maneira idêntica como foram feitas tudo leva a crer tenham sido obra da mesma pessoa.

Na verdade, os verdadeiros ascendentes de D. Maria de Góis Mendanha deviam ser abastados e influentes na vila de Montemor-o-Velho. Nicolau de Góis, presumível 4.º avô de D. Maria de Góis, foi Provedor da Misericórdia de Montemor-o-Velho em 1673 e 1687, cargo que só as pessoas muito principais da vila ocupavam<sup>1</sup>, e na Inquirição de

---

<sup>1</sup> Cfr. *História Manlienense . . .*, já citada, Liv. 10, cap. 11, § 66.

*Genere* da 1.<sup>a</sup> mulher do Familiar do Santo Ofício Francisco Pereira de Mendanha, Jacinta Queirós de Mascarenhas, em 1687 <sup>1</sup>, era ele descrito como «...homem nobre vivendo de suas fazendas...»

O mesmo Nicolau de Góis e sua 3.<sup>a</sup> mulher, Luísa Criado, instituíram, não sei em que data, um grande vínculo em Montemor-o-Velho, denominado da Capela e Quinta de S. João do Prado. Este vínculo, que estava em 1739 na posse das filhas de Giraldo da Costa Caldeira e de Mariana de Góis Mendanha <sup>2</sup>, seria o mesmo que José Brás Veloso, filho duma dessas filhas, administrava em 1789? <sup>3</sup>

José Brás Veloso, que foi Juiz dos Órfãos, proprietário do ofício, em Montemor-o-Velho, teve um irmão, o Dr. Manuel de Góis de Mendanha, formado em Cânones, tendo cursado a Universidade de Coimbra de 1736 a 1741. A cada passo, no *Notarial de Montemor-o-Velho* e na última metade do século XVIII, nos aparecem escrituras em que José Brás Veloso, ou seu filho António de Góis Mendanha, compram propriedades, arrematam rendas camarárias, por vezes por mais de 500.000 réis, ficam por fiadores e principais pagadores por quantias avultadas, vindo em várias escrituras o rol das suas numerosas propriedades, etc.

O primeiro marido de D. Maria de Góis Mendanha era o Bacharel Florêncio Pinto Carneiro, que morreu em Montemor-o-Velho a 24 de Abril de 1811. (Por curiosidade notemos que no seu assento de óbito vem «...casado com D. Maria de Goes Vellozo...»).

Vemos que eram todos, como era costume dizer-se, «da gente principal da vila»; abastados, influentes, e formados em Cânones e em Leis, exercendo cargos como o de Juiz

<sup>1</sup> Inquirição já citada, de Francisco Pereira de Mendanha.

<sup>2</sup> Cfr. *Livro do Tombo das Capelas da Igreja do Salvador de Montemor-o-Velho*, feito em 1788 pelo P.<sup>o</sup> Pero Mazedo, no Arquivo Paroquial de Montemor-o-Velho.

<sup>3</sup> Cfr. *Notarial de Montemor-o-Velho*, no Arquivo da U. de C., maço 3, Liv. de 1789, Tab. José Gomes dos Reis, fl. 1

dos Órfãos, que lhes davam conhecimentos especiais para, perdido o senso da honestidade, saberem como haviam de executar as falsificações e proceder às reivindicações.

E para fechar este complicado arrazoado transcrevo umas palavras que João Pedro Ribeiro escreveu nas suas *Observações Históricas e Críticas*... e que me parecem muito a propósito:

«Ainda que seria muito para desejar, que os Documentos Originaiş se exhibissem sempre em juizo, visto que sobre elles se tem de fundar a Sentença do Julgador, o que muitas vezes teria embaraçado as injustiças que se comettem; por isso que nas Certidões não podem apparecer muitos dos caracteres de falsidade, que, escapando ao que passa as mesmas certidões, poderiam ser conhecidas por hum Julgador habil;...»

Montemor-o-Velho, Julho de 1945.

JOSÉ DE LIMA

## DOCUMENTOS

### I A IX VÃO NO TEXTO

#### X

(à margem) / João Ve / lozo com / Bernarda / da Costa. /  
(texto) / Em sete de Fevr<sup>o</sup> de mil sete sentos e dese-  
sete Re- / cebij a João Velozo filho de M<sup>el</sup> Dias Velozo / da  
freg<sup>a</sup> da Magdalena, e de sua Molher / Antonia Cardoza,  
com Bernarda da Costa / Caldeira, filha de Giraldo da Costa  
Cal- / deira e de sua molher Marianna de Gois Men- / danha,  
forão test<sup>as</sup> q̃ aqui asinão M<sup>el</sup> / de Seixas, e o P<sup>o</sup> Mattheos  
da Costa, de q̃ / fiz este assento. o Vig<sup>ro</sup> / (a) Man<sup>el</sup> dos  
Stos Coutt<sup>o</sup> / o P<sup>o</sup> Mattheus da Costa / M<sup>el</sup> de Seixas /

Arquivo da Universidade Coimbra — 2.<sup>o</sup> livro dos assen-  
tos paroquiais da freguesia de S. Martinho de Mon-  
temor-o-Velho, em uma fl. 122 verso.

#### XI

(à margem) / Manoel /  
(texto) / Baptizei a Manoél filho de João / Velozo Car-  
dozo e de sua molher Bér / nárda de Goès Caldeira desta  
Villa / de Montemór em dezaçej de ja- / neyro de mil e  
sete centos e desoutto / annos foram Padrinhos Joam Ve/lozo  
o Velho por procuraçam de Pedro / de Souza da Cidade do  
Portto e Madri / nha Maria de Goès Caldeira por / procura-

çam de Luiza de Freittaz / desta Villa ambas de que fiz  
este / asento o Vigr<sup>o</sup> encomendado era ut / sr<sup>a</sup> (a) o P<sup>o</sup>  
Gabriel Luis Negram /

Mesmo Arquivo — Livro de Baptismos da freguesia de  
S. Martinho de Montemor-o-Velho, de 1661 a 1781,  
numa fl. 49 verso.

## XII

(à margem) / Monthemor / An<sup>to</sup> /

(texto) / Aos vin<sup>to</sup> e dois de fevreyro de m / il e sete  
centos e vinte Bau / tizou o Rd<sup>o</sup> vigr<sup>o</sup> Joseph dias / de  
abreu A An<sup>to</sup> filho de João ve / lloso Cardozo e de sua  
molher / Bernarda de gois Caldeyra / forão pp. seu avo  
giraldo da / Costa Caldeyra e madrinha su / a filha M<sup>a</sup> q̃  
thocou com procura / ção de Margarida de S. João Bau /  
tysa rilligyosa no Convento de se / ndelgas filha de Nicu-  
lão de gois / bastarda e se for nessessarjo sa / ber quem são  
os avos deste menino / procuresse hum termo digo acento /  
no Livro dos bautizados desta Igr<sup>a</sup> fey / to em dezasseis de  
Janr<sup>o</sup> do anno de / i7i8 q̃ no tal acento se acha / ra q̃ he  
hum acento de hum seu irmão / mais velho por nome M<sup>el</sup> de  
que fis / este acento era ut: supra- / (a) o p<sup>o</sup> Cura Joseph  
Guardado / Pedroza /

Mesmo Arquivo e mesmo livro numa fl. 61 verso.

## XIII

(à margem) / Mon / temor / gyral / do /

(texto) / Em os vinte e hum de mayo de mil e sete  
centos e vi / nte e dois Bautisey eu o p<sup>o</sup> Joseph Guardado  
Pedro / sa cura da Igr<sup>a</sup> de São Martinho, A Giraldo f<sup>o</sup> / de  
João Vellozo e de sua M<sup>er</sup> Bernarda de gois fo / rão pp. o

Doutor Bernardo da Costa homem e Ma / drinha Luyza de  
gois de que fis este acento era ut: / supra o p<sup>o</sup> Cura Joseph  
Guardado pedroza. /

Mesmo Arquivo e mesmo livro numa fl. 69.

XIV

(à margem) / Montemor / Joseph /

(texto) / Em dose de fevereiro de mil e sete sentos e  
vinte e sinquo Bautizei / a Joseph filho de Joam velozo e  
de sua molher Bernarda / da Costa forão padrinhos Duarte  
Lopes filho do Capitam / mor fransisquo da Cunha e Ser-  
queyra Leitão q̄ pello filho / tocou e Clara Soltr<sup>a</sup> filha q̄  
ficou de giraldo da Costa Cal / deira todos desta villa de q̄  
fis este asento era supra / (a) o P<sup>o</sup> Cura Matheus Pedroza /

Mesmo Arquivo e mesmo livro numa fl. 77 verso.

XV

(à margem) / M<sup>te</sup> Mor / An<sup>to</sup> /

(texto) / Aos tres dias do mes de Mayo de mil e / sete  
sentos e sincoenta e dous Bapti / zou exorcizou e pos os  
Santos oleos o Pa / dre Manuel Neto Figueira a Antonio /  
filho de José Bras e de sua Molher / Maria Coelha neto  
Paterno do / Cappitão João Vellozo Cardozo e de / sua  
Molher Bernarda de Goes de Mende / nha e neto de Veri-  
simo Coelho / e de sua Molher Mariana da Silva Bar / buda  
todos desta freguezia de Sam / Martinho e villa de Monte-  
mor o ve / lho forao Padrinhos o Senhor Santo an / tonio e  
tocou o Padre José Girão / e Madrinha Dona Auna  
Aldonça de / Figueiredo Deos dará molher de Sil / verio  
Correa da fonseca e tocou com / procuração o doutor Manoel  
de gois / e forão testemunhas Fernando Simoins / Jacob e

Nacolao Morcego Coelho de que / fiz este asento dia mes e  
anno ut / supra naceo a dezanove de Abril proxi / mo pas-  
sado / (a) O vig D. Fran<sup>o</sup> X<sup>r</sup> de S. B<sup>to</sup> / (a) Fernando simõis /  
(a) Nicolao Coelho /

Mesmo Arquivo e mesmo livro numa fl. 46.

## XVI

(à margem) / Montemor / José /

(texto) / Aos trinta dias do mes de Setembro de mil / e  
sete centos e sincoenta e quatro annos na parrochial / Igreja  
de Sam Martinho desta Villa baptizou / o padre jeronymo  
dos Santos e Oliveira a Joseph Filho de / José Braz velloso  
e de sua mulher Maria Morlega / da dita freguesia netto  
Paterno do Cappitam Joam / Velloso Cardozo natural da  
freguesia da Magdalena / desta villa e de sua mulher Ber-  
narda de Gois Mendanha / da sobredita freguesia de Sam  
Martinho aonde foram / moradores e neto Materno de veris-  
simo Coelho e de / sua mulher Mariana da Silva. ambos  
naturais e morado- / res nesta freguesia e declaro que avó  
paterna do dito / baptizado he natural e moradora desta  
freguesia foram / padrinhos José pacheco de Albuquerque  
e de Mello / Governador da praça de Buarcos tocou por elle /  
fasendo officio de padrinho o reverendo padre Manoel / Dias  
Ferrejra Cappellam do sobredito padrinho, de quem / me  
apresentou procuraçam por virtude da qual fês / o sobre-  
dito officio de padrinho, e Madrinha a prodigiosa / jmage  
da Senhora da piedade de Miranda do Corvo / em cujo nome  
tocou o sobredito reverendo padre / Jeronjmo dos Santos  
desta freguesia que de minha / comissam baptizou e pos os  
santos olleos ao dito bap- / tizado e naceo o dito baptizado  
em o dia vinte e hum / do ditto mes e anno foram teste-  
munhas que asestiram / que asestiram ao dito baptismo  
Fernando Simois e Ber / nardo Perejra guingo ambos desta  
freguesia que / digo e pra constar fis este asento que asignei

com / as sobreditas testemunhas e com o dito baptisante  
 Mon- / temor ovelho dia mes anno ut supra / (a) o P<sup>o</sup> Cura  
 Ant<sup>o</sup> Ferrão (a) Fernando Simois / (a) Bernd<sup>o</sup> Pr<sup>a</sup> Pericão /

Mesmo Arquivo e mesmo livro numa fl. 66 verso.

## XVII

(à margem) / Villa / Antonia /

(texto) / Aos vinte e oito dias do Mes de Março de mil  
 e sete / centos e sesenta annos nesta parrochial jgreja de /  
 Sam Martinho desta villa baptisei sollenemente e puz / os  
 Santos olleos a Antonia que tinha nacido em / o dia deza-  
 nove do dito mez e anno: Filha de Joseph Braz / Vellozo,  
 e de sua mulher Maria da Silva desta freguezia / Neta  
 patterna do Cappitam Joam Vellozo Cardozo e de sua  
 mulher / Bernarda de Gois Mendanha esta natural desta  
 Freguezia e a / quelle natural do lugar e freguezia da  
 Lamaroza anexa a de / Tentugal, e pella parte Matterna  
 Neta de verissimo / Coelho e de sua mulher Marianna da  
 Silva de Barbuda mo / radores nesta freguezia e della natu-  
 rais: Foram padrinhos / Antonio solteiro filho de Francisco  
 Joseph de Abreo / Abreo Bacellar e Madrinha sua mulher  
 Dona Caetana / Borges Azevedo da Azambuja todos desta  
 freguezia / tocou por ella fasendo o officio de Madrinha por  
 procuracam / da mesma o sobredito seo Marido Joseph digo  
 Marido Fran- / cisco Joseph de Abreo Bacellar: Foram tes-  
 temunhas / que assistiram ao dito Baptismo Fernando  
 Simois e Este- / vam Barreiros solteiro desta freguezia que  
 aqui asig- / naram juntamente comigo e para constar fis  
 este asento / que asignei com as ditas testemunhas Monte-  
 mor oVelho dia / mes anno ut supra / (a) Estevão Taveyra  
 Franco Portugues / (a) o Vig<sup>ro</sup> Ant<sup>o</sup> Ferrão.

Mesmo Arquivo e mesmo livro numa fl. 108 e 108 verso.



XVIII

(à margem) / Marianna / f<sup>a</sup> n<sup>al</sup> de Fran<sup>co</sup> / p<sup>ra</sup> de Mend<sup>a</sup> /  
e de Izidora / p<sup>ra</sup> /

(texto) / Aos vinte dias do mes de Março do anno de  
mil e sette centos / e sette annos baptizou e poz os santos  
oleos de minha Lic<sup>a</sup> / o P<sup>e</sup> Aleixo Gomes a Marianna filha  
natural de Fran<sup>co</sup> / p<sup>ra</sup> de Mendanha, e de Izidora p<sup>ra</sup>. forão  
Padrinhos o D<sup>or</sup> / M<sup>el</sup> Frr<sup>a</sup> e Donna Marianna de Mendanha  
molher do capitão / M<sup>el</sup> de Mendanha e por verd<sup>e</sup> fiz este  
assento q̃ asinei dia / mes e anno supra- / (a) o Prior Alm<sup>da</sup> /

Mesmo Arquivo — Livro dos assentos de baptismo da fre-  
guesia da Madalena de Montemor-o-Velho, fl. 8 verso.

XIX

(à margem) / Fran<sup>co</sup> Pra / de Mendanha / com Izidora /  
Pra. /

(texto) / Aos trese dias do mes de Junho de mil e sette  
centos / esette annos recebeo de minha Licença o L<sup>do</sup> Andre  
Rois / Carreira Sacerdote do Lugar da Carapinheira na  
forma do sagrado / Conc. Trid. Constituição do Bispado e  
Pastoraes dos Senhores / Bispos, a Fran<sup>co</sup> Pra de Mendanha  
filho de M<sup>el</sup> gomes / Mendanha e de sua Marianna Barbosa  
Pra com Izidora / Pra filha do Capitão Thome Pra Rib<sup>ro</sup> e de  
sua m<sup>er</sup> Izabel / de Carualho desta freg<sup>a</sup> da Mag<sup>da</sup> fui Eu o  
Prior abaixo / nomeado t<sup>a</sup> pres<sup>e</sup> e o Capitão M<sup>el</sup> de Menda-  
nha e o D<sup>or</sup> M<sup>el</sup> / Frr<sup>a</sup> da Sylua juiz do tombo nesta V<sup>a</sup> e  
Matheus Frs / uale Tiz<sup>ro</sup> da Igr<sup>a</sup> em<sup>tas</sup> mais pessoas e por  
verd<sup>e</sup> fis este assento / q̃ asinei dia mes e anno supra /  
(a) o Prior Alm<sup>da</sup> /

Mesmo Arquivo — 1.<sup>o</sup> Livro dos Assentos Paroquiais da  
freguesia da Madalena de Montemor-o-Velho, numa  
fl. 75 verso.

## XX

(à margem) / Mariana / f<sup>a</sup> / de Fran<sup>co</sup> pr<sup>a</sup> de / Mendanha  
e / de Izidora pr<sup>a</sup> /

(texto) / Aos dezanove dias do mes de Setembro de mil  
e sete senttos / e dezaçeis Baptizou o R<sup>do</sup> p<sup>e</sup> M<sup>el</sup> de freytas  
e Mendanha / em presença do R<sup>do</sup> prior desta Igr<sup>a</sup> de  
S. Miguel a Ma- / riana f<sup>a</sup> de Fran<sup>co</sup> pr<sup>a</sup> de Mendanha e de  
sua segunda Mo- / lher Izidora pr<sup>a</sup> fora P. P. o p<sup>e</sup> D<sup>r</sup> Heytor  
de Carv<sup>o</sup> de Vi- / rride e toquou por procuraçam por elle  
Ventura Luiz pr<sup>a</sup> desta / V<sup>a</sup> e Madrinha Dona Maria Izabel  
de mendh<sup>a</sup> f<sup>a</sup> do Capitão M<sup>el</sup> / de Mendanha e por ella toquou  
por procuração M<sup>el</sup> Cavalleyro / portugal todos desta V<sup>a</sup> e  
por verd<sup>e</sup> fiz este acento q̃ asiney / hoje dia mês e anno  
U<sup>t</sup> supra / (a) o p<sup>e</sup> Cura M<sup>el</sup> Nunes Correa /

Mesmo Arquivo — 1.<sup>o</sup> livro do registo Paroquial da fre-  
guesia de S. Miguel de Montemor-o-Velho, numa  
fl. 28 verso.

## XXI

(à margem) / diz a entrelinha / e vinte / (a) Leitão /  
Verissimo Coelho / Mariana da Sylva / de Barbuda /

(texto) / Aos vinte e dois dias do mes de Abril de / mil  
sete centos e vinte sinco nesta Parochial Igr<sup>a</sup> / de Sao Miguel  
desta villa em minha pre / sensa e dos testemunhos abayxo  
assignadas / e nomeadas Sendo Prior da ditta Igr<sup>a</sup> eu / Alex<sup>e</sup> da  
Sylva Lejtão em cujo prezensa / celebrarão o sancto sacram<sup>to</sup>  
do motrimo / nio por polovras de presente conforme / direjtto  
constituisois do Bispado, Verissimo / Coelho e Mariana da  
Sylva de Borbuda / minha freguesa baptizados na fregue-  
zia / de São Martinho desta Villa como me constou / por  
certidão do R<sup>do</sup> P<sup>e</sup> Cura Matheus pedro / za: elle Contrahente

filho de Ant<sup>o</sup> Fernandes / Morsegão e de sua m<sup>er</sup> Mariana  
Coelha ella / controhente filho de Manuel Dias guago / e de  
sua m<sup>er</sup> Maria Borbuda e figueyredo / ja defunto forão tes-  
temunhos o Capitão / Pedro fernandes Negrão, e fran<sup>o</sup> Roiz  
am- / bos desta villa de M<sup>te</sup> mor o velho de q̄ / fis este osento  
q̄ assigney / (a) o P<sup>or</sup> Alex<sup>e</sup> da Sylua Leytão / (a) P<sup>o</sup> fr<sup>es</sup>  
Negrão (a) frad<sup>e</sup> Roiz

Mesmo Arquivo — Livro de recebimentos da Freguesia  
de S. Miguel de Montemor-o-Velho, de 1625 a 1732,  
numa fl. 122 verso.

## XXII

(à margem) / Villa / Anna / Recebeo os / Santos olleos /  
em 11-de / julho de 1763 /

(texto) / Aos outo dias do Mes de Abril de mil e sete  
centos / e sesenta e tres annos na parrochial jgreja de Sam /  
Martinho desta Villa de minha comissam baptizou / o reve-  
rendo digo baptizou sollenemente o reverendo / Thomas de  
Souza prior collado na freguezia da No- / bra a Anna que  
tinha nascido em o dia primeiro / do dito Mes e anno filha  
legitima de primeiro Matri- / monio de Bernardo de Souza  
e de sua mulher / Dona Fellipha Thereza de Jesus mora-  
dores nesta / freguezia de Sam Martinho desta villa Neta /  
patterna de Antonio Luis Borges e de sua mulher / Joana  
Maria esta natural da Cidade de Lisboa / freguezia de Nosso  
Senhora das Mercês, e aquelle / natural da Villa de Murca  
Arcebispado de / Braga, e moradores que foram no Estado  
de Caza- / dos na sobredita freguezia da Cidade de Lisboa /  
e Netta Matterna do Cappitam Jorge Antunes Duar- / te e  
de sua mulher Donna Gracia Cardoza de Freitas / esta natu-  
ral da Cidade de Fernambuco e aquelle / do lugar e fre-  
guezia do Lumiar Termo e patriar- / cado de Lisboa foi  
padrinho o reverendo Thomas / de Souza prior da freguezia  
da Anobra e Ma- / drinha Nossa Senhora da graça desta

Freguezia / de S. Martinho: Foram testemunhas que asse-  
tirão / ao dito sacramento do Baptismo Fernando Simois /  
desta freguezia e Joseph da Silva da Cunha da / freguezia  
do Salvador desta villa / de que fiz este asento, que asignei  
com as sobredi- / tas testemunhas Montemor ovelho dia mez  
anno / ut supra / (a) o Vig<sup>ro</sup> An<sup>to</sup> Ferrão / (a) Por commissão  
o Prior Thomaz de Souza / (a) Fernando Simois / (a) José  
da Silva da Cunha /

Mesmo Arquivo — Livro dos Assentos Paroquiais da fre-  
guesia de S. Martinho de Montemor-o-Velho, de 1661  
a 1781, numa fl. 135 verso.

### XXIII

(à margem) / Villa / Maria / da Gra- / sa f<sup>a</sup> de / de José /  
Martins / digo fi- / lha de / Ant<sup>o</sup> vo- / lozo /

(texto) / Aos vinte, e dois dias do mes de Agosto de 1799 /  
baptizei solenem<sup>te</sup>; e pus os Santos / oleos em Maria da  
Grasa filha / de José Martins digo filha de Ant<sup>o</sup> Velozo de /  
Gois (segue-se, trancado, «filho») desta freg<sup>a</sup> e de D. Anna  
de Souza / da freg<sup>a</sup> de S. Salvador no estado de veuva / que  
dispois casarão, neta pella p<sup>te</sup> Paterna / de José Bras Velloso  
e Maria da Silva / desta freg<sup>a</sup> e pella materna de Bernardo /  
de Souza nal. da Cid<sup>e</sup> de Lx<sup>a</sup> e de D. Felipa / de Pernam-  
buco, e forão testemunhas José Suares e Padrinhos o  
D<sup>r</sup> José / Luis Carvl<sup>o</sup> e nossa S<sup>ra</sup> da Grassa porq<sup>m</sup> / tocou o  
Rv<sup>do</sup> D<sup>r</sup> José Joaq<sup>m</sup> Cura de Ga- / tons de que fiz este  
asento / (a) José Suares / (a) o Vig<sup>ro</sup> Luis de Mag<sup>es</sup> Brd<sup>a</sup> /

*Nota:* Apesar de estar datado de 1799, deve ser 1789, estando  
entre o asento de 5 de Agosto de 1789 e o de 10 de Setembro  
de 1789.

Mesmo Arquivo — Livro de Baptismos da freguesia de  
S. Martinho de Montemor-o-Velho de 1781 a 1805, fl. 91.

## XXIV

(à margem) / V<sup>a</sup> / Casami- / ro f<sup>o</sup> / de An<sup>to</sup> / Voloso /  
(texto) / Aos oito dias do mes de Agosto de mil e sete  
sen / tos e noventa e hum annos nesta minha freg<sup>a</sup> . / de  
Sam Martinho de Montemor o Velho bap- / tizei solene-  
mente e pus os Santos oleos em / Cazamiro, que tinha nas-  
cido aos trinta de / Julho, filho de Antonio Velozo, e de  
D. Anna / Joaquina de Souza da freg<sup>a</sup> de San Salvador  
desta vi / lla e aquelle desta freg<sup>a</sup> de Sam Martinho netto  
pe- / la parte Paterna de Joze Bras Velozo, e Maria da  
Sil- / va desta dita freg<sup>a</sup> e pella materna de Bernardo / de  
Souza da cid<sup>e</sup> de Lisboa e de Dona Filipa do estado de /  
Pernanbuco: forão Padrinhos o Doutor Antonio / de Moraes,  
e Mariana Morlega por quem tocou o / Doutor Bernardo  
da Costa Gomes e forão testemunhas / José Soares sancris-  
tão e José da Silva de que fiz / este asento / (a) vig<sup>ro</sup> Luis  
de Mag<sup>es</sup> Brandão / (a) José Soares / (a) José da Silva /

Mesmo Arquivo — e mesmo livro fls. 115 verso e 116.

## XXV

(à margem) / Villa / Maria / f<sup>a</sup> de / Antonio / de Goes /  
de Men- / danha. /  
(texto) / Aos quinze de Julho de mil sette centos e  
noven / ta e quatro annos baptizei solemnemente, e pus / os  
Sanctos oleoz em auzencia do R<sup>do</sup> Sr. Vigario em / Maria,  
que nasceo a tres do mez supra, filha le- / gitima de Anto-  
nio de Goes de Mendanha, / e de Dona Anna de Souza desta  
Freguezia / de S. Martinho, neta paterna de José Braz  
Velo / zo, e de Maria da Silva Barbuda desta Fregue- / zia,  
e materna filha de Bernardo de Souza, e de D. Felippa  
Thereza de JESUS, am- / bos da Freguezia do Salvador  
desta Villa / de Montemor-o-Velho. Forão padrinhos José /

Duarte de Souza, e D. Maria Michaela Joaqui- / na da Sil-  
veira da Freguezia do Salvador, / por quem tocou o Rdº  
Sr. Prior Pedro Anto- / nio Barreto da mesma Freguezia: tes-  
te- / munhas José Soares, e Antonio Soares seo / filho, de  
que fiz este assento dia mez, e an / no ut supra / (a) José  
Soares / (a) o Coadjºr Manoel da Motta / De / (a) Antonio  
Soares /

Mesmo Arquivo, mesmo livro, fl. 138.

## XXVI

(à margem) / Vª / Pedro fº de / Antº Veloso /  
(texto) / Aos vinte e quatro de Fevereiro de mil sete  
centos e noventa e no / ve annos baptisou solemnemente e  
pos os Santos olios o Re / verendo Manoel da Motta a Pedro  
que nasceu a dose do dito / Mes filho legitimo de Antonio  
de Gois e Mendanha desta / freguezia, e Dona Anna de  
Souza da freguezia do Salvador des / ta Villa nepto Paterno  
de José Braz Vellozo desta fregue / zia e Maria de Goes da  
mesma, e Paterno digo Materno / de Bernardo de Souza  
natural de Lisboa, e Dona Fe / lipa natural do Brazil: Forão  
Padrinhos o Reverendo / Pedro Antonio Mendes Barreto, e  
Joanna Maria Pinhei / ro: testemunhas o Doutor Antonio  
de Moraes Pereira / e José Soares de que fiz este asento  
que assignei / (a) José Soares / (a) o Vigº José Felix Pinhrº  
Pimºl / (a) Antonio de Morºs Prª /

Mesmo Arquivo e mesmo livro fl. 167.

## XXVII

(à margem) / Vª / Berndº de / Souza / Fiz 3 ofºs /  
(texto) / Em des de Fevrº de mil sete centos outenta /  
e tres faleceo com todos os sacramentos Ber / nardo de

Souza veuvo desta villa foi se / pultado na Igr<sup>a</sup> desta freg<sup>a</sup>  
não fes tes / tam<sup>o</sup> e p<sup>a</sup> constar fiz este asento q̄ asinei / dia  
mes e anno ut supra / (a) o Prior Encomd<sup>o</sup> M<sup>el</sup> de Seiça /

Mesmo Arquivo — Livro dos Óbitos da freguesia do  
Salvador de Montemor-o-Velho, de 1759 a 1814,  
fl. 23 verso.

## XXVIII

(à margem) / V<sup>a</sup> / D. Feli- / pa / Teve 3 off<sup>os</sup>

(texto) / A vinte e seis de Agosto de mil e setecentos /  
e setenta e nove faleceo da vida presente / com todos os  
Sacram<sup>tos</sup> da S. Madre Igr<sup>a</sup> / D. Filipa mulher de Bernardo  
de Sou- / za desta freg<sup>a</sup>: e jas sepultada dentro da Igr<sup>a</sup> / do  
Salvador. Não fez Testam<sup>to</sup> De que fiz este / Asento dia,  
mes, e anno ut supra / (a) o P<sup>or</sup> Encomd<sup>o</sup> Manoel de Payva  
Carnr<sup>o</sup> /

Mesmo Arquivo e mesmo livro, fl. 18.

## XXIX

## PETIÇÃO DA ACÇÃO

Diz Dona Maria de Goes Mendanha de Carvalho auto-  
rizada por seu marido Antonio Joaquim Correia Pinheiro,  
ambos da Vila de Montemor-o-Velho, que quer fazer citar  
o sub-delegado deste Julgado como representante e pro-  
curador da Fazenda Nacional, para a segunda depois de  
verificada a citação fallas a artigos de habilitação em que  
pertende provar ser a sucessora no Vinculo intituido por  
seu ascendente o Doutor Antonio Rosado de Carvalho Prior  
que foi da Igreja e Freguesia de Lavos, pertencente a este  
Julgado, denominado Capella de Sam Miguel, e de que foi  
ultima Administradora sua Prima Dona Maria Thereza de  
Magalhães Colaço de Carvalho, fallecida ultimamente em

Lisboa, e outro sim fazer citar para o dito fim por Editos de trinta dias todas as pessoas incertas que se julgarem com direitos a succeder no dito Vinculo cuja citação se vai igualmente digo vai igualmente fazer em observancia da Lei por trez anuncios sucessivos no Diario do Governo, e para isso: Pede a Vossa Escelencia digo a Vossa Senhoria se digne mandar que o dito Sub Delegado seja citado para o sobredito fim; declara-se que o valor excede a toda a alçada E receberá Mercê — Despacho — digo Mercê em cuja petição pelo respectivo Juiz Ordinario foi proferido o despacho do theor e forma seguinte — Despacho — Como requer. Lavos dezanove de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro — Souza.

#### ARTIGOS DE HABELITAÇÃO

Em artigos de habilitação afim de se julgar como nos mesmos se conclue. Diz Dona Maria de Goes Mendanha e Carvalho com authoridade de seu marido Antonio Joaquim Correia Pinheiro, de Montemor-o-Velho. E se Cumprir. Provará que o Reverendo Doutor Antonio Rosado de Carvalho, Prior que foi na Igreja de Lavos no Testamento com que falleceu em mil sete centos vinte e dois instituiu em capela com a denominação de Sam Miguel e conseguintemente avinculou todos os bens que possuia na dita Freguesia de que era Prior, e que são os designados na mesma Instituição que por certidão autentica se junta. Provará e da mesma Instituição se evidencia o ser chamado para primeiro Administrador do dito vinculo o Doutor Ventura Luis de Carvalho, e na sua falta, ou extinta a linha da sua descendencia, providenciou o seu Instituidor chamando á successão do Vinculo que instituiu a linha comessada em Francisco, filho de Izidora Luiza de Carvalho digo Izidora Luiza Pereira de Carvalho, sua sobrinha casada com Francisco Pereira de Mendanha, Familiar do Sancto Officio — Provará que a ultima Administradora do dito Vinculo daquela primeira linha chamada Dona Maria Thereza de



Magalhães Castello-Branco, digo chamada foi Dona Maria Thereza de Magalhães Castello-Branco que como tal o possuio, desfrutou e administrou durante a sua vida. Provará da certidão de obito, que se junta, se mostra que a dita ultima administradora falleceo da vida presente sem que deixasse descendencia, sendo igualmente certo que deixou colaterais que segundo direito, digo certo que não deixou colateraes que segundo direito podessem succeder no Vinculo; e assim — Provará que extinta com a sua morte a primeira linha chamada passa ipso facto, a successão e administração do Vinculo para a segunda linha prevenida na Instituição, e que começou no supramencionado Francisco de Mendanha Pereira de Carvalho, filho de Izidora Pereira de Carvalho, sobrinha do Instituidor. Provará que a habilitanda é a quem compete a Administração do dito Vinculo por ser descendente em linha recta daquele Francisco de Mendanha Pereira de Carvalho, extinta, digo Carvalho, chamado em segundo lugar, extinta a primeira linha, e sua parente mais proxima, e Primogenita. — Provará da arvore de geração que se junta combinada com as certidões de casamento, e obito, que tambem se juntão, e que se estão em perfeita harmonia se evindencea que a habilitanda é filha legitima de Antonio de Goes Mendanha de Carvalho, neta de José Vaz Vellozo de Goes Mendanha Pereira de Carvalho, bisneta de Mariana de Mendanha Pereira de Carvalho e terceira neta de Francisco Pereira de Mendanha Carvalho, tronco da segunda linha chamada na Instituição na falta da primeira, com a qual está dentro no de cinco grau de parentesco, contado segundo o Direito Civil — Provará que tudo quanto se leva ponderado era reconhecido pela ultima administradora Dona Maria Thereza aonde acabou a primeira linha, e por seus falecidos maridos, pois quando se fallava a semelhante respeito, disião publicamente, que por morte della administradora pertencia a administração do dito Vinculo á habilitanda por ser filha primogenita sem Irmão Varão, e a parenta mais proxima do segundo chamado na Instituição por acabar

nella Dona Maria Thereza a linha do Doutor Ventura Luis chamado em primeiro lugar. Provará que tanto é verdade ser a habilitanda a exclusiva sucessora da segunda linha, de que se trata, comessada em o dito Francisco Pereira de Mendanha e Carvalho, como filha primogenita de seus Pais na falta de Varão, que provará que a mesma habilitanda se acha desde o falecimento de seu Pai de posse mança e pacificamente digo mança e pacifica do Vinculo instituido por Pedro de Mendanha, da Villa de Montemor que se junta por publica-forma e no qual foi instituido e nomeado por primeiro Administrador o dito Francisco Pereira e depois toda a sua descendencia, como da dita Instituição se evidencia, posse em que foi ratificada judicialmente a requerimento de seu primeiro marido o Doutor Florencio da Silva Carneiro, como o comprova a outra publica-forma, e que tem conservado e conserva como se comprova pelo Instrumento de inquirição competente, e legalmente julgado por sentença que tambem se julgou digo se junta e nos termos expostos. Provará que segundo as disposições de direito, se deve julgar a habilitanda habilitada como exclusiva e legitima sucessora e Administradora do Vinculo e Capella instituida pelo Doutor Antonio Rosado de Carvalho, Prior que foi da Freguesia de Lavãos, por se achar extinta a primeira linha chamada pelo Instituidor e descender a habilitanda em linha recta do dito Francisco Pereira de Mendanha e Carvalho, chamado á sucessão em segundo lugar, e a sua parenta mais proxima e dentro de cinco graus, segundo Direito Civil, e a filha primogenita de seus Pais, na falta de filho Varão direitos e administração em que succedeo desde o momento em que faleceu a ultima Administradora Dona Maria Thereza, tudo ex vi da Lei de nove de Novembro de mil setecentos cincoenta e quatro e assento de desasseis de Fevereiro de mil setecentos e sessenta e oito e mais legislação paralela — Pereira — . . . . .

## A CULTURA ANATÓMICA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI E A «MICROCOSMOGRA- FIA» DE ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE

— O benemérito Abade de Sever e Académico de Número da Academia Real da História, Diogo Barbosa Machado, inclui a seguinte biografia na sua *Biblioteca*<sup>1</sup>:

— «ANDRE FALCAM DE RESENDE natural de Evora, filho de Jorge de Resende, e Sobrinho do Chronista Gracia de Resende. Na Universidade de Coimbra depois de estudar Direito Civil, exercitou o lugar de Juiz de Torres Vedras, de outras Villas, e Cidades do Reyno. Ultimamente foy Auditor da Casa de Aveiro. Teve notavel genio para a Poesia assim Portugueza, como Castelhana, em que compoz admiraveis versos. Morreo em idade provecta em Lisboa no anno de 1598. ferido do contagio, que devorou grande parte da Cidade. Publicou em Madrid em verso Castellano. *Theocristo*. Outro livro em semelhante lingua. *Mundo pequeno* o qual dedicou a D. Duarte Duque de Guimaraens, e Condestavel de Portugal. Verteo em 8. Rima as Homilias do Cardial D. Henrique, que começaõ.

*Remirte o homem quiz Deos sempiterno  
Com resgate de amor maravilhoso.*

Muitas das suas poesias se imprimiraõ na *Relaçã do solemne Recebimento, que se fez em Lisboa às Santas Reli-*

---

<sup>1</sup> Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*, 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa, 1930. Vol. 1, pág. 144.

quias que se levarão à Igreja de S. Roque da Companhia de JESUS impressa em Lisboa por Antonio Ribeiro 1588. 8. as quaes se lem a fol. 122. 132. 136. 142. v. e 166. v. Na *Chronica delRey D. Joaõ o II.* escrita por seu Tio Garcia de Resende impressa em 1554. fol. lhe faz o Sonetto seguinte <sup>1</sup>.

Heroicos feitos, e saber profundo  
Virtudes, condiçaõ, primor, costume  
Vida, e morte declara este volume  
Do Lusitano Rey D. João segundo.

Segundo em nome, e a ninguem segundo  
Em fama taõ subida em alto cume  
Que a pezar do tempo, que consume  
Toda a cousa, será clara no mundo.

Naõ consentio perder-se tal memoria  
Garcia de Resende em seu polido  
E doce estylo, e verdadeira historia.

Mas a seu Rey, e à sua patria agradecido  
Dandolhes digna fama, e immortal gloria  
A si a deu, e fez seu nome esclarecido

Delle se lembra entre os Poetas Portuguezes o P. Antonio dos Reys no *Enthusiasmo Poet.* n. 190. ».

Aí fica uma das mais antigas e completas biografias de um poeta do século XVI, pouco estudado ainda, tão pouco como seu poema designado por Barbosa Machado, *Mundo Pequeno*, que o dá escrito em espanhol.

Não é desígnio meu, nesta conjunção, explanar a questão literária de André Falcão de Resende, sua biografia e sua obra. Prende-me o jeito e a vontade apenas o seu poema, que trata de um assunto muito curioso e digno de estudo, tanto mais quanto se relaciona intimamente com a História da Medicina portugueza, no ponto de vista anatómico.

<sup>1</sup> O soneto acima transcrito vem publicado na colecção das suas obras adiante mencionadas, em que se encerra a «Microcosmographia», etc. (Soneto XXIII, 99).

Esse poema *Mundo Pequeno*, designação de Barbosa Machado, teve outros títulos. Assim, numa edição (das mais antigas) de 1615<sup>1</sup>, é denominado *Da criação, & composição do Homem*; uma outra, de meados do século XIX, tem o nome *Microcosmographia, e Descrição do Mundo Pequeno, que é o Homem*<sup>2</sup>. Em 1865, publicou-se em Coimbra o poema com este título, variante apenas na grafia<sup>3</sup>.

Como se viu, o poema andou perdido entre as composições de Luís de Camões<sup>4</sup>, erro que se eliminou um dia, como direi daqui a pouco.

Oiçamos, agora, outro biógrafo de Falcão de Resende, o Prof. Teófilo Braga<sup>5</sup>, que lhe chama «um dos poetas mais notáveis da escola de Sá de Miranda, apesar de ser pouco conhecido pelo motivo de terem ficado inéditas as suas obras até hoje. André Falcão de Resende é filho desse

<sup>1</sup> *Obra do Grande Luis de Camões, Principe da Poesia Heroica, Da criação, & Composição do Homem*. Lisboa, 1615.

<sup>2</sup> *Microcosmographia, e descrição do mundo pequeno, que é o Homem*. Coimbra, s./d.

<sup>3</sup> *Microcosmographia e descrição do mundo pequeno que é o homem*. «O Instituto», n.º 12. Coimbra, 1865.

Entre outras edições, cito: — *Obras de Luiz de Camoens*. Lisboa, 1772. Encerra o poema com o título *Da criação e composição do Homem* (T. 3.º). Em 1844, Jacinto José Dias de Carvalho publicava uma obrasita semelhante no título: *Microcosmo ou mundo pequeno. Offerecido aos illustres bemfeitores do Asylo da Mendicidade*, etc. Lisboa. Em 1842 o P.º Fonseca Ferreira Barreto dava à estampa: *A criação do homem e da mulher*. Não pude ver qualquer exemplar destas duas obras, apontadas por Inocência da Silva no seu «Diccionario Bibliographico».

<sup>4</sup> Nas colecções das suas obras e nos *Lusiadas* o nosso épico é chamado, não só *Príncipe da poesia heroica*, como consta do título há pouco indicado, mas *Príncipe dos Poetas de Espanha, Príncipe dos Poetas Portugueses, Príncipe de los Poetas Heroicos, Príncipe de los Poetas Heroicos e Lyricos de España*, etc.

<sup>5</sup> Teófilo Braga, *Historia da Litteratura Portugueza*, etc. Porto, 1875.

célebre poeta do *Cancioneiro Geral*, Jorge de Resende e sobrinho do Cronista Garcia de Resende».

Mais informa que nasceu em Évora, em 1535. Educado eruditamente, sentiu bem a influência da Companhia de Jesus. Por 1553 era Fidalgo da Casa Real do Infante D. Henrique. Formado em Leis no ano de 1558, foi Ouvidor da Casa do Duque de Aveiro e letrado. Nesta situação escreveu o poema referido «que os editores néscios durante muitos anos imprimiram sob o nome de Camões».

Foi o primeiro a tradução das odes de Horácio, tarefa aliás incompleta. Sentiu por certa mulher uma paixão romântica, porém essa mulher veio a casar com outro. Juiz de Fora em Torres Vedras, por 1577, os processos forenses entediavam-no. Diz Teófilo Braga que Falcão, para se distrair, escrevia muito aos seus amigos, ausentes na Índia, Heitor da Silveira ou António de Abreu<sup>1</sup>, no firme desígnio de morigerar os costumes e desmandos morais humanos. Pobre morreu. E conclui por dizer que Falcão era superior a Caminha, embora não tivesse ideal<sup>2</sup>, e que os seus versos «só exprimem os pequenos interesses da sua personalidade, e é por esta inferioridade perante a verdadeira concepção artística, que eles tem hoje o valor de ricos documentos»<sup>3</sup>. Mais diz o crítico, pouco feliz, que era o único poeta do grupo de Sá de Miranda que tratava Camões por *tu*. Em uma sátira lastima certa desconsideração feita ao Épico, criticando o apreço e regalias dadas a outros indivíduos, sem méritos, como os bobos do Paço<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Há sonetos trocados entre os dois. Vid. *Col. I. U.* Por esta designação aludirei, daqui por diante, à edição da Imprensa da Universidade (c. de 1850), aliás incompleta, do Poema e demais escritos poéticos de André Falcão de Resende.

<sup>2</sup> Protesto contra esta asserção. O poema que vamos estudar demonstra, pelo contrário, um altíssimo ideal revelado em muitos passos.

<sup>3</sup> É enigmático este conceito de Teófilo Braga.

<sup>4</sup> ... a *satyra II* é dedicada a Luis de Camões, com a seguinte rubrica «Reprehende aos que, desprezando os doutos, gastam o seu

Morreu de peste em 1599<sup>1</sup>. E pouco mais se sabe da vida de André Falcão de Resende. As biografias traçadas por outros escritores pouco variam. O saudoso médico e historiador Sousa Viterbo, em 1891, publicava uma nota em que fala do poeta<sup>2</sup>, biografando um certo *Mestre Guterres*, seu amigo, a quem dedica um soneto<sup>3</sup>. Escreveu Sousa Viterbo:

— «André Falcão de Rezende não é um vulto proeminente na pleiade dos poetas illustres do século XVI, mas as suas poesias offerecem-nos ainda assim bastante interesse, não só pelo seu valor intrinseco, como pelas indicações históricas que n'ellas se contém. Amigo e admirador de Camões, bastaria esta circumstancia para o recommendar á nossa consideração e estima. Outros da sua familia adquiriram maior renome, gosaram de mais valimento no paço, ou fruíram mais elevada posição social, mas a figura litteraria de André Falcão de Rezende não envergonha a prosapia do celebrado antiquario de Evora nem a do chronista de D. João II. As suas poesias, com rarissimas excepções, conservaram-se manuscriptas, e só nos nossos dias gosaram o beneficio da imprensa, e este facto deve ter contribuído, em parte, pelo menos, para que ellas nos apresentem durezas e imperfeições, que o auctor teria sem duvida limado, se as chegasse a imprimir em vida.»

Entre outras notas biográficas, as de Inocência da Silva (*ob. cit.*), são curiosas, tanto mais que nos dão notícias sobre

---

com truhães». Vid. José do Canto, *Collecção Camoneana. Tentativa de um catalogo methodico e remissivo*. Lisboa, 1895. Esta composição, extremamente curiosa, está reproduzida nas págs. 78 a 89 de «O Instituto», n.º 28, Coimbra, 1881.

<sup>1</sup> Outros, como Barbosa Machado, já citado, apontam o ano de 1598. Ver-se-á adiante que é certa a de 1599.

<sup>2</sup> Sousa Viterbo, *Mestre Guterres. Poeta e illuminador*. «O Instituto», xxxviii. Coimbra, 1891, pág. 631.

<sup>3</sup> Vid. *Col. I. U.* Soneto xxiv, pág. 100: — «Quem busca obras subtís de'engenho raro...».

o poema. Transcreveremos o que sobre tal se escreveu há 77 anos <sup>1</sup>:

— «Ao sr. Conde de Terena, durante o seu reitorado, constou que em uma das repartições da universidade a seu cargo se guardava, em manuscrito, uma poesia de André Falcão de Rezende, á qual Joaquim Ignacio de Freitas tinha feito algumas correcções, e passado á sua lettra, para a publicar.

Esta ideia, a de uma poesia da epoca mais brilhante de Portugal, ainda inedita e que de mais a mais tinha merecido a atenção e esmero de Joaquim Ignacio de Freitas, homem de recordação honrosa pela sua instrucção litteraria e inexoravel critica, despertou no venerando prelado o desejo de ver o manuscrito. Quiz lel-o, mas a lettra microscopica de Joaquim Ignacio era invisivel para uma idade octogenaria; ouviu-o ler, julgou-o obra de merecimento, e tractou de o mandar publicar pela imprensa da universidade, ficando a obra propriedade d'este estabelecimento.

Os acontecimentos politicos de 1846, a de todos bem conhecidos, nesta cidade, ainda que transtornaram os planos d'aquelle prelado, não deixou alguém de os continuar; pois é certo que no ano de 1849 foi a mencionada poesia começada a imprimir na dicta imprensa; e não sabemos por que mau fado, ainda até hoje, os amantes da litteratura quinhentista não tenham podido saborear a poesia do Dr. André Falcão de Rezende. Será ella digna das columnas do Instituto? acreditamos que sim; e n'esta intelligencia iremos publicando o poema, por partes sim, mas seguidamente:

O mais que ha a dizer em relação á historia do poema e do poeta, vejamos o que escreveu o sr. Innocencio Francisco da Silva.

M. DA C. PEREIRA COUTINHO

---

<sup>1</sup> M. da C. Pereira Coutinho, *Litteratura e Bellas-Artes*. *André Falcão de Rezende*. «O Instituto», XII, Coimbra, 1865, já cit.



André Falcão de Resende, formado em Direito Civil na Universidade de Coimbra, Juiz de Fóra de Torres Vedras e ultimamente Auditor da Casa de Aveiro, foi natural de Évora, sobrinho do distincto antiquario André de Rezende e do chronista Garcia de Rezende. Teve particular tracto de amizade com Luiz de Camões, a quem endereçou varias composições suas, e cuja superioridade se não pejava de reconhecer, fazendo nisso honrosa excepção ao inqualificavel procedimento dos outros poetas contemporaneos para o grande Epico. — Morreu em proecta idade, ferido do contagio que assolou Lisboa em 1598.

Pouquissimo é o que nome d'este autor tem sido até agora impresso em portuguez; pois se limita a algumas composições insertas no livro que com o titulo de *RELAÇÃO DO SOLEMNE RECEBIMENTO QUE SE FEZ EM LISBOA ÁS RELIQUIAS QUE SE LEVARAM Á IGREJA DE S. ROQUE*, publicou no anno de 1588 o P. Manuel de Campos.

É porém hoje havida incontestavelmente por sua uma obra, que ha mais de 240 annos gosa da singular prerogativa de andar anexa ás de Luiz de Camões, com quanto o mesmo editor que primeiro a publicou em nome d'este reconhecesse desde logo que ella lhe não pertencia (V. a êste respeito a edição de Camões feita pelo P. Thomaz José de Aquino, 1783, no tomo iv, pag. 9 a 13). Todos os entendidos que a tinham como espuria, fundando-se não só na diversidade d'estylo, mas nos erros de metrificacão em que abunda, provenientes sem duvida da copia viciadissima de que se serviu seu primeiro editor, o livreiro Domingos Fernandes: o proprio titulo corria alterado e inexacto, chamando-se *Poema da creação e composição do Homem*, ao que seu verdadeiro auctor intitulara *Microcosmographia, e descripção do mundo pequeno que é o homem*. Um acaso feliz devia dissipar estas trevas, e restituir a paternidade da obra áquelle cuja era.

O professor do antigo Collegio das Artes em Coimbra, Joaquim Ignacio de Freitas (do qual tracto no logar com-

petente) homem recomendavel por saber e amor ás letras e de prohibidade não contestada, em uma das suas excursões pela provincia do Minho descobriu casualmente n'uma botiça sentenciado a servir para nelle se embrulharem os medicamentos, um manuscripto antigo (apographo) contendo as obras do Licenciado André Falcão de Rezende, natural d'Evora. Contente, como é de supor, com tal achado, trouxe-o consigo para Coimbra e ahi tractava de o imprimir em 1829, tendo já obtido para isso as licenças necessárias. A morte que lhe sobreveio pouco depois deixou sem effeito o seu projecto, e o manuscripto foi por êle, com outros papeis egualmente raros e curiosos, legado á Universidade.

Esta Collecção soffrivelmente volumosa, segundo a descripção que della vi ha annos em um jornal litterario d'esta capital, alem da já citada *Microcosmographia* em tres cantos (o primeiro com 60 oitavas, o segundo com 72, e o terceiro com 75) mais 78 sonetos, 7 odes, 12 satyras, 5 epistolas, 1 epithalamio, 1 elegia, 7 estancias, 1 epigrama, 2 sextinas, 2 vilancetes, 32 versões de outras tantas odes de Horacio, a tradução da satyra 9.<sup>a</sup> do livro I do mesmo poeta, e varias prosas a diversos assumptos, entre as quaes se faz notar uma carta em que se descreve a vinda dos inglezes a Lisboa, em auxilio de D. Antonio Prior do Crato, e pretendente á coroa de Portugal.

Todos os que ainda nos interessâmos pelas glorias da nossa boa litteratura folgamos com a apparição d'este pouco menos que desconhecido poeta quinhentista, e recebemos com alvoroço a noticia de que na Imprensa da Universidade se tractava de dar á luz o prometido volume das obras de Rezende.

Nos proprios Catalogos publicados pela referida imprensa tem-se dado por vezes no prelo esta edição; porém não sabendo que ella se realizasse procurei informação do que havia a este respeito. Consta-me agora... que efectivamente principiara a imprimir-se o inedito sob a direcção de uma comissão; mas que o falecimento de um

dos membros d'esta Joaquim Urbano de Sampaio notavel por seus conhecimentos philologicos, e que se encarregara das annotações, ha sido a causa de que o trabalho esteja ha cinco annos sem algum adiantamento. e sem esperanza de conclusão!»

Num pequeno artigo de 1844<sup>1</sup> Vicente Ferrer trata do assunto:

— «À benevolencia do sr. José Maria Pereira, encarregado do archivo da extincta fazenda da Universidade, devemos o poder dar hoje ao publico o conhecimento de um precioso thesouro da nossa litteratura classica — as obras poeticas do licenciado André Falcão de Rezende, da cidade de Evora, fielmente copiadas de um antigo MS. apographo pelo sr. Joaquim Ignacio de Freitas, bacharel formado em Direito, professor do Collegio das Artes e director da Imprensa da Universidade.

Pelas informações que podémos obter, consta que o acaso deparara ao sr. Freitas aquelle venerando MS. em uma botica do minho, aonde estava destinado para embrulhar, e que o sr. Freitas gastara muitos annos em o copiar e annotar com aquella critica e gosto, que ninguem, que conheceu o sr. Freitas, lhe negará na nossa litteratura classica. O sr. Freitas quiz dal-o á luz da imprensa, porque a folhas 4 da sua copia se acha o despacho da comissão de censura — *póde imprimir-se excepto as notas, e o que se acha escripto em espanhol.* — Coimbra, 20 de Março de 1829. — Moraes — Vidal — Viegas. — Porém a morte privou este illustrado philologo do prazer de ver aproveitar-se o publico dos fructos de tão longos trabalhos.

Não somos poetas: e por isso confessamos não ser juiz competente para decidir do merecimento poetico de André Falcão. No entretanto o juizo do sr. Freitas, o do abbade Barbosa na sua Bibliotheca Lusitana quando diz ácerca de

---

<sup>1</sup> In «Revista Universal Lisbonense». Reproduzido no n.º 28 do «Instituto», de 1881, com o seguinte título, *Ressurreição de um classico portuguez* (carta), pág. 90

André Falcão — *teve notavel juizo para a poesia, assim portugueza como castelhana, em que compoz admiraveis versos, — e o de muitos e grandes poetas do seu tempo, dos quaes existem na copia muitos sonetos em louvor de André Falcão, não deixam duvida ácerca da excellencia da sua musa. Pelas differentes poesias, que se encontram nesta copia do sr. Freitas, se vê que André Falcão vivera em intima amizade com Luiz de Camões, ao qual offereceu a satyra segunda, em que reprehende aos que, desprezando os doutos, gastam o seu com truhães, com Diogo Bernardes, Jeronymo Corte-Real, Francisco de Sá de Miranda, Pero de Andrade, Antonio de Castilho, Antonio d'Abreu, Heitor da Silveira e outros, dos quaes alli existem varias poesias dirigidas a André Falcão, e outras d'este em resposta».*

Resumindo as informações prestadas neste artiguinho, fica-se sabendo que a colecção das obras de André Falcão de Resende «começou effectivamente a imprimir-se, ficando incompleta e suspensa por obito do revisor da Imprensa da Universidade, o dr. Joaquim Urbano de Sampaio, o qual fôra amigo intimo e companheiro de Joaquim Ignacio de Freitas. Hoje o sr. dr. A. Philippe Simões, bibliothecario da Bibliotheca da Universidade tem-se esforçado, coadjuvado tambem pelo sr. V. Ferrer, por continuar esta impressão. Noutro numero escreveremos mais sobre este auctor e sobre as suas obras, assim como sobre a impressão projectada».

Ferrer alude às investigações do benemérito Joaquim Inácio de Freitas, feitas na Universidade, que permitem afirmar ter vindo para aquella André Falcão, natural de Évora, em 1548, onde satisfez o exame de bacharel em Direito Canónico em 20 de Junho de 1569 e se formava em 19 de Novembro de 1570. Demonstra a morte do poeta em 1599<sup>1</sup>. Pertencia a uma muito illustre e nobre família,

---

<sup>1</sup> Nesse ano André Falcão compusera uma elegia sobre o mal da peste que houve em Lisboa, doença de que morreu. Esta foi, no conceito de J. I. de Freitas, a sua última obra.

a dos Resendes, de Évora e usava chamar-se André Falcão de Resende ou, apenas, André Falcão.

Da obra *Mundo Pequeno*, que seria a *Microcosmografia*, citada, impressa em Madride na língua espanhola, tal como refere Barbosa Machado, diz Ferrer que não a vira. Tampouco eu logrei encontrá-la<sup>1</sup>. Impõe-se uma busca nas livrarias de Espanha, a fim de saber-se o que há de certo na afirmação de Barbosa Machado. O autor do artiguinho, V. Ferrer, que duvidava, escreve, ainda:

— «a *Microcosmographia* é a mesma obra que se encontra nas rimas de Camões, intitulada — *Da criação e composição do homem* —, mas com muitas e muito grandes alterações. Donde se vê que resta hoje á critica o decidir se a obra é de André Falcão se de Luiz de Camões. O *Mundo Pequeno* por ventura derramará alguma luz nesta questão.»

Parece que, hoje, não há dúvidas sobre a autoria do poema *Microcosmografia*: — pertence a André Falcão Resende. Em breve voltarei a este ponto. V. Ferrer conclui o seu artigo por estes termos:

— «A copia do sr. Freitas e MS. apographo foram legados á universidade, e por isso vamos solicitar da auctoridade competente, ou que se imprimam as obras de André Falcão por conta da universidade, ou que nos dê licença para o fazer, se podermos obter assignaturas que cubram as despesas da impressão; porque nos dóe o coração de que a copia, tão apurada, das obras d'um classico do século xvi e d'um tão grande poeta, continue por mais tempo sem ver

---

<sup>1</sup> Agradeço, muito reconhecido, aos Srs. Drs. Rocha Madahil e Durval Pires de Lima, aquele ilustre Conservador do Arquivo da Universidade de Coimbra, este ilustre Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, as informações que a tal respeito me prestaram.

A não ser que se trate de uma obrzinha do anatómico espanhol Bernardino Montaña de Monserrate, a que farei larga referência pelo texto fora, dada a sua importância na génese do poema português.

a luz publica. E desde já contamos com a coadjuvação de v., sr. redactor da *Revista*, e de todos os amantes da nossa litteratura, no caso de nos ser concedida aquella licença.»

Julgo que, até hoje, não se satisfizeram os votos do devotado admirador de Falcão de Resende. Todavia, em 1865, como se viu, foi publicado na revista *O Instituto*, de Coimbra, o poema *Microcosmografia*, que citei e que mais interessa, pois é sobre ele que apresento este trabalho.

Antes de entrarmos em novo capítulo, transcrevo o que se lê em outra obra <sup>1</sup>:

— «Rezende (André Falcão de) — Filho de Jorge de Rezende e sobrinho de Garcia de Rezende, nascido em Evora (seculo XVI) e falecido em 1598. Formou-se em Direito Civil e Canónico e foi juiz em differentes terras. Viveu na intimidade de Luiz de Camões ao qual consagrou differentes poesias. Poetou em portuguez e hespanhol, publicando n'esta lingua o poema Theocriso. Traduziu os Homilias do Cardeal D. Henrique, em oitavas, e escreveu um poema que, durante muito tempo foi attribuido ao nosso grande epico, o que de sobejo affirma o seu alto valor litterario. Esse poema andou nas obras de Camões com o titulo de *Poema da criação e composição do homem*. Mais tarde, desfeito o equivoco, restabeleceu-se tambem o titulo que é *Microcosmographia e descripção do mundo pequeno que é o homem*. O professor do Collegio das Artes, em Coimbra, Joaquim Ignacio de Freitas, descobriu no Minho um volume intitulado *Poesias do licenciado André Falcão de Rezende*. O precioso manuscripto foi por aquelle professor legado á Universidade. Em 1836 no 3.º vol. do periodico *O interessante*, foram publicadas umas traduções das odes de Horacio e duas odes originaes, uma dedicada a D. Henrique de Menezes, e outra a Martim de Castro do Rio. Mais tarde appareceu em Coimbra um volume contendo a *Microcosmographia* em trez cantos com 207 oitavas, e alem d'isso

---

<sup>1</sup> Maximiano Lemos, *Encyclopedia*, etc. Porto.

78 sonetos, 7 odes, 5 epistolas, 12 satyras, 4 epithalamios, 1 elegia, 7 estancias, 1 epigramma, 2 sextinas, 2 villancetes, 32 versões de odes de Horacio, e varias prosas, entre elles uma carta descrevendo o ataque dos inglezes a Lisboa quando vieram sustentar as pretensões do Prior do Crato.»

Sousa Viterbo escrevia: — «As suas poesias, com rarisimas excepções, conservaram-se manuscriptas, e só nos nossos dias gosaram o beneficio da imprensa, e êste facto deve ter contribuido, em parte, pelo menos, para que elas nos apresentem durezas e imperfeições, que o autor teria sem duvida limado, se as chegasse a imprimir em vida»<sup>1</sup>.

De tudo o que acabo de expor, e que muito alargaria se o tempo sobejasse, depreende-se que André Falcão de Resende, da família dos Resendes, de Évora, onde nasceu, frequentou a Universidade de Coimbra desde 1548 (?)<sup>2</sup>, na qual se formou em Direito Civil e Canónico em 1570. Seguiu a magistratura, dedicou-se à poesia, de feição moralista, profundamente cristã e cheia de valiosas indicações histórico sociais e naturalísticas do seu tempo. Entre outras obras, escreveu um poema simbólico que nas edições modernas, já citadas, se intitula *Microcosmografia e descrição do mundo pequeno que é o homem*.

A este poema é que dedico o presente estudo, nota preliminar que a seu tempo desenvolverei, como merece.

\* \* \*

Sirvo-me, para os comentários, da edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, que já citei, sem data, ali publicada nos meados do século XIX. Esta edição acompa-

<sup>1</sup> Sousa Viterbo, *Mestre Golerres, etc., ob. cit.*

<sup>2</sup> Deve haver lapso nesta data. Formado em 1570, teria frequentado a Universidade durante 22 anos!

nha-se de «Peças relativas ao Poema Microcosmographia», de onde constam: — «Sextina Em que o A. dirigio a obra ao Duque d'Aveiro<sup>1</sup>, que morreo em Africa», «Soneto Ao mesmo Duque d'Aveiro», «Epistola Que mandou ao mesmo duque d'Aveiro, quando lhe dirigio a obra», «Doctoris ac Medici Eruditissimi Petri Guomezii<sup>2</sup> Carmina In Operis Laudem», e «Notas», respeitantes a estas peças.

O Poema do Dr. André Falcão é escrito em oitavas camoneanas, 60 no Canto I, 72 no II, 75 no III. Na verdade, sente-se que o Autor as não limou ou reviu. Todavia, demonstram a sua alta categoria de Poeta, tão alta que muitos, como veremos, confundiram algumas das suas obras, com as de Luís de Camões. A parte que se me afigura mais frouxa e imperfeita, no ponto de vista da técnica, é a em que descreve o homem e a sua composição anátomo-fisiológica. O tema era ingrato, sem dúvida. Mas logo no Canto III se revela o grande poeta. Há estâncias de sabor camoneano, como estas:

«Olha na sagrada arvore pendendo  
Do ventre virginal o fruto suave,  
Pera dar bens, os braços estendendo,  
E como rei, posta a corôa grave:  
Pregados pés e mãos tem na alta trave;  
Por te esp'rar (se da vista o vás perdendo),  
E pera recolher-te (no deserto  
Perdida ovelha), o lado tem aberto.»

(Est. xxxv)

---

<sup>1</sup> Recorde-se que o poeta fora Auditor da Casa de Aveiro. Uma das notas 1-(a) que esclarece certos pontos destas *Peças* diz: — «Na batalha de Alcacer Quibir com el Rei D. Sebastião». Este é o 2.º Duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre, filho de D. João de Lencastre, neto de D. Jorge, Duque de Coimbra e bisneto de el-Rei D. João II (nota do sr. Freitas).

<sup>2</sup> Não consegui identificar este médico Dr. Pedro Gomes.



«Por ti quero viver, ó pão divino,  
Que dás a vida, e és vida por essencia;  
Por ti, com tua graça, eu fraco e indino  
Quero e posso fazer sã penitencia;  
E com ella mais limpo, de contino  
Quero amar-te e gozar com mais frequencia  
A ti, que és amor summo, e bem supremo,  
Sem quem mouro, com quem morte não temo.»

(Est. LXXII)

Grande número de oitavas (as dedicadas à descrição anátomo-fisiológica do Homem) é acompanhado de notas marginais, cuja autoria desconheço. Do próprio autor? Do editor? Essas notas as encontramos já na citada edição de 1615, por Pedro Crasbeeck<sup>1</sup>. Adiante porei algumas observações acerca destas notas.

Outras edições, como a de 1772<sup>2</sup>, anexa às obras de Camões, não contém essas notas, que diferem, embora levemente, nas duas agora citadas (*Col. I. U.* e 1615). Na edição de «O Instituto», referida, de 1865, as notas marginais não se distinguem das da *Col. I. U.*<sup>3</sup>.

Variam também, frequentemente, as oitavas do Poema, em particular as das edições do século XIX e as contidas na

---

<sup>1</sup> OBRA / DO GRANDE LVIS / DE CAMÕES, PRIN / CIPE DA  
POESIA / HEROYCA Da criação, & composição do Homem. / Com as  
Licenças necessarias. / Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck. / ANNO 1615.

Vem reproduzido este frontispício na «História da Literatura Portuguesa Ilustrada», vol. II, pág. 230, com a seguinte legenda: — «Edição que anda reunida às de Camões, embora não lhe pertencendo. É obra rara, de que a Bibl. Nac. possui o exemplar que foi de Tomaz Norton». Elucido que idêntico exemplar existe na Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde o li e estudei.

<sup>2</sup> *Obras de Luiz de Camoens.* Lisboa, 1772. T. III.

<sup>3</sup> Esta edição não chegou a concluir-se: — *Obras ou trovas diversas*, sem data (inf. do Dr. Rocha Madahil). Na Biblioteca da Universidade de Coimbra (Reservados) existem *provas revistas* para uma edição que não chegou a imprimir-se (id.).

de 1615. Vejamos, por exemplo, a estância LI (Canto I), onde se descreve o parto:

*Ed. de 1615*

*Col. I. U.*

«Atè que vindo tempo conue- niente, Da conjunção para o effeito disto, Com força, & com industria suffi- ciente: E saber deste artifice preuisto, O forte quasi milagrosamente Lançado fóra dali foy visto, Ajudado porem, & favorecido Da fortaleza de que foi nascido.»	«Até que vindo tempo conve- niente, E conjunção pera o effeito disto, Per natureza e industria suffi- ciente, E por saber do Artifice previsto, O forte quasi milagrosamente Fóra lançado alli de mi foi visto, Com força e com trabalho assi arrojado Desta torre, em que fóra princi- piado.»
--	--

Outra estância, para confronto, a 1.<sup>a</sup> do Poema:

*Ed. de 1772*

*Col. I. U.*

«Na mais fresca, e aprazivel parte do âno, A Venus dos antigos dedicada, Venus amor de Marte e de Vul- cano, Clara estrella do mar, e terra amada: Por cujo influxo amigo, doce e humano, Se mostra a Primavera namorada, Guiando a destra mão da natu- reza, O sumo Creador da redondeza.»	«Na mais fresca e aprazivel parte do anno A Venus dos antigos dedicada, Venus, amor de Marte e de Vul- cano, Formosa estrella, do ar e terra amada; Por cujo influxo amigo e sobre- humano Se mostra a primavera namorada, Guiando a déstra mão da natu- reza O summo Creador da redondeza.»
---	--

Como informei, o Poema andou ligado às edições das *Rimas* do autor dos *Lusiadas*, ao qual se attribuía<sup>1</sup>. Teófilo

<sup>1</sup> Algumas não contém o Poema, v. g., as de 1685-1689, comenta-  
das por Manuel de Faria e Sousa (*Rimas Varias de Luís Camoens, etc.*,  
I e II, 1685; III, IV e V, 1689). A de 1632, inclui o I Canto do Poema

Braga, em 1880, dizia, a propósito da edição citada de 1615: — «Estava aprovada desde 4 de Setembro de 1608; nas *Rimas* de 1616 reconhece-se que não é de Camões. Hoje está publicada em nome do seu autor André Falcão de Resende. Poesias. Coimbra, sem data»<sup>1</sup>.

O mesmo crítico, a respeito da colecção das *Rimas* de Camões, de 1616, informa:

— «A Dedicatória ao Bispo<sup>2</sup> é interessante para a história dos manuscritos dispersos de Camões, e por se declarar que o poema da *Creação do Homem* não é de Camões, continuando, não obstante a ser reproduzido em seu nome; é datada de 1616, de 15 de Março»<sup>3</sup>.

Teófilo esclarece, ainda, que D. Rodrigo da Cunha descobrira que o Poema de Falcão de Resende andava atribuído falsamente a Camões. Dos seus manuscritos se aproveitou o livreiro Domingos Fernandes para a publicação das obras do grande Épico. É interessante registar que uma

---

*Cream & composição do homem* — «que não é de Camões». A edição do Poema de 1615, a que me tenho referido, foi publicada à parte. As *Rimas* de Camões, de 1616, já mencionadas, aludem a esta edição; nela se incluem os *Cantos da criação do homem*. As *Rimas* de 1669 (Lx.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> parte) encerram o *poema alheio*. As edições das *Obras* de Camões de 1720, 1759 e 1772 contêm a composição de Falcão de Resende (Vd., entre outros, Inocêncio da Silva, *ob. cit.*, vol. XIV). Na edição das *Obras de Luís de Camões*, Lisboa, 1852, vê-se o Poema em uma parte do vol. III, parte essa que foi designada por *obras atribuídas*.

<sup>1</sup> Teófilo Braga, *Bibliografia Camoneana*. Lisboa, 1880.

<sup>2</sup> Ilustre Prelado português, um dos maiores batalhadores na campanha pela Independência do País contra o domínio castelhano, nascido em 1577. Doutor em Direito Canónico, Bispo do Porto e de Viseu, Arcebispo de Braga, etc., foi Governador do Reino como Arcebispo de Braga, no período que medeia entre a revolta de 1640 e a chegada de D. João IV de Vila Viçosa. Bom, caridoso e justo, foi extremamente amado e pobre morreu. Ilustradíssimo, publicou várias obras e amparou sempre as tarefas da cultura nacional.

<sup>3</sup> *Rimas de Luís de Camões, segunda parte, agora novamente impressas*, etc., Lx.<sup>a</sup> 1616. No frontispício as armas dos Cunhas (D. Rodrigo da Cunha), como na edição de 1615, citada.

das notas referentes às *Peças* juntas à edição da *I. U. C.*<sup>1</sup>, diz o editor e comentador: — «Ainda que estes versos latinos não sejam obra do nosso Poeta, antes escriptos em louvor d'elle, tivemos contudo que cumpriu aqui conserva-los, como o melhor testemunho, sobre o que nos dão as tres peças precedentes, de que é elle sem duvida o A. do poema *Microcosmographia*, que falsamente foi attribuido a Luiz de Camões, cu a outros escriptores daquelle tempo». Para melhor compreensão deste texto, transcrevo os versos do Dr. Pedro Gomes:

«Doctoris ac Medici Eruditissimi  
Petri Guomezii  
Carmina  
In Operis Laudem

DOctilouqui quondans cantabat Musa Maronis,  
Ut Danaûns cecidit flammis incensa dolisque  
Troia, fuit quanto demum populata furore;  
Inque novas Naso mutabat corpora formas,  
Lucanusque fremens civilia bella canebat;  
Multaque sic vario versu cecinere poëtae.  
Cunctorum verum sileant jam carmina, namque  
Tectus Apollineis noster Rosendus armis  
Apparet viridi devinctus tempora lauro:  
Cui dedit ipse suum plectrum Thymbraens Apollo,  
Calliope a deditque lyrans, nectarque dedere  
Pierides gustare suum, quo corporis omnes  
Depingit partes, mutato nomine in arcem,  
Quam fingit media fundatans in valle virente.  
Hanc arcem mira fabricator maximus arte  
Condidit, et muro totam valloque sepivit  
Illico constituit dominans, quae legibus illam  
Imperet, et gentens posset fraenare superbans.  
Instituit qui celeres statuto tempore complent.»

Na verdade, os versos 12 a 19 são muito significativos.

---

<sup>1</sup> Aludo ao exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ao editor das *Rimas* de Camões, Domingos Fernandes, aludem outros comentadores. Assim José do Canto escreveu <sup>1</sup>, a propósito da edição do poema de 1615: — «O Editor Domingos Fernandez, logo no seguinte anno de 1615, na dedicatória das *Rimas*, que então publicou, e que em seguida vão descriptas, declarou que a *Obra da Creação e Composição do Homem*, posto que attribuida por muitos a Camões, lhe não pertencia. Com effeito, é composição de André Falcão de Resende, contemporaneo e amigo de Camões, que a intitulou *Microcosmographia, e descripção do mundo pequeno, que é o homem*».

Em outro passo da sua obra, José do Canto fala, novamente, daquela confusão com Camões (pág. 140). Também em outra peça se fala neste assunto, como passo a documentar <sup>2</sup>:

— «Em 1615 publicou-se uma *Obra do grande Luiz de Camões. Da Creação e composição do homem*, por P. Craesbeck, que tambem saiu na edição das *Rimas* de 1616, que não é de Camões. Em algumas edições há profundas variantes. De algumas delas pode ver-se a descripção no *Diccionario Bibliographico*».

Uma outra publicação de 1880 <sup>3</sup>, referindo-se ao Poema de Falcão (1615) diz que «não é de Camões, mas sim de André Falcão de Rezende». Idênticamente afirma outra obra do mesmo ano <sup>4</sup>. Também Inocência da Silva, no

<sup>1</sup> José do Canto, *Collecção Camoneana*, ob. cit.

<sup>2</sup> *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, dir. por Albino Forjaz de Sampaio, ob. cit., pág. 285, II.

<sup>3</sup> *Luiz de Camões. Homenagem da Gazeta de Noticias. 10 de Junho de 1880*. Rio de Janeiro, 1880.

<sup>4</sup> MDLXXX-MDCCCLXXX. *Bibliographia Camoniana. Servindo de Catalogo Official da Exposição Camoniana do Centenario, coordenado pela Commissão Litteraria das Festas. Porto. Palácio de Cristal*. — O exemplar do poema pertencia ao erudito e bondoso Lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Dr. José Carlos Lopes, bem conhecido bibliófilo. Possuia, também, um exemplar das *Rimas* de Camões, de 1616. Vd. Inocência, ob. cit., vol. XIV, pág. 53.

seu conhecido *Dicionário*, trata deste particular, no volume dedicado a Camões (xiv):

— «Andam adjunctas, de edição diversa (de 1615), e de numeração separada, como acima ficou registado, as duas comédias, e os tres cantos da *Creação do homem*, que não são de Camões.»

A tal facto alude ainda o Prof. Hernâni Cidade, ao responsabilizar os menos correctos editores camoneanos Estêvão Lopes e o dito Domingos Fernandes. O próprio Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, sem querer, ajudava à fábrica de edições irregulares das obras do épico, que continham fazenda alheio (de André Falcão de Resende, Francisco Galvão, Jorge Fernandes, Sá de Miranda e Diogo Bernardes) <sup>1</sup>.

O illustre Afrânio Peixoto, em obra de há dez anos, estudou Camões no ponto de vista da cultura naturalista em capítulo a que chamou *Camões médico* <sup>2</sup>. Tentando demonstrar que o nosso grande poeta conhecia a Medicina <sup>3</sup>, escreve:

— «Cito as alusões freqüentes de sua obra, a nosografia do escorbuto dos *Lusíadas* e até a atribuição, do poema alegórico, anatómico-cirúrgico, *Da Creação do Homem*, de Falcão de Resende, que um editor de 1616 fez ao nosso Poeta, para concluir: *o bacharel em medicina seria muito mais aceitável do que o bacharel em direito.*»

Ora o certo é que, como veremos, Falcão, tal Camões, era versado nos fundamentos da Medicina, a Anatomia e a Fisiologia, ao menos. Poema alegórico é o de Falcão de Resende, bem o diz Afrânio; mas anátomo-cirúrgico não,

<sup>1</sup> Hernâni Cidade, *Luis de Camões. I. O Lírico*. «Rev. da Fac. de Letras, III, LX.<sup>a</sup>, 1936.

<sup>2</sup> Afrânio Peixoto, *Ensaio camoneano*. Coimbra, 1932.

<sup>3</sup> Afrânio Peixoto (*ob. cit.*) lembra que Guilherme Storck lançara a hipótese de Camões ter estudado a Medicina.

como quer; claramente anátomo-fisiológico, sim! Ao nosso poeta da *Microcosmografia* parece que o não tentaram os ferros e as efusões de sangue dos Pareus do seu tempo. O assunto acomodava-se mal aos versos...

Deste passo do distinto amigo Afrânio Peixoto fica nos outra ideia: a de que o Poema de André Falcão de Resende, caracterizadamente anatômico e fisiológico, fora atribuído a Camões por este conhecer Medicina e ter dado provas disso nos seus versos. O certo é que ambos as deram e boas.

\* \* \*

Mas o que diz no Poema, então, o nosso André Falcão de Resende?

— Em uma formosa manhã de primavera o Poeta, absorvido na contemplação da Terra e maravilhado das obras de Deus, discorre sobre a criação do homem, «êste mundo pequeno», à luz da doutrina cristã, adormece e entra num sonho «estranho e doce, dado que verdadeiro e certo fosse». Passa-se, então, a um «jardim», que é o Paraíso Terreal, que descreve entusiasmado. Aí assiste, então, à criação do Homem e da Mulher, em forma de *edifícios, castelos* ou *fortalezas*, à derruição das mesmas por desobediência (pecado original) O Poeta sente profundamente a tragédia do Homem e da Mulher e observa quanto era maravilhosa a sua fábrica. Tão maravilhosa que só podia erguê-la a mão divina.

E já desamparava o jardim, quando a voz do Espírito Bom (Anjo Bom) o chama e o consola, garantindo-lhe a extrema misericórdia do Senhor, que reforma o edifício derruído (Adão e Eva, dois castelos num só), construindo outro, «capaz d'outra maior e imortal gloria» (o homem remido). O Poeta, defronte da *nova fortaleza*, quer observá-la bem e «especular por dentro obra tão pura». Aponta

a sua beleza architectónica e descreve o nascimento de outra fortaleza<sup>1</sup> «quási na metade dos seus materiais».

Deixando de analisar o reconstruído castelo, passa a explorar este novo, nascido «da mesma compostura e natureza». O Poeta, descreve-o miudamente, depois de ter narrado o geramento. Esta esplanção ocupa a maior parte do Poema (Est.<sup>a</sup> 40.<sup>a</sup> do Canto I até à 20.<sup>a</sup> do Canto III — 122 estâncias ou oitavas, num total de 216) Até à derradeira estância do Canto II (72.<sup>a</sup>) o Poeta descreve o Homem, sob a forma de um castelo ou fortaleza; idênticamente começa no Canto III a descrever a velhice, a decrepitude e a morte (20.<sup>a</sup> do Canto III).

Nas restantes occupa-se o Poeta em cantar a dor de tal ruína e o enterro de todo o material da fortaleza destruída. O Anjo bom volta ao lugar e encontrando-o fala largamente ao Poeta da pequenez do Homem perante a grandeza de Deus, da falacidade das cousas terrenas, do Bem e do Mal, da ingratição humana, da misericórdia do Senhor, da necessidade da Fé, do martírio de Jesus Cristo, da divina Eucaristia. A fala do Anjo é um aviso ao Poeta, lembrando-lhe os seus deveres e obrigações como homem cristão. Depois, o Anjo acorda-o. E o Poeta, recordando o que vira no sonho, começou a fazer contas consigo e remata com uma sentida profissão de Humildade e de Amor a Deus<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Pelo que se vê, esta nova fortaleza, este novo ser (um Homem), nasceu da reconstruída sobre as ruínas das duas outras (Adão e Eva). Esta reconstruída devia ser mulher, embora o Poeta lhe chame *homem remido*. Mas tudo pode ser em obra assente em metáforas e alegorias, sobre moldes dos escritos saídos do prelo no século XVI, em Espanha, como veremos.

<sup>2</sup> Entre outros exemplos de panegíricos de Deus e da religião cristã que se encontram nos escritores do século XVI, cito o de Camões na sua Elegia XI (ed. de 1852, 2.<sup>o</sup> vol.):

«Se quando contemplamos as secretas  
causas, por que este mundo se sustenta,  
E o revolver dos ceos, e dos planetas;  
etc.»



Tal é o entrecho do curioso trabalho de Falcão de Resende, poeta de largos voos em campos diversos. E, destes, o dos assuntos de História Natural não era dos menores nem dos menos fecundos como fonte de inspiração; aí, no poema, como em outras peças do seu subtil engenho. A Sátira a que já me referi <sup>1</sup> está cheia de materiais concernentes a costumes, a Medicina, a Moral. No poema, Falcão de Resende revela os seus grandes conhecimentos de Anatomia e Fisiologia humanas, do tempo, colhidos veremos onde, mais adiante. Seu saber aparece em toda a parte onde deixou versos. Nesta sátira são algumas as provas:

«Os que ao som do *padar*, d'esta maneira  
alargam sua petrina e a sua consciência...»

Refere-se aos glutões, comedores e bebedores, aos que do estômago fazem a víscera mais importante e útil do seu corpo, como porcos cevões:

«Se elle só come e bebe n'uma ceia  
Mais que sete, com suja preminencia,  
..... .. a oplicencia,  
O priorís, e a morte em fim se apressa ...»

*Opilação, pleurisia e morte*, danos seguros aos comilões e comiloas, é o que o Poeta prevê. Toda a peça é mordente crítica aos favorecidos dos bens da riqueza, mas ôcos, estultos e maus; alardeia os bens espirituais dos pobres e dos doutos, perante a misericórdia e a justa inteligência de Deus.

De resto, não espante que o Poeta se inspirasse em assunto tão terreno e material, para fabricar o seu poema: — *O corpo humano*, assunto que a outros já servira, na vizinha Espanha em prosa metafórico-anatómica. Todo ele, o

<sup>1</sup> In *O Instituto*, 28.º Coimbra, 1881.

poema, se ostenta como um sentido e documentado panegírico de Deus, que o criou. No mais, quantos versejadores se não inspiraram em temas muito mais terrenos, a tocarem, por vezes o lodo e a imundície das cousas do mundo? Lá diz Sá de Miranda, em carta a João de Meneses:

*«Os poetas tocam tudo  
Jaz porem mais alto o cravo  
Olhando pelo miudo»*<sup>1</sup>.

Provado está que aos humanistas do século XVI — e Falcão era-o fundamente — não faltavam dotes de cultura variada, inclusive a médica, a da filosofia natural, a da astronomia, da matemática, etc. O nosso século de Quinhentos está cheio deles: — Afonso de Albuquerque, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, João de Barros, Damião de Góis, Camões, Jerónimo Osório e André de Resende e tanto mais. Bem o sintetisa Afrânio Peixoto, quando escreve<sup>2</sup>:

— «Um bom humanista, pois, ávido de conhecimento, erudição literária e científica, não desprezaria a medicina».

E que admira no nosso Falcão essa cultura. Amigo de Camões, este o era, e bem, do grande comentador médico Luís de Lemos e dessoutro médico luso Garcia de Orta, o criador dos estudos de História Natural indiana e da Patologia exótica. Não podia deixar de haver influência de todos no nosso Falcão, como a houvera em Camões. Os amigos dos meus amigos... Aliás, a marca cultural da Coimbra sábia renascentista era assim mesmo. A própria confusão de escolares na vida transfundia saberes variados: o da Faculdade Médica aprendia sem querer os rudimentos da Legista, da Teológica, como o da Canónica os princípios do saber da Medicina ou da Leis.

<sup>1</sup> Sá de Miranda, *Obras primas*. Lisboa, 1889. Est. x, pág. 93.

<sup>2</sup> Afrânio Peixoto, *Ensaio*, ob. cit.

A Universidade reformara-a D. João III e firmara-a para sempre em Coimbra no feliz ano de 1537; revitalizou, em homens e cultura, o claustro da *mater sapientiae*; latejava, forte, a filosofia dos Conimbricenses, a de São Tomás de Aquino, de Escoto e Durando; Aristóteles, Hipócrates, Galeno e Avicena eram os cabos das Ciências Naturais e Médicas; a Anatomia renasceu, fugazmente embora, com o espanhol Rodrigues Guevara.

Vida intensa, essa; mas tradicionalista, repudiando conceitos novos, novas teorias e doutrinas. Em Medicina — e é o que nos interessa agora, não lograram vencer abertamente os quinhentistas Pareu, Paracelso e Vesálio, a trindade europeia reformadora do século, oriunda das madres gauleza, flamenga e alemã.

A Anatomia e a Fisiologia, galénicas; a História Natural, aristotélica. No fundo, ensino largo de textos<sup>1</sup>, de lado a prática e a experiência. Dos mesmos autores preferidos, Galeno criara a fisiologia experimental. Mas esta feição não tentava os lentes. O teatro anatómico quinhentista não se construiu<sup>2</sup>, embora o projecto belo e grandioso, se houvesse executado ao jeito dos estrangeiros. Um século passado, recomendava o Zacuto no seu *Spicilegium Anatomicum*<sup>3</sup> (*De fabrica theatri Anatomici*).

Em matéria de textos, aqui, como lá fora, dominavam os citados. Mompilher, por exemplo, não ia mais longe, nem ficava mais perto: a escola de Salerno, Galeno, Razes,

---

<sup>1</sup> Vide o seu catálogo, naturalmente incompleto, das obras médicas quinhentistas em *A Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Dir. por Feliciano Guimarães. Coimbra, 1937.

<sup>2</sup> Rocha Brito. *As primeiras disseções humanas na Universidade de Coimbra. O primeiro teatro anatómico*. «Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis», xvii, 4. Coimbra Vd. Luís de Pina, Francisco Sanches e Zacuto Lusitano na *História da Anatomia*. «Petrus Nonius», Lx.<sup>a</sup>, 1944.

<sup>3</sup> Zacuto Lusitano, *De Medicorum Principium Historia*. Lião, 1667.

Constantino, Isac, Hipócrates e poucos mais. Os textos coimbrãos eram assim distribuídos <sup>4</sup>:

- «1.º Ano — Tegne, De locis affectis (Prima).
  - Aforismos (Vespera).
  - Fen prima quarti (Terça).
  - Anatomia De usu partium (Noa).
  - Cirurgia — Guido de Chauliaco ou João de Vigo.
  - De methodo medendi.
  - De crisibus.
- 2.º Ano — Continuação do Tegne e De Locis affectis.
  - Continuação dos Aforismos.
  - Continuação da Fen prima quarti e principio da Fen quarta primi.
  - Continuação De usu partium.
  - Continuação do Guido de Chauliaco ou João de Vigo.
  - De sanguinis missione.
  - De diebus criticis.
- 3.º Ano — Continuação do Tegne e Locis affectis.
  - o Nono ad Almansorem.
  - Fen quarta primi.
  - Continuação De Usu partium.
  - Continuação de Chauliaco ou Vigo.
  - De temperamentis.
  - De naturalibus facultatibus.
- 4.º Ano — De morbo et symptomate.
  - De Ratione Victus.
  - Fen prima primi.
  - Continuação de Usu partium.
  - Continuação da Cirurgia de Chauliaco.
  - Ars curativa ad Glauconem.
  - De pulsibus ad Tirones.

---

<sup>4</sup> Rocha Brito, *A Faculdade de Medicina e o Renascimento*, in «A Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra», ob. cit.

- 5.º Ano — De differentiis februm.  
— Epidemias e prognósticos.  
— Fen secunda primi.  
— Continuação de Usu partium.  
— Continuação do Chauliaco ou do Vigo.  
— Quos et quando purgare conveniat.  
— De inaequali intemperie.
- 6.º Ano — De simplicibus».

A exposição destes elementos parecerá extensa. Mas é necessário apresentá-la assim, para melhor se compreender depois a ciência exposta no poema de André Falcão de Resende e a feição do ensino médico no tempo.

Quanto à Anatomia, um erudito e conscienciosíssimo médico coimbrão e distinto amigo, Prof. Rocha Brito, diz com sinceridade <sup>1</sup>:

— «A-pesar-de tão favorecida e enriquecida pelo monarca, a nossa Faculdade estava longe ainda de ser uma Faculdade da Renascença. Faltava-lhe o ensino da disciplina médica por excelência, aquela que dava o tom e a marca de Renascentista e que juntamente com a Botânica constituia uma das bases mais sólidas do movimento médico e científico dessa época entre tôdas brilhante, de emancipação das ciências. Refiro-me à Anatomia, cujos progressos em boa verdade já vinham a desabrochar-se desde o século xv, embora peados pelo dogmatismo galénico, para atingir a culminância no século xvi, com os trabalhos renovadores de Vesálio — o maior dentre os anatómicos da Renascença — e de Falópio, o *sábio genial*».

Felizmente, se os Portugueses não elevaram a Anatomia onde ela poderia ter galgado, mais não fizeram os

---

<sup>1</sup> A. da Rocha Brito, *A Faculdade de Medicina e o Renascimento*, op. cit.

estrangeiros chamados a regê-la, a ela e a outras disciplinas. Com razão disse o Prof. Feliciano Guimarães<sup>1</sup>:

— «Dos mestres estrangeiros de Medicina pouco ou nada se fala, a não ser pelas suas impertinências, porque nesse ponto, e em todos os tempos, foram sempre difíceis de contentar».

Como era natural, em Coimbra e no estrangeiro, a influência da Astrologia nos textos de Medicina era assás poderosa. Bem se cansaram alguns espíritos nacionais a enxotá-la, como Gil Vicente<sup>2</sup>. No século XVIII, ainda ela vive e estrebucha, resistente, teimosa. Mas justo é perdoar aos nossos avoengos e corajoso dizer-se uma verdade: — hoje, novos conhecimentos, advindos de meios físicos e químicos aperfeiçoadíssimos, lograram assentar em bases diversas e mais objectivas certos aspectos da Biologia, a principiar no microscópio e a acabar na análise endocrinológica. A parte, então, mais aferrada à Astrologia e à Magia, era, exactamente, aquela que só agora se vai explicando pela acção de outras causas: humores, compleições, influências cósmicas, temperamentos, dias críticos, eu sei lá.

No fundo, porém, a velha doutrina lateja, desde Hipócrates e Galeno, a Gall, aos Fisiognomistas, a Pende e a Kretschmer. Por fim, o fundo religioso da medicina que em Portugal, no século XVI, mal acabava de deixar os claustros conventuais para arejar nas galerias e celas civis da Universidade coimbrã.

Este o aspecto da cultura médica da nossa Atenas, ao tempo que Falcão de Resende ali estudava Cânones e mantinha affecto especial com Camões e este com os médicos Luís de Lemos e Garcia de Orta<sup>3</sup>, como informam alguns biógrafos erròneamente. É digna de estudo a cronologia

---

<sup>1</sup> Feliciano Guimarães, *Os estrangeiros na vida universitária*, in «Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra», ob. cit.

<sup>2</sup> Augusta Gersão Ventura, *Estudos Vicentinos. I. Astronomia-Astrologia*. Coimbra, 1937.

<sup>3</sup> Silva Carvalho, *Garcia d'Orta*. Coimbra, 1934.

biográfica destes quatro homens. Quando Orta parte para a Índia, donde não voltou, em 1534, não era nascido ainda Falcão (1535?); em 1535 teria Camões 11 anos (nascido em 1524?). Luís de Lemos publicava o seu primeiro livro (*In libros Aristotelis*) em 1558, com não menos de 35 ou 40 anos (nascera c. de 1520?). O mais velho seria Orta, o mais novo Falcão. Influência directa da cultura de Garcia de Orta e de Luís de Camões, não a teve, tanto mais que estes grande parte da vida a viveram no ultramar. Só Camões poderia ter contribuído para a educação cultural de Falcão de Resende. Pendo a crer, todavia, que foi um autodidata, estudioso e curioso. É preciso notar que Camões e Falcão eram das relações do Duque de Aveiro, a quem o segundo dedica a *Microcosmografia*. A amizade e convivência dos dois poetas devia ter principiado depois da frequência de Coimbra onde, cotejando as datas, nem sequer contemporâneos deveriam ter sido. Camões deixara Coimbra em 1543; Falcão formara-se em 1558.

E da cultura de Camões, entre tanto que se tem dito, é sempre fresco e bom este conceito de Ramalho Ortigão<sup>1</sup>:

— «traduzia e comentava os *Triumphos de Petrarcha*, escrevia o auto dos *Amphitriões*, compunha innumeraveis elegias, eglogas e cançonetas. Conhecia Euclides, Plinio e Hippocrates; toda a litteratura grega e latina; Homero e Virgilio, Eschylo e Terencio, Sophocles e Plauto, Xenophonte e Tacito, Aristophanes e Juvenal, Aristoteles e Platão, Demostenes e Cicero, Ovidio e Pindaro, Theocrito e Horacio; e todos os modernos: Dante, Petrarcha, Boccaccio, Machiavello, Froissart, Erasmo de Rotterdam, Garsilasso de la Vega, Sannazaro, João Boscan, o Cardeal Bembo; toda a litteratura nacional: os Livros de linhagens, os Nobillarios, os Cancioneiros, as serranilhas, as trovas e os cantares, de origem franceza, gallega e italiana, nos seculos XIII e XIV;

---

<sup>1</sup> *Os Lusíadas de Luís de Camões*. «Luiz de Camões. A Renascença e os Lusíadas», por Ramalho Ortigão. Lisboa, 1880.

todas as chronicas, tão simples, tão ingenuas, tão eloquentes, do nosso seculo xv e toda a sciencia cosmographica cultivada no observatorio de Sagres pelos collaboradores do infante D. Henrique, os sabios mouros e os judeus de Marrocos e de Fez. A estes conhecimentos e ao das linguas sabias em que era insigne, reunia o conhecimento de muitos idiomas modernos: o castelhano, o provençal, o italiano, o francez, o inglez.»

À medida que for comentando o Poema de Resende, nas partes que julgo mais curiosas<sup>1</sup>, irei demonstrando as variadas e múltiplas fontes do saber do Poeta. Ver-se-á que a descrição do corpo humano e suas principais funções é feita com metáforas e simbologias curiosas, jeito peculiar a muitas escolas poéticas, em que sobranceia a camoneana. Os *Lusiadas* são exemplo perfeito. A propósito desta forma, escreveu Hernani Cidade, ao criticar certa poesia de Camões, toda cheia de *fogos*:

— «Camões não se deteve nesta pirotecnia dos equívocos de palavras e de símbolos. Às vezes, em seus brinquedos líricos, põe sob os audaciosos e risonhos metaforismos as verdades que é costume dizer com gravidade. Eis um exemplo:

Enforquei minha Esperança,  
Mas Amor foi tão madraço,  
Que lhe cortou o baraço».

Provas destas encontra-as às mólhadas, quem as quiser procurar<sup>2</sup> pacientemente. Vejamos algumas. Resende simboliza numa torre, castelo ou fortaleza o corpo humano<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O estudo completo do Poema será publicado na revista *O Instituto*, em cujas colunas se imprimiram já, como disse, outros estudos acerca da mesma peça.

<sup>2</sup> Hernani Cidade, *Luís de Camões. I. O Lírico*. Ob. cit.

<sup>3</sup> Também mais tarde, entre muitos exemplos, o médico Alvares da Cruz (*Arte Medica*, Coimbra, 1759) escrevia: — «o corpo humano, como he edificio, ou templo . . .».



O nosso Povo diz, frequentemente, de uma pessoa rija e bem constituída: — *E forte como uma torre! É um castelo!* E vêde, agora, o que diz Gil Vicente numa das suas tragi-comédias: — «o castello de que aqui se falla he per metaphora, porque se toma castello por Catherina»<sup>3</sup>.

«PEREGRINO

Um castillo me han loado  
Alto y muy esclarecido,  
Por los Césares fundado,  
Torreado y nobrecido,  
En buen sino edificado,  
De siete cercas murado;  
Fe, Caridad, las primeras,  
Esperanza e sus pareceras  
Virtudes de que es cercado,  
Lo guardan de mil maneras.

Diz que tiene, y bien hermosas.

Quatro torres muy derechas,  
Fuertes, lindas, tan graciosas  
Que sobran todas las cosas  
Que en el mundo fueron hechas.  
Estas quatro muy perhechas  
Torres, con cubos y almenas;  
Y todas quatro tan buenas,  
Que no pueden ser deshechas.

La una es Genelosía,  
Y la otra Gravedad,  
Otra Liberalidad,  
La otra Sabiduría.  
La mas alta es la Bondad,  
Las puertas de honestidad,  
Las llaves de devocion,  
Los petrechos de razon,  
Las armas de santidad.»

---

<sup>3</sup> Gil Vicente, *Fragoa d'Amor*. Edição de 1852. Lisboa, págs. 321-323.

De Camões, os exemplos são numerosíssimos (metáforas, perífrases, prosopeias, metalepses, etc.). É típica, entre mais, a Estância cxxxiii, do Canto x, dos *Lusíadas*:

— «Olha de Banda as ilhas, que se esmaltam  
Da varia côr, que pinta o roxo fruto;  
As aves variadas que ali faltam,  
Da verde noz tomando seu tributo:  
Olha também Borneo, onde não faltam  
Lagrimas, no licor coalhado e enxuto  
Das arvores, que camphora é chamado,  
Com que da ilha o nome é celebrado.»

A simbologia na linguagem é facto bem conhecido<sup>1</sup>. O Povo a usa exuberantemente, anda cheia dela o nosso léxico. No ponto de vista anatómico, quantas e quantas palavras e locuções: — pé de candieiro, pé de salsa, costas de cadeira, miolo de pão, dente de alho, olho de couve, olhos do queijo, coração da melancia, perna da mesa, braço de mar, joelho de cano, etc., etc.

---

<sup>1</sup> «Il ya, dans la littérature médiévale qui traite de la nature des choses deux parts à faire: dans la première, la plus considérable, se situent tous les traités qui ont pour objet l'interprétation mystique, et non l'examen objectif du monde créé; dans l'autre, les productions où la nature est étudiée pour elle-même, comme objet adéquat des investigations de l'esprit humain. De ces ouvrages, les premiers appartiennent à la littérature morale et religieuse; ils ont pour fin l'édification du lecteur, clerc ou laïc; les autres sont proprement scientifiques encore que de valeur très inégale; ils s'adressent à tous ceux, clercs ou laïcs, qui désirent s'instruire».

(«Archeion», 2-3. Paris, 1937. Crit. a Michel de Boüard, *Une nouvelle encyclopédie médiévale: le Compendium philosophiae*. Paris, ed. 1936, pág. 271).

Lembra-me o Jerónimo Baía, nas «Jornadas»<sup>1</sup>:

— «Mas nisto chegou nossa ama  
Com um prato muy fermoso,  
Porque tinha uns olhos verdes,  
A pedir de boca os olhos.  
.....  
Depois dos olhos de couve  
Huma forçurinha...»

A simbologia enche o encanto das adivinhas populares:

— «Altas janelas  
abrem e fecham  
sem ninguem  
bolir nelas.»<sup>2</sup>  
(os olhos)

Ou:

— «Tenho uma caixinha  
Cheia de ossinhos,  
Não a dou  
Por mil cruzadinhos.»<sup>3</sup>  
(a bôca e os dentes)

Ou, ainda:

— «Estando a Dona Princeza  
Entre taboas e taboinhas,  
Chova que não chova  
Sempre está molhadinha.»<sup>4</sup>  
(a língua)

---

<sup>1</sup> *Fenix Renascida*, de Matias Pereira da Silva. Lisboa, 1746 (?).

<sup>2.3.4</sup> Teófilo Braga — *O Povo Portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa, 1885. Vol. II.

Ou ainda:

— «Trabalha como um relógio,  
Sem ser ao relógio igual;  
Tem muitas raízes,  
E mais não é vegetal;  
O lugar onde nasceu  
E onde espera morrer;  
E o seu maior amigo  
Nunca o deseja ver.»<sup>1</sup>

(o coração)

E como os populares, outros enigmas aparecem nas obras de certos escritores. Lembro, entre mais, os de Curvo Semedo. Exemplo, referente aos olhos:

— «Juntos vivemos e andamos  
Vestindo trajos iguaes,  
E sendo amigos jámais  
Ver um ao outro estimamos:  
Inda que mui longe vamos  
Por solitario caminho,  
Nenhum sáe do patrio ninho:  
Por uteis ámbos nos temos,  
Mas o que juntos fazemos,  
Faz qualquer de nós sósinho.»<sup>2</sup>

Veremos como se parecem algumas estâncias de Falcão de Resende a algumas das adivinhas conhecidas. Certas oitavas do poeta, são, na verdade, enigmáticas.

Em Anatomia, hoje ainda, a nomenclatura inça-se de simbologias: os músculos costureiro, trapézio, piramidal,

<sup>1</sup> A. C. Pires de Lima, *O Livro das adivinhas*. Porto, 1921.

<sup>2</sup> Curvo Semedo, *Poesias Lyricas*. Lisboa, 1890.

gémeos, etc.<sup>1</sup>; e entre outras designações: — vergonhosas, monte de Vénus, glande, lábios da vulva, martelo, bigorna, foice do cérebro, cornos, sela turca, ponte de Varólio, simpático, anel ingüinal, lagar de Herófilo, janela redonda, rochedo, atlas ou atlante, árvore da vida, borla do mento, labirinto, etc., etc.

Similes variadíssimos existem na literatura de todos os tempos e de todas as nações. Lembro agora o grande Rabelais, médico e anatómico, no seu *Pantagruel*<sup>2</sup>, cujo capítulo xxx trata de *Comment par Xenomanes est anatomisé et décrit Quarèmeprenant*, rei da ilha de Tapinois<sup>3</sup>. Os similes são dos mais diversos e cito alguns a êsmo:

— «Les ventricules d'icelle, comme un *tirefond*  
 Les nerfs, comme un *robinet*  
 Les amygdales, comme *lunettes à un oeil*  
 Le gozier, comme un *panier vendangeret*  
 L'estomach, comme un *baudrier*  
 Le poumon, comme un *aumusse*  
 Le cœur, comme une *chasuble*  
 Le diaphragme, comme un *bonnet à la cocarde*  
 Les esprits vitaux, comme *longues chiquenaudes*,  
 etc., etc.

---

<sup>1</sup> Grande parte da nomenclatura foi criada por Vesálio, o reformador da Anatomia no século xvi. Vid. A. Burggraeve, *Histoire de l'Anatomie Physiologique, Pathologique et Philosophique*, etc. Paris, 1880.

<sup>2</sup> *Oeuvres de François Rabelais*. Paris, 1902. T. iv.

<sup>3</sup> Esta parte foi já estudada pelo Prof. Le Double, de Tours, num trabalho intitulado *Rabelais anatomiste et physiologiste*, de 1899. Vid. *Histoire Générale de la Médecine, de la Pharmacie, de l'Art dentaire et de l'Art veterinaire*. Dir. por Laignel-Lavastine. Paris. II, pág. 215.

E no capítulo XXI, *Anatomie de Quarêmprenante, quant és parties externes*, as comparações prosseguem:

— «Les jambes, comme *un leurre*  
 Les genoux, comme *un escabeau*  
 Le nombril, comme *une vielle*  
 Les membres, comme *une pantoufle*  
 etc., etc.

Como disse Resende, *os poetas tocam tudo*. E como assim fazem, não faltam na seara poética de todo o mundo comparações dedicadas a assuntos anátomo-fisiológicos, patológicos, etc., a temas da mais variada natureza. O próprio Povo, em suas cantigas, não deixa de dar-lhes essa graça:

— «Os olhos da minha amada  
 são duas azeitoninhas:  
 fechados, são dois botões,  
 abertos, duas rosinhas.»<sup>1</sup>

«Tuas mãos são puras neves,  
 teus dedos lindas *felores*,  
 teus braços cadeias de oiro,  
 laços de prender amores.»<sup>2</sup>

«Os meus olhos são dois peixes,  
 navegam numa lagoa:  
 choram lágrimas de sangue  
 por uma certa pessoa...»<sup>3</sup>

«Tua bôca é tinteiro  
 A língua pena aparada,  
 Os olhos letra miúda,  
 A testa carta fechada.»<sup>4</sup>

---

1.2.3.4 F. de C. Pires de Lima, *Cantares do Minho. Cancioneiro popular*. Barcelos, 1937.

No *Adagiário médico* não faltam exemplos <sup>1</sup>:

- «Se queres ver o teu corpo, mata o teu porco.» <sup>2</sup>
- «Não há paz entre a gente, nem entre as tripas do ventre.»
- «Mulher de bigode pode mais que o homem»
- «Homem veloso ou valente ou luxurioso», etc.

Sobejam anexins de carácter puramente médico. Outros, como os que citei, são caracterizadamente multi-centenários. Do século XVIII existe, na Biblioteca Nacional de Roma, um códice português datado de entre 1769 a 1774, rica colectânea de adágios portugueses estudados por Leite de Vasconcelos <sup>3</sup>, onde se lêem alguns, como estes:

- «Doente que não come, a saúde consome».
- Doente que come, de pouco se doi.
- Doente alegre, não tem febre,
- Estamago com fome, tudo coze <sup>4</sup>.
- etc., etc.

Nos *cancioneiros* e *coleções* de diversas poesias dos séculos XVI a XVIII se encontram curiosos temas tratados pelos poetas. Assim, recordando os de Bocage, aponto:

- «Aos olhos de Filis emfermos com humas neuoas» (soneto) <sup>5</sup>
- «A huma sangria . . .» <sup>6</sup>
- «De D. Thomas, a uma Dama cagando . . .» <sup>7</sup>
- «A huma caveira» <sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> Luís de Pina, *Medicina popular. Segundo a tradição de Guimarães. Cap. II. Adagiário médico.* «Revista Lusitana». Vol. XXVI. Porto, 1928.

<sup>2</sup> Mais adiante se dirá como o porco, os símios, o carneiro e o cão, em particular, serviam aos estudos nos antigos anfiteatros anatómicos.

<sup>3</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Opúsculos.* Vol. VII. *Etnologia* (Parte II), Lx.<sup>a</sup>, 1938.

<sup>4</sup> Reminiscências da antiga ideia da *coção* dos alimentos no estômago (Hipócrates).

<sup>5-6-7-8</sup> *Biblioteca da Universidade de Coimbra. Catálogo de manuscritos.* Coimbra, 1937. (Cod. 1635-1708).

«Yendose la sangre de una sangria»<sup>1</sup>.

«A hum desmayo por causa de huma sangria»<sup>2</sup>.  
etc., etc.

Seria ocasião de tratar com demora de muitas composições poéticas portuguesas, de tema mais ou menos médico e mais ou menos livres. De Gil Vicente quanto não diríamos<sup>3</sup>! O *Cancioneiro* de Resende está cheio de picantes passagens no género<sup>4</sup>:

— «Que faria com cristeis  
Em lugar despovoado?  
Faria maior sonido  
C'o trazeiro n'um só dia  
Que dez quartaos em Turquia».

A colheita de Maximiano Lemos neste *Cancioneiro* é curiosíssima<sup>5</sup>. Alguns exemplos:

— «Que gentil feyção de damas,  
não sey como volo digua,  
que tudo he cu & mamas  
& barrigua».

«Dois gostos podeis levar,  
senhora, desta maneira,  
pois sabeis de tudo' usar,  
ser macho para Guiomar,  
e femea para Nogueira».

---

<sup>1</sup> *Fenix Renascida*, ob. cit.

<sup>2</sup> *Fenix Renascida*, ob. cit.

<sup>3</sup> Vid., por ex., A. da Rocha Brito, *A «Farsa dos Físicos» de Gil Vicente vista por um médico*. Coimbra, 1937; etc.

<sup>4</sup> Cit. por Alberto de Aguiar, *Notas históricas sobre a urologia medieval portuguesa*. Porto, 1942.

<sup>5</sup> Maximiano Lemos, *A Medicina no Cancioneiro de Garcia de Resende*, in «Arquivos de História da Medicina Portuguesa». Porto, 1920-1921.



No estrangeiro, entre outras obras que arrolam poesias de carácter médico, cito as de Witkowski, que possuo<sup>1</sup>. Aí, os temas são os mais diversos e a feição mais ou menos livre, a mor parte. Mas adiante me referirei a composições interessantes que nelas se encontram.

A tentação dos versejadores para os temas médicos, anatómicos, em especial, não esmorece. As revistas médicas actuais publicam composições poéticas de médicos extremamente formosas<sup>2</sup>. Na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, um dos lentes, a que já aludi, Dr. José Carlos Lopes, escreveu uma interessante poesia em redondilhas, sob o título *A uma loira...*<sup>3</sup> Começa por:

— « Filha de uma *pia-mãdre*,  
pupila de amiga fada,  
Anjo que baixaste ao mundo  
Lá da *região sagrada* »;

E remata assim:

— « Inda assim, se me concedes  
escolher morte divina,  
deixa-me afogar, querida,  
No teu *canal da vagina* »!

O poemetozinho é todo simbólico, urdido com temas anatómicos. Do mesmo autor se arquiva, no mesmo lugar, uma outra poesia com temas de feição farmacológica, deno-

---

<sup>1</sup> G. J. Witkowski, *Les joyeusetés de la Médecine*. 3.<sup>a</sup> ed. Paris, s/d; *Anedoctes médicales. Bons mots, Pensées et maximes — Chansons, épigrammes*, etc. 3.<sup>a</sup> ed. Paris, s/d; *Les droleries médicales. Anedoctes, bons mots, pensées, chansons, épigrammes*, etc. 2.<sup>a</sup> ed. Paris, s/d.

<sup>2</sup> Vid., por exemplo, *Aesculape*, revista dirigida pelo Prof. Laignel-Lavastine publ. em Paris.

<sup>3</sup> Vd. *Porto Académico*, dir. por Luís de Pina. Ano III, número especial. Porto, 1925, pág. 13.

minada: *A morte de Diascórdio*. Um outro lente da Faculdade, herdeira daquela Escola, escreveu, recentemente, um livrinho de contos anatómicos. Nele o seu autor escreveu, na esteira de Carlos Lopes, alguns poemetos curiosos. Eis o excerto dum<sup>1</sup>:

— « Aqui, o monte de Vénus,  
Alto promontório, além...  
Longe, um lago cristalino,  
Onde a vista se detem,  
Mostra a margem guarneçada  
Com as árvores da vida  
De sombras apetitosas;  
E, lá no fundo, a ladeira  
De Blumenbach, mais a eira  
Tôda cercada de rosas.

Numa eminentia arcuata  
Vê-se aninhada uma gata  
Que faz das patas anzol,  
A brincar, mas sem amor,  
Com um verme inferior  
E um viscoso caracol».

A arte poética dos médicos daria um longo tratado se aqui fosse lugar e monção de a versar<sup>2</sup>.

Afrânio Peixoto<sup>3</sup> aponta a tarefa de colheita que, neste sentido, poderia executar-se em muitas obras poéticas, citando as monografias já escritas acerca dos *Lusíadas*, (e eu lembro as que se grangearam de Gil Vicente) da pena do Conde de Ficalho, Luciano Pereira da Silva, Bal-

<sup>1</sup> Hernâni Monteiro, *Contos anatómicos*. Porto, 1941.

<sup>2</sup> Vd., por ex., *Parnaso médico português*, in «Arq. da Hist. da Med. Port.». Porto, 1914 e outros. Cfr. T. Bartholin, *De medicis poetis*, 1669, *Sainte Marie. Dissertation sur les médecins poètes*, 1825; Peisse, *La Médecine et les médecins*, 1857; etc., etc.

<sup>3</sup> Afrânio Peixoto, *Ensaaios camoneanos*, ob. cit.

tasar Osório, Maximino Correia, etc. Outros, contudo, poderiam citar-se. Mas, neste momento, quero repetir as que recorda Afrânio:

— De Malgaigne, a *Anatomia e a Fisiologia de Homero*; de Daremberg, a *Medicina de Homero*; de Celli, id.; de Menière, *Estudos médicos sobre alguns poetas antigos e modernos*; Del-Gaudio, *Dante lido por um médico*; de Millin, *Mineralogia homérica*; de Jal, *Virgílio náutico*; etc. E a estes junte-se o mesmo *Camões médico*, de Afrânio<sup>1</sup>.

Quanto a poemas nacionais e estrangeiros, dos séculos XVIII e XIX, é assás longo o rol que deles se poderia alinhar, concernentemente aos de feição médica. Concernente aos que se baseiam em temas estranhos, o mesmo poderíamos dizer. Alberto Pimentel coleccionou um cento deles<sup>2</sup>: *O Balão* (J. Daniel Rodrigues da Costa), *Benteida* (Alexandre António de Lima), *Os Burros* (José Agostinho de Macedo), *Cabulogia* (Couto Monteiro), *Charlatanismo* (Correia Henriques), *Comendas* (Aires de Gouveia), *Foquetário* (Pedro Tojal), *Murraça* (Camilo), *Reino da Estupidez* (Melo Franco), *O Ceroto* (P. e Luís do Nascimento), etc.

E quantos mais: De *Rusticis Brasiliae rebus* (P. e José R. de Melo), sobre a cultura da mandioca e do tabaco, criação de bois, etc.; *Recreação botânica* (Marquesa de Alorna), curiosa dissertação sobre flora, sistema de classificação, etc.; *As águas minerais de Longroiva* (José Rebelo de Carvalho); *A Quinta ou Casa do Campo* (P. e Francisco Furtado), *Da criação das Aves* (id.); *A Doença* (Domingos Caldas Barbosa); *O Hissope* (António da Cruz e Silva); *A Vacina* (José Pinto R. de Carvalho); etc.<sup>3</sup>.

No estrangeiro, os poemas deste género são inúmeros,

---

<sup>1</sup> Afrânio Peixoto, *Ensaios camoneanos*, ob. cit.

<sup>2</sup> Alberto Pimentel, *Poemas heroi-cômicos portugueses*. Pôrto, s./d.

<sup>3</sup> Além destes, cito mais os seguintes: *Orpheus brasiliicus* (P. e Francisco de Abreu, séc. XVIII); *De sachari opificio* (P. e Prudêncio Amaral, séc. XVIII); *A Natureza, Newton e A Criação* (José Agostinho de Macedo, séc. XVIII).

a começar por Homero, até Dante e tantos mais. Vem de longe esta pendência: — *A garrafa* (de Cratinos, séc. v a c.); *Os fenómenos* (Aratos, séc. III a. c.); *Astronomica* (Manilio, séc. I. E. C.); de Lucrécio Caro o *De Natura Rerum*; *Jogo de xadrez e Bicho da seda* (J. Vida, séc. XVI)<sup>1</sup>; *Os sete dias do Mundo* (Tasso, séc. XVI); *Anatomia da Melancolia* (Rob. Burton, séc. XVI); o *Médico à força*, *O amor médico*, *O doente de cisma* (Molière, séc. XVII); etc.<sup>2</sup>.

Quanto a poemas portugueses, devidos a médicos, não deixo de lembrar, ao menos, o de Francisco Sanches (*Carmen de Cometa Anni M. D. LXXVII*) e o de Domingos Bracamonte (*Banquete que Apolo hizo a los embazadores...*), aquele a ridicularizar a astrologia judiciária, este registrar a qualidade dos alimentos.

Lá fora, são muitos os poemas médicos<sup>3</sup>: — *Liber medicinalis* (de Quintus Serenus ou Samonicus, séc. V); um poema de Terapêutica de Benedetto Crespo (séc. VIII); outro, sobre *Urinas*, de Melécio (séc. VIII); *De viribus herbarum*, de Macer Floridus (séc. XII); o celeberrimo *Flos medicinae* ou *Regimen sanitatis salernitarum*, da escola de Salerno (séc. XIII?)<sup>4</sup>; *De virtutibus medicamentum*, de Pedro

<sup>1</sup> Traduzido no nosso país pelo Prof. Tomás de Carvalho, em 1897.

<sup>2</sup> Desde o poema de Pedro Perestrelo, perdido, sobre o *Descobrimiento da India*, até ao *Camões*, de Garrett, são muitos os poemas portugueses, sobre diversos temas (Vd. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, dirigida por Albino Forjaz de Sampaio, vol. III, 2, Lx.<sup>a</sup>).

<sup>3</sup> Entre os satíricos latinos, topam-se poetas que versam acidentalmente e mais ou menos com largueza, assuntos médicos. Tais Lucílio, Horácio, Marcial, Juvenal, etc.

<sup>4</sup> 1.<sup>a</sup> edição, Pisa, 1484 (mais de 300 edições): — Assim o critica Arturo Castiglioni (in *Histoire de la Médecine*, Paris, 1931): — «l'épine dorsale de toute la littérature médicale pratique jusqu'à la Renaissance. Ce poème, qui présente toutes les caractéristiques de l'école de Salerne et qui fut étudié par coeur par des milliers de médecins pour lesquels chacun de ces versets était aussi digne de respect que ceux des Livres Saints ne constitue certes pas un texte de science médicale conforme à l'idée que nous nous en faisons.

Gil de Corbeil (séc. XII); o conhecido e belo poema de Fracastório, *Syphilis sive morbo gallicus*, de 1530<sup>1</sup>; o não menos valioso *Sumario de la medicina, em romance trovado, con un tratado sobre las pestíferas bubas...*, do Francisco de Villalobos, poema sobre a sífilis, anterior ao de Fracastório (1498)<sup>2</sup>; o de G. de Dati, *Il secondo cantare dell'India* (1494), que trata da descrição de homens, mulheres e animais monstruosos das Índias (poema muito raro).

Ao de Fracastório chama Garrison «el más celebrado de los poemas médicos»<sup>3</sup> e o seu autor é designado pelo nosso Zacuto Lusitano «Fracastorius Medicus, & Poëta Veronensis celeberrimus»<sup>4</sup>.

De Joseph Gruenpeck<sup>5</sup> existe, também, um poema

Mais la séduction du vers a eu la vertu de répandre dans le monde entier des maximes utiles et claires, limpides et vraies, popularisant ce bons sens très simple qui devait constituer le véritable hippocratisme qui fut la gloire de l'école.

<sup>1</sup> A propósito do anatómico Ruych, é interessante registar esta nota: — «Le cabinet de Ruysch fut visité par le czar Pierre I<sup>er</sup>, qui lui acheta ses momies et les fit transporter à Saint-Petersbourg. Dans son «Dialogue de Frédéric Ruych avec ses momies» (*Oeuvres complètes*, Florence, 1856, volume 1, page 317), Leopardi s'est inspiré de ce fait et il a fait chanter par un chœur de momies conservées dans le cabinet de l'anatomiste les vers immortels où il parle du problème de la vie et de la mort». (Castiglioni, *ob. cit.*).

<sup>2</sup> Estuda-o concisamente o Dr. J. M. Guardia, *La Médecine à travers les siècles*, Paris, 1865. Bouchut (*Histoire de la Médecine et des doctrines médicales*, Paris, 1873) apresenta parte da tradução francesa do texto latino deste poema, devida a Levacher de Feutrie. Atribui a sua autoria a João, o Milanês, devendo ao mesmo tempo ter sido escrito (!) por Roberto, duque da Normandia, filho de Guilherme o Conquistador. Dá-o como aparecido em 1100. Carlos Sudhoff, afasta-se desta afirmação, fundadamente.

<sup>3</sup> F. Garrison, *Historia de la Medicina*. Madrid, 1921.

<sup>4</sup> Zacuto Lusitano, *De medicorum Principium Historia*, *ob. cit.* I. In *Ad Lectorem...*

<sup>5</sup> Vid. um exemplar registado no Catálogo de Maggs Bros, de Londres (*Medicine, Magic and Natural Sciences*, n.º 582, 1933) e apreçado em 150 libras. O prof. Sudhof, já citado, estudou-o.

sobre a sífilis, aparecido em 1496, anterior, portanto, ao de Villalobos: — *De pestilentiali scorra, sive mala de Franzos, originem remediaque ejusdem continens* (Leipzig). Relacionado com este está outro poema, de Sebastião Brant, *Eulogium de pestilentiali scorra sive mala de Franzos*, daquele mesmo ano <sup>1</sup>, que lhe serviu de tema <sup>2</sup>.

Do século xvi é o poema atribuído a Doña Oliva Sabuco de Nantes, *Nueva Filosofia de la Naturaleza del hombre*, etc., 1588 <sup>3</sup>. A *Callipedia*, de Cláudio Quillét, versa as condições para gerar bons filhos; no século xvii, o frade Carneau celebra em 2.000 versos octosilábicos as questões que suscitou o uso do antimónio, — *grand combat . . . de médecins*; a Miguel Pselos, do século xi, devem-se, também, 2 poemas: *Tratado sôbre o banho* e outro sobre a *Higiene* (?). Fragmentos de poemas científicos se devem, ainda, entre outros, aos gregos Parménides e Empédocles, aquele da escola eleata, este da atomista. Curioso, também, é um outro poema do

---

<sup>1</sup> Diz-se no *Catálogo* citado anteriormente: — «This Leipzig edition contains and additional 10-line poem entitled *Querimonia mentagríci*. The whole book is really a treatise on Sebastian Brant's poem (which appeared in October 1496, as a broadside, and of which only two copies are known), dedicated to Johannes Reuchlin, *Eulogium de pestilentiali scorra sive mala de Franzos*. This long poem is given here in full by the author, and Gruenpeck adds his own ideas on the subject. Following Brant, Gruenpeck explains the sudden epidemic appearance of syphilis as the consequence of the conjunction of Saturn, Jupiter and Mars in the signe of the Scorpion. Gruenpeck then gives general directions for the avoidance and cure of the disease, and, in this Latin edition only «specific remedies», such as the mercurial ointment».

<sup>2</sup> O título, impresso no referido *Catálogo*, é: — *Tractatus de pestilentiali Scorra sive mala de Franzos Originem. Remediaquae ejusdem continens, compilatus a venerabili viro Magistro Joseph Gruenpeck de Bnrckhausenn, super carmina, quedam Sebastiani Brant utriusquae iuris professoris*.

<sup>3</sup> O mencionado catálogo de 1933 dá como autor da obra ao pai de Doña Oliva Miguel Sabuco (pág. 117).

século xvii — *Alchemy*, escrito possivelmente em 1447<sup>1</sup>. Outro poema de Diogo Cobo, é uma *Cirurgia Rimada*, de 1412. Outro medieval é o de Macer Floridus, *De viribus herbarum*.

Merece também lembrança o do médico Carlos Spon (1609-1684), *Myologia heroica carmine expressa*<sup>2</sup>. *Os Flatos* ou *A Hipocondria* são um poema do médico inglês Fleming. Mas outros se poderiam tratar: *Die Alpen*, do grande fisiólogo Haller (1708-1777) alemão, autor de outros poemas políticos; certos poemas de Alexandre Pope (séc. xviii); o de Petit-Radel, *Amoribus Pancharitis et Zoroae* (id.); *A Criação*, de Ricardo Blackmore (id.); o *Dispensaire* ou *Guerre des médecins et des Apothicaires*, de S. Garth (id.) o de Savastani, *Botanicorum* (séc. xvi), e tantos mais.

O século xix é abundoso neste género. Os livros, já citados de Witkowski, encerram muitas composições em forma de poema, de várias épocas: *La Quinquina*, de J. de Lafontaine (1682); *L'Eschole de Salerno*, de Martin (1649); *Un concours à la Faculté* (1846)<sup>3</sup>; *Le Roi Sulfur*, tragi-comédia dermatológica, em verso (princípio do séc. xix), de Motet; *L'infection de l'organisme par les ferments et les femmes*, de Dupré; *La Médecine au xix<sup>e</sup> siècle*, de Corlieu (1858); *Les eaux de Plombières*, de Fallot (1823); etc., etc.

Muito se poderia agenciar, ainda e a tal respeito, na literatura contemporânea. O que aí fica documenta sobejamente a inclinação dos poetas por assuntos bem raramente versados, em relação com matéria por vezes a mais extravagante e curiosa. Médicos e muitos escritores não

---

<sup>1</sup> Catálogo citado, pág. 127.

<sup>2</sup> Publicado na *Bibliotheca Anatomica* de Le Clerc e Manget. Vid. Maximiano Lemos, *Zacuto Lusitano. A sua vida e a sua obra*. 1909, pág. 41. Escreveu o saudoso mestre, a respeito do autor: — «exprimiu pela boca das musas os musculos do corpo humano, as suas inserções e as funções que desempenham».

<sup>3</sup> O assunto da tese respectiva era: — *De la valeur des recherches microscopiques en anatomie*.

médicos dedicaram seu engenho à feitura de trabalhos de índole biológica. Escrevi eu há três anos <sup>1</sup>:

— «Relha e velha balda de romancistas ou poetas de aplicarem — ao jeito de redoirados paramentos em altar nobre, por dia de festa graúda — na substância das frases e dos versos, mais escrúpulo ou menos escrúpulo de ciências biológicas, a dar tom, a dar côr, a dar importância aos textos! Relha e velha a mania, essa de certos escritores, esculápios ou não esculápios.

Mania epidémica dentro e fora das extremas pátrias, não de agora, que de há muitos anos. Êle Montaigne e Rabelais, Shakespeare, Molière e Goethe, êle Balzac, êle Dumas, êle Flaubert, êle Zola, êle Paulo Adam, êle Bourget, entre os mais velhos; mas também os Daudet, Alberto Sorel, Mauriac, Stephan Zweig, Miguel Choromanski, Helena Ashton e tantos, tantos, tantos. Cá dentro, do cenáculo luso, vede um Gil Vicente, um Camilo, um Eça de Queirós, um Fialho, um Alberto Pimentel, um Abel Botelho, um Brito Camacho, um Júlio Dantas, um Samuel Maia. Uns, filhos de Hipócrates, outros alheios à classe apolínea».

No tocante aos poetas são inúmeras as composições dedicadas a tais assuntos. Assim André Falcão de Resende, que não podia escapar à regra —

\* \* \*

Onde se teria inspirado o nosso poeta para escrever a sua *Microcosmografia*? Sem dúvida que a corrente da época cá e lá fora, — o século xvi, propiciava aqueles arroubos teológico-filosófico-naturalísticos. Anteriores à data em que o escreveu, aí entre 1580 e 1599 (este o ano da sua morte),

---

<sup>1</sup> Luís de Pina, *A Medicina na obra de Júlio Dinis*. «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, vol. II, fasc. IV, Dezembro de 1939.



há muitas obras que, indiscutivelmente, o sugestionaram. Mas é curioso observar que entre muitas das obras que trataram, em verso, da natureza anátomo-fisiológica do Homem, há-as que poderiam ter sido lidas pelo nosso Falcão de Resende. Assim *Os sete dias do mundo*, epopeia que versa a criação, de Tasso, seu contemporâneo; assim a *Nueva Filosofia de la Natureza del hombre*, já citada, de Doña Oliva, ou, antes, de seu pai Miguel Sabuco, também do tempo; assim a *Organização do Homem*, do monge Teófilo Protospatharios (séc. VII); assim a *Natureza do Homem*, do Bispo Nemésio, mais velho ainda; e tantos outros!

A sua cultura de humanista andaria chegada aos livros de Biologia, desde Aristóteles a Galeno, em especial<sup>1</sup>. Era um anatómico teórico, como veremos. A Filosofia do tempo dava-lhe o cimento para a especulação e a metafísica. A cultura dos astrónomos portugueses atingira o apogeu. E quem pode negar a influência de tantos estudos nacionais de *Cosmografia* num espírito de poeta que escreveu um poema sobre o Mundo pequeno, o Homem — que escreveu a *Microcosmografia*?

---

<sup>1</sup> Brás Luís de Abreu, no seu *Portugal Médico*, já citado, resume o texto duma composição de Azolino, muito semelhante no sentido e na simbologia do corpo humano ao poema de Falcão. Assim a regista Abreu, à margem: *Azolin. in Paneg. part. 3.*, posterior, sem dúvida, a Falcão de Resende. Qual dos muitos Azolinos seria o autor mencionado por Brás Luís de Abreu em página 5 da sua obra? Lourenço Azzolini e Décio Azzolini, por ex., foram ambos poetas e pessoas de jerarquia no século XVII, parentes próximos; outro escritor foi João Azzolini, falecido em 1655 (*Nouvelle Biographie Générale*, III, Paris, 1852; *El Gran Diccionario Historico o Miscellanea curiosa*, etc., I, Paris, 1758; *La Grande Encyclopédie*, IV, Paris; *Enciclopedia Spasa*; etc.). A citação de Brás Luís parece falar num *Panegírico*. Será um elogio a Santa Maria Madalena de Pazzi, escrita por João Azzolini? Não vi nada citado nos livros que me deixe conhecer a qual Azolino se referiu o Brás Luís. Mas esse João morreu em 1655, cerca de 70 anos depois de Falcão de Resende ter escrito o poema!

Enquanto os seus contemporâneos sábios redigiam as Cosmografias, tratados sobre a Terra ou Universo, ele pensou escrever a *Microcosmografia*, o tratado sobre o Universo ou Cosmo pequeno que é o Homem, embora, como veremos, inspirado em obra alheia. De resto, sempre o homem nas suas feições psico-moral ou física tentou os escritores, como assunto de especulação literária ou científica, desde Aristóteles a Alexis Carrel.

Os livros bíblicos, os livros de devoção, os livros de filosofia, os livros de vária ciência, os livros de sermões, todos os livros, dedicam ao enigma da natureza do homem uma ou muitas páginas, desde que o homem soube escrever.

Por sua complicada compleição, ao homem se deram epítetos diversíssimos:

«bicho da terra tão pequeno»

lhe chamou Camões, *Lusiadas*, Canto I, cvi).

E mais tarde, no século XVIII, há-de dizer o Dr. Mirandela ou Francisco da Fonseca Henriques, ao tratar «Dos Principios da Geração do Homem»<sup>1</sup>:

— «Varias definiçoens deraõ ao Homem os Escriitores, naõ cessando em buscar os mais significativos epitectos de sua inefavel grandeza. A Sabedoria dos Egypcios disse, que era o Homem *Hum animal admirando condigno da mayor admiração*. S. Basilio Magno chamou-lhe *Animal politico, e sociavel*. A qual definição lhe deo tambem o Philosopho. S. Athanasio defini-o *Animal intellectual capaz de sempiterna vida*. Teophrasto chamou lhe *exemplar do Universo*; Mercurio Ter-Maximo: *Interprete dos Deoses, e milagre por anthonomasia grande*. Synesio: *Horizonte de todo o corporeo*. Pithagoras: *Mensura de todo o Mundo*. Cicero: *Animal poli-*

---

<sup>1</sup> Francisco da Fonseca Henriques, *Medicina Lusitano, Soccorro Delphico*, etc. Porto, 1750.

tico, em que se achão os dictames da razão. Plinio: *Epithome, e delicias do Mundo*. Zoroastro: *Decoroso credito da natureza*. Abdala: *Excesso de toda a admiração*. Laurencio: *Seminario da Divindade*. Os Gregos: *Luz*, como diz S. Gregorio Nazianzeno<sup>1</sup>.

É ainda o Dr. Mirandela a explicar a etimologia do mesmo Homem:

— «A esta pois, principal creatura chamou Deos *Homem*, e cuydaraõ alguns Ethymologistas com Varro: segundo diz Ambrosio Calepino, 5. que por ser feyto da terra, a quem os Latinos chamaõ *Humus*. Outros disseraõ, que por ser animal sociavel, e amante da concordia, que na lingua Grega se diz *Omonia*, e o Homem *Omus*, conforme escreve Joseph Langio na sua *Polyanthea admiravel*, 6.»

E escreve, depois:

— «E todos finalmente chamaraõ ao Homem: *Microcosmos*, palavra Grega, composta de *Micro*, que quer dizer *pequeno*: e *Cosmos*, que significa *Mundo*, e assim vieram a chamar ao Homem, *Mundo pequeno*, porque he tal a sua excellencia, que nelle, como em compendio, estão epiloga-das todas as perfeyçoens do amplissimo Mundo grande; do que se pode ver Frey Antonio de Fuente la penha, no seu Ente dilucidado, 7. e Jacob de Manectis no Livro que escreveo das excellencias do Homem».

---

<sup>1</sup> Mas Manuel Bernardes, na sua *Nova Floresta* (II, ed. de 1909. Porto), dissertando sobre o Homem, compara-o ao Porco e diz: — «Não sem razão *Corpus et Porcus*, e no italiano, como nós, corpo e porco, e no espanhol *cuerpo* e *puerco*, no francês *corps* e *porc*, se parecem no nome, porque tambem se parecem na condição, amando por delicias as imundicias; e até na constituição das entranhas se assemelham, pois os anatomicos supoem este por aquelle, para fazerem as suas observações» (pág. 329).

Na verdade, o uso do cadáver humano, nas dissecções anatómicas, foi sempre mais ou menos vedado, até ao Renascimento. Usavam-se para ensino e especulação, o porco, o carneiro, o macaco, etc.

Diz o conhecido adágio: — «Se queres conhecer o teu corpo mata o teu porco».

Também Brás Luís de Abreu<sup>1</sup>, outro médico do século xviii, que escreveu sobre o dilatado âmbito dos dois Mundos criados, Macrocosmo e Microcosmo, parafraseou o Mirandela, que cita:

— «Indissoluvel enigma do Homem, o Homem! Inefavel recomendação do Mundo grande, a soberana excelssa fabrica do pequeno Mundo! Oh que incomprehensivel he o Creador Archetypo; mas oh que admiravel sahio o creado Microcosmo! Definem os homens ao Homem, & desconhecem-se a sy; fallão de sy, & então ignorão quem seja o Homem. Dizem que he filho da Terra: *Homo ab humo*; I. os mesmos que se supoem Imagens de Deos».

Estas ideias todas sintetizam o quanto se disse, neste mundo, acerca do assunto e quanto se dirá. Bernardes, Vieira, Heitor Pinto, para só citar nacionais antigos, o que disseram! Vejamos este último, quinhentista<sup>2</sup>:

— «O alto Deus criador do universo para que o homem se não ensorbecesse, formou-o do limo da terra e para que se não abatesse, fê-lo à sua imagem e semelhança. Se se alevantasse vãmente por se ver feito à imagem de Deus, visse por outra parte que era terra: e se lhe quebrasse o coração por se ver terra, se lembrasse que era à imagem de Deus. Deu-lhe corpo corruptível e comum com os brutos animais, mas alma racional e imortal. Se vive segundo a carne, é comparado aos brutos, se vive segundo o espírito é comparado aos anjos».

Destas duas partes, corpo e alma, é composto o homem com tão maravilhoso artifício, que lhe chamaram os sábios gregos microcosmos, que quer dizer pequeno mundo. Diziam êles que o mundo era como um homem grande, e o homem um mundo pequeno. Isto é o que diz Damasceno,

<sup>1</sup> Brás Luís de Abreu, *Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana. Historica, Practica, Symbolica, Ethica, e Politica. Fundada, & comprehendida No dilatado ambito dos dous Mundos Creados Macrocosmo, E Microcosmo, etc.*, Coimbra, 1726.

<sup>2</sup> Frei Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*. Vol. I. Lisboa, 1940.

no segundo da *Fé Ortodoxa*, que fez Deus o mundo pequeno no grande».

E a argumentar, com segurança:

— «Galeno fez dezassete livros, em que declara o conteúdo das partes e proporções do homem. Fazer um ourives numa grande pasta muita obra, não é muito, pois há aí campo para tudo: mas debuxar e obrar todo o mundo numa pequena medalha, não vem senão de alto engenho, e de querer mostrar seu singular artifício. Digo isto, porque parece que quiz o alto Deus mostrar sua grande sapiência na fábrica e composição do homem que, sendo tão pequeno, fez nêle tão maravilhosa obra, que se ohama outro mundo. Admirado disto S. Agostinho no livro das *Confissões* diz que é por milagre o homem, que quantos fazem os homens».

Ora esta ideia do *Microcosmo* e *Macrocosmo*, já bem definida nos textos expressos agora, é fonte do poema do nosso Falcão de Resende. A descrição desse *Mundo pequeno* é o tema da sua valiosa peça, como o foi das obras que a inspiraram.

Relembre-se, contudo, que essa alegoria vem de muito longe. Hipócrates, do século v A. C., na corrente dos filósofos de seu tempo, admitia essa correspondência entre *Mundo grande* e *Mundo pequeno*; os quatro elementos geradores de todas as cousas, naquele, *o fogo, o ar, a terra e a água*; neste, os 4 elementos: *a natureza, os espíritos ou forças, as partes e os humores* <sup>1</sup>. Galeno (séc. II E. C.) segue os passos daqueles e admite «la correspondence entre macrocosme et microcosme» <sup>2</sup>. Singer, historiador da Medicina inglês, disse <sup>3</sup>:

— «For some eight centuries from the time that Christianity finally replaced Paganism in the Roman Empire —

<sup>1</sup> F. Frédault, *Histoire de la Médecine*. I. 1870.

<sup>2</sup> *Histoire Générale de la Médecine*, etc. Dir. por Laignel-Lavastine, *ob. cit.* I.

<sup>3</sup> C. Singer, *A Short History of Medicine*. Oxford, 1928.

from about A. D. 400 to about A. D. 1200 — such remains of classical learning and classical science as survived were in monastic keeping. It was only in the monasteries that there were any who cared at all for these things, and it was only in the monasteries that manuscripts could be either written or preserved. We cannot be sufficiently grateful to the monks for having succeeded in preserving even as much as they did. Nevertheless, whether we consider what they saved or what they lost of medical literature, we can express no high opinion of either monastic taste or monastic judgement.

The curse of the Science of Medicine, as of all sciences, has always been the so-called «practical man', who will consider only the immediate end of his art, without regard to the knowledge on which it is based. Monkish medicine had no thought save for the immediate relief of the patient. All theoretical knowledge was permitted to lapse. Anatomy and Physiology perished. Prognosis was reduced to an absurd rule of thumb. Botany became a drug-list. Superstitious practices crept in, and Medicine deteriorated into a collection of formulae, punctuated by incantations, which became less understood and further removed from their originals at each copying. Medicine remained surrounded by sacred associations, but the scientific stream, which is its life-blood, was dried up at its source.»

Assim na Idade-Média cristã. Da mesma forma se escreveu em outro lugar <sup>1</sup>:

« — Ainsi dans l'univers tout phénomène a sa loi et son principe. L'être humain, fait à l'image de Dieu, est un petit monde, un *microcosme*, et en lui doivent se retrouver toutes les sphères, tous les mondes particuliers dont l'ensemble constitue le *macrocosme*, gloire manifestée du Créateur. *Ce qui est en bas est comme ce qui est en haut.*

---

<sup>1</sup> *Histoire Générale de la Médecine*, etc. Dir. por Laignel-Lavastine, *ob. cit.* II. 56.

Hippocrate écrivait déjà: *La nature dans l'homme est constituée à l'image de la nature dans le monde, où, de la grande origine, la vie s'achemine jusqu'à la dernière partie, puis revient en cercle de la dernière partie à la grande origine, car la nature: être et n'être pas, est une.*»

O ousado reformador alemão, quinhentista, da Medicina, Felipe Auréolo Teofrasto Bombast de Hohenheim, conhecido por Paracelso, não rejeitou a doutrina, ele que tanta ideia repudiou: o Universo e o Homem ligavam-se intimamente, pois este é um universo pequeno e aquele constituído como um Homem grande (no livro *Archidoxe*, II. 3-40).

Autores portugueses que viveram no século XVII, como o cirurgião António Ferreira<sup>1</sup> e Zacuto Lusitano<sup>2</sup>, abordam o cotejamento do *microcosmo* e do *macrocosmo*. Diz o primeiro ao abrir da Anatomia e referindo-se ao Homem:

— «Dahi parece chamar-lhe Plinio delicia da natureza, e hum Epitome, em que todas as cousas do mundo estão retratadas: finalmente, por remate de todos Microcosmo, que quer dizer Mundo pequeno, ou menor. E parece que com razão, pois nelle se cifra tudo quanto ha no mundo grande, ou porque he hum retrato, ou hum todo tirado das excellencias de todas as creaturas, ou porque nelle se acha o ser como nos Elementos; vida como nas plantas; sentido como nos animaes; entendimento e livre alvedrio como nos Anjos: na alma se assemelha a Deos, no entendimento aos Anjos, no coração ao Sol, no cerebro á Lua, em outras faculdades aos mais Planetas, nos humores aos Elementos. Donde vem podermos dizer que he hum breve Mappa, que o Soberano Artifice traçou, e donde, não por figuras, senão pela mesma verdade, nos represêtu quanto havia no Mundo; e quanto este Mappa he mais pequeno, e familiar, e mais

---

<sup>1</sup> António Ferreira, *Luz Verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia*. Lisboa, 1670 e outras edições.

<sup>2</sup> Zacuto Lusitano, *ob. cit.*

conhecido de nós outros, tanto nos dá mais conhecimento do Creador».

Enfim, doutrina velhíssima essa inspiradora do nosso Falcão de Resende, que descreve no seu poema a *maravilha de Deus, o Homem*<sup>1</sup>. Outros, depois, o farão, como Teobaldo, no século XVIII<sup>2</sup>.

Como se viu, André Falcão emprega apenas metáforas no seu poema e aplica nomes diversos aos órgãos e actos fisiológicos do Homem. Assim se usava em poesia e continuaria a usar-se. Também o grande espanhol André Laguna, no seu *Anatomica methodus, sem de sectione humani corporis contemplatio, etc.*, de 1535, emprega constantes metáforas anatómicas: cavidade abdominal, mar, intestinos, rios, veias mesaraicas, raízes de árvores; os 4 humores, remos; natu-

---

<sup>1</sup> Diz La Guardia (*ob. cit.*, pág. 131): — «Les idées générales, nées de la contemplation de l'univers, furent appliquées à l'étude de l'homme: le *microcosme*, image et pendant du *macrocosme*, fut considéré comme un abrégé du grand tout. L'anthropologie fut fondée sur les mêmes principes, étudiée d'après les mêmes procédés qui avait servi de méthode et de règle pour l'étude générale de la nature. A ce point de vue, la physique, prise au sens rigoureux de son étymologie, influa souverainement sur la physiologie humaine».

<sup>2</sup> Theobaldo de Jesus Maria, *Microcosmo, ou Mundo abreviado, no qual como em limitado mappa se dá noticia da portentosa fabrica do universo*. Lisboa, 1734. Todavia, parece que não trata tão especialmente o assunto versado por Falcão de Resende (vd. os outros poemas já citados).

Juan de Arphe, espanhol, autor da obra ilustrada *Varia commensuración*, 1585, canta em oitavas o esqueleto humano e respectivas regiões. Houve muitas edições (uma 4.<sup>a</sup> de 1736). Inf. de Ricardo Jorge, *Comentos à Vida, Obra e Época de Amato Lusitano*, «Arquivos de História da Medicina Portuguesa», 2.<sup>a</sup> série, Porto, 1914 e seguintes (pág. 177).

Não consegui examinar esta obra. É curioso notar que no poema inglês *Bedwulf* (composto no século VIII da nossa era) se chama ao corpo «Casa dos ossos».



reza, piloto; etc., etc. Não lhe andaria muito arredado da memória o Cântico dos Cânticos de Salomão<sup>1</sup>:

— «Os teus olhos são como os das pombas, sem fallar no que está escondido dentro. Os cabellos são como os rebanhos das cabras, que subiram do monte de Galaad.

Os teus dentes são como os rebanhos das ovelhas tosquizadas, que subiram do lavatório, todos com dois cordeirinhos gemeos, e nenhuma ha esteril entre ellas.

Os teus labios são como uma fita d'escarlata: E o teu falar doce. Assim como é o vermelho da romã partida, assim é o nacar das tuas faces, sem falar no que está escondido dentro.

O teu pescoço é como a torre de David, que foi edificada com seus baluartes: D'ella estão pendentos mil escudos, toda a armadura dos esforçados.

Os teus dois peitos são como dois filhinhos gemeos da cabra monteza, que se apascentam entre as açucenas».

Similares destas, quantas simbologias na literatura oriental, hindu, japonesa, chinesa, sem falar na dos árabes — fonte inexgotável de belezas extraordinárias e delicadíssimas — e, quanta vez, na dos incultos e selvagens índios americanos ou negros de África.

De entre muitos trechos que poderia apontar, como exemplo de estilo metafórico, particularmente relacionado com a descrição do corpo humano, registo este de Frei Heitor Pinto<sup>2</sup>:

— «A composição e harmonia dum homem é um relógio: o corpo é uma casa de taipa, e um cubelo de terra, em que está o relógio: a razão é o peso, que puxa, e traz após

---

<sup>1</sup> *A Bíblia Sagrada*. Versão do P.<sup>o</sup> António de Figueiredo. Notas e comentários do P.<sup>o</sup> Santos Farinha. Vol. II, cap. IV. 1-5. Lisboa, 1903.

<sup>2</sup> Frei Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*, ob. cit. Vol. II, pág. 315.

si as rodas: as duas rodas maiores são o entendimento e a vontade: o martelo é a tenção, que se é má, são as horas para nossa condenação. Quando as rodas não obedecem aos pesos, tôda a harmonia do relógio se destempera. Adão foi um relógio excelente no paraíso terreal, porém destemperou-se, quando Eva o convidou àquele pomo, origem de nossas desventuras.»

Veremos como Adão e Eva, simbolizados por duas torres em Falcão de Resende, hão-de arruinar-se e tombar por terra, desfeitos, tal como «o relógio excelente do paraíso terreal» se «destemperou»:

— «Ambos estes castellos pareciam  
Ao desobedecer, que alli caíam.»

(*Microc.*, I XXII)

Caíram em «infelice queda» (I. XXIII) <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Seria curioso dizer algumas palavras acerca das designações que tem sido dadas, de modo particular, à Mulher. Entre muitas colecções desses epítetos, recorro a que regista Manuel Bernardes (*Nova Floresta*, ed. de 1911. Porto. iv. 224.

Começa assim:

— «Quid est mulier?  
Nafragium super terram  
Fons nequitiae  
Thesaurus immunditiae, et malitiae.»

E remata:

— «Et officina doemonum.»

Bernardes reproduz um soneto de Lope de Vega, que finda desta sorte:

— «Es la mujer, al fin, como sangria,  
Que a vezes dá salud, y a vezes mata.»

\* \* \*

André Falcão de Resende ordenou o seu poema, na parte descritiva do Homem, seguindo estas partes: — útero, gravidez, parto; alma; divisão em 3 regiões: cabeça, peito, ventre; os três órgãos principais: coração, miolo, fígado; coração e pericárdio; laringe, traqueia, pulmões; espírito vital, calor natural ou espírito genitivo; tórax; cabeça (crânio, encéfalo, medula) etc.; órgãos sensoriais; coluna vertebral, sistema nervoso periférico; face; membros superiores; boca, língua, laringe superior, aparelho da fonação, glândulas salivares; diafragma; aparelho digestivo; aparelho génito-urinário; membros inferiores.

É interessante observar que esta ordem é, com poucas variantes, a mesma que se encontra em duas obras (uma já citada, e de Teófilo — séc. VII) <sup>1</sup> e outra de Jean Bouchet, *Les Triomphes de la noble et Amoureuse Dame: Et l'ar de honnestement aimer*, de 1535.

Eis a ordem dos assuntos na primeira: — mãos, pés, articulações, órgãos digestivos e urinários: tórax, pescoço, nervos recorrentes, coração, cabeça (face e cérebro, etc.); órgãos genitais; coluna vertebral. Na segunda dessas obras: as quatro compleições <sup>2</sup>, proporções corpóreas <sup>3</sup>, cérebro, olhos e fronte, orelhas, nariz e face; boca, membros superiores; tórax (pulmões, coração, etc.); aparelho digestivo; aparelho urinário; aparelho genital, membros inferiores; ossos, medula, veias e nervos; sistema piloso <sup>4</sup>.

No *Panegírico*, de Azolino (Azzolini) citado por Brás Luís de Abreu (*ob. cit.*), a simbologia é muito parecida à de Falcão de Resende, que escreveu, contudo, anteriormente

---

<sup>1</sup> *Organ. do Homem.*

<sup>2</sup> Falcão de Resende toca estes assuntos.

<sup>3</sup> *Id.*, *id.*

<sup>4</sup> Vid. Catálogo de Maggs, Bros, *cit.*, pág. 74.

àquele italiano. Para amostra curiosíssima, este passo do estrangeiro, traduzido pelo Abreu:

— «Republica discursiva, ou Cidade Vivente na Terra o define engenhosamente o profundo Azolino. I. Nelle, são marmores fundamentaes, os ossos; & tantos os Palacios particulares, quantas as officinas, & membros. He ainda mais sumptuosa esta grande Cidade fundada sobre duas columnas, do que a mesma Roma occupando sette diversos montes. Nelle, serve a pelle delicadissima de muralha inexpugnavel, & com taã debil muro, pode seguramente doffender-se, não sò dos assaltos do mundo, mas ainda dos assedios, & baterias do inferno. Na parte mais elleuada se situa a sua nobilissima fortaleza; aonde servem de vigias os sentidos; de atalayas os olhos; de bandeiras os cabellos; de porta a boca; & de soldados do corpo da guarda, os dentes, por onde se introduzem todos os soccorros, & viveres, como precioso alimento daquella vivente Cidade.»

Agora, duas palavras acerca das fontes anatómicas e fisiológicas em que o poeta poderia ter aprendido o que descreve. Já atrás indiquei quais os textos usados na Faculdade de Medicina de Coimbra, de onde se depreende que a anátomo-fisiologia do século xvi, em Portugal, era aristotélico-galénica. Obras portuguesas anatómicas anteriores ao século xvi, não existem. Ao menos, com difusão suficiente. Todavia, lembremo-nos de que o grande médico e filósofo nacional Francisco Sanches<sup>1</sup> escreveu no seu livro *Opera Medica* um tratadozinho de Anatomia.

Francisco Sanches, nascido (?) e baptizado em Braga no ano de 1561, foi ilustre Professor de Medicina e Filosofia em Mompilher e Tolosa. O insigne autor do *Quod nihil*

---

<sup>1</sup> A melhor monografia portuguesa sobre Francisco Sanches deve-se ao Prof. Rocha Brito, *Francisco Sanches Professor de Filosofia e de Medicina nas Universidades de Mompilher e Tolosa*. Coimbra, 1940. Vd., também, Eduardo Coelho, *O cepticismo de Francisco Sanches médico e filósofo de Quinhentos*. Lisboa, 1938.

*scitur*<sup>1</sup>, deixou manuscritos os seus trabalhos, que os filhos publicaram em 1636<sup>2</sup>. A obra, pois, é posterior à morte de Falcão de Resende (1599). E como não conheço outra, portuguesa, no género, reforço a opinião de que Aristóteles e Galeno, em Anatomia e Fisiologia, foram os inspiradores científicos do poeta.

Já, entre outros, Maximiano Lemos definiu bem o aspecto da cultura anatómica e fisiológica em Portugal no século XVI<sup>3</sup>; em vários lugares o fiz eu também; e, recentemente, o resumiu Rocha Brito, por estes termos<sup>4</sup>:

— «Direis, porventura, que também êle foi atrás de Hipócrates e Galeno. Nenhum dos mestres universitários do seu tempo conseguiram libertar se por completo do seu sortilégio, nem os estatutos das Universidades o consentiam. Entre nós êsses próceres e ainda Avicena e Razés dominaram o ensino médico até ao advento da Reforma pombalina».

Os estudos anatómicos andavam ao desamparo, antes de Guevara, já citado, se assentar na cátedra coimbrã (1556). E este mesmo anatómico estanciou ali, apenas, até 1561. Não supomos que fosse profícuo o seu exemplo ou o seu ensino. A prática da Anatomia era insistente. Nada há a opor a estas palavras de Maximiano Lemos<sup>5</sup>:

— «As disseções anatomicas cujo proveito ninguem póde hoje discutir, nunca tiveram em Coimbra grande desenvolvimento. Os estatutos de 1591 dizem que haveria por anno seis parciaes e tres geraes, e é provavel que esta

---

<sup>1</sup> Traduzido pelo saudoso Director do Arquivo Distrital do Porto, Dr. Basílio de Vasconcelos, em 1913-1916 (*Revista de História*, vols. II-III-IV-V).

<sup>2</sup> *Francisci Sanchez Doctoris Medici, et in Academia Tolosana Professoris Regij, Opera Medica, etc.* Tolosa, 1636.

<sup>3</sup> Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, 2 vols. Lisboa, 1899.

<sup>4</sup> A. da Rocha Brito, *Francisco Sanches*, ob. cit.

<sup>5</sup> Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, ob. cit., vol. I, pág. 187.

disposição tivesse como fonte qualquer provisão do tempo em que Guevara leu na Universidade. A pouco se limitava, portanto, a parte pratica do ensino; mas o seu valor era ainda mais exiguo, porque as dissecções provavelmente se effectuavam em animaes. A reformação de 1612 diz que as que se faziam em *outros sujeitos*, que não os cadaveres, *não eram de consideração*, o que faz suppôr o que affirmamos ».

O texto, está demonstrado, era galénico (*De usu partium, De anatomicis administrationibus* <sup>1</sup>). Não se desconhecia Vesálio. Mas note-se que o Guevara defendia Galeno contra este: — Galeno venceu, pois sua influênciã sentiu-a o ensino anatómico coimbrão até à Reforma Pombalina de 1772. De Guevara se publicava um livro em Coimbra, no ano de 1559 <sup>2</sup> que poderia ter servido, em meu entender, para a cultura anatómica do autor da *Microcosmografia*, a par de outros que o iluminaram mais particularmente, como demonstrarei.

Portugueses tivemos, é certo, que foram peritos anatómicos, como Amato Lusitano e Francisco Sanches, ambos do século XVI; mas ambos praticaram e viveram no estrangeiro. Falcão de Resende não mantinha, ao que sei, relações com estes dois grandes médicos semitas. Houve no nosso país, justo é citá-los, dois illustres cirurgiões que nas suas obras, publicadas no século XVII, apresentam um epitome de Anatomia do tempo <sup>3</sup>. Não os conheceu, portanto,

---

<sup>1</sup> Regista-se um exemplar de 1551, Lião (n.º 36), no Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra. *Ob. cit.*, pág. 32.

<sup>2</sup> *Alphonsi Rod. de guevara Granatensis, In Academia Conimbricensi rei medicae professoris, & Inclitae Reginae medici physici, in pluribus ex ijs quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalio Bruzelēsi in cōstructione & usu partium corporis humani, defensio: E nonnullorum quae in anatome deficere videbantur supplementum. Conimbricae. Apud Joan. Barrerium. Typographum Regium MDLIX.*

<sup>3</sup> António da Cruz, *Recopilaçam de Çurgia*, etc., 1601.

António Ferreira, *Luz verdadeyra e recopilado exame*, etc., *ob. cit.*

Falcão de Resende, pelo menos nos livros. À falta de textos portugueses anteriores ao seu tempo ou contemporâneos, Falcão poderia ter conhecido estrangeiros, particularmente espanhóis?

Diz Garcia del Real da Anatomia em Espanha <sup>1</sup>:

— «los progresos de la Anatomía no son demasiado grandes; las ideas fisiológicas siguen siendo, poco más o menos, las de los árabes, que conocian muy mal la estructura, y, por consiguiente, la fisiología de los organos, a causa de estarles prohibido rigurosamente por el *Corán* la abertura de los cadaveres».

Entre outros anatómicos, lembro Bernardino de Monserrate <sup>2</sup> e Juan Valverde <sup>3</sup>. Por outro lado, houve em Espanha, no século XVI, duros adversários das doutrinas de Galeno, como Pedro Gimeno, discípulo de Vesálio e Sílvio, e Luís Collado, de Valência, ambos defensores do ilustre flamengo, reformador da Anatomia. Mas outros anatómicos contou a Espanha florescente: André Laguna († 1560), Luís de Ávila, Juan Villafañé e Juan Tabas. Villafañé, cinzelador-ourives notável, escreveu uma *Anatomia artística*; Tabas foi quem primeiro fabricou manequins para o estudo anatómico do homem <sup>4</sup>.

Em Portugal não existiram anatómicos nacionais dignos de emparceirar com estes; e livros, muito menos <sup>5</sup>. A Ana-

---

<sup>1</sup> Garcia del Real, *Breve resumen de la Historia de la Medicina en España*, in *Introduccion á la Historia de la Medicina*, de F. Garrison, vol. II. Madrider.

<sup>2</sup> Bernardino de Monserrate, *Libro de la Anathomia del hõbre. Nuevamente compuesto*, etc. Valhadolide, 1550.

<sup>3</sup> Juan Valverde, *Historia de la composicion del cuerpo humano*

<sup>4</sup> Garcia del Real, *Breve resumen*, etc., *ob. cit.*

<sup>5</sup> Em compensação, Portugal mostrou ao mundo o valor dos seus sábios matemáticos, astrónomos, geógrafos, naturalistas, esses todos que criaram no século XVI, neste canto da Europa, a-par de um Império Ultramarino grandioso, a magnífica introdução à cultura científica portuguesa.

tomia nacional só nasce no fim do século XVIII, com Manuel Constâncio<sup>1</sup>. É certo que Francisco Sanches anatomizou e escreveu com segurança sobre Anatomia, porém, viveu sempre no estrangeiro e o seu texto é latino.

Julgo que nada mais será necessário aduzir para demonstrar a falta de textos anatómicos portugueses que servissem a Falcão de Resende. Todavia, veremos que, embora posterior ao seu poema, o epítome anatómico de António Ferreira, já citado, saído dos prelos quase 100 anos depois, encerra ainda a principal doutrina anátomo-fisiológica expendida pelo nosso poeta. Mais uma prova da estagnação em que se mantinha a cultura nacional dessa disciplina, a par de uma brilhante actividade de comentaristas e de inovadores<sup>2</sup>.

Procurando inspiradores espanhóis para a obra de Falcão, encontro duas peças anatómicas que indiscutivelmente serviram de modelo ao nosso poeta. Trata-se das de Ávila<sup>3</sup> e Monserrate<sup>4</sup>, publicadas, respectivamente, em 1542 e 1550. A de Ávila não logrei ainda analisá-la em volume da citada edição, mas em transcrição feita por

<sup>1</sup> A primeira Cadeira de Anatomia foi fundada por D. João III na Universidade de Coimbra, em 1556

<sup>2</sup> O capítulo dedicado por Francisco Sanches à Anatomia intitula-se: — «Resumo anatómico em que se contém as regiões, o número, a substância, as funções e a forma de tôdas as partes do corpo humano, coleccionado sôbre as anatomias de Galeno e André Vesálio». Juntas notas aos comentários de Falópio e Colombo a afirmações daqueles dois autores:

Livro I — Dos ossos. Livro II — Dos músculos. Livro III — Das veias, artérias e nervos. Livro IV — Das partes contidas no tórax, ventre e caveira.

<sup>3</sup> Luís Lobera de Ávila, *Libro de Anatomia. Declaracion en suma breve de la orgánica y maravillosa composicion del microcosmo o menor mundo, que es el hombre, ordenada por artificio maravilloso en forma de sueño o ficcion.* 1542.

<sup>4</sup> Bernardino de Monserrate, *ob. cit.*



Chinchilla, de 1841<sup>1</sup>. Da de Monserrate vi dois exemplares, um da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto, outro da Biblioteca Pública Municipal da mesma cidade (aquele incompleto).

Em uma pequena nota a tal propósito<sup>2</sup> escrevi algumas informações que passo a transcrever:

— «A obra de Monserrate intitula-se *Libro de la Anothomia del hõbre. Nueuamente compuesto por el Doctor Bernardino Montaña de Monserrate Medico d su Magestad. Muy util y necessário a los medicos y cirujanos que quieren ser perfectos en su arte, y apazible a los otros hombres discretos q huelgan de saber los secretos de la naturaleza. En el qual libro se trata de la fabrica y compostura del hombre y de la manera como se engendra y nasce, y de las causas por que necessariamente muere. Juntamente con vna declaraciõ de vn sueño que soño el Illustrissimo señor Don Lvys Hurtado de Mendoça Marques de Mondejar, etc. Que esta puesta por remate deste libro. El qual sueño, debajo de vna figura muy graciosa, trata breuemente la dicha fabrica del hombre, con todo lo de mas q en este libro se cõtine Dirigido al dicho señor Marques. Con preuilegio Imperial. Esta tassado en. Impresso en Valladolid en casa de Sebastian Martinez Año de 1550.»*

Dedica-o Monserrate ao Marquês de Mondéjar, Luís Hurtado de Mendonza:

— «Suplico a V. S. la resciba por suya y perdone mi atreuimento, que sin su licecia ha osado poner al principio sus armas: porque con tal encomienda pienso que sera mi obra mas accepta, y poren de hara mas beneficio.»<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Anastasio Chinchilla, *Anales historicos de la Medicina en general y biografico — bibliograficos de la España en particular*. T. I. Valência, pág. 286.

<sup>2</sup> Luís de Pina, *As «Anatomias» de Ávila (1542) e Monserrate (1550) e a «Microcosmografia» de Falcão de Resende*. «Jornal do Médico», n.º 41, 1942. Porto.

<sup>3</sup> «A pesar de su respectable anteguedad y de su gran aprecio, nos es libro raro, pues hemos visto multitud de ejemplares en

No exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto o verso do frontispício encerra as Licenças necessárias, passadas em 30 de Outubro de 1551. O colofónio diz:

— «A gloria de Dios nuestro señor y de la bienauëturada gloriosissima y siempre virgẽ Maria señora y abogada nãa cõ todos los sanctos Aqui se acaba la presente obra, llamada Anothomia del cuerpo humano, com vna declaraciõ de vn sueño d̃l Illustrissimo señor Marques de Mõdejar ec. Compuesto todo por el Doctor Bernardino Mõtaña de Monserrate Medico de su magestad ec.

Fue impresso en la insigne villa de Valladolid en casa de Sebastiã Martinez a la parrochia d̃ Sant Andres. Acabose a dos dias de Nobiembre de 1551».

A esta obra aludem muitos historiadores e críticos. Chinchilla biografou o anatómico e resumiu a obra, muito claramente, em 1841. Garcia del Real biográfa-o curtamente e reproduz a portada da sua *Anothomia*. Êste illustre Professor de História da Medicina da Universidade de Madride levanta dúvidas sobre a terra da sua naturalidade e ano de nascimento. Menendez y Pelayo regista Monserrate entre os médicos illustres de Espanha<sup>1</sup>. Dela trata, embora suncintamente, o Prof. R. Santaella que, depois de apresentar o resumo do índice da obra de Monserrate, escreveu<sup>2</sup>:

— «Hemos creído importante describir el índice de este libro, porque se puede tener por él un concepto del

---

comercio. 30 fr. Heredia. 15 libras 15 chelines Londres en 1900. 25 libras Davis et Orioli. 150 pesetas Madrid em 1903. 400 pts. Vindel en 1920. Un fragmento de esta obra se publico bajo el titulo: — Sueño del Marqués de Mondejar. Madrid, 1852, fol, 32 páginas.»

Vid. António Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispano-Americano*. T. v. Barcelona, 1926.

<sup>1</sup> Menendez y Pelayo, *La Ciencia Española*. II. Madride, 1932.

<sup>2</sup> Alcalá Santaella, *Compendio de História de la Anatomia Madride*, 1929.

estado de la Anatomía en nuestra época deduciendo de esto sumero examen que en España se hacia la Anatomía sobre el cadáver, si bien quedaba todavia la influencia de la anatomia galénica, como nos lo demuestra la segunda parte de su obra, en la que se habla de cosas medicas, imitando con esto Montaña a Lobera, el que imita, al mismo tiempo a Galeno ».

Enfim, outros se ocuparam de Monserrate e sua obra. O espaço disponível nesta revista não me permite alargar os comentários que todos merecem. A obra do anatómico encerra, a começar na página 74, uma segunda parte assim intitulada: — «*Signese vn coloquio del Illustrissimo señor don Luys hurtado de Mendoza Marques de Mõdejar*<sup>1</sup>, etc. con el doctor Bernaldino Mõtaña de Monserrate medico de su Magestad. Acerca dl dicho sueño que soño su señoria De la generación nascimiento e muerte del hombre».

Ora neste sonho o autor descreve o corpo humano sob o aspecto de uma fortaleza ou casa muito formosa, cujas partes são vários órgãos daquele. A vida desse edifício e seus servidores (os ditos órgãos) são matéria para Monserrate dissertar sobre a fisiologia humana. Trata-se de uma interpretação anátomo-fisiológica de um sonho. O autor escreve largamente sobre este capítulo de psicologia, em nossos tempos tão pesquisada e especulada por Sigmundo Freud, de que Monserrate é, sem dúvida, um precursor, como o é da teoria da circulação do sangue.

Leia-se Santaella (*ob. cit.*) a respeito de outro anatómico, Luís Lobera de Ávila (1500-1580):

— «Este anatómico cultivó también la anatomía galénica, pero de una forma original, haciendo comparación del

---

<sup>1</sup> Era 2.º Marquês de Mondéjar, Luís Hurtado de Mendoza, filho do 1.º Marquês Iñigo Hurtado de Mendoza. Terceiro Conde de Tendilla, Vice-Rei de Navarra, casado com Dona Catarina de Mendoza, filha de Pedro Gonzalez, Marquês de Monteagudo («*El Gran Diccionario Historico, Miscelanea Curiosa*», etc. Trad. do francês por Joséph de Miravel y Casadevante. Tomo VI. Paris, 1753).

cuerpo con una torre, en la que cada órgano tiene su representación. Esta obra de Anatomia fué escrita en romance, y setitula:

«*Libro de Anatomía del mundo menor o microcosmo, por artificio maravilloso en forma de sueño o ficción*». 1542. Está escrito el libro en forma alegórica, hasta el punto que produce risa su lectura, y fué escrito más para entretenimiento de los lectores que para la enseñanza de la Anatomia.»

Garcia del Real (*ob. cit.*), biografando este anatómico, refere-se à sua obra *Libro de Anatomía*, dando-lhe, apenas, este título, que reproduzi. Santaella é mais claro neste ponto, como se vê. Contudo Chinchilla (*ob. cit.*) esclarece o assunto. Depreendo da crítica deste historiador que Ávila deixou 2 obras anatómicas, entre muitas de carácter diverso que escreveu: um *Compendio de Anatomia* («trata-dito» lhe chama Chinchilla) e um *Libro de Anatomía*. O título deste é: — *Libro de Anatomia — Declaracion en suma breve de la orgánica y maravillosa composition del microcosmo o menor mundo, que es el hombre, ordenada por artificio maravilloso en forma de sueño o ficcion*.

Imediatamente se pensa que Falcão de Resende conheceu bem esta obra. Mais do que a de Monserrate, esta de Ávila chega-se à matéria do poema português; tanto que, indubitavelmente, o podemos considerar sua ampliada tradução portuguesa, em verso.

Parece-me, todavia, que as duas obras, a de Monserrate e a de Ávila, foram conhecidas de Falcão de Resende. Por outro lado, Ávila seria o inspirador de Monserrate. A daquele data de 1542; a deste, de 1551; a de Falcão de Resende, de entre 1570-1599.

Ávila é cristianíssimo na sua obra, que o nosso Falcão imita e verte ao português, em formosas estâncias. O cântico em prosa, de Ávila é, na essência, o hino em verso de Falcão de Resende. A intenção deste, ao escrever o poema, é a intenção daquele ao redigir o *Libro de Anatomia*.

Não consegui, ainda, ler o exemplar de Luís de Ávila. O que afirmo baseia-se na transcrição (julgo-a completa) que

Chinchilla faz do livro do anatómico espanhol, no vol. 1 da sua obra; era Ávila natural da terra que tem o seu nome, ou de Valhadolide».

Confrontando os sumários das duas obras de Ávila e Monserrate e de André Falcão de Resende, que atrás expus, a semelhança é manifesta. O poema de Falcão de Resende, *Microcosmografia*, deve considerar-se, a versão portuguesa, em verso, repito, daquelas obras espanholas, que o autor conheceu profundamente. No referido estudozinho, escrevi, ainda:

— «Resta saber se o nosso Falcão de Resende foi original escrevendo um poema em português sôbre aquêlê assunto. Haveria obra idêntica em Espanha, além das que citei de Monserrate e Ávila? Veremos o que pesquisas posteriores me darão, mas pendo em crer que o poeta português não bebeu em fontes poéticas estranhas, mas nos textos dos médicos e anatómicos citados, a matéria da sua obra.

Seria curioso estudar a influência das lutas religiosas quinhentistas na elaboração das referidas obras. A respeito de Ávila, escreve Chinchilla (*ob. cit.*):

— «Estas y otras cosas no hubieron podido passar en aquellos tiempos en que se censuraban con tanto rigor las obras médicas, especialmente las fisiológicas. El autor con malicia y sabiduria interpuso en su ficcion á un vicario con sobrepelliz, que era el cerebro, á los capitanos y a los mayordomos. Con este juego se puso como á cubierto de la censura. Vemos tambien que termina su narracion como si fuera un sermón, exhortando á los cristianos á ser piadosos y benéficos para conseguir la torre celestial.

Téngase presente que escribió en la ciudad de Augusta, en Alemania, en momentos que la sedicion de Calvino era perseguida atrozmente por el papa y el emperador Carlos v (1, pág. 290, nota 1)».

Lembremos, enfim, que as obras dos dois espanhóis são, no fundo, um louvor a Deus criador do Homem ou Mundo Pequeno (o celebrado *Microcosmo* da Filosofia antiga

e medieval). Lembremos que ambos foram médicos do grande Carlos v, que pretendia ser o único embaixador de Deus na Terra, sem deixar de combater ferozmente o Papa, arrazando a Cidade Eterna com os seus exércitos invencíveis.

O assunto desta minha nota não foi estudado ainda, ao que sei. Nem pelos historiadores da Medicina, nem pelos da Literatura. Como se vê, só o exame conjunto das culturas portuguesa e espanhola pode elucidar a História da Ciência ibérica. Assim o demonstrei já, no que toca particularmente a esta. Por isso julguei oportuno e próprio apresentar a um Congresso de Portugueses e Espanhóis o trabalho citado».

Reveladas estas fontes de inspiração do poema de Falcão de Resende, passo a transcrever a obrazinha de Ávila, tal como no-la patenteia Chinchilla, não só para a relacionar com o leitor, como para servir de prova ou cotejo ao que disse e passarei a expor.

Ei-lo, tal como aquele historiador o apresenta, incluindo os seus comentários (entre parênteses):

— «Yo pecador, indigno siervo de Dios... vi la presente vision, de la que fui muy turbado y espantado: la vision es la siguiente: «Parescióme que veia una torre muy hermosa y muy espaciosa, y de maravillosa y sábia fábrica y ordenacion, hecha tierra investida toda de partes de fuera y pintada: y como que veia bóvedas y apartados muy ordenada y discretamente hechos. En esta torre estaba mucha compañía de diversas maneras y oficios y condiciones que servian a tres capitanes, los cuales guardaban y regian la torre y la compañía que era en ella.

«En la bóveda de arriba estaba el un capitan, de color blanco, vestido de un roquete muy delgado, sentado sobre una red de maravillosa y sábia fábrica, y sutil composicion. Bien parecia haberlo ordenado muy sábio maestro, y la bóveda que estaba era recia y fuerte, hecha con unas entalladuras á forma de dientes de sierra, entrantes las unas con las otras, de muchas piezas, ordenada y cercada al derredor de parte de adentro de unas cortinas blancas y del-

gadas (las membranas), y de esta bóveda al cabo de la torre iba una contra-mina de 30 trozos muy fuertes y recios, sobre que se sostenia toda la fabricacion de la torre (la columna vertebral), y horadada por medio donde estaba y tenia su morada un su criado y vicario de este capitan (la médula espinal).

«El capitan tenia tres oficios: el primero era imaginar todas las cosas tocantes al pro y bien de la torre y de la gente que en ella era, y no cesaba ni holgaba de dia ni de noche en el sueño ni en la vigilia de ejercitar este oficio (el sentido comum). El segundo era discernir las cosas buenas y apartarlas de las no buenas, escojer lo mejor y apartar y desechar lo peor (la virtud racional). Lo tercero acordarse de todo lo que convenia y era necessario y cumplidero, assi bueno como contrario en todo tiempo para bien de su capitania (la memoria).

«Este vicario y criado suyo tenia oficio de hacer sentir todas las cosas deléitosas y nocibles, y hacer mover toda la gente que estaba en la torre. Esto hacia con poder de este sobre dicho capitan y esfuerzo suyo, y aun tenia otro su privado y mandadero, con el cual el uno y el otro hacian todas las cosas sobredichas (el cerebro, cerebello, médula espinal y nervios espinales). En esta bóveda de partes de fuera estaban dos atalayas (los ojos) que descubrian y hacian saber al sobredicho capitan todas las cosas del bien y del daño por dó pudiesen ser avisados. Otro si: habia otros dos escuchas (los oidos) que de dia y de noche hacian saber al dicho capitan todas las cosas que á la gente de la torre pertenecía.

«Y abajo desta bóveda habia dos finiestras (los narices) por donde se espelian todas las superfluidades é inmundicias enojantes al dicho capitan. Y en bajo de estas habia un molino (la boca) con dos porteros (los labios) que lo guardaban, en el cual habia treinta y cuatro molineros (los dientes), y dos veces al dia y algunas veces tres, molian la cibera complidera para el mantenimiento de la gente que en la torre estaba: los cuales molinos no habia mucho que

haí los habian puesto por no ser buenos y fuertes los anteriores (los dientes llamados de leche) para ejercitar el dicho oficio. En esta torre habia un poco mas abajo por defuera del molino dos acarreadores (las manos) que ay serbian, acarreando de parte de fuera de la torre toda la cibera que se habia de moler. Cada uno de ellos tenia cinco mozos (los dedos), unos pequeños y otros mayores, que les ayudaban á acarrear y ejercer el dicho oficio de acarreador. En el dicho molino estaba de partes de dentro una vieja (la lengua) que tenia tres oficios, rodear la cibera que en el molino se molia, quitar los sabores de ella, y discernir cada uno de qué condicion y sabor era: y de ser trujamana de todas las cosas que á la torre y compañía pertenescian, y aun en ella consistia la salvacion y condenacion de la dicha torre (los peligros de hablar mucho).

«En la segunda bóveda estaba el segundo capitan de mucha excellencia y dignidad (el corazon), el cual por bien de la torre y gente que en ella era, nunca cesaba de se mover (sistole y diástole) acá y allá de dia y de noche, y un su familiar (el diafragma) y un criado haciéndole aire con dos moscadores incesantemente, rociándole con un licor que lemucho convenia (pulmon) y los dos moscadores eran juntos y atados a un canuto (traquea), cuyo cabo era forma de instrumento (epiglotis) á manera de flauta, con la cual la sobredicha vieja con ayuda de los porteros hacia diversos sones y melodías, y voces con que toda la gente de la torre habia gran placer.

«El oficio de este capitan era esforzar y procurar la vida á toda la gente que en la torre estaba. Tenia este capitan un privado y familiar, con el cual enviaba y preya (proveía) á toda la gente de la torre á cada uno lo que habia menester para su vida, y aun tenia oficio de llebar á cada uno el fuego que para callentar se habia de menester (arterias y venas). Tenia este capitan (el corazon) vestida una sobrepelliz ó casulla branca (el pericardio) con dos alas, una á la parte diestra y otra á la siniestra (las aurículas). Debajo de la bóveda en que este capitan estaba habia una cocina



en la qual estaba un caldero (el estómago) colgado desde el molino con un colgadero que en el cabo bajo del molino comenzaba (el esófago), en que se cocia toda la cibera que en el dicho molino se molia con fuego de una parte y de otra sin ninguna leña (digestion por coccion).

«Entre la bóveda del segundo capitan y de la cocina estaba un apartamiento de una impla delgada á forma de cielo redonda (el diafragma), porque hobiese apartamiento entre el capitan y la cocina, y no le enojase el humo.

«Debajo de la cocina á la parte derecha (hipocondrio) tenia su aposentamiento el tercer capitan asentado y recostado, envuelto y vestido en un tabardo de púrpura, cuyo oficio era hacer traer á si el zumo y el caldo de la cibera que en la cocina se habia cocido, y hacerlo cocer otra vez para hacerlo dulce y sabroso potage en color bermejo, y distribuirlo por toda la compañía que en la torre era, enviando á cada uno la racion que menester hubiese, y cumplia este oficio por mano de un criado que continuamente consigo tenia (posicion, color, usos del hígado: preparacion de la sangre y su envio por la vena porta).

«Hay así mesmo en la dicha torre ún apartamiento por donde se lanzaba la sociedad y ozrura que quedaba despues de cocida la cibera en la cocina por una puerta (el piloro) que iba á seis callejas (los intestinos) hasta dar con ello fuera de la torre: á la parte de este capitan traían dos azaeares (los riñones), que despues de cocida la cibera quedó, y la achaban por dos arroyos en un algive (la vegiga) de muy sábía y maravillosa composicion, que no vi en la torre cosa que mas me maravillasse: bien parecia que la sabiduría del maestro que la compuso se habia mucho subtilizado en lo asi hacer.

«Hay en la torre así mesmo cuatro mayordomos: el uno de ellos estaba vestido de una ropa fecha de cinco colores, de bermejo e amarillo, y verde, y cárdeno, y de color de masrubio (los cuatro humores, sangre, bilis, cólera, pituita), metido junto con el tercero capitan en un pequeño almacén ó retrete.

«Estaba el otro mayordomo vestido con un sayo blanco, andando por toda la torre muy esento y vagabundo, sin tener algun aposentamiento donde acogerse (la flegma).

«Estaba el otro mayordomo vestido de un manto de color bermejo, y su morada y estancia, segun lo mas, era con el segundo capitan, y de alli andaba por todas las partes de la torre gobernando y manteniendo toda la gente (la sangre y su circulacion).

«El oficio de estos mayordomos era ayudar á gobernar la compañia de la torre, y mientras ellos eran en concordia y paz y igualdad, estaba la torre en sosiego y reposo (la salud).

«Hay en esta torre un ingenio muy maravilloso como trabuco (el miembro viril), el cual se armaba con cierto viento para los tiempos que menester era, al cual armaba el segundo capitan (erecion á consecuencia del aflujo de sangre), y le ayudaban otros dos capitanes á le sostener y esforzar (los testiculos), y tiraban con el á puertas de fuera de la torre (eyaculacion del sémen); y por no alargar, dejo de decir las partes que serán mas de que con él hacian otras muy secretas y sabias obras cumplideras al bien de la torre: alguna vez sucedia al reves, y seguíaselos mucho daño a los capitanes de tirar muchas veces con el dicho trabuco. Hay asi mismo en el edificio de esta torre dos cosas de gran admiracion: la primera es que esta torre estaba armada sobre dos pilares (las piernas), lo grueso de las cuales estaba arriba y lo delgado abajo, contra todo natural edificio y fábrica. La segunda, que todo el humo que en la torre se hace que habia de salir por lo mas alto, salia por un humero jabo á raiz de la torre, cerca de los pilares sobre que estaba armada. En esta sobre dicha torre estaba presa y encarcelada una doncella muy hermosa (el alma), cuyo origen y principio era de muy alto linage, y aunque asi detenida y presa estuviese, estaba tan alegre alli en aquella prision y tan contenta, que por todo el mundo que la dieran, no quisiera de alli salir, por cuanto ella estaba á su placer y voluntad; y todo lo que le placia se hacia y todo lo que

mandaba y vedaba se le obedecia por toda la compañía de la torre, y por su órden y mandato los capitanos y mayordomos se regian. Estando asi esta torre tan bien guardada con todos los pertrechos á ella convenientes, pertenecientes y necesarios, cumplida y hermoseada (hasta aqui la pujanza de la vida); alcé los ojos y vi las hierbas verdes que estaban sobre la techumbre de la bóveda de arriba marchitarse, secarse y hacerse blancas (las canas), y el matiz de los colores conque estaba pintada demudarse y afearse (pérdida de los colores del rostro), y hacerce grietas (arrugas) y descortersarse, y los treinta trozos de la contramina descortersarse y aflojarse, y la torre encorvarse y disminuirse: y vi los cuatro moyordomos en continua pelea y los capitanes alterarse y disconvenirse, y no usar de su oficio como debian y antes hacian, y la doncella estar en gran escándalo y turvacion con toda la compañía de la torre, y mirando esto digo entre mi, qué cosa es esta? no es posible que mucho dure esta torre que presto no caya, y pensando en esto vi venir un viejo mucho aguijando, feo y de mala catadura (la vejez) con una carta en la mano, y llamó á la doncella y la dijo: Doncella, el Señor de esta torre manda que este trabuco jamás de aqui adelante no se arme ni tire como solia, ni los capitanes consientan que se arme ni tire como solia, ni los capitanes consientan que se arme ni esté enhiesto, y luego fue obedecido el mandado del Señor de la torre, y puesto entredicho en el trabuco que jamas usase del dicho oficio. Desde á poco tiempo vino el dicho viejo y dijo á la doncella: dadme los molineros qui aqui teneis sin ninguna tardanza, y dijole la doncella: amigo, porqué veniste tan ayna con aqueste mensage; y dijo el viejo: asi os parece que vengo ayna; sabed, hija, que cuatro jornadas he andado en sesenta años: por eso no penseis que he estado despacio, y continuando mi jornada aqui he llegado; la doncella como turbada respondió humildemente: amigo, caridad; porque este no se pierda, no sea asi que de golpe los lleves todos, queden algunas y vayan algunos; y desde que el viejo vido que la doncella tanto se asustaba, quiso con-

ceder á su ruego, y llevó dellos algunos á mal de su grado y contra su voluntad y deseo dellos, y parecióme que los que quedaban estaban á mal de su voluntad andando acá y allá, y no usaban bien de su oficio como antes solian y vino después á pocos dias y levólos todos. Vino otro dia y llamó á la doncella, y mandóle de parte del Señor de la torre que las atalayás que ende eran no usasen mas de su oficio como solian, de lo cual hubo muy gran pesar, dolor y tristeza: y otro dia por semejante mandó que las escuelas no usasen mas de aquel oficio que tenian segun que de antes. No pudiendo mas hacer obedeció. Otro dia volvió el viejo y dijo que la vieja que estaba en el molino no usase de ninguno de los oficios que tenia. Lo qual la doncella muy amargosamente llorando con gran dolor y suspiro, porque esta vieja era toda su consolacion y su gran amiga y trujana: no pudiendo al hacer obedesció al mandado, y fué luego descompuesta de los oficios que tenia para no los usar suelta e libremente como antes solia; y de todo esto quedó muy desconsolada la doncella. Yo mirando esto vi venir otro viejo muy disforme, y de vision muy espantable (la muerte), y muy alto y consumido del cuerpo, y los ojos hundidos y las quijadas muy secas y amarillas, y los carrillos chupados, sin dientes ni muelas; una vision para espantar, y llamó á la doncella, y dijole: El Señor de la torre le mandaba que luego saliese dende, porque era cumplido el tiempo de su prision, y la doncella desde que lo vido y el mensaje que traía, tan gran temor y pavor que le cayó, que se quedó amortecida, y como que quiso tornar sobre si, dió grandes voces á los capitanes que la valiesen, y a los mayordomos que la ayudasen, y á toda la compañía de la torre que la amparasen y la defendiesen de aquel mal viejo no la llevase, y ninguno le volvió cara ni volvió por ella, y desde aquesto vido la doncella, respondió al viejo llorando muy amargosamente: ruego que te esperes algun dia, porque pueda negociar y dar orden en algunas cosas que cumplen al pro y bien de esta torre en que tanto tiempo he estado detenida y presa, y ordenáre algo de mi

casa y hacienda, y llevaré alguno presente al Señor de esta torre; y el viejo le respondió entonces que assaz le habia esperado en ochenta años que pudiera haber lo sobredicho, que no podia esperar mas, y travó el viejo con sus manos de la bóveda de la torre, y derrocó la torre, y cayóse luego toda, y en este punto perdieron los capitanes sus officios, y los mayordomos y compañía de la torre todo pareció súbito, y la dicha doncella desaparecióse, que no vi por donde ni adonde se fué. Vi venir mucha compañía de hombres y de mujeres dando voces y dando gritos, y haciendo tan gran llanto y alarido, que desperté del sueño muy espantado, y digo: Verdaderamente esta vision no es otra cosa que el sino, el hombre y la vida de este mundo, y la vegéz y la muerte. Por ende, hermanos mios, yo os ruego que mireis bien todo esto, pues es necesario morir: temed á Dios, y apartaos de hacer mal y haced bien los mandamientos de Dios, y huid los pecados mortales, y seguid las obras de misericordia, y amad á vuestros prójimos como á vosotros mesmos, y no seais maldicientes, y haced tales obras que dejeis acá buena fama y loa, porque en la otra vida merecais subir en la torre que nunca se cae, que es la gloria celestial, la qual nos otorgue el que sin fin vive en el signo de los siglos Amen.»

Quanto ao livro de Monserrate, o título longo que já transcrevi indica o sumo do texto. Verdaderamente a fonte do saber de Resende é uma parte, de páginas 74 em diante, que já mencionei, o *Colóquio* de Monserrate com o Marquês de Mondéjar acerca de um sonho que este tivera. O argumento do sonho é idêntico, como se disse, ao do texto de Ávila e ambos ao de Falcão de Resende.

O poema do nosso português alinda a secura dos textos anatómicos espanhóis, poetiza o meio e a paisagem, como se verá. Monserrate começa imediatamente pela descrição da torre que é o homem. Ávila o fizera da mesma sorte. Falcão de Resende em bons versos, põe formoso prólogo à obra. Sem dúvida que, no geral, o poema é uma obra prima de literatura científica, de espírito crítico, de conceito

moral, de interpretação dos factos naturais ou anátomo-fisiológicos respeitantes ao Homem.

Irei cotejando o texto poético com o dos autores espanhóis. Melhor, o leitor o irá comparando com o de Ávila, já manifestado atrás. Como não é possível transcrever o de Monserrate, ir-se-á dando frequente conta da identidade apontada. Os comentários que fizer às indicações anatómicas e fisiológicas exaradas no poema entender-se á que são feitos às obras de Ávila e Monserrate<sup>1</sup>, de onde as colheu directamente.

Em muitos pontos Falcão de Resende é original; em outros, mais brilhante que os anatómicos vizinhos. No total, podemos considerá-la uma obra nova, mais correcta e melhor ordenada. A simbologia do sonho anatómico de Mondéjar é explicada pelo Dr. Monserrate.

E comecemos. Abre o poema com a seguinte oitava:

— «Na mais fresca e aprazível parte do anno,  
A Venus dos antigos dedicada,  
Venus, amor de Marte e de Vulcano,  
Formosa estrella, do ar e terra amada;  
Por cujo influxo amigo e sobrehumano  
Se mostra a primavera namorada,  
Guiando a déstra mão da natureza  
O summo Creador da redondeza:»

Seguem-se estas:

— «Quando a liberal terra, e agradecida,  
Co'a humidade do céu e temperança,  
Do verde e vario esmalte revestida,  
Mostra dos doces frutitos a esperança;  
E em toda a planta e arvore florida  
Com corôa odorifera a Avondança  
Então parece mais ornada e bella  
No vigor brando da amorosa estrella:»

<sup>1</sup> Seria curioso o paralelo com a obra de João Valverde, *Historia de la composición del cuerpo humano*, Roma, 1556, que tanto influenciou o saber anatómico nacional. No fundo, a doutrina era a mesma, galénica.

«E em sua liberdade as vagas aves,  
 Com lédo canto o ar sereno enchendo,  
 As manhãs saudosas mais suaves  
 E aprazíveis do fresco Abril fazendo,  
 Convidam a doce somno os corpos graves,  
 Em leves sonhos vãos os entretendo,  
 Ajuda o rouco som da clara fonte,  
 Que ao verde prado desce do alto monte:»

— «Em uma manhã destas prompto e experto  
 Me detinha um profundo e são cuidado  
 Da estranha providencia e alto concerto  
 Do Creador em tudo o que ha creado:  
 Como depois de dar numero certo  
 E ordem ao mundo espherico formado,  
 Formou logo com seu saber profundo  
 D'alto artificio outro pequeno mundo.»

O poeta, na 1.<sup>a</sup> estância, revela os seus conhecimentos astronómicos e astrológicos, que expõe ao modo de Gil Vicente<sup>1</sup>, de Camões, etc.<sup>2</sup>. É indubitável que se trata da Primavera (de Abril esclarece o autor, no 4.<sup>o</sup> verso da 3.<sup>a</sup> estância). Venus, de facto, era a Hesperus, Vesper, ou Vespertigo (a parte do dia a ela dedicada era a *vesperum*, de onde *hora de véspera*; a *Cadeira de Véspera* era ensinada na Faculdade Médica de Coimbra, consoante o hábito canó-

<sup>1</sup> Augusta Gersão Ventura, *Estudos vicentinos — I — Astronomia — Astrologia*, ob. cit.

<sup>2</sup> Vid. Luciano Pereira da Silva. *A Astronomia dos Lusíadas*. Coimbra, 1915. Relembro que o poema tem sido muita vez atribuído a Camões, de certo pela grande semelhança de estilo e processo poético. Este ponto, merece, também, estudo especial. Vid., também, Augusta Gersão Ventura, *A Máquina do Mundo*, Porto, 1944.

Duarte de Brito, no seu poema . . . *é que conta o que a ele, & a outro lhaconteço com huã rronsynol*, etc. (*Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende (1516), vol. 1, 1910. pág. 337) descreve anteriormente a Camões — influenciado por Dante — *Os sete planetas e os doze signos*, isto é, *A Máquina do Mundo*.

nico, às 6 da tarde. Venus dominava a sexta-feira <sup>1</sup>; também dominava certa hora do dia. Venus é assim tratada no livro de Valentim Fernandes <sup>2</sup>:

— «Ho terceiro ceo he onde Venus tẽ ho seu assento que he o quinto Praneta, ho qual esta constituido no circulo quinto da Espera, e em espaço de oyto annos consume seu circulo. E he señor do quinto clima onde esta Trapi-sonda, Constantinopla, Roma, Napoles, Narbona, Toledo e Lisboa. Suas casas nõ circulo do Zodiaco sam Taurus e Libra... He Praneta femenina, sua qualidade he fria e humeda, e he muyto bõ Praneta q̃ inffue muyto bem no mundo. Pintãno como molher muyto fermosa... Tem senhorio sobre as molheres e meninos, jogadores, trovadores, e musicos. Em os metais sobre a fusaleira e azul, almecega, sal armonico, arzenefe, sobre as joyas e ortas e todas cousas de prazer e flores. Em os animalias, sobre os corços, gatos, servos e todas as outras que são manchadas. Em as aves sobre as pombas, poupas, e sobre as cobras, formigas, aranhas. Em as arvores, sobre as macieiras, albi-corques e todas outras que tem bom cheiro. Dos vestidos os broslados e de cores. Aquelle q̃ tiuer por senhor no seu nascimento a este Praneta sem ajuntamento doutro, sera

---

<sup>1</sup> Foram muito usados, posteriormente, os célebres *Lunários Perpétuos*, de que tenho à mão um exemplar, editado em 1768. Aí se encontra, resumido, o saber dos nossos velhos astrólogos. No que me serviu existe, a pág. 203, uma grosseira figura onde se apresenta o domínio dos 7 planetas e 12 signos sobre os membros e entranhas do Homem. Como esta, há inúmeras estampas em livros estrangeiros e nacionais. Do século xv, entre mais, uma de Ketham (1491), do *Old Ashmolean Museum* (Oxford) e, do mesmo século (1484) a figura astrológico-anatómica do *Martigrologium* (Strasburgo).

Uma tabuada de sangrias e purgas «para saber quando haõde ser boas, ou más», em relação com os signos; e outra com o juizo *astro-nomico das enfermidades naturaes* se vêem no citado *Lunário*. Era a astrologia médica pura.

<sup>2</sup> Valentim Fernandes, *Reportório dos Tempos*, seg. Augusta Gersão Ventura, *Estudos Vicentinos*, ob. cit.



homẽ grosso, branco e alto do corpo, tera os olhos negros. Das quatro partes do mundo mostra sobre o Levante, seu dia de viernes, ou sexta feyra, e a hora primeira, sua noyte he a noyte de terça feyra, e a hora oytava, sua força he sete graos avante e sete atraz. Em a hora de Venus (segundo diz Iginio) aa tarde, ou pella manhã he bõ pera fazer canos por onde ha de vir agoa das fontes e he bõ de poer os meninos aa escolla. Os que naceram nesta ora vivirão muyto, e o que for caminho arrecadara bem, e azinha tornara.»

Este exemplo é como tantos outros do tempo, a demonstrar a influência dos Astros na vida da terra. Na Medicina, foi importantíssima. Cada planeta tinha um céu e uma casa ou morada. Venus, como outros planetas, possuía duas: diurna e nocturna. Das relações dos 12 signos com os 7 planetas se colhe que Venus está no 3.º céu e cabem-lhe os dois signos, ou casas, de Taura e Libra.

Ora «A primavera começa quando o sol atinge o signo de *Aries*. Tudo desperta então para uma nova vida: *Áriès* é, por isso, a *exaltação* do Sol. A sua *caída* é o signo de *Libra*»<sup>1</sup>.

Venus presidia à adolescência do Homem. *Meninice* e *mocidade* eram correspondentes às estações Verão e Estio<sup>2</sup>. Venus entrava como *senhora* da 2.ª triplicidade de signos e da 4.ª. Àquela (Venus, Lua, Marte) correspondia a Terra (Meridional), a trindade Taurus, Virgo e Capricórnio, e os melancólicos (secos e frios); à 4.ª, a Água setentrional, Cancer, Scorpio e Pisces, e os fleumáticos (frios e secos). Mais adiante retomo este problema das compleições humanas. Marco já, como curiosa síntese de Astrologia, particularmente ligada à Medicina, o livro do médico Brás Luís de Abreu, já citado<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Augusta Gersão Ventura, *Estudos Vicentinos*, ob. cit., pág. 58.

<sup>2</sup> Também se chamava, frequentemente, *Verão à Primavera*. O nosso *Verão* era o *Estio*.

<sup>3</sup> Brás Luís de Abreu, *Portugal Médico*, etc., ob. cit.

Eis o seu texto referente a Venus:

— «O Planeta Venus assim chamado, ou de *Veneror* por ser a deosa que mais venerou a fermosura, como entende Teixeira; I. ou de *Venio*, porque vem, & está em todas as couzas, como quer Luciano, 2. por ser a Authora, da geração de todas ellas; he taõ resplandescente, que a todos, excepto o Sol, & a Lua, fas reconhecida ventagem. Assiste no terceiro Ceo, & fas seo periodo em espaço de 365 dias, & 6 horas, como o Sol. Influe frialdade, & humidade com moderação; ainda que segundo Mástrio 3. cauza calor, & humidade com temperança de modo que favorece em todos os aspectos a natureza humana; & por isso chamado segunda fortuna. Domina nos lombos, & nas partes genitales; dispoem para intemperanças frias do estomago, & figado. Tem por caza diurna o signo Libra, & por nocturna o Signo de Tauro; & a sua exaltação em Pisces. As condiçoens são as seguintes: 4.

Haec Soli vicina Venus nitet aurea vultu,  
Blanda, decens, formae jura potentis habet.  
Laetitia, choreas, lusus amat, otia quaerit:  
Editus hac amor est, hac genitrice jocus.  
Vere novo gaudet, terram faecundat, & aequor,  
Commoda dant thalami faedera, dote beat.»

Este autor descreve, também, o domínio de *Venus*<sup>1</sup> e

---

<sup>1</sup> «Os achaques Analogicos, & proprios da Primavera são pella mayor parte Manias, Epilepsias, affectos Melancholicos, fluxos de sangue, esquinencias, tosses, catharros, lepra, sarna, pustulas ulcerozas, tuberculos, rheumatismos, & gota: ouçamos a Hippocrates: 5. *Vere etenim furores, & mobi melancholici, & comitiales, & profluvia sanguinis, & anginae, & gravedines, & raucedines, leprae, & tusses, & impetigines, & vitiligines, & pustulae ulcerosae plurimae, & tubercula, & articulorum dolores*». Brás Luís de Abreu, *ob. cit.*, pág. 546.

Não é menos crendeirol na Astrologia médica um tal Ascânio de Azevedo, nas suas *Noticias astrologicas mais importantes para applicação das medicinas*. Ms. 27 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Século xvii.

*Tauro* e de *Vénus* e *Libra*. Quanto ao mês de Abril, a que se refere Falcão, escreve Brás Luís de Abreu (*ob. cit.*):

— «Abril: este Mez foi o quarto na Ordem de Cesar; & o segundo na conta de Romulo: chamouse *Abril* namelhor opiniaõ, com aspiração *Aphril* de *Aphros* vocabulo Grego, que significa espuma, da qual fabularaõ os Poetas, que nascera *Venus*, & porque Romulo havia dedicado o Mez primeiro do anno a Marte seo Pay, que era Março, quis, que o mês segundo se derivase da *May* de Eneas, que era *Venus*; porque haviaõ sido principio, & origem do Povo Romano; por isso nos sacrificios chamavaõ a Marte Pay, & a *Venus May*. Este Mez era figurado por Cupido com huma coroa de Rozas na Cabeça. Os Egypcios o chamaraõ, *Pachou*. Os Persas, *Ebenmech*. Os Athenienses, *Targelion*. Os Caldeos, & Babylonios, *Cyar*. Os Hebreos, *Udar*. Os Macedonios, *Crios*. Os Capadoces, *Myetl*. Os Bythinios, *Dionysios*. Os Alemaens, *April*. Os Arabes, *Sahaben*»<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Ainda a propósito de *Venus*, recorde-se que a ela devem os Portugueses incalculáveis serviços, quando do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, como refere Camões nos seus versos imortais:

— «... Venus bella,  
Afeiçoada aa gente lusitana» (I, 33.<sup>a</sup>)

Entre outras simbologias que ficaram nos livros de Anatomia, lembro que ao pube se chama *monte de Venus* (*pubis partes*), a que alude o Prof. J. Carlos Lopes nos versos que já citei *A uma loira*:

— «Por ti subirei de gatas  
sem guia ao monte-de-venus,»

Também Hernâni Monteiro (*Contos anatómicos*, pág. 20), escreve:

— «Por trás do monte de *Vénus*,  
coberto de negra sombra,»

.....

*Venus*, preside, ainda hoje, não só aos limpos amores do Homem, mas àqueles que se estudam e tratam na *Venereologia*!

E o nosso médico repete os seguintes versos de Carlos do Vale Carneiro, nas suas *Horas Portuguesas*:

— «Na commum vea he valida a sangria,  
Purgate, come carne recém morta,  
Das raizes na cea te desvia,  
Betonica, & hortelaã em çumo importa:  
Do salgado uza apenas na iguaria;  
Porque a sarna com isso se conforta,  
Da Lũa he dia ultimo aziago  
Descança o corpo, & foge a tanto estrago.»

Como se leu, André Falcão alude à criação de *outro pequeno mundo*, esse microcosmo que já tratei. Nas estâncias v e vi refere-se aos

— «... elementos varios corruptivos,  
em suas qualidades compassivos.»

(V. 7.º e 8.º)

e à diferença dos homens e dos animais:

— «E assim tambem como em cada elemento  
Formou diversos corpos de mistura,  
Varios na criação e nascimento,  
No ser, na condição e na figura;  
As aves dando o ar por quasi assento,  
Aos peixes agua, aos brutos terra dura,  
E das quatro compostas qualidades  
Tantas fez d'animaes diversidades.»

(Canto I, est. VI)

O autor conhecia a doutrina, então dominante, dos 4 elementos (água, fogo, terra e ar: Cosmogonia de Anaximandro, 610-546 a. C.) e das 4 qualidades ou suas combi-

nações (quente, frio, húmido e seco). Monserrate a isso alude na sua *Anatomia* e eu adiante o apontarei.

O *Lunário perpétuo* sintetisa no quadro seguinte a influência do número 4, onde entram aqueles elementos e qualidades:

<i>As qualidades</i>	<i>Quente e humido</i>	<i>Quente e secca</i>	<i>Fria e humida</i>	<i>Fria e secca</i>
<i>Os 4. Elementos</i>	Ar	Fogo	Agoa	Terra
<i>As 4. partes do Mũdo</i>	Meyo dia	Occidente	Oriente	Septemtriaõ
<i>Os 4 ventos</i>	Sul	ou Oeste	ou Leste	Norte
<i>As 4. partes do Anno</i>	Primavera	Estio	Inverno	Outono
<i>Os 4. humores</i>	Sangue	Colera	Fleuma	Melancolia
<i>As 4. Idades</i>	Infancia	Juventude	Velhice	Decrepidaõ
<i>As qualidades dos 12. signos</i>	<i>Geminis Libra Aquario</i>	<i>Aries Leo Sagitar</i>	<i>Cancer Escorpio Piscis</i>	<i>Taurus Virgo Capric.</i>

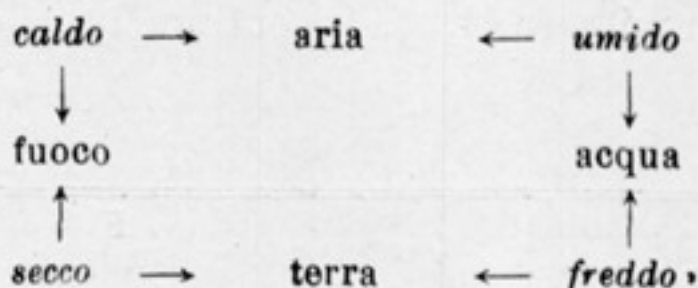
Este quadro resume a ciência astrológica mais em voga, nas suas relações várias. Ciência que, como disse, resistiu nos séculos posteriores. Assim, as compleições se dividiam em 4: cálida, fria, húmida e seca, a que se deve juntar outra, afinal, aquela em que as 4 qualidades estão em devida regra e proporção <sup>1</sup>.

O cérebro era quente, o coração seco, o fígado húmido e o estômago frio. Os alimentos eram também classificados pelas qualidades e grau das mesmas. Aristóteles, no conceito de Mieli <sup>2</sup>, aceitava que os elementos «sono formati dal realizzarsi della sostanza per l'azione sulla materia primitiva delle quattro qualità che le danno così la forma o l'aspetto, e che si presentano come due coppie di contrari.

<sup>1</sup> Jerónimo Cortez, *Fysiognomia*, etc. 1706.

<sup>2</sup> Aldo Mieli, *Storia della Scienza*. Roma, 1925, págs. 66-67.

La formazione descritta nel testo si comprende agevolmente dallo schema seguente



O mais antigo (?), texto nacional que nos fala deste assunto é o volume colectânea ms. da Biblioteca de Évora, *Das urinas e das xx cores delas* que Maximiano estudou («O Auto dos Físicos de Gil Vicente», 1921). Aí se trata de *Sangue, Colora, Freima e Merencoria*. Do primeiro se cria a carne do fígado e do coração; do segundo, a pele, o fel, as veias; da freima, o cérebro, pulmões, estômago e bexiga; do quarto, os ossos e os nervos. O tratadito será do século XIV-XV (?).

Neste quadro se resume o que acima disse, quanto a qualidades e elementos:

fogo	calor
ar	umidade
água	frieza
terra	secura

De resto, a compleição de um indivíduo só poderia ter uma destas quatro combinações:

calor	+	secura
calor	+	frio
frio	+	secura
frio	+	umidade

É uma variante da doutrina de Empédocles, nascido cerca do ano de 485 a. C.:

quente	—	frio	fogo	—	ar
sêco	—	úmido	terra	—	água

Poder-se-ia escrever largo tratado acerca desta doutrina.

A fim de elucidar os versos de Resende, que estou a cometer, transcrevo o resumo de Bouchut: <sup>1</sup>

— «Les corps était considérés comme des composés de principes ou d'éléments constituant les formes primordiales de la matière. On y reconnaissait les *solides* représentés para la terre, les *liquides* représentés par l'eau et les *gaz* par l'air; le tout réuni au moyen du feu. Ces éléments composaient tout l'univers. Ils étaient en proportion variable dans chacun des corps naturels dus eux-mêmes à une plus ou moins grande quantité de *matière gazeuse*, de terre ou d'eau.

A chaque élément se rapportait une quantité particulière, telle que le *froid*, le *sec*, l'*humide*, et les différentes qualités des corps résultaient de la prédominance de tel ou tel élément.»

Pode ser também resumida, assim, toda esta doutrina: <sup>2</sup>

— «le feu, l'eau, l'air et la terre, doués respectivement de quatre propriétés: chaud, froid, humide, sec. Les quatres humeurs principales de l'organisme y correspondent: sang, phlegme, bile jaune et bile noire. Dans le sang, mélange noble, les quatre éléments humains se rencontrent en parties égales. Dans les trois autres humeurs un élément prédomine: l'eau dans le phlegme, le feu dans la bile jaune, la terre dans l'atrabile. Les qualités dites secondes résultent du mélange des qualités premières. Le produit de ce mélange, l'équilibre terminal, est le *tempérament*.»

---

<sup>1</sup> E. Bouchut, *Histoire de la Médecine et des Doctrines Médicales*. Paris, 1864, pág. 168.

<sup>2</sup> Laignel-Lavastine, *Histoire Général de la Médecine*, T. I. Paris, 1936,

Na mesma obra se lê esta síntese:

— «L'organisme connaît toujours quatre humeurs qui ont des qualités mixtes: le sang, que ne cesse de sécréter le foie, est chaud et humide; la pituite, née du cerveau, est humide et froid; la bile, qui émane du foie, est chaude et sèche, tandis que l'atrabile, production de la rate, est froide et sèche» (T. II, pág. 219). Vid., também, E. Bouchut, *ob. cit.*, pág. 168.

A doutrina dos 4 elementos, das 4 qualidades, dos 4 humores <sup>1</sup>, dos 4 temperamentos, das 4 estações, etc., estava sistematizada no tempo de Galeno, mercê de sucessivas contribuições de médicos e filósofos: Hipócrates, Filolau Empédocles, etc. <sup>2</sup>

Os temperamentos eram 4: — *sanguíneo, colérico, fleumático e melancólico*, nas correspondências acima transpostas. Novas classificações temperamentais foram feitas mais tarde e hoje ainda o são frequentemente (Pende, Kretschmer, etc.). O espanhol Monravá, professor de Anatomia em Lisboa, no século XVIII, argumentou a existência de 25 humores <sup>3</sup>; Fourcault, no meado do século XIX, admitia 10 temperamentos <sup>4</sup> nervoso, sanguíneo, celular, linfático, adiposo, muscular, escleroso, gastrolímico, gastropático e erótico).

Toda esta teoria constitucional, pródromos ou rudimentos da Biotipologia moderna, daria longos comentários, se tempo e espaço houvesse de os ajuntar aqui.

Prossigamos o estudo do poema. Na estância VII volta a falar do mundo pequeno:

— «Como depois de tudo ultimamente  
Da terra n'um lugar mais fresco a ameno  
Quiz crear e formar, distinctamente  
Daqueste grande mundo, outro pequeno,

---

<sup>1</sup> Eis o passo de Hipócrates, vertido ao italiano por Aldo Mieli, sobre os 4 humores: — «Il corpo humano comprende in sè sangue, flemma, bile gialla e nera; questo è que llo che costituisce la natura del corpo e che crea la malattia e la salute» (*Manuale di Storia della Scienza. Antichità. Roma, 1925*).

<sup>2</sup> Os pitagóricos faziam corresponder os 4 elementos aos 4 sólidos regulares; tetraedro, cubo, octaedro e icosaedro. Assim o faziam Platão, Aristóteles e Euclides. Vid. Aldo Mieli, *Storia della Scienza*, ob. cit.

<sup>3</sup> Vid. crítica em Caetano de Almeida, *Primeiros elementos de Cirurgia*, Porto, I, 167.

<sup>4</sup> Vid. «Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas», Lisboa, 1842, pág. 337.



Tambem em duas partes differente,  
N'uma dellas caduco, vão, terreno,  
N'outra esp'rito immortal, alto, divino,  
De razão e do Céu capaz e dino.»

Depois, na estância XI, alude ao mesmo:

— «Este pequeno mundo, homem chamado,  
Prevaricando em sua obediencia,  
Do paraizo, em que estava, foi lançado,  
.....»

O autor prossegue na matéria da criação do homem por Deus e do mistério da encarnação de Deus em Jesus Cristo. A manhã fresca e florida de Abril impelia-lhe o pensamento a essas divagações:

— «Nesta imaginação assim passando  
Estava eu a manhã d'um fresco dia,  
Quando me em licor humido banhando  
O lento somno já me adormecia:  
E daquillo, que estava imaginando,  
As especies tomando a fantasia,  
Sonhava um sonho assás estranho e doce,  
Dado que verdadeiro e certo fosse.»

O Poeta adormece <sup>1</sup>. Eis como explica o fenómeno do sono:

— «Porque, quanto os sentidos interiores  
Em sua figura assim me apresentavam,  
Me parecia ser que os exteriores  
Em tudo claramente alli o tractavam;  
Cousas maravilhosas, e maiores  
Que o humano entendimento, me mostravam  
Como aqui mostrarei, se copia tanta  
Me conceder cantando a Musa santa.»

---

<sup>1</sup> Na edição de 1615 uma nota ao lado da estância X (Canto I) diz: — «omnia subjecisti sub. ped.». É a latinização do seu 7.º verso.

— «Já todos meus esp'ritos sensitivos  
 Dos humidos vapores congelados  
 No frio cerebro, onde estavam vivos,  
 Pareciam de todo sepultados;  
 E impedindo-me as obras dos motivos  
 Membros, quedos m'os tinha e repousados  
 O Somno, vindo ca Cimmerica cóva,  
 Por me mostrar visão tão doce e nova».

A hipótese do sono era a então admitida. Já Empédocles imaginava que era derivado da diminuição do calor natural, fonte da vida: a morte provinha da ausência ou extinção de tal calor. A congelação dos espíritos sensitivos, no cérebro, pelos vapores húmidos, é velhíssima noção dos fisiólogos (Galeno, etc.). Ainda no século XVIII Brás Luís de Abreu assim se explica ao tratar do *Caro* ou *Sopor*, com noções bebidas em Galeno e Avicena: <sup>1</sup>

— «He a Intemperança ou fria, ou humida; ou ambas juntamente; assim a material, como a immaterial; porque o frio densando, & adstringindo fecha as vias pellas quais se communicão os espíritos vitaes, & animais; & se empede a emmanação, & concurso da qualidade de que dispoem para o sentido, & movimento; como tambem aquelle influxo, ou irradiação do Cerebro, pella qual elle prodùs como principio interno. Ou tambem por causa do mesmo frio se tornaõ os espíritos crassos, & incapazes da boa destribuição: donde, deixando de communicarse os espíritos continuamente às partes, cessaõ estas no sentido, & no movimento, porque necessitaõ de hum continuo affluxo dos espíritos; por ser a substancia espirituosa de sy facilmente resoluel.»

A ideia do frio cerebral está naquelas doutrinas do sono ou do *sopor* (Torpor profundo), tal como na estância de Falcão de Resende.

Três eram os espíritos do corpo humano, desde Galeno, pelo menos. O *espírito animal* (depois influxo nervoso)

<sup>1</sup> Brás Luís de Abreu, *Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana*, etc. Lisboa, 1726, pág. 472.

dividia-se em 3 espécies: — *natural, vital e animal*. O *natural*, com o ar respirado, forma o vital; este, chegando ao cérebro, transforma-se em animal. Três *faculdades* naturais geravam aqueles 3 espíritos:

Fac. Natural — (no fígado) — espírito natural  
 Fac. Vital — (no coração) — espírito vital  
 Fac. Animal — (no cérebro) — espírito animal

A este *espírito* ou estes *espíritos animais* chama o autor do poema *sensitivos*<sup>1</sup>. Na estância 33.<sup>a</sup> do Canto II há uma passagem que justifica esta alusão e confirma a doutrina do sono acima exposta; este é também versado nas estâncias 31.<sup>a</sup> e 32.<sup>a</sup> do mesmo Canto, que a seu tempo comentarei. Todavia, fica já dito que a fisiologia do sono, segundo os versos de Resende e de acordo com a doutrina dominante é, em resumo, o encobrimento ou recolha do *calor natural* (*espírito vital* ou, ainda, *genitivo*) provoca o sono.

Uma nota ao lado da referida estância 33.<sup>a</sup> diz:

— «O *calor natural* recolhido faz no miolo impotência de sentimento e movimento.»

Daqui, resfriamento do cérebro: estamos caídos na doutrina atrás citada do *frio cerebral*. Os fundamentos da doutrina de Falcão de Resende são puramente galénicos. Comparem-se esta nota e o resumo escrito por um historiador estrangeiro, em 1931:

— «O *calor natural* recolhido faz no miolo impotencia de sentimento e movimento.»<sup>2</sup>

— «La *faculté animal*... c'est la source du *sentiment*, du mouvement...»<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Em nota à margem da estância XXV (Canto II) lê-se este esclarecimento: — «Tres ventriculos do cerebro, em que estão as tres *potencias sensitivas*: a 1.<sup>a</sup> *imaginativa*; a 2.<sup>a</sup> *estimativa*; a 3.<sup>a</sup> *memorativa*». Poderemos, sem custo, identificar estas *potências sensitivas* com os *espíritos sensitivos*.

<sup>2</sup> Na edição de 1615 esta nota está assim redigida: — «o sono, outra vez, adormec. os Alcades e servidores, parando o sentimento».

<sup>3</sup> C. Green Cumstom, *Histoire de la Médecine Du temps des Pharaons au XVIII<sup>e</sup> siècle*. (Trad.). Paris, 1931, pág. 190.

Do espírito *genitivo* ou *vital* diz Monserrate:

— «es vna substancia sutil muy ligera de naturaleza de fuego, es a saber, muy caliēte y seca engendrada en el coraçon de la parte mas pura y delgada de la sangre» (f. lxxxiiij).

Compõe-se o espírito vital, segundo este autor, de 4 elementos e é o *calor natural*. O espírito animal é o vital limpo da superfluidade do fogo, conta Monserrate.

A povoação do sono era auxiliada pelas humidades e fumos exalados do estômago e das «mais concavidades» que impediam a virtude do *calor natural* como fonte de vida activa<sup>1</sup>. Assim e exprime, quase 150 anos depois, esse curioso Brás Luís de Abreu no seu «Portugal Médico»<sup>2</sup> ao tratar do letargo:

— «o somno natural, no commum dos Philosophos, se excita pellos vapores do alimento que occupaõ as vias, pelas quais se communicã os espiritos aos orgaos, com muyto mayor efficacia se dará somno Lethargo, pois nelle se obs-

---

<sup>1</sup> É, afinal, a doutrina exposta largamente por Monserrate nos pontos seguintes: la causa final del sueño (pág. cxviiij), dos maneras de sueño (id.), sueño natural y violento que cosa sean cada vno (id.), el principio efectiuo del sueño natural es naturaleza (cxix), los vapores d̄ la viãda ayudã a la causa natural del sueño (id.), qual sea el subjeto del sueño (id.), que cosa sean sueños (cxxij), la causa efectiva de los sueños (id.), la simiente y las causas della.

<sup>2</sup> Brás Luís de Abreu, *Portugal Médico*, etc. Lisboa, 1726, pág. 457. Lembro que Camilo Castelo Branco escreveu sobre este médico o romance *O olho de Vidro*, que merecia comentários, ao menos para ractificar uma ou outra afirmação do imortal clássico. A pág. 93 da edição de 1924 escreveu Camilo: — «Como author de medicina é vilipendio nosso que Braz Luiz seja contado na lista dos escriptores medicos, de par com os Zacutos, com os Veigas e com Jacob de Castro Sarmiento; como relações das usanças do seculo xviii, não ha novella nem poema satyrico em portuguez que lhe chegue á barba».

Descontando o exagero da primeira parte deste passo, a segunda aprovo-a incondicionalmente. Alguma cousa tenho forrageado na obra de Brás Luís que confirma o juízo de Camilo.

truem os mesmos orgaos, naõ sò com os vapores, mas tambem com a mesma corporatura dos humores de quem elles se ellevaõ.»

Resta-me aludir aos *sentidos interiores e sentidos exteriores* expressos na estância xv (Canto 1), atrás transcrita. Aos *cinco sentidos exteriores* se refere o Prof. E. Gley, na sua obra clássica, a pág. 716 do volume II, a propósito das funções sensoriais<sup>3</sup>. Os *sentidos interiores* são, sem dúvida, as *sensações internas* ou orgânicas, como lhes chama o mesmo Gley.

São, naturalmente, os fenómenos da vida intelectual (funções de aquisição, de conservação, de elaboração), da Filosofia; e, enfim, os fenómenos afectivos (emoções, paixões etc.), a que o poeta há-de referir-se adiante, os sentimentos.

Continuemos. Na estância xvii, Falcão, que é o protagonista, adormecido, é levado ao Paraíso Terreal. Descreve o nas estâncias xviii e xix e na xx canta:

— «Por este fresco e bom jardim do mundo  
A vista derramando alegremente,  
Um edificio vi, nobre e jucundo,  
D'alta composição e obra excellente,  
E tal architectura, que segundo  
O que se via de fóra, e mais presente,  
O de dentro seria mais perfeito,  
E muito mais pera quem fóra feito.»

A nota marginal regista: *Adão, o primeiro homem.*  
E continua:

— «Mostrava ser o sitio e bom assento  
Inexpugnável ao combate duro  
Da guerra, e pera a paz bello aposento,  
Cercado de lustroso e forte muro;  
E com toda abastança e provimento  
Por dentro e fóra estar firme e seguro:  
E tudo em quanto a vista s'estendia,  
Em obrigação contente, que o servia.»

<sup>3</sup> E. Gley, *Traité élémentaire de Physiologie*. Paris, 1928.

Na immediata conta o nascimento de Eva (nota marginal: Eva):

— «Levantava-se ao modo d'um castello  
Sobre este campo, quasi senhor delle:  
Mas logo vi outro edificio bello  
E formoso nascer da costa delle;  
E por poder melhor notal-o e vêl-o,  
Querendo-me eu chegar de perto a elle,  
Ambos estes castellos pareciam,  
Ao desobedecer, que alli caíam.»

Já disse o necessário acerca da comparação do homem (Adão) a uma torre ou edificio. O *muro* (verso 4.<sup>o</sup>, est. 21.<sup>a</sup>) é o conjunto dos tegumentos. O outro edificio nasceu da *costa delle*: é a origem de Eva, criada da costela de Adão. Assim o conta o Génesis <sup>1</sup>:

— «18 Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só: façamos-lhe uma Ajudante semelhante a elle.

19 Tendo pois o Senhor Deus formado da terra todos os animaes terrestres, e todas as aves do céu, elle os levou a Adão, para este ver como os havia de chamar. E o nome, que Adão poz a cada animal, é o seu verdadeiro nome.

20 Elle os chamou pelo nome, que lhes era proprio, assim as aves do céu como os animaes da terra: mas não se achava Ajudante para Adão, que fosse semelhante a elle.

21 Mandou pois o Senhor Deus um profundo somno a Adão; e quando elle estava dormindo, tirou Deus uma das suas costellas, e poz carne em seu logar.

22 E da costella, que tinha tirado de Adão, formou o Senhor Deus uma mulher, que elle lhe apresentou.

23 Então disse Adão: Eis aqui agora o osso de meus

---

<sup>1</sup> *Biblia Sagrada*, versão do P.<sup>o</sup> António de Figueiredo. Lisboa, 1901. Comentários e anotações do P.<sup>o</sup> Santos Farinha.

ossos, e a carne da minha carne. Esta se chamará por um nome derivado do homem, porque foi tirada do homem.»

A estância 23.<sup>a</sup> trata do *Pecado original*:

— «Desta infelice quéda e triste sorte  
E subita mudança a mi me vinha  
Um sentimento intrinseco, e tão forte,  
Como que neste mal grão parte tinha:  
Cria, que me causava a mesma morte  
Esta desventura tanto minha:  
E com grande pezar, que me cercava,  
O fresco campo em lágrimas banhava.»

Já a estância 22.<sup>a</sup> terminava com versos que significavam mais propriamente o Pecado original (a nota marginal com estas duas palavras encontra-se na estância 23.<sup>a</sup>)<sup>1</sup>:

. . . . . «estes castellos pareciam,  
Ao desobedecer, que alli caíam».

Na estância 24.<sup>a</sup> lamenta a desgraça de nossos primeiros pais, tentando desculpá-los e atribuindo a causa mais à traição (sem dúvida da Serpente), do que à fraqueza. Pesaroso, ia desamparar o terreno de tragédia tão grande, quando o Anjo bom o chama e lhe dirige uma objurgatória severa acerca do pecado de Adão, que ocupa as estâncias xxv a xxxii, inclusive. O Anjo encarece a piedade divina que constroi novo edifício, que lhe mostra:

— «Olha o novo edificio reformado,  
Capaz d'outra maior e immortal gloria,  
Do que aquella, em que o viste situado,  
Que em fim, pois teve fim, foi trasitoria;  
Mil vezes socorrido e visitado  
Por o Senhor, que lhe alcançou victória  
Do máo, que com engano o conquistando  
Se andava em sua pena vangloriando.»

---

<sup>1</sup> A nota correspondente a esta, na ed. de 1615, aí junta à estância 22.<sup>a</sup> e diz: — «Pecavit Adam».

O poeta dirige-se também ao Anjo (est. 33.<sup>a</sup> e 34.<sup>a</sup>) pedindo-lhe companhia para ver a nova obra maravilhosa:<sup>1</sup>

— «As bellas mostras vejo e a boa figura  
Da fortaleza, que antes via formosa;  
Mas quero notar bem sua compostura,  
Seu fundamento e traça artificiosa;  
Especular por dentro obra tão pura,  
Tão polida, excellente e sumptuosa,  
Que mostra, sendo obra em tanto extremo,  
Ser della o architecto alto e supremo.»

Na estância 35.<sup>a</sup> o Anjo escusa-se, prometendo voltar a encontrá-lo depois do exame à obra ou edifício. Falcão fica só, confuso e medroso, mas desejoso de ver o forte e seu segredo (est. 36.<sup>a</sup>).

E começa a descrição (est. 37.<sup>a</sup>):

— «E como já me achava mais ao perto,  
E se a vista melhor certificasse,  
Maravilhou-me o sitio, a arte, o concerto  
Do castello, e que assim se reformasse:  
'Stava posto em um grande campo aberto,  
Como que dalli tudo senhoreasse,  
Alto, grande, formoso, e era em tal modo,  
Que em duas columnas sobreestava todo.»

O poeta, como se viu, alude à bem proporcionada fábrica do castelo, alto, grande e formoso, que ascentava em duas colunas (ao lado, nota: *Pernas*). Lembro os versos de Camões ao descrever Venus:

— ... «Polas lisas columnas lhe trepauão,  
desejos,» ... —

(*Lusíadas*, C. II, 36.<sup>a</sup>)

---

<sup>1</sup> Como se disse atrás, o poeta descreve o parto deste novo edifício (est. 51.<sup>a</sup>) o que significa ser da mulher a nova obra de Deus.



Como Camões, Falcão, na estância imediata (38.<sup>a</sup>), lhes chama *lisas*:

— «Mais que d'alvo alabastro e d'obra prima,  
Eram lisas, polidas, torneadas,  
De subtil artificio e grande estima,  
Sobre dous pedestaes bem assentadas:  
O mais grosso e pesado estava em cima,  
Do mais delgado em baixo sustentadas;  
E quando os pedestaes dous se moviam,  
Todo o pêso comsigo em si traziam.»

A referência às coxas (o mais *grosso e pesado*) e às pernas propriamente ditas (*mais delgado em baixo*) é clara. Os pedestais são os pés (nota marginal: *Pés*).

A estância seguinte (39.<sup>a</sup>):

— «E era tudo tão primo e tão perfeito,  
Que alegremente a vista descançava;  
No alto, baixo, largo, e mais estreito  
Proporção ordenada se mostrava.  
No chapiteo tinha um dourado teito,  
Que a todo este edificio mais ornava,  
Do qual uns raios d'ouro dependiam,  
Que ao longe mais que o sol resplandeciam.»

Nela se refere às proporções *ordenadas* do corpo humano. O *chapiteo* (capitel), é a cabeça e o *doirado teito* o cabelo, loiro e brilhante. Já ouvi uma vez chamar *capitel* à cabeça (calão). A alusão a cabelos de oiro, em Camões, é frequente:

— «descobre a touca a garganta,  
Cabellos de ouro entrançado.»<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Nas redondilhas do vilancete *Descalça vai para a fonte...*  
Ed. de 1852, II.

E, noutro lugar:

— «Ondados fios de ouro reluzentes.»<sup>1</sup>

Ainda:

— «a branca Aurora destoucava  
os seus cabellos de ouro delicados.»<sup>2</sup>

O Povo também canta cabelos idênticos nas suas quadras, lengas-lengas, etc.

Sem dúvida que no edifício descrito Falcão simboliza uma mulher. Ora logo na estância 40.<sup>a</sup> o Poeta se refere à gravidez:

— «Nunca acabára assás d'obra tão clara  
Especular o engenho, arte e bondade,  
Se a vista então dalli me não levára  
Minha importuna e vã curiosidade:  
Porque senti que então se começára  
Deste edificio quasi na metade  
Dos seus materiaes uma fortaleza  
Da mesma compostura e natureza.»

A seguinte diz:

— «Como nas linhas entendi e na traça  
Ser este semelhante ao outro assento,  
E que viria a ter a mesma graça  
E fórma, ao fazer delle puz-me attento:  
E vi que da materia e propria massa,  
De que era feito o primeiro aposento,  
De tres grandes sobrados, que em si tinha,  
No mais baixo a fazer-se est'outro vinha.»

Os três sobrados são as três cavidades: cerebral, torácica e abdominal, correspondentes aos três espíritos — *pneu-*

<sup>1</sup> Soneto LXXXIV, da citada edição.

<sup>2</sup> Soneto LXXI, id.

*mata*—já citados, em que se dividia o corpo humano (Galeno, Vesálio, Valverde, etc.); Monserrate e Ávila assim o reparam. António Ferreira, cirurgião português do século xvii, nascido cerca de 35 anos depois de Resende, escreveu uma obra de Anatomia que já citei, editada em 1670<sup>1</sup> e muitas vezes depois. Expõe os seus conhecimentos em capítulo especial, que ocupa, na edição que possuo e agora me serve (1757), 37 páginas. Essa foi, durante muitos anos, o *vade-mecum* anatómico de cirurgiões e médicos. No entanto, existia a obra de Santucci, italiano que ensinava na Escola de Cirurgia de Todos-os-Santos, em Lisboa, por convite régio<sup>2</sup>.

Este tratado é superior, e muito, ao de Ferreira. O deste, por sua vez, melhor que o capítulo de Anatomia em outro livro do século xvii, do cirurgião António da Cruz<sup>3</sup>, embora pouco adiante na matéria<sup>4</sup>. Como diz Maximiano Lemos, a obra de Ferreira subsistiu como texto até fins do século xviii. O Prof. José Serrano, analisando a obra de Santucci, declara-a muito boa, modernizada com o conhecimento das melhores obras do seu tempo<sup>5</sup>. Alarguei as minhas considerações sobre estas obras, pois desejo amparar-me delas nos comentários que fizer ao nosso Poeta Falcão de Resende, embora lhe sejam todas posteriores.

<sup>1</sup> A. Ferreira. *Luz recopilada*, etc.

<sup>2</sup> Bernardo Santucci, *Anatomia do corpo humano*, etc. Lisboa, 1739.

<sup>3</sup> António da Cruz, *Recopilaçam de Çurgia*, etc., de 1601, Lisboa. Segundo Maximiano Lemos (*História da Medicina em Portugal*, vol. II, pág. 9), «como anatomico, é de somenos valor».

<sup>4</sup> Subscrevo inteiramente o juízo de Maximiano Lemos (*ob. cit.*, vol. II): — «muito resumida, mas feita com certa precisã»; «mostra-se versado nos trabalhos mais modernos que então se conheciam...»; abre por um resumo de anatomia, em que submeteu à contribuição os trabalhos de Columbo, Ambrósio Pareu, Laurêncio, Riolan, Thomaz Bartholino, Fragoso, Valverde, etc. ....».

Galeno, Vesálio, Berengário e outros não lhe eram desconhecidos.

<sup>5</sup> J. A. Serrano, *Tratado de Osteologia Humana*. Lisboa, 1895.

Veremos que os seus conhecimentos anatómicos eram muito bons e seguros, tais como os apresentavam os seus inspiradores. Poucas vezes obriga a emendas!

Voltemos aos 3 *sobrados* do Homem. Santucci divide-o em tronco e membros (ou *artus*). O tronco em 3 cavidades: cabeça, tórax e abdome. A divisão é clássica. O mesmo Brás Luís de Abreu (*ob. cit.*) também expõe a Anatomia humana (geral e da cabeça) em algumas páginas. Não o esqueceremos neste estudo. E por isso lembro que à cabeça chama «soberana metropoli do Microcosmo, inexpugnável fortaleza do entendimento; elevado solio da razão; excelso dominio da sabedoria, superior officina da memoria, digna habitação do juizo, & natural centro da imaginação».

Como vêem, não perde no confronto com os metaforistas ou simbolistas do tempo de Resende! Ao *abdome* ou ventre chama: — «dispensario commum da nutrição; armazem dos viveres, cysol do util, cloaca do inutil, & reffectorio universal de todo o corpo»; ao tórax: — «praça dos espiritos, arca da vida; Ethna do amor; Mongibelo do odio; Vesuvio da vontade; Erario do segredo; & Morgado do Coraçam».

Falcão de Resende nas estâncias 42.<sup>a</sup> e 43.<sup>a</sup> descreve o útero e respectivas paredes:

— «Neste sobrado baixo ãa casa havia,  
De grande engenho e artificio feita,  
Ma qual com espantosa geometria  
A uma parte quasi á mão direita  
Um gentil mestre d'obra esta fazia,  
Mui regulada, certa, mui bem feita,  
Sendo o mestre previsto, ardido e quente,  
Esperto, vivo, e muito diligente.

O qual, antes que nada começasse  
De pôr em perfeição e sua figura,  
Tomou materiaes, com que cerrasse  
Uma abobeda alli humida e escura:  
E deixou só, por onde respirasse,  
Um pequeno postigo e abertura,  
E por onde viesse o provimento  
A toda a obra, e seu sustentamento.»

Houve, durante muito tempo, a ideia de que o útero era dividido em duas câmaras, ou cavidades. Francisco da Fonseca Henriques escreveu, a respeito da geração de dois fetos de «hum ventre»<sup>1</sup>:

— «no utero humano não ha mais que huma cavidade, com duas partes, uma direyta, outra esquerda, entre as quaes não ha discreção, ou separação alguma, mais que huma linha, a que Aristoteles chama Mediane... por isso dizia Vesalio, que não havia no utero humano mais, que uma cavidade simples...» e «não ha mais que huma simples cavidade, como affirma Vesalio, e outros authores, que negão os seyos, ou repartimentos do utero, como são Galeno, Avicenna, Fuchsio, Parada, Columbo, Pareu, Laurencio, Mercurial, Valverde, Silvatico, Naucelio, e Zacchias.»

Zacuto trata deste ponto e alude à linha divisória. Com uma só cavidade o representou o grande artista e anatómico Leonardo da Vinci<sup>2</sup>. No dizer de Castiglioni<sup>3</sup> é esta a primeira representação de útero<sup>4</sup> monocular. Desde muito recuado tempo se cuidava que a *madre* ou *matrice*, o útero, «casa de grande engenho e artificio», como lhe chamava Falcão, gerava à direita os rapazes e à esquerda as raparigas, inclinando-se mais para um lado ou outro, consoante o sexo do feto (Hipócrates). Vesálio admite a inclinação uterina por causas diversas.

Uma nota junta à estância 42.<sup>a</sup> e referente ao «gentil mestre de obra» que fazia esta *casa*, diz: — «O espírito genitivo ou o calor natural». A edição de 1615 encerra nota

---

<sup>1</sup> Francisco da Fonseca Henriques, *Socorro Delphico*, etc., pág. 47, 1.<sup>a</sup> col. Vid. Luís de Pina, *Francisco Sanches e Zacuto Lusitano*, etc., ob. cit.

<sup>2</sup> Vid. os Cadernos (v, folheto 8) com seus desenhos originais, na Biblioteca de Windsor, várias vezes publicados.

<sup>3</sup> A. Castiglioni, *Histoire de la Médecine*. Paris, 1931.

<sup>4</sup> Por *útero* se entendia frequentemente, no século XXI, o útero propriamente dito, a vagina e as trompas.

idêntica, nestes termos: — «Calor natural he espirito generativo». Esta talvez esteja mais certa. A fisiologia da geração só muito mais tarde se sistematizou e acertou, nas linhas gerais. Compreendia-se, no século XVI, a participação dos semes masculino e feminino desde Hipócrates, Aristóteles, etc. A semente era a quinta-essência de todos os humores, concentrava-se no cérebro e na medula, daqui descia aos rins e destes se espalhava aos testículos e mais partes genitais. Vesálio cria em concurso de semente do homem e da mulher; esta, dando o princípio material; aquele, o princípio imaterial que é a própria vida da obra gerada<sup>1</sup>. Este, o *espirito generativo* de que fala Falcão de Resende<sup>2</sup>.

A estância 43.<sup>a</sup> fala-nos, como se viu, da formação dos envólucros do feto. Uma nota, ao lado, diz: — «*Venalis sanguis et seminalis*». Esta nota reforça a asserção que acabo de fazer.

A *abóbada úmida e escura*, isto é, o útero propriamente dito, pois a *madre* (vd. António Ferreira, *ob. cit.*) divide-se em *fundo* (ou cavidade), *colo* e *pudendo*. O *pequeno postigo* e *abertura* por onde respirasse é o *umbigo* (passagem do mantimento do feto). A noção, com pouca variante, é de hoje<sup>3</sup>. A mesma estância está anotada com o seguinte: — «*Secundina, chamada prima matricis*». Parece que a esta se refere a construção da abóbada citada por Falcão.

<sup>1</sup> Burggraeve, *Histoire de l'Anatomie*, *ob. cit.*

<sup>2</sup> Todavia, o *espirito genitivo* era aceite, ainda, no princípio do século XVIII. Do ano de 1711 e o *Socorro Delphico* do Dr. Mirandela, já citado. Este diz (ed. de 1750), a respeito da *lactação* (1.<sup>o</sup> tempo da formação do feto): — «*nelle ebulila, e se alterava a massa seminal, por virtude do seu espirito genitivo...*». Apega-se, nisto, às autoridades de Hipócrates, Galeno, Bonnaciola, Merçado, Rodrigo de Castro, etc.

<sup>3</sup> Os ovários eram os *testículos femininos*, que segregavam também o seme.

A estância seguinte é assim <sup>1</sup>:

— «E como que não 'stava ainda seguro  
 Por ficasse bem fortificada,  
 Na abobeda fez dous pannos de muro,  
 Que assim de fóra a tinham mui guardada;  
 E por colher o mais sobejo e impuro  
 Da escoria, que era d'esta obra lançada,  
 E tudo o que pero ella era contrario,  
 Admitindo sómente o necessario».

Nota marginal: — «*Panniculi alii matricis*». Os dois panos de muro a reforçar a *secundina* devem ser o âmnio (*amnius*) e o cório (*secundina*?).

Sobre estes envólucros do feto houve muitas discussões. Vesálio descreveu a *caduca*, o *cório*, o *âmnio* e a *alantoideia* <sup>2</sup>; esta como bolsa entre o *âmnio* e o *cório*. Fonseca Henriques informa que o feto é envolvido por duas membranas: — túnica ou placenta *cório* (externo) e túnica ou membrana *âmnio* (interno) <sup>3</sup>, formadas pelas «partes mais crassas das matérias seminais... antes de entrar a formação da prole». Esta é a doutrina expressa na doutrina de Falcão, já citadas (est. 43.<sup>a</sup> e 44.<sup>a</sup>). Fonseca Henriques aferra-se à opinião de Regnier de Graaf, anatómico holandês falecido em 1673, que também estudou o ovário.

Hoje, admitem-se as seguintes membranas fetais (de termo): âmnio, cório (aderente à *caduca reflectida*) e *caduca verdadeira* <sup>4</sup> (separada da precedente nos quatro primeiros

<sup>1</sup> Monserrate escreve: — «De los quales materiales hizo vna boueda cerrada por todas partes, excepto vn agujerillo que dexo en ella por donde pudiesse meter mas materiales quando fuesse menester. y ansi mismo para que por aquel agujero le pudiesse entrar algun ayre fresco porque sín el corria peligro el maestro de ahogarse». (fol. lxxv, vº).

<sup>2</sup> Apenas existe no período embrionário.

<sup>3</sup> «Carta virginea, armatura do cõcepto, e auriculo do feto», lhe chama o Mirandela (*ob. cit.*).

<sup>4</sup> A *caduca verdadeira* deriva do forro mucoso-uterino e parte dela é constituída pela *placenta* (*caduca basilar*).

meses); a placenta ocupa um lugar limitado do cório (prende-se-lhe o cordão umbilical) <sup>1</sup>.

Logo, três membranas. Falcão fala de três, também, mas a designação *secundina*, da respectiva nota, não corresponde ao vocábulo *secundinas*, hoje muito usado <sup>2</sup>. Poderá interpretar-se desta sorte o passo de Falcão: — *caduca* <sup>3</sup> (prima matricis), *cório* e *âmnio* são as três paredes útero-fetaia indicadas nos versos das estâncias 43.<sup>a</sup> e 44.<sup>a</sup>

Zacuto Lusitano que escrevia no século xvii <sup>4</sup> diz, no capítulo do seu *Spicilegium* intitulado *De formatione foetus, membranis eam inuoluentibus, situ infantis in utero, & eius exclusione foràs*, que as 3 membranas são: — a *allantoidea*; 2.<sup>a</sup> *amnios*; 3.<sup>a</sup> *chorion*. «*Haec appellatur secunda ab Hip. 5. aph. 49. alij nominant secundinam. vt Paulus lib. 5. cap. 75.*», comenta Zacuto, que aponta, também, as discussões que havia acerca dos envólucros fetais. Uns descrevem apenas duas membranas, outros três, nos animais.

Pode ainda entender-se que Falcão aponta, somente, dois envólucros o *âmnio* e o *cório*, dado que desconhecesse a *caduca*. Leonardo da Vinci admite 3: *âmnio*, *alantóide* e *secundina* (*cório*).

Falcão fala de uma das membranas receber o *sobejo impuro da escória* (*lançado da obra*), admitindo somente o *necessário*. Deve tratar-se do *âmnio*. O Dr. Mirandela diz, a este respeito, que nela se acumulam «os excrementos aquosos, e ourina no tempo da *gestação*» (pág. 73, col. 2.<sup>a</sup>). Assim o pensava Vesálio (o produto da transpiração do feto

<sup>1</sup> Vid. Fabre, *Précis d'Obstétrice. Accouchement normal*. Paris, 1924.

<sup>2</sup> *Secundinas* ou *páreas* (conjunto da placenta e membranas fetais expulso no parto). Vid. Alberto Saavedra, *A Linguagem médica popular*. Porto, 1919 e J. A. Pires de Lima, *Vocabulário anatómico popular*, «*Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis*», XIII, 2, 1938.

<sup>3</sup> Conhecida de Vesálio, como disse atrás e afirma Burggraeve, *ob. cit.*

<sup>4</sup> Zacuto Lusitano, *Opera omnia*, págs. 944. *Ob. cit.*



seria o líquido amniótico); e assim o pensava e escrevia Galeno, mil e quatrocentos anos antes<sup>1</sup>. Porém Galeno admitiu o *amnio* como colector do suor, e a *alamtoideia*, da urina (do feto). A terceira túnica fetal admitida pelo médico de Pérgamo era o *cório*<sup>2</sup>, a mais interna, que tapeta toda a madre.

Será esta a doutrina aceite por Falcão de Resende? Parece-me bem que sim. Monserrate explica:

— «Este paniculo embuelue toda la criatura: y llama se secundina que segun algunos quiere dezir segunda madre porque mediante sus venas y arterias que se terminan a las cabeças de las venas y arterias de la madre la criatura se mantiene.

Las otras dos cubiertas que tambien cubrẽ la criatura parece me que son los otros dos paniculos que haze naturaleza para que entre ellos se conserue la vrina del niño en los primeros meses sin que haga perjuyzio a la criatura ni a la madre ni menos a la secũdina. De los quales paniculos en que esta junto con la criatura se diz amios, y el que esta junto con la secũdina llamamos alancoydes» (fol. xc e v.º).

Entretanto, a *alma racional*<sup>3</sup> entra no edifício novo, em forma de donzela, *clara, bella, immortal, pura - e divina* (est. 47.<sup>a</sup>), enquanto aquele vai crescendo (est. 45.<sup>a</sup>). Vejamos esta:

— «Despois disto assim tẽr nesta ordem posto  
No forte, começou perfeiçoar-se,  
Tudo com tal saber e arte composto,  
Que póde encarecer-se, e não contar-se;

<sup>1</sup> Galeno, *Des parties propres au foetus*, pág. 137 (Trad. de Littré in *Oeuvres Anatomiques, Physiologiques et Médicales de Galien*, Paris, 1856).

<sup>2</sup> Cório, de chorion = placenta.

<sup>3</sup> Influência aristotélica e aquiniana. É manifesta a influência da metafísica de S. Tomás de Aquino na concepção do Poema de André Falcão de Resende.

Estando edificado, e já disposto  
 Pera poder de novo povoar-se,  
 Com seus quartos, retretes e aposentos,  
 Janellas, atalaias, cataventos».

E oiçamos o autor na seguinte:

— «Em parte parecia inda com tudo  
 Faltar alguma cousa á fortaleza,  
 Como quem vê a estatua d'um membrudo  
 Corpo, a que falta o esp'rito e a viveza;  
 Ou vê a um campo solitario e mudo  
 Sem cõusa viva mais que sua nudeza:  
 Finalmente este forte era acabado,  
 Com um corpo sem alma afigurado.»

Então, entra no filho a alma racional <sup>1</sup>:

— «E desejando eu ver, em que parava  
 Esta obra tão estranha e peregrina,  
 Uma donzella vi, que nella entrava,  
 Clara, bella, immortal, pura e divina;  
 E d'improviso della se apossava,  
 Como senhora, mais que della dina,  
 A quem logo, no forte quanto havia,  
 Servindo alegremente, obedecia.»

E o filho ia crescendo, bem proporcionado, em *boa ordem, concerto e regimento* (est. 49.<sup>a</sup>), mercê de *tão nova*

---

<sup>1</sup> A donzella identifica-se com o *cuerpo de una muger... muy hermosa*, de que fala Monserrate (fol. lxxxix). Monserrate indica que o gerado é um rapaz e o foi do lado direito, onde há mais calor (velha teoria citada). Vid. argumento acerca da *alma racional* na *Antoniana Margarita...*

Como escreve Bernardes (Nova Floresta, 1, ed. de 1909):— «qualquer alma racional, por avaliação do mesmo Senhor, que a creou na concha do corpo humano, e com dispendio da propria vida a pescou do mar deste mundo, para a engastar na coroa da sua gloria...»

Todo este capítulo bernardesiano se ocupa da alma racional e discussões sobre ela.

senhora que é, afinal, o *princípio da actividade do pensamento, forma substancial do corpo humano*<sup>1</sup>.

A estância 50.<sup>a</sup> refere-se à prenhez e seu derradeiro período:

— «A grande fortaleza, que em si tinha  
Est'outra, já também se carregava  
Com tanto impedimento, e mal sostinha  
O grande peso e pejo, que lhe dava:  
E bem que tanto bom de fóra vinha,  
Pera a fabrica della desejava  
E mantimento, já de si com tudo  
Desejava deital-a sobre tudo.»

A estância 51.<sup>a</sup> trata do acto do parto:

— «Até que, vindo tempo conveniente,  
E conjunção pera o efeito disto,  
Per natureza e industria sufficiente,  
E por saber do Artifice previsto,  
O forte quasi milagrosamente  
Fôra lançado alli de mi foi visto,  
Com força e com trabalho assi arrojado  
Desta torre, em que fôra principiado.»

«Vindo tempo conveniente e conjunção para o efeito», diz o poeta, nasceu o filho ou deu-se a *exclusão do feto*, como se dizia há, pelo menos, 300 anos (Zacuto, Fonseca Henriques<sup>2</sup>, etc.). O tempo é o termo de 9 meses. Mas quanto à *conjunção*, temos de procurar na *astrologia médica* o significado da palavra. Como em certas acções fisiológicas,

---

<sup>1</sup> «Santo Tomás concibe al hombre como una unidad natural compuesta de cuerpo y alma, y aplicando la doctrina aristotélica de la materia y de la forma, expresa la relación entre el cuerpo y el alma de este modo: *el principio de la actividad del pensamiento, el alma racional, es la forma substancial del cuerpo humano*». Martin Grabmann, *Filosofia Medieval*. Barcelona, 1928 (trad.).

<sup>2</sup> «He o parto natural: *exclusão do feto perfeito, e vital, que do setimo mez por diante se costuma celebrar*» (ob. cit., pág. 73).

intervenções terapêuticas (sangria, por ex.)<sup>1</sup>, etc., os astros, influíam poderosamente. O nascimento dos homens era acompanhado de, por vezes, complicados rituais que constituíam a *horoscopia*.

Ora as *conjunções* ou ajuntamentos de planetas tinham sua determinada influência sobre os dias de nascimento e horas de geração ou marcavam prazos de tempo, como nos partos. A tal respeito, no século XVI, o criador da Ginecologia no nosso País, Rodrigo de Castro<sup>2</sup>, apresentava cálculos astronómicos especiais para o tempo dos partos: — são as *conjunções*. A tal se refere Gil Vicente, no seu *Auto da Cananeia*<sup>3</sup>:

— «Qualquer q̄ nascer sojeito  
aa maldita conjunção  
sem nhũa appellação  
nem estillo de direyto  
pertence aa nossa prisam  
assi como quẽ nascer  
na conjunçam desestrada  
em que peccou Luccifer.»

<sup>1</sup> Havia mesmo tabelas consagradas que registavam os lugares do corpo humano sujeitos à influência dos astros. Para citar obra portuguesa, veja-se o *Lunário Perpétuo* (ed. cit.), que a págs. 195 traz a *Taboada das purgas e sangrias para saber quando hão-de ser boas, ou más*. Por ela se vê que Áries domina a cabeça, Tauro o pescoço, Geminis os braços, etc. Ver a figura do domínio dos astros nas partes do corpo humano, em págs. 203. Brás Luís de Abreu (*ob. cit.*) é abundoso nesta matéria.

<sup>2</sup> Rodrigo de Castro, *De universa mulierum medicina*, etc., Lisboa, 1603-1604.

<sup>3</sup> Indic. por Augusta Gersão Ventura, *ob. cit.* Também Fonseca Henriques, muito mais tarde, alude a êste assunto (*Ob. cit.*, pág. 81, col. 1): — «Os Astrologos, e Genithliacos, que aos varios aspectos dos Astros adscrevem a vitalidade dos partos, attribuem á Lua a exclusão do septimestres, porque com a sua humidade relaxa o utero, e facilita o parto». Mais elucida que os Astrólogos accusam Saturno da infelicidade dos partos de 8 meses. No 1.º mês dominava Saturno o fecto; no 2.º, Júpiter, no 3.º, Marte, no 4.º, o Sol, no 5.º, Venus, no 6.º, Mercúrio, no 7.º, a Lua. Henriques insurge-se ante esta doutrina.

\* \* \*

Não posso, como disse já, comentar todo o Poema. Vão sendo horas de pensar no remate deste ensaio e, por isso, tratarei, apenas, de três passagens bastante curiosas.

Passemos ao Canto II. Na estância 5.<sup>a</sup> canta assim o poeta

— «Os philosophos grandes com sciencia  
E incansavel industria, que alcançaram  
Das cousas naturaes e propria essencia;  
E todas altamente especularam,  
Nenhuma de mais alta arte e excellencia  
Entre todas, que o corpo humano, acharam,  
De fórma e de materia um so composto,  
Com tamanho primor feito e composto.»

E logo na 7.<sup>a</sup> começa a descrever o que viu, em sonho, na fortaleza:

— «Estava a fortaleza repartida  
Assim toda por riba em tres sobrados,  
Ou tres principaes quartos, e cingida  
Por de fóra de muros bem lavrados:  
Corriam-se estes quartos com medida  
E justa proporção mui compassados,  
E tinha cada um delles seu mórdomo,  
Ou veador de grande cargo e tomo.»

Já dissemos alguma coisa sobre o assunto desta estância: a repartição em 3 sobrados (cabeça, peito e ventre) e da existência em cada um, respectivamente, de um órgão principal, *mórdomo* ou *Veador*, como lhes chama André Falcão<sup>1</sup>. No sobrado do meio (*tórax*), viu o *coração* (est. 8.<sup>a</sup>):

— «E querendo olhar eu logo o do meio,  
Por lhe ver mais estado, ricamente  
De tudo ataviado, ornado e cheio,  
Parecendo mancebo ainda e valente;

<sup>1</sup> Monserrate aponta um *alcaide* da fortaleza, que é o espírito animal (fol. cxxxv).

Maravilhou-me ver um bom meneo /  
 E movimento seu continuamente,  
 E com muito ar, sem ser fôrça ou defeito,  
 Mas de seu natural um dom perfeito.»

Como se vê alude ao ritmo do movimento cardíaco e ao ar nele existente. Aqui, ainda a velha teoria, firme do seu tempo, de que o ar, vindo dos pulmões, servia para refrescar o coração<sup>1</sup>. Já Diocles de Caristo (séc. III antes de C.) que viveu entre as épocas de Hipócrates e Galeno, afirmava que o *pneuma* (o ar, o espírito), que originava o movimento e a percepção pelos sentidos, estava no coração esquerdo, sede da alma. Era revivificado pela respiração, como o era o coração.

Erasístrato, célebre médico de Céos (nascido em 330 a. C.), expulsa a teoria de que o sangue, através da traqueia, ia ao coração pela veia pulmonar («semelhante a uma artéria»); esse aí, transformado em *pneuma*, era impellido a todo o corpo pelo coração, por meio das artérias. Era, afinal, a introdução directa do ar no sangue e no coração.

Só no meado do século XVI é que Servet, espanhol, expõe a teoria do sangue carregado aos pulmões pelas arté-

---

<sup>1</sup> En el quarto de enmedio que hera el mas principal de toda la fortaleza hizo el maestro vna estufa, d la qual salia vn caño grande, y de aquel caño salian otros muchos que yuan a todos los aposentos de la fortaleza, por los quales caños toda la fortaleza se calentaua bastantemente.

En esta estufa si yo no me engaño se aposento acabada la fortaleza el mismo maestro que la hizo el qual de architector dende en adelante se hizo repostero mayor de lumbre: hera su officio dar lumbre y calor incesantemente a todos los aposentos de la fortaleza segũ que haviã menester cada vno.

Y porque el aposento hera tan caliente de miedo de ahogarse hizo cabe la estufa el maestro vn ventalle muy galano de quatro pieças, con el qual ciertos pages le haziã siempre ayre, y le refrescauan de tal suerte que viuia descansado» (fol. lxxv v.º).

rias pulmonares e misturado com o ar (pneuma) naqueles órgãos respiratórios; daqui volta ao coração pelas veias pulmonares. Realdo Colombo expõe idêntica doutrina, quase ao mesmo tempo. E Cesalpino, nascido em 1519, assentando o calor no coração, nega o contacto directo do ar com o sangue (o ar refrescava o sangue por proximidade com os vasos).

Galeno admitia que o sangue chegava à aurícula esquerda pela veia pulmonar e que entre o coração direito e esquerdo havia permanente troca de ar e sangue. Eis um dos seus textos <sup>1</sup>:

— «du coeur, lequel a besoin de la substance de l'air, et brûlé de chaleur, désire bien plus encore la fraîcheur qu'il lui procure. Pénétrant avec sa vertu frigorifique, l'air rafraîchit le coeur; il en sort, entraînant avec lui des particules effervescentes, et comme brûlées et fuligineuses <sup>2</sup>. C'est pour la que le coeur a un double mouvement dépendent de parties qui agissent en sens contraire, car il attire en se dilatant, et en se contractant il se vide» <sup>3</sup>.

E, logo adiante:

— «c'est du poumon et non pas du pharinx, ni du dehors immédiatement, que le coeur attire l'air, bientôt renvoyé à ce même poumon».

O ar, cuja qualidade era *fria*, entrava no organismo pela acção do diafragma, intercostais e músculos cervico-torácicos; para o recolher, os pulmões dilatavam-se. Galeno, enfim, indicava que o *espírito natural* se muda em *vital* no coração, órgão nobre cuja descrição foi a coroa de glória de Vesálio <sup>4</sup>. Este foi quem negou a existência dos

<sup>1</sup> Galeno, *Oeuvres*, etc., *ob. cit.*, pág. 381.

<sup>2</sup> Grosseira ideia da combustão do sangue.

<sup>3</sup> Lembro que Galeno admitia já a existência de sangue misturado com o ar nas artérias (até então cria-se que estas só carream o ar).

<sup>4</sup> «C'est ici qui brille dans tout son éclat le génie anatomique de Vésale» — Burggraeve, *ob. cit.*, pág. 165.

citados poros cardíacos transeptais. A estância 8.<sup>a</sup>, já transcrita, encerra a teoria galénica.

E a 9.<sup>a</sup>, é assim:

— «Dava-lhe grande auctoridade e brio  
Um tabardo de mangas, que vestia,  
Com que mostrava mando e senhorio  
Em toda a gente, que na torre havia:  
E por seu aposento ser d'estio  
E muito quente, sempre se servia  
De muitos pagens seus, que o abanavam,  
E d'ar sereno e frio o refrescavam.»

O *tabardo de mangas* é o pericárdio. Tabardo era «uma capa curta, *capote com capuz e mangas*»<sup>1</sup>. A semelhança não deixa de ter seu cabimento. Já Valverde, citado, contemporâneo de Falcão, dizia que a *tela* do coração «es como vna simples tunica algo grossa y dura». Ao falar do coração, Valverde aponta os *agujeros* (orifícios) e *orejas* (aurículas) e pequenas *telas* nos *agujeros* (válvulas), etc. O certo é que o pericárdio envolve o coração e o começo dos vasos respectivos, onde se dispõe como mangas: — daí a semelhança cantada por Falcão. Monserrate e Ávila diziam o mesmo e colocam no coração o *espírito genitivo*.

Como se viu, o poeta referiu-se, ainda, nesta estância, ao *calor natural*, que tinha a sede do coração: *aposento de estio, muito quente*. Os pagens (diz a nota ao lado «músculos que movem os bofes») <sup>2</sup> eram os músculos que há pouco referi e que aspiravam o *ar sereno e frio*, para refresco do órgão. Pura teoria galénica!

A estância 10.<sup>a</sup> diz:

— «Por estar n'uma estufa muito quente  
Movendo-se contino, assim convinha,  
Pera o qual d'obra o mestre diligente  
Bem junto delle dois abanos tinha;

<sup>1</sup> Eduardo de Faria, *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa, 1853.

<sup>2</sup> A nota da edição de 1615 diz «os musculos do coração».



Aos quaes ar frio e incessantemente  
 E pera refrigerio seu lhe vinha,  
 Por uns canos de fóra o admittindo,  
 O mais quente e fumoso despedindo.»

Uma nota marginal esclarece: — «*O calor natural, ou espirito genitivo*»<sup>1</sup>. Já sabemos por que era o coração uma *estufa quente* e que os dois *abanos* eram os pulmões que o refrescavam com ar frio, vindo pelos *canos* (traqueia e brônquios ou *respiradouro*, como diz a nota da edição de 1615). Já vimos, também, que o *quente e fumoso* são as partículas há pouco citadas, *comme brulées et fuligineuses*, expulsas do coração depois do refresco.

*Canos* é vocábulo muito usado no século xvi. Com os *canos tapados* pela sede morriam muitos marinheiros das nossas armadas<sup>2</sup>. *Bofes* é a designação comum, ainda hoje, como no *deitar os bofes pela boca fora*. O Santucci (*ob. cit.*) assim lhe chama; António Ferreira da mesma forma: — «levando ar preparado pelos Bofes ao coração» (pág. 31). Monserrate e Ávila deixaram bem definida esta teoria nas suas obras.

Eis as estâncias 11.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup>:

— «D'esta estufa era sempre bem provida  
 E sustentada toda a fortaleza,  
 Por seus canos lhe dando esp'rito e vida,  
 E de seu vivo fogo a tendo accessa:  
 Pera este fim n'ũa casa alli escondida  
 Com promptidão estava e com viveza  
 O subtil mestre da obra, que servia  
 D'accender este fogo, e o repartia.»

<sup>1</sup> Estas notas marginaes assemelham-se às também marginaes da edição citada do poema de que me sirvo.

<sup>2</sup> Manuel Godinho Cardoso, *Relação do Naufragio da Nau Santiago*.

E como ésta grão fabrica e estranha obra  
 Nos aposentos tres se dividia,  
 Como mais principaes, o mestre d'obra  
 Por todos providente discorria,  
 Fazendo sempre importantissima obra  
 Em todo o edificio e companhia;  
 E em que 'neste do meio mais morava,  
 Nos outros dois, mudando o nome andava.

Já podemos interpretá-las fácilmente, depois do que se disse sobre o calor natural ou *espírito vital*. «Fonte e origem dos espíritos vitais», lhe chamou António Ferreira (*ob. cit.*, 30). O calor natural era *espírito vital* no coração, *animal* na cabeça e *natural* no abdome. Por isso, como diz o poeta:

— «neste do meio mais morava,  
 Nos outros dois, mudando o nome, andava».

Passemos a outro assunto, saltando à estância 15.<sup>a</sup> <sup>1</sup>, que diz:

— «Mas como tinha, a fim de recrear-se,  
 Este rico mórdomo os dois abanos,  
 Também d'elles soía aproveitar-se  
 Noutros serviços seus por outros canos;  
 Porque no meio d'elles vi formar-se  
 Uma frauta coberta de dois pannos,  
 Que até o entrar na torre ia direita,  
 Fazendo varia musica e perfeita».

A *frauta* é a traqui-artéria <sup>2</sup> ou *gargalo*, diz uma nota ao lado. *Caña del pulmõ* lhe chamou Valverde, que tem em cima o *gargauero*, preso no alto pelo *osso ioide* (*Yoyde*). O poeta refere-se à missão dos pulmões na produção da voz

<sup>1</sup> As estâncias 13.<sup>a</sup> e 14.<sup>a</sup> falam das *paixões do coração*. Monserrate trata do assunto, com largueza.

<sup>2</sup> A *traca* lhe chama Santucci.

(como diz o nosso Ferreira «para a formação da voz») e a laringe, como se pode ver na estância 16.<sup>a</sup>:

— «Uma porta subtil estava obrada,  
E no fim d'ella uma cabeça ou chave,  
Que dos pagens d'outros bem tocada.  
Causava esta harmonia tão suave;  
E no tom, que queriam, temperada,  
Soava ou alto ou baixo, ou agudo ou grave,  
Com que gôsto e proveito recebia  
O veador e toda a companhia.»

Ferreira diz que a *aspera artéria*, ou *cana do Bofe* «he como frauta». Quanto aos *dois panos* de que fala Falcão, que formam a *frauta*, Ferreira explica: — «vestem a tal Aspera arteria duas tunicas, a de fóra he muy tenue, e delgada, a de dentro grossa, e solida; em o principio della se acha o Larins, que he o orgão da voz...» (pág. 44). A *cabeça* ou *chave* é a *noz da garganta* (diz uma nota ao lado) a que Valverde chama *nuez*. O poeta chamaria, talvez, *cabeça* ou *chave* (*noz da garganta* da nota) à glote ou *rimula*, dos antigos.

Santucci escreveu:

— «Nasce a diversidade dos graos do *som* desta dilatação, e restrição da *rimula*, ou *glottis*, a estes graos do som são dos que se faz a *voz*.»

Esta devia ser a teoria do tempo de Falcão: — lá estão os pagens a *tocá-la!*

A estância 17.<sup>a</sup> trata das duas *fontes* ou *mamas* (*dos fôtécillas*, diz Monserrate). A 18.<sup>a</sup> pouco interessa e a 19.<sup>a</sup> alude ao andar superior ou primeiro sobrado. Diz a estância 20.<sup>a</sup>:

— «Procedia com muita auctoridade  
D'este quarto o mordomo nobre e antigo  
D'uma abobada forte na metade,  
Por ser o logar alto e de perigo.  
D'um siso era maduro e gravidade,  
Velho, branco, e das letras muito amigo;  
E assim gastar philosophando o tempo  
Havio por mór gosto e passatempo.»

Refere-se à cabeça e ao cérebro, como sede da inteligência ou faculdades intelectuais (e onde residia também o *espírito animal*) hipótese criada por Alcmeão de Crotona (*sensorium comum*), admitida por Hipócrates.

Vejamos a estância 21.<sup>a</sup>:

— «Vestida tinha uma opa roçagante,  
Que por todas as partes o cobria,  
N'uma casa d'abobeda galante,  
E armada de gentil tapeçaria,  
Atada por detraz e por diante,  
Por juncturas, que a abobeda fazia,  
N'outro panno de fóra, que a guardava,  
E pera o mais serviço armado estava.»

A *opa roçagante* é a meninge. É curioso observar que pelo menos duas vezes colhi esta designação respeitante a outras cousas, em versos dos séculos XVI e XVIII. Assim Gil Vicente, no Romance *A aclamação de D. João III*<sup>1</sup>, põe o verso: — «Opa leva roçagante». E «roçagante púrpura» se usa na *Fénix Renascida*<sup>2</sup>.

A tapeçaria diz uma nota ao lado ser o *Pericrânio*. E deve ser essa a que Galeno chama *membrana pericraniana*. Quanto às meninges (*opa roçagante*), estão atadas *atrás e por diante*<sup>3</sup>, por *juncturas* que a *abobeda fazia*. Refere-se o poeta à ideia galénica da união do pericrânio à dura mater, esse *outro panno*, através das suturas cranianas ou *junturas*.

O mestre de Pérgamo, aludindo aos ligamentos da *dura-mater* e do *pericrânio*, diz que «naissant de la méninge même; les sutures de la tête sont les chemins qu'ils suivent pour en sortir»<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Gil Vicente, *Obras*, cit., vol. 3.º, pág. 353.

<sup>2</sup> *Fénix Renascida*, ob. cit., pág. 7, 2.º verso.

<sup>3</sup> *Ob. cit.*, I, pág. 572.

<sup>4</sup> *Ob. cit.*, I, pág. 556.

Quase o mesmo diz Santucci (pág. 210). E o nosso Ferreira escreveu que o *pericrânio* é «membrana delgada, e molle, que cinge o Craneo, nascida da Dura mater, a qual sahe pelas cõmissuras» (pág. 33). E Zacuto o mesmo escreve «per suturas plura filamenta» (*ob. cit.*, pág. 935).

A estância 22.<sup>a</sup> diz:

— «E alem d'este grão panno, que a cercava,  
 Por de fóra tinha a outros dois em roda,  
 Com que provida e mais forte ficava,  
 E parecia estar cerrada toda;  
 Também d'um musgo e d'hervas mais s'ornava  
 De fóra a superficie e toda a roda  
 Que estando em alto assim do sol lustrada,  
 Mostrava uma formosa cõr dourada».

Os dois panos, elucida uma nota, são o «couro e musculos da cabeça». Zacuto Lusitano, ao referir-se à cabeça e suas partes externas, escreveu <sup>1</sup>:

— «Secundo loco adest cuticula, cutis vera & membrana carnosa. Tertio, pericranium...»

A anatomia revelada pelo poeta é, em todos os mais pontos, a de Zacuto no seu citado *Spicilegium*.

O *musgo* e as *hervas* são os cabelos, informa a nota ao lado. Os versos dão-lhe a cor de oiro. E dos cabelos de oiro já vimos nós alguma coisa, nas páginas que passaram. É curioso que Zacuto dá estas servidões aos cabelos <sup>2</sup>:

— «ad subiectarum partium tutelam facti sunt. Secundò, ad ornatum. Tertio, ad fuliginosi excrementi expurgationem.»

Ora António Ferreira (*ob. cit.*) quase traduz à letra o passo de Zacuto: — «creados para cobertura, defesa, e ornato do corpo, das vaporosas exalações de todo o corpo (pág. 33).

<sup>1</sup> Zacuto Lusitano, *Opera*, etc., I, pág. 935.

<sup>2</sup> Zacuto Lusitano, *ob. cit.*, pág. 935.

Diz a estância 23.<sup>a</sup>:

— «Em oito partes era dividida,  
Bem que continua e junta em sua figura,  
Ésta abobeda, e tão cerrada e unida,  
Que não se divisava ter costura:  
Mas pelas em que estava repartida,  
Servindo-se exhalava de mistura  
Todo o fumo sobejo, que lhe vinha  
Dos sobrados de baixo e da cozinha.»

Oito ossos são as oito partes daquela abóbada: — «in caluaria octo sunt ossa»<sup>1</sup>. (Nota marginal diz que são «oito ossos de que está composto o casco»). Quanto à exalação do *fumo da cozinha e dos sobrados de baixo*<sup>2</sup>, escreve Zacuto que as suturas servem para, entre mais: — «vt cerebrum emissis fuliginibus per suturarum paritatem meliùs transpirer».

Doutrina sumamente galénica, acima apontada por António Ferreira. Galeno, na verdade disse:

— «En effet, la tête est placée au-dessus de toutes les parties du corps, comme un toit sur une maison chaude. Or, toutes les superfluités fuligineuses et vaporeuses des parties inférieures remontant, la tête qui les reçoit a besoin d'une évacuation plus abondante»<sup>3</sup>.

A cozinha é o *estômago*, diz uma nota marginal: nele se coziam os alimentos em 1.<sup>a</sup> cocção (1.<sup>a</sup> digestão).

Vêde a estância 24.<sup>a</sup>:

— «Mas o sabio ancião e bom mórdomo,  
Que n'este alto aposento residia,  
Com grão cuidado e vigilancia, como  
Experto e prompto, estava noite e dia

<sup>1</sup> Zacuto Lusitano, *ob. cit.*, pág. id.: — «sex propria, duo communia».

<sup>2</sup> Referência aos pretensos resíduos da digestão (cocção) do calor do coração, etc.

<sup>3</sup> Galeno, *ob. cit.*, I, pág. 571.

Em sua esfera, como em celeste pomo,  
Ora do mundo a grande monarchia,  
Outr'ora ao fazer della e de tudo  
Cõtemplava em contino e vário estudo».

O mordomo (diz uma nota marginal: «Omiolo, e sentidos interiores») era o cérebro, já o sabemos. Estava em sua *esfera* (o crânio) como em *celeste pomo*. Querirá referir-se à *poma* ou *globo terrestre* como se chamava à representação deste no século XVI?

A passagem é sibilina. Na edição de 1852 foram assim mudados os 4 últimos versos:

— «Em sua esfera, como em celeste tomo;  
Hora do mundo a grande Monarchia  
Comtemplava com grande e vario estudo,  
Hora o desfazer dellas, e de tudo».

Não foi feliz a mudança. Todavia, pendo em crer que o poeta quis dizer que o mordomo (cérebro), contemplava e estudava na sua *esfera*, como num *globo terrestre* (pomo = poma?) a grande monarquia do mundo.

Oiçamos a 25.<sup>a</sup> estância:

— «Pera isto ãa livraria de diversos  
Auctores tinha grande e mui polida,  
De varios casos prosperos ou diversos,  
Em tres camaras juntas repartida:  
A primeira ou em prosa, ou doces versos,  
Continha a alegre fabula fingida;  
Leis a segunda e a philosophia amiga;  
A terceira a historia grave e antiga».

Uma nota marginal esclarece «Tres ventriculos do cerebro, em que estão as tres potencias sensitivas: 1.<sup>a</sup> a imaginativa; a 2.<sup>a</sup> estimativa; a 3.<sup>a</sup> memorativa». Refere-se, não há dúvida, aos ventrículos cerebrais, três segundo uns autores, 4 segundo outros. Este 4.<sup>o</sup> fora descoberto por

Herófilo, nascido em 340 a. de C., na Calcedónia, grande anatómico, parteiro e ginecólogo <sup>1</sup>.

Fonte, como era, das funções intelectuais, como os árabes bem informaram, o poeta graciosamente coloca no cérebro (três câmaras = três ventrículos = uma livraria de vários autores, simbolizando os conhecimentos da sabedoria humana). Galeno menciona 4 ventrículos (anteriores, médio e cerebeloso) na sua Obra (I, 557-558). Para êle, o *espírito animal* flutuava nestas câmaras e daí ia para a medula e nervos. No cérebro localizava a *alma racional*, de que já falei (a *irascível* no coração, a *concupiscente* no fígado).

Brás Luís de Abreu, muitos séculos depois, escrevia no seu livro setecentista (pág. 63):

— «*Cérebro* assento, & Metropoli das faculdades animais, a saber, do sentido, & movimento das partes, da imaginação, ou estimativa da razão, & da memoria.»

Lendo-se isto, parece-nos que se repete a nota explicativa do poema há pouco transcrita. A doutrina durou, como se vê, muitos séculos. E Falcão de Resende, também não errou a sua interpretação! Vesálio considerava o cérebro e os nervos autores da sensibilidade e do movimento. Antes de Vesálio, já Mondino (séc. XIV) expendia a teoria de o cérebro ser composto de várias casas, e indicava uma das faculdades psíquicas. Monserrate trás larga dissertação sobre o assunto que versam as estâncias 20.<sup>a</sup> a 26.<sup>a</sup>

Ainda, antes de Vesálio, se julgava que nos ventrículos laterais se localizavam as faculdades sensitivas externas; no médio, o raciocínio; no cerebelo, a memória <sup>2</sup>.

António Ferreira fala em 4 ventrículos: nos dois, direito e esquerdo, em relação com o corpo caloso, estão as faculdades *imaginativa* e *estimativa*; no terceiro (ou médio, na

<sup>1</sup> *Histoire de la Médecine*, dirig. por Laignel-Lavastine, *ob. cit.*, pág. 299 do vol. I. O 3.<sup>o</sup> ventrículo dos antigos (no cerebelo) é o 4.<sup>o</sup> dos modernos. Todavia, a menção do poeta está certa.

<sup>2</sup> Burggraeve, *ob. cit.*, pág. 174.



extremidade posterior daqueles), a *cognitiva e racional*; no quarto (entre o cérebro e a espinal medula), ficaria a *memória*.

Como se vê, Falcão de Resende dizia o mesmo nos seus versos. Por certo, fundiu num só, naturalmente, os anteriores (ou laterais) e, assim, fala-nos só em três câmaras ou ventrículos. Valverde pretende explicar esta contagem, diversa de autores para autores (*ventrezillos de la cabeza*, págs. 79-80), e não admite o 4.º, embora o descreva, porque «no tiene tela que lo cubra». Foge ao tratamento da fisiologia ventricular <sup>1</sup> por ser «locura pêsar de poder alcançarlo».

Podem estabelecer-se as seguintes correspondências simbólicas de Falcão de Resende, tal como as colheu de Ávila e Monserrate <sup>2</sup>:

	<i>Faculdades</i>	<i>Localização</i>
I — Alegre fábula fingida. . (prosa e verso)	Imaginativa	Ventrículos laterais (1.º e 2.º)
II — Leis e Filosofia amiga .	Estimativa	Ventrículo médio (3.º)
III — História grave e antiga .	Memorativa	Quarto ventrículo

Como se vê, é uma tentativa de localizações cerebrais. Na estância 26.<sup>a</sup> diz o poeta:

— «E d'esta livraria de maneira  
Compassadas estavam as estantes,  
Que as da segunda camara e primeira  
Tinham livros mudados e inconstantes:  
Mas outros da camara terceira  
Estavam fixos e quasi e mais constantes,  
Onde o que mais das duas lhe aprazia,  
'Nesta terceira sempre o recolhia.»

<sup>1</sup> Os Filósofos e Médicos dizem que nele se gerava o «*espiritus del sentido*», pág. 80.

<sup>2</sup> Monserrate disserta largamente sobre o tema, de páginas cxv em diante.

Este simbolismo<sup>1</sup> se refere à natureza dos conhecimentos do Homem, distinguindo os que são mudáveis dos fixos: Letras, Filosofia e Leis, de um lado, variáveis; História, do outro, fixa e acolhedora do que aquelas tinham de melhor<sup>2</sup>.

No fundo, a filosofia de Falcão de Resende era aquela a que já me referi, bebida nas fontes de Aristóteles, de Santo Tomás de Aquino, dos Conimbricenses<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Álvares da Cruz, por ex., no século XVIII (*ob. cit.*) alude, também, aos andares cranianos, às livrarias, etc. (pág. 72). Crollius, no seu tratado sobre *Signatura das coisas* fala de analogias de elementos naturais com os do organismo humano. Entre elas, a da semelhança da noz com o crânio (cérebro, película envolvente, etc.). Na medicina popular actual (Beira-Alta) colhe-se a indicação de um remédio para os males da cabeça composto de película da noz! (Vid. Luís de Pina, *Ensaio de Folclore Médico analítico Português (Beira-Baixa)* «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Porto, 1938).

<sup>2</sup> Falcão de Resende é uma prova do que afirma Grabmann (*Filosofia Medieval*, *ob. cit.*, pág. 56): — «los conocimientos de los escolásticos en las Ciencias Naturales no eran tan escasos como muchas veces se afirma». De resto, a Filosofia de «las Facultades de Artes en parte mantiene un más vivo contacto con la esfera de las Ciencias Naturales y de la Medicina...».

Em Coimbra a Faculdade de Artes teria contribuído para a formação intelectual de André Falcão de Resende?

Lembremos as matérias ensinadas no Curso das Artes de Coimbra, tais como, são indicadas no *Regimento* que deu ao respectivo Colégio o rei D. João III em 20 de Maio de 1552 (Vid. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. IV. Coimbra, 1941).

<sup>3</sup> É talvez tempo de lembrar que Santo Tomaz de Aquino, como Aristóteles, admite cinco géneros fundamentais de faculdades anímicas:

1 — potências vegetativas; 2 — faculdades de percepção sensível (os 5 sentidos exteriores e os 4 interiores: senso comum, fantasia, faculdades sensitivas de julgar e memória sensitiva); 3 — apetite sensitivo; 4 — faculdade do movimento voluntário; 5 — potências intelectuais (entendimento e vontade). Vid. Grabmann, *ob. cit.*, pág. 107.

A estância 27.<sup>a</sup> alude à coluna vertebral,

— «. . . . . columna d'artificio  
A que encostado estava este edificio.»<sup>1</sup>

A 28.<sup>a</sup> diz:

— «De por detraz da abobeda descia  
Esta columna até o fim dos sobrados,  
Pela parte de dentro ôca e vazia.  
Mas de trinta canudos mui ligados:  
E em que por dentro vãos, de cantaria  
Eram firmes, direitos, torneados,  
Ficando assi a columna d'esta sorte  
Coberta de dois pannos muito forte».

Os dois panos são o *couro* (pele) e o *panículo carnoso*.  
As estâncias 29.<sup>a</sup>, 30.<sup>a</sup> e 31.<sup>a</sup> tratam da espinal medula e  
seus nervos:

— «Por dentro da columna discorrendo  
Do velho a filha andava diligente,  
Ella e o pai nas mãos atadas tendo  
Setenta e cinco cordas longamente;  
As quaes, por toda a torre se estendendo,  
Despertavam pera o serviço a gente,  
Dando fôrça e vigor ao movimento,  
Que necessário era e ao sentimento.

D'estas nervosas cordas sete pares  
O velho estudioso governando,  
C'os cinco pares d'ellas os logares  
Mais secretos da abobeda espertando,  
Os mais criados e os familiares  
Da casa, e os dois mais fá ligando;  
E os trinta pares repartidos tinha  
Por tôda a torre a filha onde convinha.

---

<sup>1</sup> Diz Monserrate (fol. lxxviii): — «A las espaldas de esta libreria puso vna columna hueca de canteria, la qual yua la fortaleza abaxo muy derecha y bien firme para que la fortaleza pudiesse menearse en hiesta y derecha».

Mas porque dos trabalhos excessivos  
 Da torre os servidores e exercicio  
 Podessem refazer-se, e andar mais vivos  
 E esforçados cada um em seu officio;  
 Foi concedido logo aos sensitivos  
 E aos motivos por grande beneficio  
 Um repouso e descanso conveniente,  
 A que chamamos somno vulgarmente».

Monsserrate escreve, a este respeito:

— «Doct. Aquella columna a mi ver era el espinazo, del qual como hauemos dicho en nuestra anatomia, nascen tambien neruios como del cerebro, por los quales se reparten espiritus sensitiuos e motiuos a todos los miembros donde no alcançan los neruios que nascen del cerebro, los quales neruios me parece que eran las vergas con que el alcayde despertaua la gente de la fortaleza pues que mediante los dichos neruios participan de sentido todos los miembros que lo tienen» (fol. cxxv, v.<sup>o</sup>).

O sono é tratado nas estâncias 32.<sup>a</sup> e 33.<sup>a</sup> Recordo o que já atrás disse, a tal respeito, não sem vincar o largo discurso que Monsserrate faz acerca do tema. O pequeno texto que dele acabo de reproduzir sobre a coluna segue se ao referido texto.

Passemos à estância 34.<sup>a</sup> que começa a versar os sentidos externos ou 5 sentidos, a que Monsserrate presta grande atenção:

— «Pela parte de fora do edificio,  
 No sobrado mais alto e luminoso,  
 Junto do chapitel, no frontispicio,  
 Um molde de janellas vi formoso.  
 Eram tres pares, cada para seu officio  
 Diverso tinha, e muito proveitoso,  
 As mais altas de estranha formosura,  
 Várias no sítio, officio, e na figura.»

Referem-se estes versos aos orificios dos olhos, do nariz e dos ouvidos, relativos a 3 *sentidos exteriores*: ver, ouvir, cheirar.

As mais altas, os olhos, de *formosura estranha*, tinham uma atalaia (pupila), que transmitia a sensação a uma *atalaia-mór*, situada noutra estância da abóbada. Uma nota diz *senso comum*. Na verdade, Galeno (*ob. cit.*, pág. 647) diz que o *sensorium* é que recebe todas as sensações.

Santucci, em 1739, escrevia «que a miragem formada na retina representa-se, por meio dos nervos, na alma que no cérebro a percebe» (pág. 208). E comenta: — «Como se faz a tal refração nos olhos, porque se devem representar os objectos na Retina, ou porque a mesma Retina he o próprio órgão, ou *sensorio* da Potencia visiva póde o curioso ler nos Authores...».

Valverde, vergonhosamente, esquiva-se a tratar deste ponto. Santucci, como se viu, não se afastou de Galeno: e muito menos o nosso poeta. Eis o que diz a estância 35.<sup>a</sup>, que disso fala:

— «Cada uma delas tinha sua espia  
E atalaia de grande vigilância  
Que ao longe e ao perto d'alto descobria  
Tudo o que parecia de importancia;  
Apresentando logo o que sentia,  
A um atalaia mór, que n'outra estancia  
D'esta abobeda estava aposentado,  
Pera este cargo dentro deputado».

Trata-se dos olhos e do *senso comum* (*sentido comum*, de Monserrate) <sup>1</sup>. Na estância seguinte continua a descrição dos olhos:

— «Assentadas estavam sobre fino  
Marfim as duas janellas alterosas,  
Com vidraças d'um puro crystallino,  
Que as fazia mais claras e formosas:  
E pera defender-se do ar malino  
E d'outros damnos, umas proveitosas  
Cortinas de cadilhos se cerravam,  
Quando era necessario, e a abrir tornavam».

<sup>1</sup> «virtud mediãte la q̃l se representã en el celebroy se conocẽ los objectos de todos sentidos exteriores» (fls. cxv).

*Janelas* são ainda hoje os olhos, na linguagem popular simbólica:

— «Altos castellos  
Lindas janelas,  
Que abrem e fecham  
Sem ninguem bolir nelas»<sup>1</sup>.

Nas cantigas populares colher-se-iam muitos exemplos de simbologia anatómica. Assim vede estas duas quadras trasmontanas:

— «Tôda a vida fui vadio,  
Sempre andei na vadiice.  
Já corri milhares de terras,  
Nunca constou que parisse!

Já fui mar, já fui navio,  
Agora sou escaler.  
Já fui rapaz, já fui homem,  
Só me falta ser mulher!»

O Povo também diz que os *olhos são as janelas do corpo*. O fino marfim em que assentam os olhos será a esclerótica (o *branco do olho*, popular); as *vidraças* são a *córnea transparente*; as *cortinas* são as *pálpebras*, os *cadilhos* (ou franjas) os *cílios*.

Na estância 37.<sup>a</sup> lemos:

— «Por cima da cortina e corrediças  
Cada janella tinha sua cimalha  
Pera reparo, arcadas e mociças,  
Cobertas d'uma curta e sêcca palha:  
Eram, como convinham, mqvediças,  
Ambas d'um lavor mesmo e d'uma egualha;  
E alem de reparar de chuva e vento,  
E do grão sol, davam graça e ornamento».

---

<sup>1</sup> Cfr. A. C. Pires de Lima, *Livro das Adivinhas*, n.º 46 (1.<sup>a</sup> ed.). O autor apresenta algumas variantes. Uma delas:

— «Uma arca de Santa Luzia,  
Abre e fecha e nunca chiu».

A *cimalha* é a sobancelha <sup>1</sup>, o *supercílio* ou *supracílio* e a *seca e curta palha* simbolizam os pelos dos mesmos. Móveis, as suas funções estão bem determinadas na estância.

A 38.<sup>a</sup> refere se às orelhas, aos ouvidos, aos orifícios e canal auditivos e membrana do tímpano:

— «Logo em direito estavam e além d'estas  
Outras duas janellas, mas d'outra arte,  
Descobertas ao vento e manifestas,  
Cada uma a cada mão do baluarte:  
E em caracol e em voltas duas frestas  
Tinham feitas na mais íntima parte,  
Das quaes duas escutas de vigia  
Cada uma aviso dava do que ouvia.»

Aos *narizes e ventas* alude a estância imediata:

— «Abaixo d'estas quatro as outras duas  
Por cima do portal da torre estavam,  
Com grande ingenho feitas, e com suas  
Espias que do cheiro so avisavam:  
Dos dois sobrados altos duas ruas  
Aqui vinhan, por onde se purgavam  
As superfluidades que desciam,  
E dentro o fresco vento recolhiam.»

Lá estão os orifícios inferiores das narinas e a alusão à pituitária. As duas ruas são as narinas ou ventrículos das fossas nasais, que *recolhia o vento fresco*. A ideia galénica da purgação das *superfluidades* (flegma) do cérebro, através da lâmina crivada do etmóide está ali bem expressa. O nosso Ferreira (*ob. cit.*, pág. 42) bem o diz: — «para se expurgarem por elle as superfluidades do Cerebro».

Vede outra função do nariz, segundo Zacuto (*ob. cit.*, pág. 935): — «vt esset organum deferens aërem in pulmo-

<sup>1</sup> Diz a nota marginal: «Sobancelhas».

nem pro spiritu vitali, in cerebrum pro animali». Refere também: — «vt esset organum expurgans excrementa descendentia à cerebro».

A estância 40.<sup>a</sup> descreve a boca:

— «Das quaes um pouco abaixo a tudo ornava  
O grão portal da torre e a serventia  
'Nesta mais alta parte, em que mostrava  
Estranha architectura e geometria:  
Que por aqui o necessario entrava  
De tudo o de que a torre se servia;  
E pera isto poder ser sem trabalho,  
Se ordenou um remedio e grande atalho.»

É o *grão portal da torre*, por onde entrava tudo o que era preciso à sustentação da fortaleza, mercê do que lhe levavam as mãos ou braços, como se lê na estância imediata:

— «Que sôbre os dois sobrados derradeiros  
E mais baixos, cada um a sua parte,  
Estavam dois robustos carreteiros  
De mui grande serviço, ingenho e arte:  
E alem de grandes, eram tão ligeiros,  
Que chegavam correndo a qualquer parte,  
Acarretando tudo com presteza  
Para conservação da fortaleza.»

Compare-se o simbolismo com esta adivinha popular:

— «São dois andantes,  
Dois viajantes,  
Dez arrecadantes,  
Vinte e oito moleiros  
E uma azenha a moer»<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A. C. Pires de Lima, *Livro das Adivinhas*, cit. Olhos, dedos das mãos, dentes (antes de nascerem os do sizo) e garganta.



Coteje-se também com esta:

— «Trinta e dois moinhos a moer  
Dez carros a acarretar,  
Uma menina a varrer»<sup>2</sup>.

Como se vê, os *robustos carreteiros* de André Falcão de Resende estão próximos dos *arrecadantes* das adivinhas do Povo. *Escravos* lhes chama Monserrate:

— «...dos esclavos no menos sabios que valientes los quales asi dos a la parte de fuera de la fortaleza peleauã con todos los enemigos, y por esta causa les proueyo el maestro de todos quantos generos de armas pueden pensar en el mundo.

Y assi mismo seruiam los dichos esclavos de despen-seros porque proueyan la fortaleza de todos los bastimentos necesarios, y los metian en el azaguan para que alli se aparejassen, y de alli se metisse a la cozina» (fol. lxxviiij).

Aos braços, mãos, dedos e unhas alude a estância 42.<sup>a</sup>:

— «Estes dois carreteiros sustentados  
Eram por seu serviço provimento  
Da mesma torre, sendo ali criados  
Com todo o necessario mantimento,  
Tendo d'elles cada um cinco criados,  
Que a tudo davam grande aviamento;  
E porque em seu trabalho sempre andavam,  
As cabeças de bons cascos armavam».

Os dedos são os criados, de cabeça coberta com um casco (unha). A imediata estância aponta-lhes a missão:

— «Serviam com cuidado e diligencia  
Estes criados dez continuamente,  
Sendo o principal toque a experiêcia  
Do humido ou do sêcco, ou frio ou quente:  
Em qualquer arte e mechanica sciencia  
Alem d'obragem necessariamente,  
Com armas resistiam a toda a offensa  
Da torre, sendo d'ella a mor defensa».

---

<sup>2</sup> Id., id. Trata-se dos dentes, dos dedos das mãos e da língua.

Já tratei, atrás, das referidas qualidades *húmida, seca, fria e quente*. Por isso, passo à estância 44.<sup>a</sup>:

— «E de fóra na entrada e serventia  
Da tórre dois porteiros sempre estavam,  
Lustrosos e vestidos d'alegria,  
Que as portas com cuidado bem guardavam:  
Tambem o som da frauta e harmonia  
Com movimento seu perfeiçavam:  
E assim dos tres mordomos dos sobrados  
Eram por isto em tudo alimentados.»

O poeta, baseado nos anatómicos espanhois, apresenta nesta estância uma gentil simbologia. Não precisa de grandes comentários a interpretação, tão simples. Os três mordomos são, já o disse, o *coração*, o *cérebro* e o *fígado*. Os porteiros são os lábios (*puertas del açaquan*, diz Monserrate, fls. cviii); o *som da frauta*, a voz. Vejamos a seguinte:

— «Das portas para dentro logo entrando,  
De grande fabrica um moinho tinha,  
O qual moendo estava e preparando  
Tudo o que havia de ir pera a cozinha,  
Moido e brando dentro assim mandando  
O mantimento, que de fóra vinha,  
E com justa porção e conveniente  
Se repartia lá por toda a gente.»

Aí fica descrita a boca. Compare-se com as adivinhas há pouco transcritas. Passo à estância 46.<sup>a</sup>:

— «Neste moinho junto aos dois porteiros  
Estavam juntamente em seu officio  
Duros e rijos trinta e dois moleiros  
De grande força e util exercicio:  
D'aqui tirados fóra outros primeiros  
Foram já por fraqueza sua e vício:  
E os que agora moiam com destreza,  
Todos branco vestiam por limpeza.»

Alusão aos dentes (*Moços de cozinha*, do Monserrate, fls. cii, v.<sup>o</sup>) e à primeira dentição. Eis adivinhas populares, com idêntico sentido <sup>1</sup>:

— «Tenho uma capelinha  
Cheia de ossinhos <sup>2</sup>;  
Não a dou por trinta cruzadinhos».

— «Trinta e dois moinhos a moer <sup>3</sup>,  
Dez carros a acarretar <sup>4</sup>,  
Uma menina <sup>5</sup> a varrer».

Vede a descrição dos queixos e da língua (est. 47.<sup>a</sup>):

— «E tinha cada um delles sua morada  
Em dous lanços de forte penedia.  
Entre elles uma dona exp'rimentada,  
Experta e prompta andava noite e dia;  
E della era approvada ou reprovada  
A farinha de quanto se moía,  
Provando se era e alva,  
Porque era ella gentil mestra de salva».

A *forte penedia*, os maxilares; a *dona exprimentada*, a língua, com sua função gustativa. Mais uma vez, cotejemos esta simbologia com a tradição popular, nas adivinhas <sup>6</sup>:

— Dentro de uma lapinha <sup>7</sup>  
está uma cachopinha;  
chove, não chove,  
está sempre molhadinha.»

<sup>1</sup> A. C. Pires de Lima, *Livro das Adivinhas*, ob. cit.

<sup>2</sup> Assim se consideravam ainda os dentes, que não são ossos. Zacuto lá diz (*ob. cit.*): — «Dentes sunt ossa» (pág. 941).

<sup>3</sup> Os dentes. Molares provém desta significação: *moer* (*mola-res ipsum laeuigant*, Zacuto, *ob. cit.*, pág. 941). «Está sempre a moer», diz o Povo, para significar que determinada pessoa é de muito sustento!

<sup>4</sup> Variante: — *carreiros*.

<sup>5</sup> A língua.

<sup>6</sup> A. C. Pires de Lima, *Livro das Adivinhas*, ob. cit.

<sup>7</sup> *Lapinha* aproxima-se da *forte penedia* de Falcão de Resende.

Outra:

— «Uma senhorinha  
muito assenhorada;  
nunca sae de casa,  
sempre está molhada.»

Entre variantes:

— «Entre pedras e pedrinhas  
está uma dama sentada;  
quer chova, ou faça calor  
sempre a dama está molhada.»

Ou:

— «Tenho numa caixinha  
uma dama assentada;  
quer chova, quer não chova,  
sempre está molhada.»<sup>3</sup>

Mestre de sala lhe chama Monserrate, dando-lhe o sexo masculino e a figura de cavaleiro. O poeta continua (est. 48.<sup>a</sup>):

— «Em toda a fortaleza era importante  
O cargo desta dona reverenda,  
Sendo pharaute e interprete elegante  
Em tudo além do mando da moenda.  
Dava tambem ao som doce e galante  
Da frauta ar, compasso, graça e emenda:  
Toda a fabrica em fim desta tão clara  
Torre sem esta dona mal passára.»

A intervenção da língua na modulação da voz está galantemente definida. Enfim, escreve Falcão de Resende:

— «Mas por ser femea em fim um quasi freio,  
Por não ir longe, a tinha presa e atada,  
Bem que em nove cria dos d'um arreo  
E d'ũa libré andava ella encostada:  
Que por ser de tal graça e bom meneio,  
Servida era de todos e acatada;  
E por julgar os gostos na verdade,  
Cercada sempre estava d'humidade.»

---

1 O último verso da estância 49.<sup>a</sup>, aponta a *humidade* da língua.

Aqui, o poeta é anatómico e aponta os 9 músculos da língua ou nove criados (*moços* lhes chama Monserrate), de um arreio e de uma libré. Fala também do freio da língua<sup>1</sup>, com irónica alusão às mulheres, que devem ser caseiras e andar por perto:

— «por ser femea..... por não ir longe».

A libré deve ser a túnica que a cobre (mucosa lingual), que Valverde (*ob. cit.*, pág. 35) indica como *delgadíssima tela* que cobre todos os elementos que compõem o órgão, inclusive os músculos. Monserrate, na 1.<sup>a</sup> parte da sua *Anatomia*, fala de duas túnicas (uma própria e outra comum ao estômago, etc.).

Quanto aos músculos ou criados, Falcão aponta 9 como Monserrate. Outros, no seu tempo, apontaram 10. Zacuto diz (*ob. cit.*, pág. 923): — «habet lingua decem musculos». Valverde aponta 10, também, e critica Vesálio por apontar apenas 9. Hoje, consideramos 8 pares de músculos e um outro, médio, o *lingual superior*. Um total de 17. Porém, os conhecidos no século XVI não correspondem aos que os anatómicos hoje descrevem. Vê-se que Falcão acompanhava a Anatomia do tempo e, de toda, a que ensinavam Monserrate e Vesálio neste particular do número de músculos linguais<sup>2</sup>.

A estância 50.<sup>a</sup> alude às galhas (*agalhas* dos espanhóis)

<sup>1</sup> Era o *froenum, soli linguae, & pudendo concessum* (Zacuto, *ob. cit.*, 923).

<sup>2</sup> «Conforme al mismo fin le dio naturaleza nueue musculos con que se mueue, de los quales los quatro nascē de vn oseçuelo chico que esta junto a la nuez, el qual se llama ioydes, por la semejança que tiene con la y griega. Los otros dos nascen de los huesos que estan a los lados de la campanilla, los quales se dizen alas de murciégalo por la semejança que tienen com ellas. Los otros dos nascen de los lados de la quirada baxa, y el noueno nasce debaxo de la misma lēgua en el lugar donde esta el frenillo» (Monserrate, fls. xxxvi, vº).

ou amígdalas e à campainha (úvula) ou goto<sup>1</sup>. Monserrate chama-lhes também *esponjas*. O anteparo «delante del garguero y del tragadero, la qual defiende que no entre el ayre tan sin embargo al estomago ni menos al pecho» (fls. cii, v<sup>o</sup>). A humidade é a saliva.

A estância 51.<sup>a</sup> canta o *respiradouro* e o *tragadeiro* da garganta (laringe e faringe-esófago). Ei-la:

— «Além desta anteporta pareciam  
Os dous principaes canos desta torre:  
Por um delles os frescos ares íam,  
Com que o veador do meio se socorre;  
Por o outro cano tudo o que mofam  
Os moleiros, e que á cozinha corre;  
E nella do primeiro cozimento  
Se preparava todo o mantimento».

O diafragma é versado na estância 52.<sup>a</sup>:

— «Mas ao quarto do meio e esta cozinha  
Uma grossa parede os dividia,  
Porque aqui perto sua morada tinha  
O mórdomo, que nella presidia:  
E porque estando delle tão vizinha,  
O fogo e o fumo della o anojaria,  
Co'a parede guardado e defendido  
Ficava seu aposento e dividido».

Segue-se, na estância 53.<sup>a</sup>, o canto dos 3 canos que vão ao quarto de baixo, que começa a descrever:

— «Com tres canos por onde era provida  
Toda a fabrica e gente, que aqui estava,  
Estando esta parede entrerompida,  
Nella o quarto do meio se acabava:  
E n'uma grão cozinha e bem servida  
Porque o quartõ de baixo começava,  
Eu tambem, nella logo começando,  
Tudo o que nella havia, fui notando».

<sup>1</sup> Designação vulgar nos séculos xvii e xviii. Vd. Luís de Pina, *Subsídios para a História da Anatomia Portuguesa, do Renascimento à Reforma Pombalina* — *Vocabulário*, ob. cit.

São o esófago (*tragadeiro*), a veia cava e a aorta. O estômago, grande cozinha, é descrito na estância 54.<sup>a</sup>:

— «Capaz era a cozinha e sufficiente  
Pera cozer-se nella o mantimento,  
Que podesse bastar a toda a gente,  
E de muito artificio e provimento:  
Com vivo fogo estava sempre quente  
Pera todo serviço e cozimento,  
N'um vaso de duas bôccas, bem obrado,  
Sendo tudo cozido e preparado».

Também chamado *ventrículo*, o estômago era sede da *coção* dos alimentos na velha fisiologia galénica, fabricante do quilo. Continua a descrição:

— «Por a bôcca mais alta se mettia  
O que vinha a cozer-se e digerir-se;  
Por a outra baixa o mais se despedia,  
De que menos haviam de servir-se:  
E junto desta bôcca baixa havia  
Uns quatro canos, pera repartir-se  
Um certo manjar brando, inda imperfeito,  
Neste primeiro cozimento feito».

Os canos são as 4 veias que vão do estômago ao fígado, para conduzirem o quilo. As veias são as que, no dizer de Monserrate na *Anatomia* (fls. lv), saem da veia porta para o fígado:

— «Y es aqui de entender que no embargante que el chilo despues de cozido en el estomago mucha parte dello va al higado derechamente e por aquellas quatro venas que van al estomago de la vena porte, pero toda via queda en el chilo mucha parte de lo bueno, y descende todo a las tripas: en las quales se acaba de separar lo bueno de las hezes y se lleua al higado, y las hezes quedan en las tripas para que por ellas se despida del cuerpo como se despiden.»

Eis, na estância 56.<sup>a</sup>, a indicação dos intestinos:

— «E desta mesma bôcca outros maiores  
Seis canos juntamente procediam,  
Por onde da cozinha os servidores  
As fezes e superfluo despediam.  
Destes canos também outros menores,  
Por mais se apurar tudo, inda nasciam,  
Por uma teia grossa derramados,  
Com proveito e limpeza assi ordenados».

São os 6 intestinos definidos por Monserrate (duodeno, jejuno, ílio, monóculo <sup>1</sup>, colo e recto). Os três primeiros são os *gráciles*, os restantes *gruessos*. Na estância 57.<sup>a</sup> fala-se dos *músculos do fundamento* ou do recto, que são 3, um transversal e dois oblíquos, destinados a reter as fezes <sup>2</sup>.

Ao fígado (onde residia o *espírito vital* adaptado ao mesmo ou *espírito natural*), víscera primacial nos sistemas anátomo-fisiológicos de todos os tempos, alude a estância 58.<sup>a</sup> À sua vizinhança com o estômago (onde se fazia a primeira *coção* dos alimentos) e à segunda *coção* dos mesmos que nele fígado se executava (a que a nota marginal chama 2.<sup>a</sup> istância) se refere a estância 59.<sup>a</sup>:

— «Junto á cozinha tendo seu aposento,  
Mandava de lá vir por ordenança  
Só da primeira instancia e cozimento  
De todo o manjar branco em abastança:  
Fazia então todo este mantimento  
Outra vez recozer com temperança,  
Que mais puro a cada um por sua via  
Entre todos na torre se partia.»

<sup>1</sup> *Cego* ou *coecum*: — «no tiene mas de um agujero».

<sup>2</sup> Aqui, Resende segue escrupulosamente a ordem de matérias da *Anatomia* de Monserrate (1.<sup>a</sup> parte da sua obra).



Velha teoria galénica<sup>1</sup>. «Onde se cueze la vianda de segunda instancia», diz Monserrate, que Falcão segue fielmente. Daí, conta Monserrate, se originavam os 4 humores ou licores, como lhes chama Falcão de Resende. A esses 4 humores já atrás aludi, bem como aos correspondentes temperamentos: sangue, pituita ou flegma, bile negra e bile amarela ou cólera (sanguíneos, fleumáticos, melancólicos e coléricos). Ao fígado chama Monserrate *aparador de cobre* posto ao lado da *cozinha!* (fls. cviii v.<sup>o</sup>).

O nosso Rei D. Duarte, no *Leal Conselheiro*<sup>2</sup>, é um dos mais antigos autores portugueses, senão o mais antigo, a referir-se às 4 compleições (págs. 287 e 153) e às quatro *maneiras dos homens* (pág. 31). Eis o passo que mais interessa:

— «E das compreissoes em geeral se afirma que os collóricos de ssanha, perfia, soberva som tentados, querendo semelhar ao fogo, de que condiçom mais participam em alteza e fervor. E os sanguinhos das cousas alegres, de bem querenças, festas, jogos, danças, tanger, cantar, montes, caças, pescarias, todo per spaço e folgança mais som requeridos, segundo a compreissom do aar, por que os obradores de taaes cousas desordenadamente, e nom a tal fim como devem, vaydadeo recebem por gallardom. Os freimaticos vyço de comer, beber, dormyr sem trabalho do corpo nem do spirito muyto desejom, por o presume de ssua frieldade e humydade semelhante aas auguas. E os menencoricos das cousas tristes, davorrecymento de ssy e doutrem, com desesperaçom de todo bem e grande sospeita dos malles requerido, semelhante per sua frieldade e secura a terra seca dauguas, que fruto boo e proveitoso nom pode geerar.»

A *discórdia* que havia na fortaleza, por falta de pro-

---

<sup>1</sup> No *De usu partium*, etc., de Galeno (iv, cap. v), o mestre de Pérgamo trata do assunto (bile negra e amarela, etc.).

<sup>2</sup> *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte*, etc. Ed. crítica e anotada organizada por Joseph M. Piel. Lisboa, 1942.

porção dos humores, é a figura da *doença*, que pela velha doutrina hipocrático galénica resultava de discordância dos 4 humores. Monserrate (fls. cix), ante a dúvida e ignorância do Marquês de Mondejar, explica curiosamente a questão dos 4 humores.

Ao sangue alude a estância 61.<sup>a</sup>, bem como ao sistema artério-venoso a estância 63.<sup>a</sup> Ei-las:

— «Pelo contrario, em justa cantidade  
N'um liquido vermelho misturado  
Se este manjar se dá com suavidade,  
Todo este assento está delle abastado:  
Daqui deste aposento per metade  
Da torre corre a um e a outro sobrado,  
E por cobertos canos vai manando,  
A toda a gente della alimentando.

Mais tinha este mais baixo em sua estancia  
A par de si por grande beneficio  
Da torre dous criados d'importancia,  
E provido cada um em seu officio:  
O primeiro com summa vigilancia,  
Sentindo haver secura no edificio,  
Por certos canos, que pera isso tinha,  
Espertava grão sêde na cozinha.»

Segundo Monserrate (doutrina da época) o fel limpava a demasiada *cólera* do sangue (originada no fígado) e o baço expurgava do mesmo sangue o supérfluo humor melancólico também gerado no fígado. A isto aludem as estâncias 64.<sup>a</sup> e 65.<sup>a</sup>:

— «Vestia-se d'um verde sempre escuro,  
Por extremo cholérico e agastado,  
E tão azedo, que por todo o muro  
Se via andar ás vezes de anojado:  
Tambem causava ser o manjar puro  
Da cozinha e o superfluo relançado  
Por um dos canos seis da torre fóra,  
Quando pera isso via tempo e hora.

O segundo criado era tristonho  
No corpo e no vestido, e homem baço,  
Melancholizadissimo e enfadonho,  
De má conversação e pouco passo:  
Era medroso em si, e era medonho,  
Morto de fome sempre, e muito escasso;  
Mas o comer pedia pera a gente,  
E nisto e em apural-o diligente.»

O baço, era o mantenedor da alegria e boa disposição no corpo, dizem, alguns autores antigos. Zacuto<sup>1</sup> até escreve: — «quare vulgare carmine dicitur: *splen ridere facit*, quia attractio nigro excremento ab hepate, quod tristitiam facit, & spiritus conspurcat, hi cum sanguine clariores fiunt, & pellucidiores, & sic lætatur anima» (pág. 929).

O baço servia, também, para despertar o comer. Este explica que o humor melancólico desperta a gana de comer e a cólera a de beber. Brás Luís de Abreu (*ob. cit.*) alude à subordinação do baço a Saturno e reproduz versos do espanhol D. Juan de Vidarte (*Silva astrológica*):

— «Pero que miro? Ah Cielos!  
Desdichados disvelos!  
Pues Saturno violento,  
Me vuelve el negro baço flatulento.»

(pág. 4)

Santucci<sup>2</sup> não dá segura fisiologia do baço, visto ser desconhecida. Segue Malpighi, o qual diz que «no baço se dispoem o sangue, para que mais facilmente a bile se possa exaltar e repararse do mesmo sangue no figado (pág. 59). Para Erasístrato (célebre anatómico da Escola de Alexandria — IV a. de C.) o baço era um órgão desnecessário ou somente contrapeso do figado. Galeno, para quem nada havia de inútil ou supérfluo no organismo, referia que o

<sup>1</sup> *Spicilegium anatomicum*, *ob. cit.*

<sup>2</sup> Bernardo Santucci, *Anatomia do Corpo Humano*, *ob. cit.*

baço produzia a *atrabile* (*bile negra*), que lançava no estômago (para a formação do quimo). Assim o resume, e bem, Bouchut<sup>1</sup>. Galeno disserta sobre tal matéria no *De usu partium* (iv, xv, 320).

Os rins são cantados na estância 66.<sup>a</sup> (*coladores do sonho do Marquês*):

— «Abaixo destes outros dous estavam  
No apurar do comer tambem servindo;  
No corpo, traje e idade conformavam,  
N'um mesmo officio não se desavindo:  
Toda a superflua agua a si chamavam  
Por seus canos, dos outros geraes vindo,  
Tendo nas mãos uns vasos coadores,  
Que coavam esta agua e máos humores.»

Os *aguadores* do sonho eram os *espíritos vitais* apropriados aos rins que transportavam e coavam as águas da fortaleza<sup>2</sup>, ajuntadas em uma cova, a bexiga ou, como lhe chama Falcão, *alagôa* (est. 67.<sup>a</sup>):

— «Em si retendo só a potagem boa,  
Toda outra agua coada se mettia  
Por dous canos subtís n'uma alagôa,  
Que de grande artificio dentro havia.  
Esta agua, que de salgada aqui se cõa,  
Da torre fora em fim se despedia  
Por outro cano em voltas, e mais grosso.  
O qual, quando era tempo, abria um moço.»

<sup>1</sup> E. Bouchut, *Histoire de la Médecine et des doctrines médicales*, vol. I, 1873.

<sup>2</sup> Diz Monserrate:—«Posauan aqui dos aguadores, cuyo officio era traerla alli todas para que no passase en ellas algum manteni-  
miento» (fls. lxxvij).

«Los aguadores que estauan aposentados en estos aposentos son los espíritus vitales templados en los riñones mediãte los q̄les naturaleza trae la dicha urina» (fls. cxj).

Ali se fala, como se vê, da uretra ou *cano em voltas*, com seu músculo esfíncter (o moço dos versos de Falcão e do sonho de Mondejar).

Na estância 68.<sup>a</sup> se trata da posição da bexiga na bacia:

— «Este aposento baixo se cerrava  
Com paredes tambem, e com seu muro,  
Com que amparado e quente assim ficava  
Aos perigos de fóra mais seguro:  
Onde era necessario, brando estava  
Em parte, e n'outras partes firme e duro;  
Finalmente de tudo mui provido,  
De gente de serviço bem servido.»

Na estância 69.<sup>a</sup>, que segue, refere-se o poeta aos órgãos genitais externos de que só menciona, púdicamente, os testículos. O anatómico Ávila, como vimos atrás, fala do pene ou membro viril, a que chama *trabuco*. Na estância 70.<sup>a</sup> continua Falcão de Resende a falar da situação dos testículos e menciona as pernas:

— «Todos tres aposentos e sobrados  
Sobre duas columnas se assentavam,  
E ao pé d'elles entre ellas gazalhados,  
Estes dous naturaes irmãos estavam.  
As columnas seus pedestaes pegados  
Na mais delgada parte ter mostravam,  
E o mais grosso por cima, como tinha  
A outra torre, de que esta nascer vinha.»

A estância 71.<sup>a</sup> louva a beleza do edifício descrito. O poeta enleva-se na contemplação de fortaleza tão primorosa que, no entanto, começa a desfazer-se,

— «Té de todo caír por derradeiro,  
Como no Canto contarei terceiro.»

Este Canto III abre com a estância seguinte:

— «Oh vida humana, vã, caduca e breve!  
 Oh gloria della, ou falsa, ou imperfeita!  
 Que a que mais dura, é qual um somno leve,  
 E ás mudanças do tempo em fim sujeita!  
 Quem mais conta fez d'ella, e em mais a teve,  
 Com mór dôr e tristeza a vio desfeita;  
 Passa, e seu fim remata em pranto e mágoa,  
 Enchendo, com o fumo, os olhos d'agua.»

Em outras estâncias, até à 9.<sup>a</sup>, o poeta chora a fragilidade da obra humana, a curteza da vida, a ruína da fortaleza.

Agora que já descrevi a torre ou corpo do homem e o leitor está afeito à sua anatomia e fisiologia, apenas transcreverei as estâncias em que o poeta canta a velhice e o desmoronamento da gentil obra de Deus (est. 9.<sup>a</sup> a 15.<sup>a</sup>):

— «Fazendo mal os grandes e os menores  
 Da torre seu serviço e regimento,  
 Nem mandando os mórdomos e veadores  
 A cada um seu devido provimento:  
 Veio o commum manjar com seus licores  
 Todos quatro a um tal corrompimento,  
 Que as partes principaes, e as outras logo  
 Enfraqueceram, e s'esfriou seu fogo.

Porque daqui nasceo, que consumindo  
 Se foi o mestre da obra diligente,  
 E com elle de mal em peor indo  
 Os capitães da torre, e a outra gente:  
 Em tudo os servidores mal servindo,  
 Os de dentro e os de fóra juntamente,  
 Em todos s'enxergava uma frieza  
 D'estranha, enferma e misera fraqueza.

Os mais dos trinta e dous brancos moleiros,  
Que estavam no moínho se saíram,  
Debilitados já, como os primeiros,  
E sem poder moer fóra caíam:  
Outros sem seu vigor (inda que inteiros  
Ficavam) por fraqueza não serviam;  
E por 'starem alli mais arreigados,  
Como velhos ficavam aposentados.

Envelhecendo assim tanto o edificio,  
De fóra a graça e lustre ía mudando,  
E até do chapitéo e frontispicio  
Murchas as flores se íam descórando;  
Porque já não lhe sendo tão propicio  
O calor e alimento, como quando  
Em seu vigor e perfeição estavam,  
Em fria e branca a côr d'ouro tornavam.

Aquelles dous robustos e valentes  
Carreteiros cançadamente andavam,  
E já mui frouxamente e negligentes  
O necessario á torre acarretavam:  
Tambem os dez criados diligentes,  
Como tolhidos, mal se meneavam;  
E já as columnas grossas, que traziam  
O peso sobre si, fracas tremiam.

Com tal fraqueza e continos tremores  
Ameaça a torre a final quéda;  
Estavam sem repouso os veadores,  
E toda a gente fraca e pouco léda:  
Da salva a mestra já deixa os sabores,  
E cada um de seu cargo já se arreda,  
Abalado se mostra e mal seguro.

Em tal extremo vendo a fortaleza,  
Vigilante e sollicita acodia  
A todas partes a immortal princeza,  
Sempre animando a toda a companhia:  
Com quanto via já sua defesa  
Ser tão fraca, deixal-a não queria;  
Todo o raro remedio e exquisito  
Procura em vão ao forte fraco e afflicto.

A obra entra na agonia da Morte, representada por um velho *desforme e feio* que ordena à *princeza* (a alma) que saía daquela morada, já caduca<sup>1</sup>. Ela solicita um prazo de tempo para preparar-se e emendar-se<sup>2</sup>. Mas o velho nega-lhe a graça. E canta o poeta (est. 19.<sup>a</sup>):

— «Grão tempo ha já, lhe replicou o velho,  
Que nesta torre vives, e o tiveste  
Pera tudo ordenar com são conselho;  
Sabías isto bem, mal o fizeste:  
Á casa esse remedio outrem cá dê-lho,  
E a ti o que, estando n'ella, mereceste:  
Não posso esperar mais, vem-te comigo;  
Mais tenho que fazer, que aqui contigo».

<sup>1</sup> O nosso cirurgião Álvares da Cruz, em livro seu de 1759 (*Arte Médica, fundada no primeiro afforismo de Hipocrates, etc.*, Coimbra) escreveu estas palavras que são bem o reflexo de profundo sentimento cristão, tal como as do poeta quinhentista: — «oh quem tivera lingoa de Anjo, que continuamente e sem cessar entoará louvores a Deos por tantos, e tão altos beneficios, como são os da criação do homem, conservação, e fim para que he destinado, que he a gloria aeterna» (págs. 91).

Corpo, morada da alma: velha concepção, que Pitágoras já expusera, chamando àquele *envólucro grosseiro*. Para ele existia um *corpo*, uma *alma* e um *espírito* que se manifestavam por três faculdades: *sensibilidade*, *sentimento* e *inteligência*.

Entre os médicos, Galeno aceita a alma no organismo humano e diz que o «instrumento da alma é o corpo». Para o serviço da alma se haviam criado todos os órgãos. O corpo (*soma*) nos arcaicos sistemas gregos, é a ostra presa ao solo que encarcera a alma.

Recordo a velha locução do *corpo sem alma*, como significativo de imensa tristeza, solidão, melancolia.

Já Camões dissera:

— «quando o corpo sem alma achou na praia,  
sem alma o corpo achou que na alma tinha!»

(Hernani Cidade — *Luís de Camões. I. O lírico*. Lx.<sup>a</sup> 1936, págs. 115)

<sup>2</sup> Diz o grande poeta António Ferreira, em versos que se identificam aos de Falcão de Resende:

— «Despojo triste, corpo mal nascido,  
Escura prisão minha, e pêso grave,  
Quando rôta a cadêa e vólta a chave  
Me verei de ti solto, e bem remido?»

(*Poemas Lusitanos*, Liv. 11, pág. 65. Lisboa, 1939, vol. 1)



E a Morte, então, fulmina a fortaleza (est. 20.<sup>a</sup>):

— «Isto disse, e pegando rijamente  
Outra vez com mão dura e com crueza,  
Cafo toda por terra finalmente  
Com grande terremoto a fortaleza:  
Cafo com ella morta toda a gente,  
E a grão regente nella e alta princeza  
Me desapareceo, e o velho a essa hora,  
Sem saber mais ninguem certo onde fôra».

O poeta lastima a sorte da torre e chora de dor. O Anjo bom volta a aparecer-lhe e em muitas estâncias decorre a sua fala ao versista, fala em que o chama aos seus deveres de cristão e à preparação para a morte. Eis as 4 estâncias de objurgatória angelical (est. 61.<sup>a</sup>, 62.<sup>a</sup>, 63.<sup>a</sup> e 64.<sup>a</sup>):

— «O Senhor por teu bem só quiz amar-te,  
Por dar-te o bem que a ti melhor viesse;  
Que por suave amor a si quer dar-te,  
E ao seu reino sem paga ou interesse.  
Amado e venerado assim desta arte  
Quer elle ser de ti, como merece,  
Com amor d'amizade e firme fé,  
Principalmente amado por quem é.

Tambem por outro fim deves amal-o,  
Menos principal que este, e n'alma têl-o:  
Por te crear de nada e veneral-o;  
Pelas mercês, que delle tens, louval-o,  
Pelas que esperas ter, engrandecel-o;  
Em todo o tempo, e cousa, sempre, e em tudo,  
N'alma, e na vida, amal-o sobre tudo.

Vive constante amando, e persevera  
Na fonte de amor puro a alma ambevida;  
Abraça (qual amiga e flêl hera)  
Da saudavel Cruz a arvore erguida:  
Come o bom pão de vida, e a vida fera  
Perdendo irás, ganhando a eterna vida  
O pão sobresubstancial de graça,  
Que, de terreno, angelico te faça.

Esperta já, Christão dormente, esperta  
 Pera este bem, que tanto te convinha.  
 Que a satisfação tem tão boa e certa,  
 Cavando do Senhor sempre na vinha:  
 Do máo peccado á chaga n'alma aberta  
 Applica esta suave e sã mèzinha;  
 Os bens do mundo tem por sonho e riso,  
 E o que me ouviste em sonho, por aviso».

Então, o poeta acorda do sonho, que tudo aquilo fora  
 (identidade com o sonho do Marquês de Mondejar):

— «Assim me estava o bom Anjo fallando,  
 Que ao doce som da sua vóz divina  
 Dormia mui quieto, repousando  
 Na visão deleitosa matutina,  
 Não crendo eu que isto fosse sonho; quando  
 C'ũa branda vara e inspiração divina  
 No coração tocar me parecia,  
 E despertar do somno me fazia». (est. 65.<sup>a</sup>)

Em mais estâncias Falcão de Resende filosofa sobre a  
 vida humana e sua fragilidade. Na 70.<sup>a</sup>, diz:

— «A fortaleza, que eu sonhando via  
 Florente edificar-se, e em tanto ter-se,  
 Té que por tempo em fim me parecia  
 Caír por terra, e nella desfazer-se;  
 Donde a immortal senhora se saía,  
 E sem pera onde fosse então saber-se;  
 Se era o meu triste e fragil corpo humano,  
 E o de todos, que não me desengano?»

E remata o Poema com estas quatro estâncias:

— «Por ti quero viver, ó pão divino,  
 Que dás a vida, e és vida por essencia;  
 Por ti, com tua graça, eu fraco e indino  
 Quero e posso fazer sã penitencia;  
 E com ella mais limpo, de contino  
 Quero amar-te e gozar com mais frequencia  
 A ti, que és amor summo, e bem supremo,  
 Sem quem mouro, com quem morte não temo.

É bem que eu merecer tanto não possa,  
Nem por mim ao que devo satisfaça,  
Teu purissimo amor a tudo adoça,  
Tua misericórdia tudo abraça:  
Tu queres sempre a conversação nossa  
Amiga, se tua graça nos dá graça;  
Se o rico, ou pobre, ou alto, ou baixo póde  
Chamar-te, logo o teu poder lhe acode.

Tú, ó Senhor, usar tal piedade  
Só podes, e o remedio dar seguro;  
Tu, altissimo Deos, tanta humildade,  
Que um servo comunicas baixo e escuro;  
Tu, que vestindo nossa humanidade  
No ventre virginal e sangue puro,  
Tu, que por nós na Cruz o teu derramas,  
Te nos dás a comer: tanto nos amas!

Pois se ha de haver desagradecimento  
De tal mercê, a mi e a todos feita;  
Se justo não se achar conhecimento  
Dentro em minha alma. em que entrar Deos acceita;  
Se eu tiver della algum esquecimento,  
De mim se esqueça a minha mão direita;  
E a lingua em fim se me apegue á garganta,  
Se eu não louvar e amar mercê tão santa».

Seguem-se na edição que estou a analisar, de página 63 em diante, as «Peças relativas ao poema *Microcosmographia*» que no meu exemplar não existem, que já apontei, segundo informações, e que não pude examinar directamente.

\*

Aqui remato os comentários acerca do Poema de Falcão de Resende. E posso repetir aqui o que atrás escrevi:  
— «André Falcão de Resende, amigo de Camões, foi um grande poeta, mal considerado ainda; um delicado humanista, um profundo cristão e um amante da Ciência.

Tem o seu quê de médico: é justa a sua entrada na galeria dos escritores arrolados na História da Medicina Portuguesa do Renascimento, se não original, ao menos como tradutor e divulgador de obra estrangeira, que infelizmente jazeu na sombra durante séculos, esquecida dos Letrados e dos Cientistas».

LUÍS DE PINA

## RGVEDA-SAMHITĀ

Rgveda-Samhitā — çrîsâyanacâryakṛta bhâṣyayutâ çrîskandasvâmi-veṅkatamâdhavakṛta bhaṣyîyamantrârthena samvalitâ :: sampâdakîya katicidviṣamasthalatippañiyutâ :: mahâmahopâdhyâya-kalikâtâviçvavidyâlayâdhyâpakena sîtârâmaçâstrinâ sampâditâ :: sâca «inḍiyana risârca insti-  
thyuta» samityâh sampadakena çrîsatîçacandra çîlena prakâçitâ :: samvat 1990 :: çakâbdâ 1885 — Rgveda Samhitâ: Parts I-II, August-September, 1933; published by Satis Chandra Seal, M. A., B. L., Hony. General Secretary, The Indian Research Institute, Calcutta, 1933.

L'«Indian Research Institute», fondato a Calcutta il 1932, si propone la diffusione dell'antica sapienza e coltura dell'India, e inizia le sue pubblicazioni con un'edizione critica del Rgveda, accompagnata da traduzioni e annotazioni in inglese, hindi e bengali. Al testo degli inni, riprodotto nel *padâpatha* e nel *samhitâpatha*, segue per intero il commentario di Sâyana e parziali commenti di altri esegeti indiani, quali Skandasvâmin e Vaṅkatamâdhava. Nel commento inglese si discutono inoltre le interpretazioni dei maggiori vedisti europei e americani, Rosen, Roth, Geldner, Kaegi, Pischel, Oldenberg, Grassmann, Ludwig, Wilson, Müller, Bloomfield, Langlois, Bergaigne, ecc.

Il primo fascicolo contiene una nota editoriale di Satis Chandra Seal, un *foreword* di Devasvasad Sarvadhikary

sull'importanza della letteratura vedica, sulle difficoltà di un tale studio, o sull'attuale scadimento di esso, specie nel Bengal <sup>1</sup>. Una prefazione in sanscrito (*bhūmikā*) tratta vari argomenti sulla letteratura vedica, come il significato della parola «veda»; le antiche e posteriori divinità; la divisione degli scritti vedici; le varie scuole vediche; la letteratura vedica posteriore alle *saṃhitā*; il sacerdozio e la sua gerarchia; gli autori degli inni; la fonetica, l'accentuazione, ecc. Segue l'intera prefazione di Sāyana al suo commento (*sāyanabhasyapakramanikā*). Quindi il testo del 10 e 20 inno del 10 mandala e i commenti di Sāyana e degli altri esegeti indiani e infine, in inglese, la traduzione dei due inni e il commento critico di Sitanath Pradhan.

Il secondo fascicolo contiene il testo, i commenti sanscriti del 30 inno, la traduzione inglese e le note critiche di Prabhat Kumar Shastri, e il principio della prefazione di Sāyana, tradotta in inglese con note critiche da Satkari Mookerjee e Ashokanath Bhattacharya Vedāntatīrtha.

L'Istituto pubblica inoltre, in fascicoli trimestrali, un «Indian Culture Journal» edito da Devadatta Ramkrishna Bhandarkar, da Beni Madhav Barua e Bimala Churn Law, sotto la direzione di Satis Chandra Seal. Il giornale si propone di trattare i principali soggetti dell'indologia; letteratura vedica; buddhistica; giainica; filosofia; scienze positive; medicina, secondo l'āyurveda; letteratura sanscrita; cultura dravidica; antiche istituzioni politiche e sociali; storia; arti; movimento culturale dell'India antica

---

<sup>1</sup> Lavoratori di antico e di moderno stampo, tra i quali si citano i ben noti anche in Occidente, Rām Mohun Roy, il Maharshi Devendranāth Tagore, Tārānāth Tarkavāchaspati, Ramesh Chandra Dutt, e altri, esercitati negli antichi e nei moderni metodi, imbevuti di antico e di moderno spirito, vanno sempre più scomparendo.

e moderna e dei paesi stranieri, relativamente all'India; notizie di articoli e studi in altri giornali e in opere; rivista bibliografica e commenti editoriali.

Il compito è assai vasto, nè gli editori di dissimulano l'arditezza e la vastità dell'impresa: e però il Dio delle nazioni, lo spirito supremo, l'Âtman, il Purusa, il Brahman, perchè benedica e prosperi l'alta e degna opera, che, dopo la monumentale edizione del Müller, sarà la più comprensiva sul testo e sull'esegesi vedica.

Gli editori muovono da un punto di vista puramente ortodosso e indiano; essi intendono diffondere, innanzi tutto, per mezzo di due tra i più diffusi idiomi volgari, il hindi e il bengali, la conoscenza del Veda tra i loro connazionali, che non possono attingere all'originale libro sacro, la Bibbia indiana, rivelata agli antichi saggi, come suprema autorità e codice religioso, morale e sociale: ma, insieme, offrire ai non Indù un ricco materiale di studio sull'antica civiltà aria. Gli editori, è detto nella nota introduttiva, non dimenticano, nè possono dimenticare lo spirito d'un precetto che ha origine da un naturale desiderio che gli insegnamenti vedici non siano, per nessun modo, corrotti (*defiled*) o degradati da un'imperfetta presentazione o da una interessata interpretazione. E questo precetto imperativo esige la massima diligenza in chiunque si accinga a pubblicare qualsiasi cosa sul primitivo tesoro della scienza umana e dell'ispirazione divina, fino dal principio dei tempi, fino dal cominciamento, se così può dirsi, dell'eternità. Riconoscendo che lo spirito dei nuovi tempi non permette più di escludere dalla conoscenza del Veda i miscredenti o di farne una dottrina segreta, esoterica, riservata agli iniziati e agli adepti, tramandata di padre in figlio, da maestro a discepolo, tra le caste superiori, escludendone i *çâdra* e le

donne, gli editori si propongono di stabilire uno stretto vincolo religioso e culturale in una sola unità aria-indo-iranica-occidentale. Questa nobile intenzione eccede, forse, nello sperare che il Veda, «il libro dei libri», aprirà al mondo tesori spirituali, morali e intellettuali, trasmessici dai nostri più antichi progenitori; e darà la soluzione dei più profondi segreti ed enigmi del cuore umano. Purtroppo questa soluzione non l'ha ancora data il libro dei libri della civiltà occidentale, che è letto, ed era letto da secoli, prima che all'Occidente giungesse alcuna notizia dei libri vedici.

Nella nota che precede la traduzione degli inni vedici, S. N. Pradhan dichiara che essa strettamente segue l'interpretazione di Sâyana; ma, poichè in molti luoghi questa è manifestamente errata, anche la traduzione, di conseguenza, in molti luoghi non è la più accettabile. Peraltro le omissioni e gli errori dell'interprete, o degli interpreti indiani, poichè il Pradhan adduce prove irrefutabili che il commento che va sotto il nome di Sâyana non è opera d'un solo interprete, sono rilevati nelle note, così chè ne risulti «un tentativo di scoprire le reali tracce degli antichi poeti, per quanto è possibile, alla luce della odierna dottrina vedica». Però si consiglia di non usare la traduzione data dal Pradhan come definitiva, bensì la più corretta interpretazione data nelle note, dove quella di Sâyana è errata. Con ciò non si disconosce che l'esauriente e dotto commento del grande interprete indigeno è stato una guida, senza la quale sarebbe stato impossibile l'intelligenza del Rgveda. Teniamo per conto che se Sâyana è stato indotto parecchie volte in errore dalle fantastiche figurazioni dei Brâhmana e dalle cervelotiche etimologie dei Nirukta, ricordiamoci delle parole del Müller: «Noi possiamo aver sorpassato



Sâyana nella interpretazione vedica, ma senza lui il Rgveda sarebbe per noi lettera morta, e libro chiuso e suggellato. Sulle sue spalle abbiamo dovuto cominciare a camminare». «It will always be my aim (conclude il Pradhan) to make the English translation of the Rgveda true to the very letter, in order that we may fully understand how our Aryan ancestors thought and lived and had their being... As this was also the principle which guided my predecessors. I hope I shall be excused in view of our well-known object of travelling faithfully in the footsteps of Vedic seers without going astray».

Sâyana è un vedantista e un perfetto ortodosso. Tale si mostra dalla sua prefazione al commento, dalla quale importa rilevare i principi fondamentali della sua esegesi. Dopo una solenne invocazione al Maheçvara, fonte d'ogni scienza, da cui il Veda fu ispirato, che con i Veda creò l'universo:

*yasya nihçvasitam vedā, yo vedebhyo'khilam jagat  
nirmame, tam aham vaude, vidyātīrthamaheçvaram.*

Innanzi tutto è proclamata la priorità e la supremazia del Rgveda sugli altri Veda, come il Maheçvara è superiore a tutti gli dei, i quali di lui, anzi non sono se non una forma. «L'uomo primordiale, (*purusa*), dalle mille teste, ecc. (R. V. X, 90, 1) così è chiamato il supremo signore (*parameçvara*), degno di sacrifici, degno d'adorazione, invocato da tutti». Anche se Indra e gli altri dei sono qua e colà invocati, nondimeno v'è in ciò contraddizione, per ciò che soltanto il supremo signore esiste in forma d'Indra e degli altri dei. Quindi anche il senso del mantra: «Dissero Indra,

Mitra, Varuna, Agni: ma egli è il celeste, bene alato, Garutman (il Sole intende Sâyana, senso che può esser confermato da R. V. X., 149, 3 «*suparnó añgá savitúr garútmân*» «il ben alato [uccello] di Savitr, Garutmân»). I saggi chiamano in vari modi l'unico (dio): lo dicono Agni, Yama, Mâtariçvan.

L'inno x, 90 esalta il Purusa come emanazione del dio supremo, e, per una specie di endosmosi frequente nel pantheon vedico, egli stesso è confuso col dio supremo. Alcuni tratti dell'inno illustrano il pensiero di Sâyana «Purusa dalle mille teste, dai mille occhi, dai mille piedi» («1»). «Purusa è questo universo, che è stato, e che sarà» («2»). «Una quarta parte di lui sono tutti gli esseri; una terza parte di lui è l'immortalità (ovvero gli immortali) nel cielo» («3»). «Con i tre quarti si levò in alto Purusa: un quarto di lui tornò quaggiù: quindi si avanzò su tutti quelli che mangiano e che non mangiano (gli animali e i vegetali; ovvero: animali e vegetali insieme, poichè anche questi si nutrono, e i minerali)» («4»). «Da lui nacque il signore supremo (*viráj*, il dominatore primordiale) e dal supremo signore (a sua volta) Purusa» («4»). «Nato egli soggiogò la terra indietro e innanzi» (dominò tutta la terra. Forse si potrebbe intendere che Purusa fu il primo aratore e coltivatore della terra, poichè è in relazione anche con la vegetazione: cfr. x, 52, 8, *púrusam caúsadhînâm*) e l'inno segue esaltando Purusa creatore del mondo animale e delle quattro caste (il che, oltre la denominazione dei quattro Veda, prova la tardività dell'inno); dalla sua bocca uscì la casta brahmanica; dalle braccia i guerrieri; dalle gambe i vaiçya; dai piedi i çûdra («12»). Dalla sua anima (*mánas*) nacque la luna; dagli occhi il Sole; dalla bocca Indra e Agni; dal respiro Vâyu («13»). Il suo ombelico fu

l'atmosfera; dal capo si svolse il cielo; dai piedi la terra: dalle orecchie le regioni celesti: così si formarono i mondi («14»). Perciò anche Purusa è nel concetto di Sâyana una forma dell'unico Dio supremo.

Ma il primato del Rgveda consiste soprattutto nell'essere desso il formulario sacrificale per eccellenza. Secondo la Taittirîyasamhitâ, citata da Sâyana, il sacrificio offerto con i mantra del Sâma = e del Yajurveda è soggetto a rilassamento (*çithila*): ma offerto secondo il Rc è indissolubile (*drdha*). Inoltre le citazioni che gli altri Veda fanno del Rc, come d'autorità indiscussa confermano un tale primato, nonostante che il Yajus abbia la massima importanza nel sacrificio.

Il Veda è d'ispirazione divina. A quelli che oppongono che alcuni *mantra* non hanno senso alcuno; che nella Taittirîyasamhitâ si invocano protettrici le erbe, o si prega un'ascia di non far del male, o le pietre di ascoltare, trattando tali cose come esseri animati e senzienti; e però proposizioni, che suggeriscono sensi contrari al comune discorso, non possono avere alcuna autorità (*apramānya*); che nella stessa samhitâ è detto esservi un solo Rudra senza secondo, e in un altro luogo è detto esistere in terra Rudra a migliaia; e però la contraddizione è così potente, come chi dicesse: Per tutta la vita ho osservato il silenzio (o meglio: Io sono muto fino dalla nascita: Sâyana a questi oppositori eretici risponde che il senso di siffatti mantra è spiegato da Yâska nel Nirukta: che l'ignoranza di coloro che non hanno familiari i libri vedici non importa colpa dei mantra, come non è colpa del palo (*sthānu*, o meglio: gnomone solare) se un cieco non lo vede. E giustamente adduce, come ragione di simili espressioni la *vacobhaṅgī* (frattura, curvatura, travestimento di parole, espressione indi-

retta: insomma circonlocuzione, o metafora). E a proposito del passo del R. V. X, 129, 5.

*tiraçcino vítato raçmír esám  
adháh svid ásid upári svid ásid  
rethodhá ásan mahimána ásan  
svadhá avástát práyatih parástát*

«Obliquamente era tirata la fune (ovv. la correggia, il cordino) di questi = Di sotto che cosa c'era? Che cosa c'era di sopra? = I depositori del seme (i creatori) c'erano; c'erano le grandi potestà: = la forza era di sotto, la potenza creatrice di sopra». dicono gli oppositori forse non senza ragione, ironicamente: Ciò equivale a domandare: *É* questo un palo, o un uomo? Risponde Sâyana: Il mantra non induce dubbio; è inteso soltanto a mostrare pienamente l'eccessiva profondità della suprema essenza, causa prima del mondo.

*«mantraç ca na samdehabodhanâya pravṛttah. kim tarhi? Jagathâranasya paravastuno'tigambhîratvam eva pravṛttah».*

In quanto al trattare le cose inanimate come esseri intelligenti la risposta più ovvia sarebbe che i poeti di tutti i tempi e di tutti i luoghi, e soprattutto gli Indiani, hanno largamente usato della facoltà di dar vita e pensiero agli esseri irragionevoli e inanimati. Ma per Sâyana, come per alcuni esegeti moderni, per es. il Bergaigne, il R. V. non è libro di poesia, ma un formulario sacrificale: quindi la sua risposta è in puro senso panteistico, in quanto sotto questa o quella cosa inanimata s'hanno a intendere le divinità in esse immamenti e con esse identificate. Rudra è

infatti uno solo; ma per sua propria potenza si trasforma in mille aspetti. Così dicasi di Aditi (R. V. I, 89, 10):

*Āditir dyaúr āditir antárikṣam  
 āditir mātā sa pitā sá putrah  
 víçve devā āditih páñca jána  
 aditir jātām āditir jánitvam*

Gli oppositori trovano contraddizione nel fare di Aditi cielo e atmosfera, padre e madre: risponde Sâyana: Non diciamo per figura o metafora (*rupatva*): Tu sei mio padre e mia madre a chi non è nè l'uno nè l'altra? E Aditi è celebrata sotto forma di cielo e sotto quella di atmosfera.

I mantra, seguono i dissidenti, non hanno senso sia per chi li recita di memoria, sia nel rito sacrificale, e, in quanto al primo caso, adducono uno specioso esempio: «Una donna, detta Pûrnikâ (Becco-in-noce?) schiaccia il grano col pestello nel mortaio (*avaghâtam karoti*): un ragazzo, discepolo d'un brahmano (*mânava*), per imparare a memoria la sua lezione, recita il mantra del mortaio (*avaghâtamantra*); nè gli importa gran che di aver chiaro il senso di quel mantra, poichè non accompagna la sua recitazione al tempo del colpo del pestello; ma recita quello e altri mantra solo per imparare parole ammucchiate le une sulle altre. Così come il ragazzo recita il mantra del mortaio che non dà alcun senso nè a lui nè a Pûrnikâ (che come donna non può intendere i mantra), così avviene nel sacrificio». Ma, risponde Sâyana: Può darsi in questo caso che il ragazzo non abbia alcun desiderio d'intendere il senso di ciò che recita, e che Pûrnikâ non abbia la capacità d'intendere: ma nel sacrificio esiste il desiderio d'intendere il senso (dei mantra che vi sono recitati) e l'intelligenza.

Le espressioni che si riferiscono a cose non esistenti o irreali devono essere intese in senso di metafora (*gauna*): come quando si dice: Il *hotr*, l'*adhvaryu*, l'*udgatr*, il *brahmâna* sono le quattro corna del sacrificio; il sacrificatore e sua moglie ne sono le due teste; la *gâyatrî* e gli altri metri ne sono le sette mani; il R. V. e gli altri tre Veda ne formano il triplice (o quadruplice?) legame. Il sacrificio piove (*varsati*) i beni desiderati (*kâma*), quindi è detto toro (*varsabha*). Se mugghia come toro, gli è perchè rende ripetutamente i suoni degli inni cantati (*stotra*) e degli inni recitati (*çastra*). Anche nell'uso comune (della poesia) si vedono simili figure e metafore (*loke'py evam gaunaprayogâ drçyante*); come quando sono celebrate le riviere con seni di *cakravâka*, con file di denti di *ham̐sa*, con vesti di *kâça*, con chiome di *çaivala*. Ma poi dall'interpretazione metaforica si torna all'interpretazione dirò così rituale delle espressioni relative ad esseri insensibili e inanimati (*Evam... acetanasambodhanâni stutiparatvena yo janîyâni*). «Se nella seminazione anche l'erba è protetta, quanto più s'ha a dire che sia protetto il seminatore? Così se anche le pietre (del frantoio del soma) ascoltano la recitazione mattutina, quanto più (dovranno ascoltarla) i saggi brâhmani? Questo è il senso dell'invito (fatto alle pietre perchè ascoltino)».

Altrettanto dicasi di Aditi, invocata come cielo (*dyu*) e come atmosfera (*antariksa*, regione intermedia fra cielo e terra); dall'analogia con l'unico Rudra e i cento Rudra sembra che Sâyana, riferendosi all'autorità di Jaimini, voglia dire che nel sacrificio dedicato ad Aditi come cielo, Aditi è il cielo; in quello dedicato ad Aditi come atmosfera, Aditi è l'atmosfera: così nel sacrificio dedicato a un solo Rudra, Rudra è unico; in quello dedicato a cento

Rudra, cento sono i Rudra: spiegazione alquanto diversa da quella data sopra.

Alquanto speciosa è la spiegazione dell'esempio di Pûrnîkâ e del ragazzo. Anche qui è citato Jaimini, che dichiara non esservi connessione alcuna tra la recitazione del ragazzo e la sua capacità d'intendere ciò che recita e tra questa e il sacrificio: poichè nè il prestare del grano a che vedere col sacrificio, nè il ragazzo compie un sacrificio: quindi dal non prender parte al sacrificio deriva il nessun desiderio del fanciullo di intendere ciò che recita macchinalmente: con che si ripete (e Sâyaṇa si ripete volentieri) la spiegazione data sopra, che solo il sacrificio può dare una compiuta intelligenza dei mantra.

L'eternità del Veda. Gli oppositori, o miscredenti che siano, deducono la non eternità (*anîtya*) del Veda dall'essere nei testi menzionate persone e cose non eterne: quindi il Veda non può essere esistito prima di queste persone e cose in esso menzionate. E citano il *Kâthaka*, opera brahmanica così detta dal ramo vedico *katha*, e *Kâlapâka*, patronimico di *Kâlâpin*. Ma, risponde Sâyaṇa, per la loro qualità di autori (fondatori promotori) d)una dottrina tradizionale (da maestro a discepolo) di una parte dei Veda (di una scuola parziale), *Kâthaka* e gli altri sono semplici denominazioni di persone, di *ṛsi*, che fondarono scuole vediche. In quanto *babara*, che gli oppositori prendono per nome di persona, esso è una semplice imitazione di suono (*çabdânuḁrti*, *çrû-tisâmânya*, onomatopea): è *Vâyû* che produce il suono *babarâ*; come *prâvâhani* è anche un nome di *Vâyû* poichè la sua natura è di trasportare (*prakarsena vahanaçîlah*). Nonostante la spiegazione di Sâyaṇa, il Williams, il Cappeller danno a *babara*, o *vavara* il senso di uomo, persona.

Non solo, dunque, eterno è il Veda, ma eterna è ogni sua parola; ogni senso, ogni relazione tra senso e parola sono anteriori a ogni umana esistenza ed eterni «*sarvesâm çabdânâm vedânâm tadarthânâm tadubhayasâmbandhânâm canityatvam*». I Veda sono eterni come gli dei. E in questo argomento Sâyana insiste con tautologia e prolissità fastidiose.

Così ripete che, se è detto «Gli alberi e i serpenti sedettero (assisterono) al sacrificio», discorsi da fanciulli e da pazzi secondo gli oppositori, la spiegazione già data per le pietre; ossia che scopo di tali espressioni è l'elogio del sacrificio, che può essere fatto anche da esseri privi di intelligenza: e se anche esseri insensibili compiono un sacrificio, quanto più dovranno compierlo gli intelligenti brâhmani?

«Non ha dichiarato in un sûttra il venerando Bâdarâyna che il Veda è opera di Brahma? che il Veda è eterno come il cielo?»

Lo studio del Veda è obbligatorio. La lettura dei Veda, interi, o d'una o d'altra parte di essi è da farsi, secondo la condizione della propria intelligenza da chi è investito del cordone sacro. Se si tratta della lettura di un solo Veda, questo deve essere il Veda ricevuto per tradizione dal padre e dall'avo paterno: e tale studio non è arbitrario, ma obbligatorio: chi non studia il Veda decade dalla propria casta. Lo studio del Veda porta con se la distruzione d'ogni colpa e la purificazione divina. Chi lo trascura non partecipa della Vâc (dea della parola e madre del Veda), nè del cielo. Questo è proclamato dal R. V. (X, 71, 6):

*Yâs tityâja sacividam sâkhâyam  
nâ tâsya vâcyâpi bhâgô asti  
yâdim çrñóty âlakam çrñóti  
nahi pravéda sukriâsya pânthâm.*



« Chi caccia via l'amico conforme a se di pensiero, quegli non ha parte alla Vâc. Ciò che egli ode, invano ode, perchè non conosce la via del bene operare ». Il Veda, per riconoscenza della fatica posta nello studio, protegge, come l'amico l'uomo studioso: tale è il significato dell'espressione « amico ». La protezione (che il Veda concede a chi lo studia) è l'ottenimento del frutto (della ricompensa del sacrificio), che altri ottiene a prezzo di molti averi. L'uomo che non si dà a questo studio, caccia da se un tale amico, sotto la forma del Veda; e non partecipa della Vâc; quanto meno è da dirsi che abbia parte alla ricompensa? Chi non recita il Veda, che tratta di tutti gli dei, della legge (*dharma*) e dell'essenza della sommo Brahma; colui che profferisce continuamente rumori mondani, causa di contese, di maldicenze e di ingiurie a danno di altri, evidentemente non ha possibilità di partecipare della Vâc: però è ricordato nei sacri testi « Non pensare a molte parole, poichè ciò è fastidio della Vâc ». Inoltre quegli che ascolta poemi e drammi, ascolta inutilmente, nè possiede la cognizione della via del bene. E la *smṛti* dice: « Il brâhmano, che non studia il Veda e si occupa d'altro, anche vivo (senza attendere il *samsâra*) passa all'istante, con la sua progenie, alla condizione di *çûdra* ». E molte altre sentenze possono citarsi, dice Sâyana, su questo soggetto.

Per contro, chi conosce il Veda, assume, come è detto nei sacri testi, qualità di forma (*rupatva*) con Agni e con gli altri dei, e si accomuna con Agni, Vâyu e Âditya: nè soltanto questa triade divina, ma anche tutti gli dei dimorano in chi conosce il Veda. Chi vede, o ricorda brâhmani, conoscitori del Veda, deve, ogni giorno, far loro riverenza; e anche se scorge in loro una colpa non deve divulgarla: poichè, onorando un brâhmano si dà soddisfa-

zione a tutti gli dei. A chi conosce il Veda è dato in sorte il raggiungimento della felicità nei due mondi (il presente e il futuro).

Il *dharma* e il *brahman* sono la materia di tutto il Veda: il *dharma* nel senso di legge religiosa e morale; il *brahman*, preghiera, testo sacro, scienza divina ed Essere supremo. *Dharmabrahmanî vedaikavedye* «Il dharma e il brahman sono gli unici soggetti (materia conoscibile del Veda)». *Dharmo viçvasya jagatah pratisthâ loka dharmistham prajā upasarpanti.* «Il dharma è il fondamento dell'universo: nel mondo le creature accorrono a chi più si attiene al dharma». *Dharmena pāpam apanudanti dharme sarvaṃ pratisthitam tasmād dharmam paramam vadanti.* Per il dharma gli uomini gettano lungi da se ogni colpa; nel dharma tutto è fondato; però il dharma è proclamato la cosa suprema». *Ubhayajñanārthi vede'adhikārī.* «Chi aspira alla conoscenza dell'uno e dell'altro, deve studiare il Veda». «Il dharma, per la sua virtù di frenare il re, che tiene levato lo scettro (per colpire); per la sua virtù di dare la vittoria anche al più debole tra due contendenti, come se avesse dalla sua parte un re, è utile all'uomo». *Brahmavid āpnoti param brahma veda brahmaiva bhavati tarati çokam ātmavid.* «Chi ha la scienza del brahman ottiene il supremo Brahma: il Veda è il solo Brahma: chi possiede la conoscenza dell'Essere supremo traversa (come un oceano) il dolore».

Ma la scienza del Veda è concessa solo alle tre caste superiori. Le donne e i *çûdra*, cui non è permessa la lettura del Veda, per non essere essi investiti del cordone sacro, desiderano pure la conoscenza del *dharma* e del *brahman*, che è loro permessa secondo i *purâna* e altre opere simili.

*Sâyana* ammette l'oscurità di molte parti del Veda: ma a dichiararne i sensi profondi (*atigambhira*) soccorrono i

vedânga e soprattutto la grammatica (*vyâkarana*), sulla cui preminenza sui vedânga, e sulla necessità di una profonda conoscenza delle leggi fonetiche, flessive e sintattiche si diffonde lungamente, riportando anche curiose e significative leggende. La Vâc nel mondo anteriore (al presente) parlava indivisa. Gli dei dissero ad Indra: Dividici questa Vâc. E Indra disse: Gratificate me e Vâyu di un dono comune a noi due. Indra presa la Vâc per mezzo la divise. Però ella è detta: Vâc divisa. Ma le parole del Veda nel primitivo tempo antico, essendo d'una sola natura (*ekâtmikâ*), erano (confuse, indistinte) come il suono del mare, e non c'erano libri che facessero distinzione di radici, di suffissi, di parole, di discorso, e così di seguito. Allora Indra, pregato dagli dei, e soddisfatto del loro dono offerto in forma di succo del soma, in un solo vaso, per se e per Vâyu, divisa per mezzo la Vâc (che prima era) d'un solo pezzo, separò per sempre le radici, gli affissi e simili. Quindi la Vâc, divisa poi da Pânini e dagli altri grandi saggi, Vararuci, Patañjali, da tutti è ora distintamente recitata. E ancora una leggenda: Brhaspati insegnò ad Indra, per mille anni celesti, la lettura, da un capo all'altro, delle parole pronunziate passo a passo (una dopo l'altra): e quantunque il maestro fosse Brhaspati e Indra il discepolo, dopo mille anni celesti la lettura non arrivò al fine. Ora, dato che un uomo raggiunga l'estrema vecchiaia, vivrà, al più, cento anni: come, quindi, potrà arrivare a percorrere tutta la lunga via di leggere le parole, una dopo l'altra, e quanto meno imparare a mettere insieme le parole?

Pure per la protezione (conservazione) del Veda è da studiarci la grammatica: poichè quegli che conosce la caduta delle lettere (elisioni), l'inserzione di lettere nelle parole (infissi), le loro modificazioni, serberà debitamente i Veda

e ne comprenderà il senso. Inoltre lo studio della grammatica è necessario per rimuovere ogni incertezza nel significato delle parole, vario secondo la posizione degli accenti, poichè «una parola viziosa, o per l'accento, o per le lettere, è usata invano, e non dà il dovuto senso: è una folgore che annienta il sacrificatore». Infatti è noto che come l'omissione o la negligenza nel rituale, così una parola del mantra non pronunciata distrugge l'effetto del sacrificio. Però il brâhmano non deve imitare i barbari o le donne corrompendo la pronunzia delle parole: e chi vuol rendersi degno dell'ufficio sacerdotale deve studiare la grammatica. «Quegli che sa distribuire questa Vâc accento ad accento, sillaba a sillaba, lettera a lettera, parola a parola, è capace d'esercitare l'ufficio sacerdotale».

Riprendendo poi l'invocazione del toro applicata alla recitazione dei mantra sacrificali, interpreta il passo del R. V. (IV, 58, 3):

*Catvâri çrñgâ tráyo asya pádá  
dve çîrsé saptá hástâso asya  
trídhâ baddhó vsabhó roravíti  
mahó devó mártiyam áviveça.*

«Quattro corna, tre i suoi piedi, due teste, sette le sue mani; tre volte legato, il toro mugghia. Un grande dio è entrato tra i mortali», interpreta le quattro corna per le quattro classi di parole, nome (sostantivo e aggettivo), verbo, preposizione, particelle (*nipâta*), i tre piedi per i tre tempi (presente, passato, futuro); le due teste per la terminazione dei casi; per le sette mani i sette casi; per la triplice legatura, nel capo, nel collo e nel petto non è data spiegazione, a meno che non corrisponda al triplice aspetto dei verbi, il che farebbe un doppio con i tre piedi. «Quegli che sa dis-

tribuire questa Vâc accento ad accento, sillaba a sillaba, lettera a lettera, parola a parola, è capace d'esercitare l'ufficio sacerdotale». Quindi il solito ritornello: Si deve studiare la grammatica per ottenere l'unione di spirito (*ladatmya*) col gran dio. Come sposa amorosa allo sposo, con belle vesti, si scopre, così la Vâc, a chi la conosce scopre se stessa. Perchè la Vâc a noi si scopra, è da studiarsi la grammatica.

Si passa quindi a parlare degli altri vedânga: «Il *chandâs* è detto i piedi del Veda; il *kalpa* le mani; il *jyotisa* gli occhi; il *nirukta* l'orecchio; la *çikṣâ* il naso; il *vyâkarana* la bocca. Però con l'intelligenza di questo insieme si grandeggia nel mondo di Brahma».

Ma, oltre i vedânga sono necessari all'intelligenza del Veda i purâna, il nyâya, la mîmâmsâ, i dharmaçâstra, gli itihâsa, i brâhmana, le upanisad, le smrti, tutta insomma la letteratura sacra, morale e filosofica dell'India.

La conclusione dell'Upakramanikâ è d'una solennità ieratica: ci si sente che Sâyana accingendosi all'opera di dichiarare il R. V. si ritiene investito di una missione divina.

«La Sapienza andò dal brâhmano: Proteggimi, dissegli, io sono il tuo tesoro divino. Al dispregiatore, a chi cammina per vie tortuose, a chi non frena il senso, non insegnarmi. Che io sia quindi piena di vigore». La Sapienza, dea che altamente sente di se, venne al brâhmano, il maestro, e così lo pregò: Brâhmano, non mostrarmi a chi non ha autorità; proteggimi! Io sono come il tuo tesoro, poichè compio i desideri dell'uomo. A chi dispregia me che sono così fatta, e te che mi insegni; a quello che perverso non studia intentamente la sapienza; nè a quello che non attende alle pratiche del digiuno, a risciacquarsi la bocca, alle abluzioni; a tali che hanno solo l'apparenza di

discepoli, non insegnarmi. Se così avverrà, io dimorando nel tuo cuore, ti sarò largitrice di ricompensa.

«Quegli che, per mezzo della verità, apre l'orecchio (degli uomini), e, senza fare alcun ché di male, porge l'ambrosia, deve essere (dal discepolo) onorato come padre e madre, nè deve essere oppresso, nemmeno un giorno solo». Nel primo mantra si inculca ciò che è vietato al maestro; in questo secondo ciò che è vietato allo scolaro. La parola mondana è falsa, non retta, nè conduce al compimento dei desideri. Opposta ad essa parola è la verace parola del Veda. Il maestro con siffatta parola apre e riempie l'orecchio del discepolo. Nè gli reca afflizione, se di lenta intelligenza, facendogli imparare anche un solo quarto di verso per volta, e facendogli gustare l'ambrosia, che ha origine dagli dei, ed è l'essenza del Veda e ottiene la liberazione finale. Un tale maestro è considerato dal buon discepolo come primo padre e madre; poichè nell'atto della nascita non sono primi il padre e la madre che largiscono il corpo, che è la parte più vile dell'uomo.

«Quei brâhmani, che, ammaestrati, non onorano (il maestro) con parola, pensiero e azione, come non sono degni di essere nutriti (col cibo della sapienza) dal guru, così non sono nutriti dalla scienza rivelata (*çruta*)». Quei vili brâhmani, che ammaestrati dal guru non l'onorano con la buona condotta, con la parola, col pensiero del bene ricevuto, con l'obbedienza, disattenti, discepoli solo in apparenza, non meritano di essere da lui nutriti. Essi sono indegni di godere del suo favore: nè il maestro deve avere per loro compassione. Così, adunque, come il guru non deve proteggerli, la parola del Veda insegnata dal guru non protegge questi vili discepoli: nè essi ottengono alcun frutto.

«Ma quello che tu puoi conoscere puro, non trascurato, saggio, casto; che non ti opprime un solo giorno, a questo tu mostrami, o brâhmano custode del mio tesoro». A questo verace discepolo... mostra, o brâhmano, me che sono la Sapienza in forma del Veda. Così, a preghiera della dea Sapienza, il maestro mostri al verace discepolo la sapienza del Veda.

Perciò il Rgveda sarà da noi, secondo l'autorità dei sei aṅga, interpretato.

: :                    : :                    : :

Per mostrare il metodo tenuto dal dott. Prabhat Kumar Shastri nel tradurre e commentare gli inni, e la diversità d'interpretazione di cui è tenuto ampio conto nel commento, basterà citare una sola strofe dell'inno 30 del primo mandala, e alcune traduzioni di esso:

*Āsvinā yāji avīr īso drāvātpāni  
çūbhas pati  
pūrubhujā canasyasyātam.*

«Asvini! sacrificales cibos, velocibus manibus praediti, purae immolationis custodes! magnis brachiis conspicui! gratos habete.» ((Rosen))

«Asvini, voi che avete cavalli dal rapido zoccolo, signori dello splendore, che molto possedete, accogliete benigni le pie offerte sacrificali.» ((Grassmann, secondo il Wörterbuch))

«O cavalieri, accogliete propizi la bevanda del sacrificio, voi signori dello splendore, largamente dominatori, dalle snelle mani.» ((Lo stesso, secondo la traduzione poetica))

«Açvini, voi che avete mani che lontano si stendono principi dello splendore, che molto godete, accogliete amichevolmente il sacrificale nutrimento.» ((Ludwig))

«Asvini, amatori di buone opere, dalle lunghe braccia, distese le mani (per ricevere l'offerta) desiderate il sacrificale nutrimento.» ((Prabhat Kumar))

«Asvini, signori della bellezza, di molti gaudio, dalla rapida mano, delle sacrificali vivande cibatevi.» ((De Gubernatis))

*Commento di Prabhat Kumar Shastri:*

Sâyana dà a *çubhaspatî* il senso di «amanti di buone azioni». Skandasvâmin e Veñkatamâdhava intendono «signori delle acque». Vedârthayatna «signori della prosperità». Il Wilson, seguendo Sâyana traduce: «amanti di pie azioni». Secondo il Grassmann l'espressione significa: «signori dello splendore», ovvero: «signori degli ornamenti e dei gioielli». «Signori dello splendore» è il senso sostenuto dalla maggioranza dei dotti occidentali, Ludwig, Geldner, Monier Williams, Griffith. *Subhaspatî* è usato sempre al duale nel R. V., come epiteto degli Açvini: nondimeno l'interpretazione di Sâyana varia a seconda dei diversi luoghi: ma in molti passi egli dà a *çubh*, *çobhâ* il senso di splendere e splendore.

*Purubhajâ*, secondo Sâyana significa: «dalle lunghe braccia», ovvero: «grandi mangiatori». Skandasvâmin intende: «mangiatori di copiose oblazioni». Veñkatam. spiega: «*bahubhojanan*, da intendersi tanto «che mangiano molto», quanto «che nutrono molti». Vedârthay. traduce: «donatori di copioso cibo». Il Wilson e il Langlois seguono Sâyana, traducendo: «dalle lunghe braccia». Il Grassmann



intende: «possessori di molte cose», il Ludwig «ricchi di godimento», al qual senso s'attengono il Geldner e il Monier Williams, mentre il Griffith a quello di possesso. Tutti questi sensi sono dati con differenti interpretazioni e in diversi luoghi del R. V. da Sâyana: «protettori di molti» *bahânâm pâlakan*; «dalle molte mani, o braccia» *prabhûtahastan*; «che molto godono» *purubhunjatan*; «che si cibano (delle oblazioni) in molti sacrifici» *bahusu yajñesu bhoktâran*; «che molto proteggono» *adhikam raksitâran*; «con mani piene (di doni da offrire ai loro adoratori)»; «mangiatori di copiose oblazioni» *bahulasya haviso bhoktâran*; «che nutrono molti con doni di prosperità» *bahânâm dhânadidânenâ bhojayitâran*; «protettori di molti adoratori» *bahânâm stotrnam pâlayitâran*.

*Dravatpâni*. Sâyana spiega «che stendono le mani per ricevere le offerte» *havirgrahanâya dravatbhyâm dhavadbhyâm pâribhyâm upetau*; più esattamente «forniti di celeri, rapide mani per prendere l'offerta». Skandasv. e Venkatam. «Dalle preste mani» (*ksiprahastan*) ossia: «che operano celeremente» (*çîghrakârinau*). Secondo Vedârthay. «che cavalcano veloci destrieri». Il Wilson e il Ludwig seguono Sâyana; il Geldner e il Griffith seguono Skandasv.; Il Monier Williams Vedârthay.; così il Grassmann, che traduce «cavalli dai veloci zoccoli». Ma di tanti sensi il più chiaro è: «dalle rapide mani». La spiegazione di «piè veloci», benchè non facilmente deducibile, non è impossibile, in quanto l'uso di *pâni*, in senso di piede, è ammesso da autorità indiane e straniere (il Bôhtlingk-Roth dà il senso di Hand e Huf). L'epiteto «dai forti zoccoli» può essere applicato ai cavalli degli Açvini, ma non agli Açvini stessi. «Dai veloci cavalli» si conviene agli Açvini, ma non si regge su un uso figurato e retorico della parola *pâni*, o con l'inter-

medio di una parola supplementare. Resta che il senso più probabile sia «dalle rapide mani».

*Canasyatam*, verbo denominativo, derivato da *canas*, cibo, con suffisso desiderativo: il senso è, perciò, «desiderio di cibo». Anche *isas* è cibo; si avrebbe quindi una tautologia, non rara, del resto, della quale Sâyana e Veñkatam. adducono vari esempi, come: *gavâm gopatih* (R.V., I, 101, 4); *somam somapâtamâ* (I, 21, 1); *dravinodâ dravinasaḥ* (I, 69, 8). Ma piuttosto che da *canas*, cibo, sarebbe da derivarsi da *can*, sentir piacere, godere; d'onde *canasy*, accogliere con piacere... benignamente, aggradire, ecc. Quindi i vedici: *canodhâ*, soddisfatto; *canohita*, volonteroso, propizio. Il Roth dà a *canasy* il senso di rallegrarsi: il senso di cibarsi è proprio di Sâyana. Il Geldner spiega *canodhâ* «richgütlich tun»; Gefallen, Geschmack finden; gern haben; gern hören.

ENRICO GERARDO CÀRPANI

## SUR LE PRINCIPE D'HAMILTON

Ayant eu l'occasion depuis quelques années de donner dans mon cours de mécanique rationnelle une démonstration élémentaire d'une forme précise un peu particulière du principe d'Hamilton pour le cas d'un seul paramètre, il m'a semblé utile de publier cette dernière en l'exposant pour un nombre quelconque de paramètres.

Considérons un système dynamique à  $r$  paramètres  $q_1, \dots, q_r$ , dont le mouvement est défini par une fonction de Lagrange  $L(q', q, t)$ ,  $q$  désignant le point de coordonnées  $q_1, \dots, q_r$ , et  $q'$  sa vitesse de coordonnées  $q'_1, \dots, q'_r$ . Supposons que  $L$  soit défini dans un ensemble ouvert de l'espace des variables  $q'_1, \dots, q'_r, q_1, \dots, q_r, t$ , et que dans un ensemble  $E$  compact (c'est-à-dire fermé et borné) et convexe contenu dans le précédent,  $L$  admette des dérivées premières et secondes continues telles que la forme quadratique

$$\varphi(x) = \sum_{\alpha} \sum_{\beta} a_{\alpha\beta} x_{\alpha} x_{\beta} \quad , \quad a_{\alpha\beta} = \frac{\partial^2 L}{\partial q'_{\alpha} \partial q'_{\beta}}$$

soit *strictement positive* dans  $E$ . Dans ces conditions la plus petite racine de l'équation caractéristique de  $\varphi$  est fonction continue dans  $E$ , et par suite admet une borne inférieure positive  $\alpha$ , et l'on a

$$\varphi(x) \geq \alpha \sum_{\alpha} x_{\alpha}^2$$

Pour un système qui admet une fonction de force ne dépendant que de  $q$  et  $t$ , la forme  $\varphi$  est constituée par l'ensemble des termes du second degré en  $q'_{\alpha}$  de l'énergie ciné-

tique  $T$ , et la condition ci-dessus équivaut à la suivante : *T ne peut pas s'annuler quand les  $q'_x$  ne sont pas tous nuls.* On suppose toujours que les paramètres  $q_x$  ont été choisis de façon à satisfaire à cette condition.

Revenons au cas général. Une *trajectoire* du système sera définie par une fonction  $q(t)$  définie dans un intervalle  $t_0 \leq t \leq t_1$ , admettant une dérivée continue, et telle que le point  $(q'_1, \dots, q'_r, q_1, \dots, q_r, t)$  soit toujours dans l'ensemble  $E$ . Une *trajectoire réelle* vérifie les  $r$  équations de Lagrange.

$$\frac{d}{dt} \left( \frac{\partial L}{\partial q'_x} \right) - \frac{\partial L}{\partial q_x} = 0.$$

L'action le long d'une trajectoire est, par définition,

$$A[q] = \int_{t_0}^{t_1} L(q', q, t) dt.$$

Le *principe d'Hamilton* sous la forme envisagée s'énonce ainsi :

*Etant donnée une trajectoire réelle  $q(t)$ , pour toute autre trajectoire, définie entre les mêmes instants  $t_0$  et  $t_1$ , et ayant même origine  $q(t_0)$  et même extrémité  $q(t_1)$ , l'action est plus grande que pour la trajectoire réelle, pourvu que  $t_1 - t_0$  soit inférieur à un nombre positif qui ne dépend que de  $L$  et de l'ensemble  $E$ .*

*Démonstration.* Soit  $q(t) + \vec{\xi}(t)$  une autre trajectoire,  $\vec{\xi}(t)$  s'annulant pour  $t_0$  et  $t_1$ . L'ensemble  $E$  étant *convexe*, on peut appliquer la formule de Taylor à  $L$  sous la forme suivante

$$(1) \quad L(q' + \vec{\xi}', q + \vec{\xi}, t) - L(q', q, t) = \sum_{\alpha} (\xi'_\alpha L'_{q'_\alpha} + \xi_\alpha L'_{q_\alpha}) + \frac{1}{2} f(q' + \theta \vec{\xi}', q + \theta \vec{\xi}, t; \vec{\xi}', \vec{\xi}),$$

$\theta$  étant fonction de  $t$  et vérifiant les inégalités  $0 \leq \theta \leq 1$ , et  $f$  étant une forme quadratique en  $\xi'_\alpha, \xi_\alpha$  définie par les égalités

$$f = \varphi + 2\psi + \chi \quad \left\{ \begin{array}{l} \varphi(q, q', t; \vec{\xi}') = \sum_{\alpha} \sum_{\beta} \frac{\partial^2 L}{\partial q'_\alpha \partial q'_\beta} \xi'_\alpha \xi'_\beta, \\ \psi(q, q', t; \vec{\xi}', \vec{\xi}) = \sum_{\alpha} \sum_{\beta} \frac{\partial^2 L}{\partial q'_\alpha \partial q_\beta} \xi'_\alpha \xi_\beta, \\ \chi(q, q', t; \vec{\xi}) = \sum_{\alpha} \sum_{\beta} \frac{\partial^2 L}{\partial q_\alpha \partial q_\beta} \xi_\alpha \xi_\beta. \end{array} \right.$$

Intégrons (1) de  $t_0$  à  $t_1$ . Les termes du premier degré en  $\xi'_\alpha, \xi_\alpha$  donnent la variation première de l'action

$$\int_{t_0}^{t_1} \sum_{\alpha} (\xi'_\alpha L'_{q'_\alpha} + \xi_\alpha L'_{q_\alpha}) dt$$

qui est nulle, ce qu'on peut vérifier immédiatement en intégrant par parties et en utilisant les équations de Lagrange. On obtient donc

$$A[q + \vec{\xi}] - A[q] = P + Q + R,$$

avec

$$\left\{ \begin{array}{l} P = \frac{1}{2} \int_{t_0}^{t_1} \varphi(q' + \theta \vec{\xi}', q + \theta \vec{\xi}, t; \vec{\xi}') dt \\ Q = \int_{t_0}^{t_1} \psi(q' + \theta \vec{\xi}', q + \theta \vec{\xi}, t; \vec{\xi}, \vec{\xi}') dt \\ R = \frac{1}{2} \int_{t_0}^{t_1} \chi(q' + \theta \vec{\xi}', q + \theta \vec{\xi}, t; \vec{\xi}) dt. \end{array} \right.$$

Nous allons minorer  $P$  et majorer  $|Q|$  et  $|R|$ . Soient  $b$  et  $c$  les bornes supérieures des dérivées secondes de  $L$  dans l'ensemble  $E$ , telles que

$$\left| \frac{\partial^2 L}{\partial q_\alpha \partial q'_\beta} \right| \leq b \quad . \quad \left| \frac{\partial^2 L}{\partial q_\alpha \partial q_\beta} \right| \leq c .$$

On a

$$(2) \quad \varphi \geq a \sum_{\alpha} \xi'_\alpha{}^2 .$$

$$(3) \quad |\psi| \leq b \sum_{\alpha} \sum_{\beta} |\xi'_\alpha| \cdot |\xi_\beta| ,$$

et, en tenant compte de l'inégalité  $\sum_1^r |x_i| \leq \sqrt{r} \sqrt{\sum x_i^2}$ ,

$$(4) \quad |\chi| \leq c \sum_{\alpha} \sum_{\beta} |\xi_\alpha| \cdot |\xi_\beta| = c (\sum |\xi_\alpha|)^2 \leq r c \sum_{\alpha} \xi_\alpha{}^2 .$$

Nous devons comparer les intégrales

$$I_\alpha = \int_{t_0}^{t_1} \xi'_\alpha{}^2 dt \quad , \quad J_{\alpha\beta} = \int_{t_0}^{t_1} |\xi'_\alpha| \cdot |\xi_\beta| dt \quad ,$$

$$K_\alpha = \int_{t_0}^{t_1} \xi_\alpha{}^2 dt .$$

Utilisons l'inégalité de Schwarz

$$\left( \int_a^b f g dt \right)^2 \leq \left( \int_a^b f^2 dt \right) \cdot \left( \int_a^b g^2 dt \right) .$$

qui exprime que la forme quadratique en  $\lambda$  égale à  $\int_a^b (f + \lambda g)^2 dt$ , n'étant jamais négative, n'a pas de racine réelle.

Appliquons-la en faisant  $g = 1$ ,  $f = \zeta'$ ,  $a = t_0$ ,  $b = t$ ; nous obtenons

$$\left( \int_{t_0}^{t_1} \zeta'_x dt \right)^2 \leq (t - t_0) \int_{t_0}^t \zeta'_x{}^2 dt .$$

c'est-à-dire

$$\zeta_x{}^2 \leq (t - t_0) I_x .$$

Intégrant les deux membres de  $t_0$  à  $t_1$ , nous obtenons:

$$K_x \leq \frac{(t_1 - t_0)^2}{2} I_x .$$

Pour introduire  $J_{\alpha\beta}$ , écrivons:

$$\begin{aligned} [(t_1 - t_0)\zeta'_\alpha - \zeta_\beta]^2 &= (t_1 - t_0)^2 \zeta'_\alpha{}^2 - 2(t_1 - \\ &- t_0)\zeta'_\alpha \zeta_\beta + \zeta_\beta{}^2 . \end{aligned}$$

On en tire:

$$2(t_1 - t_0)|\zeta'_\alpha| \cdot |\zeta_\beta| \leq (t_1 - t_0)^2 \zeta'_\alpha{}^2 + \zeta_\beta{}^2 ,$$

puis, en intégrant de  $t_0$  à  $t_1$ :

$$2(t_1 - t_0)J_{\alpha\beta} \leq (t_1 - t_0)^2 I_\alpha + K_\beta ,$$

d'où, en tenant compte de (5),

$$(6) \quad J_{\alpha\beta} \leq \frac{t_1 - t_0}{4} (2I_\alpha + I_\beta) .$$

Les inégalités (2, 3, 4, 5, 6) donnent

$$P \geq \frac{a}{2} \sum_x I_x ,$$

$$|Q| \leq b \sum_{\alpha} \sum_{\beta} J_{\alpha\beta} \leq \frac{b}{4} (t_1 - t_0) \sum_{\alpha} \sum_{\beta} (2I_{\alpha} + I_{\beta}) =$$

$$= \frac{3rb}{4} (t_1 - t_0) \sum_{\alpha} I_{\alpha},$$

$$|R| \leq \frac{rc}{2} \sum_{\alpha} K_{\alpha} \leq \frac{rc}{4} (t_1 - t_0)^2 \sum_{\alpha} I_{\alpha}.$$

$$A[q + \vec{\xi}] - A[q] \geq P - |Q| - |R| \geq$$

$$\geq \frac{1}{2} \sum_{\alpha} I_{\alpha} \left[ a - \frac{3rb}{4} (t_1 - t_0) - \frac{rc}{2} (t_1 - t_0)^2 \right].$$

Si  $t_1 - t_0$  est assez petit, le crochet est positif, et le second membre ne peut s'annuler que si les  $\xi'_{\alpha}$  sont identiquement nuls, c'est-à-dire si les  $\xi_{\alpha}$  le sont aussi. *Le Théorème est démontré.*

On remarque qu'il suffit d'avoir

$$t_1 - t_0 < \frac{3}{4} \frac{b}{c} \left( \sqrt{1 + \frac{32}{9r} \frac{ac}{b^2}} - 1 \right).$$

Rappelons que  $a$  est la borne inférieure des racines de l'équation caractéristique de la forme de quadratique de coefficients  $\frac{\partial^2 L}{\partial q'_{\alpha} \partial q'_{\beta}}$  dans l'ensemble  $E$ ,  $b$  et  $c$  les bornes supérieures des quantités  $\left| \frac{\partial^2 L}{\partial q'_{\alpha} \partial q'_{\beta}} \right|$  et  $\left| \frac{\partial^2 L}{\partial q_{\alpha} \partial q_{\beta}} \right|$  dans ce même ensemble, et  $r$  le nombre des paramètres.

RENÉ DE POSSEL

Professeur à la Faculté des Sciences d'Alger



# ESTADO ACTUAL DE LAS APLICACIONES DE LA DESINTEGRACION NUCLEAR DE LOS ATOMOS A LOS PROBLEMAS DE EDADES

## INTRODUCCION

La aplicación del movimiento de los cuerpos celestes a la medida de los tiempos, es insuficiente cuando nos proponemos determinar la edad de ellos mismos y de la materia que los forman, insuficiencia expuesta desde otros puntos de vista hace catorce siglos en el capítulo xxiii de las Confesiones de San Agustín, la ciencia tenía que recurrir a otros medios para efectuar estas medidas, lo fue la desintegración de los átomos.

La idea de la aplicación de las teorías de la desintegración nuclear de los átomos a los problemas de edades es reciente. La concibieron Pierre Curie y Laborde (1) en 1902, la anunció independientemente dos años después E. Rutherford de Montreal (Canada) y la introdujo en la ciencia apoyada en hechos empíricos B. Boltwood de Chicago en 1905.

Hace 16 años decía Felix Pompeckj de la Universidad de Berlin «cuando la Geología habla de la edad de la tierra se refiere solamente a una porción de tiempo muy pequeña. Se trata, del transcurrido desde la formación de la corteza exterior, que es reducidísima respecto a la masa total, pero es la única que permite observaciones geológicas cronológicamente», a las cuales denominó Joly (2 — pág. 145) «tiempo

geológico». En la actualidad, gracias al estudio de los procesos radiactivos naturales, los hombres de ciencia pudieron dar un enorme avance que les ha permitido pasar, de las edades geológicas a las uranológicas.

Los métodos radiactivos dan para las edades valores en años totalmente concordantes, son los más útiles para el geólogo, los cuales le permiten distinguir por medio de números, partes antiguas y modernas del planeta, así como expresar la edad de éstas en cifras, con lo que reemplaza la evaluación estatigráfica por una medida propia en años.

### LAS FAMILIAS RADIATIVAS

En el año 1896, cuando el físico francés, Becquerel (3) realizaba experiencias sobre fluorescencia, conoció casualmente los rayos que llevan su nombre, que tiene una propiedad denominada por Curie radiactividad, debido a la cual, le resultó impresionada una placa fotográfica, sobre la que había colocado un poco de uranio envuelto en papel negro, propiedad que tienen el uranio metálico y sus sales, de que sin ser influidos por una radiación previa, emiten continuamente rayos capaces de ionizar, excitar la termoluminiscencia, fluorescencia y fosforescencia, etc.

La radiactividad del torio, fue descubierta por Curie (4) y G. C. Schmidt en 1898. Por R. L. Campbel, no fué en 1907 la extraordinariamente débil del potasio y rubidio, en 1934 G. Hevesy descubre la del samario y la última lo fué la del lutecio en 1938 por Heyden y Wefelmeir (5).

Pudieron comprobar Rutherford y Soddy en 1902 como consecuencia de sus investigaciones, la teoría de que los cuerpos radiactivos son inestables, evolucionan continuamente y dan lugar a la aparición de nuevos elementos, a la que acompañan radiaciones diferentes y fenómenos caloríficos. Estas evoluciones, comprobadas por dichos investigadores, fueron las primeras manifestaciones que conocimos de la alquimia natural.

Las evoluciones radioquímicas, independientes de las combinaciones químicas y condiciones físicas externas, se reducen a un simple paso espontáneo de los elementos químicos constituyentes del mineral, de un nivel de energía superior inestable, a otro inferior estable o de masa mínima, al que acompaña un desprendimiento de energía, o sea como decía Soddy aceptando las proposiciones del dilema de Curie «Átomos mortales emiten rayos en el momento en que se transforman», momento que es incierto para cada átomo con nuestros conocimientos actuales, aunque se sabe con toda exactitud el momento medio en que tiene lugar la transmutación. El profesor Joly de la Universidad de Dublin escribía en 1903: «Existen en la materia terrestre átomos que representan un manantial enorme de energía geológica» y perfeccionados los estudios sobre estos fenómenos podía decir Verdnasky en la Sorbonne en 1933 (6) «todo cuerpo terrestre, toda región del Globo, presenta una temperatura específica propia, que es función del número y naturaleza de los átomos radiactivos contenidos en la unidad de volumen», estableciendo la idea de temperatura propia, como función principal de la desintegración atómica. Decimos principal, porque también interviene, pero con carácter secundario, el calor del medio. A este proceso energético acompaña una disminución de los cuerpos radiactivos primitivos y un aumento de los finales de las series de desintegración o estables.

Las radiaciones emitidas por los átomos en los procesos de desintegración natural, son de tres tipos, que se denominan  $\alpha$ ,  $\beta$  y  $\gamma$ .

Los rayos  $\alpha$ , reconocidos por Ernest Rutherford en 1899, a causa de su corto alcance, son trayectorias de partículas atómicas provistas de una doble carga positiva y un número másico cuatro. Se trata de heliones que al neutralizarse dan lugar a átomos de helio.

Los rayos  $\beta$ , descubiertos independientemente por Giesel y S. Meyer en 1899, son trayectorias de negatones, están

provistos de una carga negativa y su masa es  $1/1840$ , parte de la masa de una partícula alfa.

Los raios  $\gamma$ , asociados siempre a los  $\alpha$  ó  $\beta$ , observados por primera vez en 1900, son radiaciones ondulatorias de pequeñísima longitud de onda, por consiguiente los únicos que de momento no interesan para los problemas de edades, por carecer de carga y masa apreciables.

Podemos considerar, que existen actualmente siete familias radiactivas naturales, representadas en las tablas adjuntas, de las que sus elementos originales por orden del número másico de mayor a menor son: uranio uno, actinio uranio, torio, lutecio 176, samario 148, rubidio 87 y potasio 40.

Al observar la primera tabla, que corresponde a la familia del uranio y del radio, vemos que el plomo de radio de

### FAMILIA DEL URANIO Y DEL RADIO

#### NUMEROS ATOMICOS

	81 Talio	82 Plomo	83 Bismuto	84 Polonio	85	86 Emanación	87	88 Radio	89 Actinio	90 Torio	91 ProtoAc	92 Uranio
206		RaPb										
210		RaC''	RaD	RaE	RaF							
214		<sup>5/1000</sup> RaB	RaC	RaC'								
218				RaA								
222					Ra							
226						Ra						
230										Io		
234										UX <sub>1</sub>	UX <sub>2</sub>	UII
238												UI

↑  $\alpha$

↔  $\beta$

Estable

número atómico 82 y másico 206, elemento estable o final de la misma, procede del uranio uno de números 92 y 238

respectivamente, considerado como origen de esta familia radiactiva desde 1905, por los estudios de Boltwood. Las leyes fundamentales deducidas de las transformaciones radiactivas, son dos, una establecida por Soddy (1911) según la cual «toda transformación acompañada de desprendimiento de rayos  $\alpha$  rebaja el peso atómico en cuatro unidades y el número atómico en dos» o sea que se engendra el núcleo que corresponde en la tabla de Mendelejeff a un retroceso de dos puestos con relación al del átomo que se desintegra, la segunda fué la establecida por Russell, Soddy y Fajans en 1913, según la cual «toda transformación acompañada de desprendimiento de rayos  $\beta$ , conserva el número másico y eleva el número atómico en una unidad», dá lugar a un nuevo núcleo, que gana un puesto en la tabla periódica. Vemos, pues, que para pasar de un elemento a otro de la misma pléyade, se necesita la emisión de un corpusculo  $\alpha$  y dos  $\beta$ .

Al considerar nuevamente la primera tabla, deducimos que el plomo de radio, procede del uranio uno, gracias a la emisión de 32 unidades másicas que corresponden a ocho partículas  $\alpha$  y 10 cargas positivas. Pero debemos tener en cuenta, que las ocho partículas tienen 16 cargas positivas, así es, que la emisión de éstas ha rebasado en 6 la que es necesaria, por lo que se necesita una emisión adicional de 6 cargas negativas o sea 6 partículas  $\beta$ .

La segunda tabla, pertenece a la familia del actinio y tiene por elemento final el plomo de actinio, de número atómico 82 y másico 207. Este elemento estable procede del uranio de números 92 y 235 respectivamente o actinouranio, familia de la que su procedencia fué muy discutida hasta hace poco tiempo, como puede comprobarse por las siguientes citas: Kovarik (1931), (7) la supone desafortunadamente una rama de las series del UI; Holmes (1931), (8) y Harnwell y Livingood (1933), (9, pág. 372) ya sospechan su procedencia del U 235; Vernadsky (1934), (6) no indica procedencia ni fija valores del número másico para los elementos de esta familia; Curie (1935), (10, pág. 133) supone

derivada de un isótopo del U, así como Perrin (1935), (11, pág. 15), estableciendo este origen, por la existencia del protoactinio en las rocas uraníferas.

### FAMILIA DEL ACTINIO

NUMEROS ATOMICOS

	81 Talio	82 Plomo	83 Bismuto	84 Polonio	85	86 Emanacion	87	88 Radio	89 Actinio	90 Torio	91 ProtoAc	92 Uranio
207	AcC'	AcPb										
211		AcB	AcC	AcC'								
215				AcA								
219					An							
223							AcX					
227								Ac	RdAc			
231										UY	Pa	
235												AcU

$\alpha$   
 $\beta$   
 Estable

La necesidad del actinouranio, con una vida menor que el uranio uno, para origen de la serie del actinio, fué indicada en 1926 por Wilkins, ante la necesidad de la existencia de una partícula  $\alpha$  con un alcance en el aire de 2,99 cm., que pudiese explicar, el aumento en el radio del anillo interior de las aureolas pleocroicas, que encontró Joly en el estudio que hizo de las biotitas en 1923. Para dar esta hipótesis por cierta, se expuso en 1927 la necesidad de conocer el peso atómico del plomo de actinio, que quedó fijado en 1932 al determinar Grose (12) el número másico 231 para protactinio, por lo que al actinio plomo le corresponde en 207.

En esta serie, que conserva el nombre del elemento radiactivo descubierto por Devierne en 1899, se necesita

la emisión de siete partículas  $\alpha$  y cuatro  $\beta$ , entre el elemento cabeza de familia y los sucesivos, para llegar al plomo de actinio.

## FAMILIA DEL TORIO

		NUMEROS ATOMICOS									
		81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
		Talio	Plomo	Bismuto	Polonio		Emanación		Radio	Actinio	Torio
NUMEROS MASICOS	208	ThC''	ThPb								
	212	33,6%	ThB	ThC	ThC'						
	216				ThA						
	220					Tn					
	224							ThX			
	228								M <sub>3</sub> Th <sub>1</sub>	M <sub>3</sub> Th <sub>2</sub>	RdTh
	232										Th

$\leftarrow \alpha$   
 $\beta \rightarrow$   
 Estable

La familia del torio, que representamos en el tercer cuadro, tiene por cabeza el elemento del número atómico 90 y másica 232 o torio 232, y termina en el elemento estable plomo torio de números 82 y 208 al que se llega con la emisión de 6 partículas  $\alpha$  y 4  $\beta$ .

La cuarta tabla representa la familia del lutecio propuesta teóricamente por nosotros en 1939 (13); su cabeza es el isótopo de masa 176 y el producto final el Hafnio 176, en la que solo hay desprendimiento de una partícula  $\beta$  por átomo. Razonaremos rápidamente los fundamentos que tuvimos para establecer esta familia.

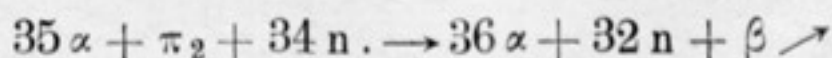
El peso atómico del lutecio, conocido hace años, es superior a 175, por lo tanto estaba prevista la existencia de

un isótopo mas pesado, la cual fué comprobada en 1939 por Mattauch y Lichtblau (14). La radiactividad  $\beta$  del lutecio, dijimos fué descubierta en 1938 por Heyden y Welfelmeier (15), sin indicar sus descubridores a que isótopo era debida.

FAMILIA DEL LUTECIO DEL RUBIDIO  
DEL POTASIO Y DEL SAMARIO

N <sup>OS</sup> MASICOS	N <sup>OS</sup> ATOMICOS		N <sup>OS</sup> ATOMICOS		N <sup>OS</sup> ATOMICOS		N <sup>OS</sup> ATOMICOS		
	71	72	37	38	19	20	60	61	62
	Lutecio	Hafnio	Rubidio	Estroncio	Potasio	Calcio	Neodimio	Ilinio	Samario
176	Lu <sup>176</sup>	Hf <sup>176</sup>	87	Rb <sup>87</sup> → Sr <sup>87</sup>	40	K <sup>40</sup> → Ca <sup>40</sup>	144	Nd <sup>144</sup> → Sm <sup>144</sup>	Estable
							148		Sm <sup>148</sup>

Conocida la radiactividad  $\beta$  del lutecio, la existencia del lutecio 175 y la probable existencia del lutecio 176, hicimos un estudio teorico le la constitución nuclear de cada uno de sus dos isótopos, el primero, es decir el 175, no correspondía a una forma que pudiera dar lugar a una radiación  $\beta$ , ademas de no conocerse el Hf 175, mientras que la agrupación nuclear del Lu 176 corresponde a la formula.



Si repasamos los átomos con radiactividad natural, que en su constitución nuclear tienen un neutrón y un número par de electrones, vemos que todos tienen radiactividad  $\beta \rightarrow$ , tales son K<sup>40</sup>, ThC'', RaC'', RaE, ThC, MsTh<sub>2</sub> y UX<sub>2</sub>, por lo cual el lutecio 176 no podia ser una excepción, más si tenemos en cuenta, que estaba comprobada la existencia del elemento a que dá lugar, pues sabemos que el hafnio 176, entra en la proporción de 5%, en el hafnio comercial. Por estas razones asignamos la actividad  $\beta \rightarrow$  al Lu 176.



TABLA DE ISOTOPOS DE LOS ELEMENTOS

	Cabeza de Familia					Fin de Familia					
	Proporción en la Corteza Terrestre	Símbolo	Z	M	0/0	Proporción en la Corteza Terrestre	Símbolo	Z	M	0/0	
Familias del U y Familia del Th	4,2.10 <sup>-6</sup>	{ Ull AcU Ul	92	234	13 90/14	3.10 <sup>-5</sup>	{ Pb 204 Ra Pb Ac Pb Th Pb RaD Ac b ThB RaB	82	204	1,5	
				235				107/14		206	23,5
	1,2.10 <sup>-5</sup>	{ Rd Ac Rd Th Io Uy Th UXl	90	227	100				207	22,7	
				228			208	52,3			
				230			210				
				231			211				
				232			212				
		234		214							
Familia del Lu	9.10 <sup>-7</sup>	{ Lu	71	175	97,5	2,5.10 <sup>-5</sup>	{ Hf	72	176	5	
				176	2,5				177	19	
								178	28		
								179	18		
								180	30		
Familia del Sm	4,5.10 <sup>-6</sup>	{ Sm	62	147	17				144	?	3
				148	15						
				149	15						
				150	5						
				152	26						
		154	20								
Familia del Rb	3,5.10 <sup>-5</sup>	{ Rb	37	85	72,8	0,20.10 <sup>-3</sup>	{ Sr	38	84	0,56	
				87	27,2				86	9,86	
								87	7,02		
								88	82,56		
Familia del K	2,40.10 <sup>-2</sup>	{ K	19	39	93,4	3,39.10 <sup>-3</sup>	{ Ca	20	40	96,97	
				40	0,01				42	0,64	
				41	6,6				43	0,145	
									44	2,06	
									46	0,0033	
					48	0,185					
Partículas α		α	2	4	100	8.10 <sup>-9</sup>	{ He	2	4	100	

— Elemento cabeza de familia.  
 Elemento estable, final de familia.

El samario, tiene un isótopo, de número másico 148, que es el origen de la quinta familia y no el 152, como suponía Curie (10) en 1935, termina esta familia, al parecer, en el samario de masa 144, para lo cual es necesaria, debido a la diferencia de cuatro unidades másicas la emisión de una partícula  $\alpha$  identificada por Wilkins en 1938 (15), pero como hay que restablecer las sesenta y dos cargas eléctricas, se necesita además la de dos  $\beta$ .

Día (1)	Génesis	Uranología y Geología	GEOPISICA Cómputo aproximado en años hasta el día de hoy	Duración- aproximada en millones de años
Eternidad				$\infty$
En principio o antedfa.	Materia.	Matéria.	$> 2.10^{10}$	$\approx ?$
1.º	Luz.	Elementos químicos y nebulosas.	$> 2.10^{10}$ a $< 3,6.10^9$	20.000
2.º	Firmamento.	Individualización de la tierra.	$< 3,6.10^9$ a $\geq 1,8.10^9$	2 000
3.º	Tierra, hierbas, árboles.	Formación corteza terrestre al Herciniano.	$\geq 1,8.10^9$ a $260.10^6$	1.500
4.º	Se ven los astros.	Cordillera Herciniana al Jurásico inclusive.	$260.10^6$ a $100.10^6$	160
5.º	Grandes reptiles y aves.	Cretáceo al Mioceno.	$100.10^6$ a $30.10^6$	70
6.º	Mamíferos y hombres.	Plioceno y Pleistoceno.	$30.10^6$ a 300.000	30
7.º	Descansa.	Actual.	300,000 y continúa	$\approx ?$
Eternidad				$\infty$

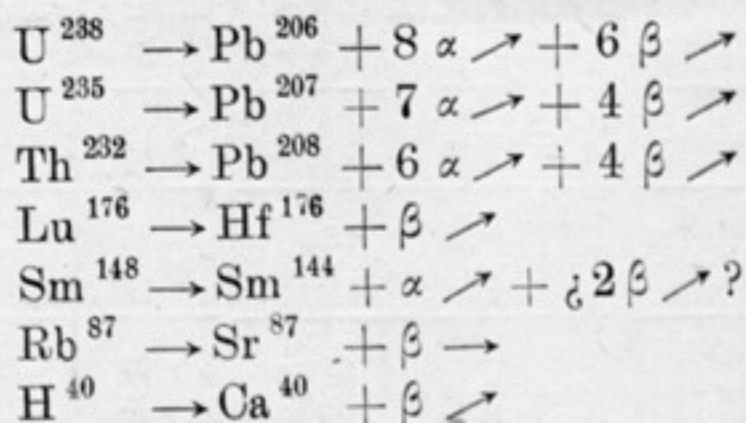
(1) La palabra día, esta considerada en su acepción de época.

Del rubidio, es su isótopo de número masico 87, el origen de la sexta familia que termina en el estroncio 87, con la emisión de una partícula electrónica  $\beta$ .

Millones de años	EDAD	DURACIÓN		EDAD Millones de años	Vida y energía Terrestre
		Periodos	Millones de años		
0	Cuaternaria . . .	Pleistoceno . . . . .	> 0,3	0,3	Hombre.
60	Terciaria . . .	Terciario . . . { Super. Infer. . .	25 35	60	Aves, mamíferos, vegetación moderna.
140	Secundaria . . .	Cretáceo . . . { Super. Infer. . .	50 30	110 140	Grandes reptiles.
		Jurásico . . . . .	35	175	
		Triásico . . . . .	25	200	
480	Primaria . . .	Pérmiano . . . . .	40	240	Peces y grandes criptógamas.
		Carbonífero . . . { Super. Medio . Infer. .	60 50 100	300 350 450	
		Devónico . . . . .	40	490	Invertebrados.
		Situriano. { Gotlandiense Ortoviciense	30 70	520 590	
		Cámbrico . . . . .	90	680	Vida primitiva.
1.360	Arcaica . . .	Precámbrico superior	260	940	Vida desconocida.
		Precámbrico medio . .	200	1.140	Se forma la corteza terrestre.
		Precámbrico inferior . .	900	2.040	
18.000	Pregeológica o Astronómica.	Fase estelar . . . . .	1.530	3.570	Se forman los átomos más pesados: Uranio.
			16.430	20.000	Se forman los átomos del potasio.
Descó-nocido	Principio . . .	Principio de los tiempos: Dios crea la materia .	¿ ?	320.000	Creación de los elementos másicos del núcleo

La familia del potasio, tiene por origen, el elemento de número másico 40 del que deriva el calcio 40, por una emisión  $\beta \rightarrow$ . Algunos investigadores, como Curie (10) y Gueben (16) en 1935 dan en varios sitios de sus obras el potasio 41 como radiactivo natural.

Estas incesantes transformaciones atómicas las podemos resumir simbólicamente en el siguiente cuadro:



Las transformaciones naturales radiactivas, dan vida al sistema periódico, en el que anteriormente se consideraban independientes los elementos químicos, mientras que hoy hay que admitir, dentro de cada familia, el paso de unos elementos a otros, de los cincuenta que figuran en los adjuntos cuadros, al mismo tiempo que se establecen dos importantes conclusiones:

1.<sup>a</sup> — Los elementos radiogénicos, cuya desintegración es muy rápida, se presentan con escasez en la naturaleza y por el contrario son más abundantes los de larga vida.

2.<sup>a</sup> — Disminuyen continuamente, los elementos originarios de las familias radiactivas y aumentan simultáneamente los estables o finales de cada una.

#### FORMULAS DE EVOLUCION Y MARCHAS GENERALES PARA DEDUCIR EDADES

Representemos por  $n_t$  el número de átomos de un elemento, que tuviera una muestra en el momento  $t$  a partir del que consideremos como inicial, en el que existían  $n_0$  átomos del mismo elemento. Denominemos  $\lambda_n$  la constante radiactiva o probabilidad de que un átomo del elemento considerado se transforme en la unidad de tiempo, la ecuación diferencial de la transformación es

$$dn = -\lambda_n \cdot n \cdot dt$$

con signo negativo, porque el número de átomos sin transformar disminuye continuamente y tiene esta forma por ser el número de átomos transformados, directamente proporcionales al número de los existentes, tiempo que dura la transformación y probabilidad de transformación. Resuelta esta ecuación

$$\text{Lg } n_t = \lambda_n \cdot t + c$$

representemos por  $n_0$  el número de átomos en el instante inicial, para el cual  $t=0$  como esta ecuación se tiene que verificar en todo momento

$$\text{Lg } n_0 = c$$

y sustituido este valor de la constante en la anterior

$$\text{Lg } n_t = \lambda_n \cdot t + \text{Lg } n_0$$

o en forma exponencial

$$n_0 = n_t \cdot e^{\lambda_n \cdot t}$$

El número de átomos  $m$ , que han evolucionado durante el tiempo  $t$ , es igual a la diferencia entre los que existen en el momento inicial de la evolución  $n_0$  y el considerado  $n_t$ , es decir

$$m = n_0 - n_t = n_t (e^{\lambda_n \cdot t} - 1)$$

En las tablas de constantes, suelen figurar, para cada elemento radiactivo, además de la probabilidad de transformación  $\lambda_n$ , la vida media o duración de un átomo  $\theta_n$  y el periodo  $T_n$  o duración de transformación de la mitad de los átomos que están relacionados por la fórmula

$$\theta_n = \frac{1}{\lambda_n} = \frac{T_n}{\text{Lg } 2}$$

Los fenómenos radiactivos, como consecuencia de la desintegración atómica a que dan lugar, nos proporcionan marchas generales para determinar las edades de minerales y rocas. Podemos considerar los minerales radiactivos de acuerdo con Hume como «cronómetros naturales que miden la edad de la Tierra», son estos cronómetros los más exactos para grandes períodos geológicos y al relacionar su estudio con el paleogeográfico, deben claramente iniciar una división sintética de la historia de la Tierra, en períodos y eras, distinta que la actualmente en boga.

Las marchas para medida de la edad geológica, se pueden reducir a tres: Las dos primeras aplicables únicamente a las familias radiactivas que en su evolución dan lugar a partículas  $\alpha$ , mientras que la tercera es aplicable a todos los casos.

*Primera.* — Aureolas pleocroicas.

Ciertos minerales, como la biotita, muscovita, cordierita etc., presentan alrededor de unas pequeñas inclusiones, de uno a cuatro micrones de diámetro, unas coronas esféricas, cuyo radio máximo es de centésimas de milímetro (cuarenta micrones), las que vistas por transparencia al microscopio, en sección delgada, dan la apariencia de fajas concéntricas, perfectamente, delimitadas, de colores oscuros, que se denominaron, desde que se conocieron en 1873, aureolas pleocroicas, a causa de los cambios visibles con luz polarizada, de los que posteriormente, se vio la gran importancia que tenían, al sugerir Joly en 1907, eran debidas, a la radiactividad de sus núcleos de apatito, allanita, circón, etc., por lo que sirven de origen a un método de determinación de la edad de los minerales.

La existencia de los halos, por necesitar mucho tiempo para marcarse, permite atribuir, según Royer (17), a los minerales en que aparecen, una edad anterior al terciario y disse Knopf que tienen una sensibilidad de  $10^7$  veces, la de los métodos eléctricos de medidas de radiactividades.

La pequeña inclusión radiactiva, descarga radialmente y en todas direcciones partículas  $\alpha$ , las que por su gran

energía cinética, ionizan los átomos con que chocan, a su paso a través de la materia y ocasionan una acción colorante que desaparece por calentamiento del mineral. Para cada clase de partículas, es variable la distribución de la ionización a lo largo del trayecto, Hendersson hizo su representación gráfica, en la que se ve un aumento de ionización muy considerable cerca del fin del trayecto, donde presenta una rápida caída terminando por una lenta disminución hasta 0.

La coloración de las aureolas, depende del número de partículas  $\alpha$ , desprendidas por la inclusión total, es decir que es función del tamaño de las mismas, radiactividad y tiempo que lleva actuando. El tamaño del núcleo se determina fácilmente, con los potentes objetivos de que se dispone actualmente, lo que también nos permite reconocer la naturaleza. La radiactividad se atribuye empíricamente, si se trata de un circón por ejemplo, indican Joly y Rutherford para límite superior un diez por ciento de su volumen en uranio, aunque los que se encuentran normalmente solo tienen un 1 por ciento y algunas veces unas décimas; el tiempo es la incógnita que nos proponemos valorar.

El método seguido por Joly y Rutherford, para las valoraciones de edades, consiste en encontrar experimentalmente el número de partículas  $\alpha$  necesarias para producir el ennegrecimiento de la mica, y deducir la edad de la aureola al dividir aquel número, entre las que produce anualmente el material radiactivo del centro de la inclusión, método que como se ve es bastante impreciso y aparte de sus múltiples errores de apreciación está sujeto a los ocasionados por los cambios de intensidad de color debidos a causas externas.

Las radiaureolas como base de método para medir edades, son muy imprecisos, pero tienen gran importancia, como testigos a través de más de  $10^9$  años de la constancia de la velocidad de desintegración, al observar que los radios de las aureolas o alcances de las partículas  $\alpha$ , no han variado con la edad, ya que este recorrido es función de la

duración de la desintegración, es decir, que el período no sufre alteración a través de los tiempos geológicos.

Del estudio de los halos se ha deducido que en unos la emisión de partículas  $\alpha$  cesó mientras que en otros continúa, los que clarificó Henderson (18) como pasivos y activos, a los primeros se les atribuye un origen hidrotermal, su ennegrecimiento no aumenta desde que se produjo la emisión de la última partícula  $\alpha$  y por consiguiente las edades deducidas con ellos son límites mínimos. En las aureolas activas, continúa la emisión de partículas  $\alpha$  con el consiguiente aumento del ennegrecimiento de los anillos, como ocurre con las comunes debidas al uranio y las menos frecuentes producidas por el torio.

*Segunda. — Por el helio. —*

La marcha del helio para cálculo de edades es debida a Rutherford (1904), quien indicó en el International Congress of Arts and Science de St. Louis, la posibilidad de determinar la edad conociendo el helio y uranio contenido en un mineral.

Para la valoración de edades, con este método es suficiente tener en cuenta, por cada átomo de cabeza de familia que se transforma en elemento estable, hay un desprendimiento de 8, 7, 6 y 1, partículas atómicas  $\alpha$  para el U, AcU, Ch, y Sm<sup>148</sup>, respectivamente, cada una de las cuales al neutralizarse se convierte en un átomo de helio.

Es necesario para la valoración de los años, conocer el número de átomos cabeza de familia que se transformaron, este lo obtenemos al dividir el número de átomos de helio presentes, entre el de las partículas  $\alpha$  a que dió lugar cada uno para llegar a transformarse en elemento estable. El número de los átomos existentes inicialmente lo conocemos por la suma de los que existen actualmente en la muestra y los que se transformaron. Por la fórmula general podemos deducir la edad conocidos ambos números y la constante de desintegración.

Al valorar el He se presentan entre otros, además del inconveniente de la emigración en caliente, el de su desprendimiento en contacto con el aire y como consecuencia



al porfirizar la muestra por lo que el valor hallado, es menor que el correspondiente a la cantidad de heliones producidos, y al substituirlo en las formulas, da una edad que solo la podemos considerar como un mínimo de la real, la que suele ser alrededor del 50%.

*Tercera. — Procedimiento general. —*

Para determinar la edad geológica por el procedimiento general, necesitamos valorar el número de átomos  $n_t$ , en el momento actual del elemento origen de la familia radiactiva, el  $m$  del final o estable y conocer el periodo; El número de átomos de los elementos orígenes de familias se pueden deducir, por figurar en las tablas de isotopos, los tantos por ciento en que estos entran actualmente en el respectivo elemento químico, que son:  $U^{139}$  / 1,4%,  $AcU^1$  / 1,4%,  $Th$  100%,  $Lu^{176}$  2,5%,  $Sm^{148}$  14%,  $Rb^{87}$  22,2% y  $K^{40}$  0,01% con lo que conocido el número total de átomos del elemento químico, obtenemos al multiplicarlo por el tanto por ciento respectivo el valor de  $n_t$ .

Si los elementos finales, no están contaminados, el número  $m$  será el de átomos que dé el análisis, de los elementos fin de serie, la suma de ambos  $m$  y  $n_t$  representa el número de átomos originarios, por lo tanto

$$n_0 = m + n_t = n_t \cdot e^{\lambda_n \cdot t}$$

de donde

$$t = \frac{1}{\lambda_n} \text{Lg} \frac{m + n_t}{n_t} = \frac{T_n}{\text{Lg} 2} \text{Lg} \frac{m + n_t}{n_t}$$

e como se suele expresar generalmente con el fin de poder usar logaritmos decimales

$$t = T_n \times 3,322 \times \text{L o g} \frac{m + n_t}{n_t}$$

En esta formula la constante  $T_n$  está perfectamente conocida y sus valores los damos en el siguiente cuadro.

PERIODO Y ALCANCE DE LAS PARTICULAS  $\alpha$  DE LOS  
ELEMENTOS CABEZA DE FAMILIA RADIATIVA

Elemento	Periodo en años	Alcance en el aire en cm.	Investigador
UI	$4.56.10^9$	2.625	Nier — 1938
AcU	$7.13.10^8$	2,99	Nier — 1938
Th	$1.389.10^{10}$	2,59	Kovarik y Adams — 1938
K	$1.42.10^9$	— —	Bramley y Brewer — 1938
Rb	$4.10.11$	— —	Libby y Lee — 1939
Sm	$1,7.10^{11}$	1,13	Wilkins y Dempsler — 1938
Lu	$6.10^{13}$	— —	Heyden y Wefelmeier — 1938

La formula general no se puede aplicar al caso particular del U, sin hacer la corrección correspondiente a la familia del AcU; hemos de tener en cuenta que este elemento está actualmente con relación al UI, en la proporción de 1 a 139, denominandose  $u_t$  la cantidad total del uranio actual,  $u$  la suma de los plomos  $Pb^{206}$  y  $Pb^{207}$  y  $u_o$  la del uranio originario, la formula general será para este caso

$$U_o = U + U_t = \frac{U_t}{140} (139 \cdot e^{\lambda_{UI} \cdot t} + e^{\lambda_{AcU} \cdot t})$$

desarrollemos en serie teniendo solo en cuenta hasta los términos  $t^2$  inclusive y despejemos  $t$

$$t = \frac{-1,58 + \sqrt{3,07 \frac{U + V_t}{V_t} - 0,58}}{1,54} \times 10^{10} \text{ años}$$

Al considerar el AcU como UI en la aplicación de la formula general los errores que se obtienen para los valores de las edades, son considerablemente inferiores al 10%, por lo que se aceptan los deducidos sin uacer corrección de la diferencia de periodos del UI y AcU.

En caso de la presencia simultánea del Uranio y del Torio, se complica el problema, por la existencia del  $\text{Pb}^{208}$  como producto final y entonces hay que recurrir a la fórmula de Kovarik, de todos modos, con esta marcha, puede quedar siempre la duda de una posible contaminación de los productos finales, y por consiguiente ser erróneo el valor que damos a  $m$ .

Es de suma importancia en la resolución de problemas por la marcha general, conocer si existe contaminación de los elementos finales de familia radiactiva y caso que exista hacer la oportuna corrección, esta posible contaminación solo se puede descubrir con el espectrografo de masas y es debida a que los elementos químicos que produjeron la impurificación, cualquiera que sea su procedencia supuesta no radiogénica, tienen en una cantidad constante dentro de cada pleyade, el tanto por ciento que corresponde a los elementos de distintas masas, según vemos en el adjunto cuadro (19).

Si el mineral en que hacemos las valoraciones de edad, tiene otros isótopos del elemento final de familias radiactivas, distintas a los radiogénicos, como el tanto por ciento en que entran en los de origen común lo conocemos, podemos saber la parte que correspond de cada isótopo a este origen, que es la que consideramos como impurificación y la que procede de desintegración.

En el plomo común es característico el  $\text{Pb}^{204}$ , que entra en 1,5%, si este no aparece en el mineral radiactivo, no existe tal contaminación, si apareciese podremos asegurar que hubo contaminación y tendremos que deducir del contenido en  $\text{Pb}^{206}$ ,  $\text{Pb}^{207}$  y  $\text{Pb}^{208}$ , la parte de estos plomos, que no es debida a las transformaciones radiogénicas de las que tenemos que valorar la edad, cantidades que serán respectivamente, 235/15  $\text{pb}^{204}$ , 227/15  $\text{pb}^{204}$  y 523/15  $\text{pb}^{204}$ , en los que  $\text{pb}^{204}$  representa el contenido en este elemento. Las diferencias respectivas entre las cantidades encontradas de  $\text{pb}^{206}$ ,  $\text{pb}^{207}$  y  $\text{pb}^{208}$  y las debidas a las contaminaciones dan los valores de  $m$  para cada una de las familias.

El hafnio y estroncio, están bien caracterizados por varios isotopos y sus proporciones son muy adecuadas para los calculos de las correcciones por impurificaciones, no ocurre lo mismo con el Ca, elemento muy abundante en la naturaleza, pues aunque también está bien caracterizado el de origen comun por el  $\text{Ca}^{44}$ , del que forma parte con el 2%, entra el  $\text{Ca}^{40}$  en la elevada proporción, del 96,97%, lo que unido al periodo grande del  $\text{K}^{40}$ , un pequeño error en la valoración del  $\text{Ca}^{44}$ , produce una inexactitud en la valoración de la edad, aunque el error siempre se mantiene debajo del 10%.

Si el mineral tuviese simultaneamente uranio y torio, nos proporcionaria el espectrografo de masas tres caminos para deducir la edad, que son los de las familias del U, AcU y th y si ademas se acepta la suposición de Wilkins (20) de que originariamente el U y AcU estuvieron en el equilibrio radiactivo, tenemos una cuarta marcha aplicable a todos los minerales de uranio, utilizada por Grosse y Rose (21) que da la edad en función de la relación  $\text{Pb}^{207}/\text{Pb}^{206}$ , corregida de las posibles contaminaciones.

Podemos afirmar como norma general, que ninguna determinación es de absoluta confianza, si no se recurre al estudio del mineral por el espectrografo de masas.

Se ha de tener en cuenta al determinar las edades, que estas lo son de los minerales que hemos utilizado para hacer las valoraciones, y no de las rocas de que forman parte, que segun los casos seran anteriores o posteriores a la formación de los minerales.

#### VALORACION DE EDADES EN MOMENTOS ESENCIALES DE LA CREACION DEL MUNDO

Pocas seran las enseñanzas de la ciencia que tan manifiestamente se relacionan con las afirmaciones de los libros revelados, como las que respectan al origen de la materia y de los seres naturales, de los que plenamente hablan el

libro sagrado del Génesis en la introducción, en el capítulo 1.º y en los tres primeros versos del capítulo 2.º; por ello, la cosmogonía mosaica es uno de los puntos que en todos los tiempos han tratado los sabios de conciliar con los conocimientos científicos, la que es absoluta desde el punto de vista de la radiactividad natural.

En esta conferencia exponemos datos propios que aportamos anteriormente (22) a las afirmaciones de la ciencia y de la exégesis católica, con los que hemos señalado por primera vez, duración en años a los días hexaméricos.

Como creyentes aceptamos la existencia eterna de Dios, por lo cual el primer periodo de tiempo que debemos considerar tiene una duración infinita.

Consideraremos que en el «Principio», o sea antes de los días genesiácos, creó el Sumo Hacedor la materia de la que están constituidos los núcleos de los átomos, a partir de ésta, se formaron los átomos de los distintos elementos, ya que esta formación no pudo tener lugar antes de que existiese su propia materia.

Los átomos se formaron, de acuerdo con los estudios físicos, por orden de su complejidad, primero los más simples o ligeros, los últimos los más pesados, orden concorde con el estudio científico de la creación de los reinos vegetal y animal, ya que la aparición de las diversas especies es tanto más cercana a la del hombre, cuanto más perfectas son.

A la creación de la primera materia que integra el núcleo de los átomos, consignada en el primer versículo del Génesis, la señalamos como límite más cercano a nosotros una antigüedad mayor de  $2 \cdot 10^{10}$  años, por ser esta edad, la que asigna Branley (23) con los conocimientos del día de hoy a la formación de los átomos del potasio, a base del equilibrio del  $K^{40}$  con el  $Ca^{40}$ , elemento químico más sencillo de los de radiactividad natural conocida y por lo tanto el más antiguo. Al rubidio, posterior al anterior, como más complejo, le corresponde según Brewer (23) una edad de  $1,5 \cdot 10^{10}$  años.

Las obras del primer día del Genesis, en que «se hace la luz y se separa de las tinieblas», coincide con la individualización de las nebulosas, la Galaxia entre ellas, durante ese primer día, pasa la materia que había de formar la tierra, por las fases estelar o ignea y de nebulosa incandescente. En el, se forman todos los átomos de los elementos químicos, con la materia creada en el principio y comprende desde antes de  $2 \cdot 10^{10}$  años en que se creó el potasio, que es el dato más antiguo que tenemos de formación de átomos, hasta un valor menor de  $3,75 \cdot 10^9$  años, en que nosotros valoramos la edad en que se formó el uranio (25), ya que como en este día se formaron los átomos tuvo que durar hasta después de la aparición de los más recientes.

Intentemos valorar en años el tiempo que hace que fueron creados los átomos de uranio, aceptaremos la hipótesis de T. R. Wilkins (2), comprobada en varios casos, de que originariamente, o sea, cuando se formaron el uranio I, y el actinouranio, estuvieron ambos elementos en equilibrio radiactivo, por consiguiente, en aquel entonces, se producían igual número de partículas  $\alpha$  a partir de núcleos de uranio I, que de actinouranio. Para que esto fuese así de acuerdo con las fórmulas de equilibrio radiactivo se ha de tener:

$$\frac{U_{I_0}}{AcU_0} = \frac{T_{UI}}{T_{AcU}} \quad (1)$$

en la que los símbolos con los subíndice  $0$ , representan los átomos que existían de los elementos correspondientes, en el momento que tomamos como origen del tiempo y las  $T$ , sus periodos o duración de transformación de la mitad de los átomos.

La relación en que se encuentran actualmente el número de átomos de los dos elementos que se están desintegrando, o sea, después de transcurridos los  $t$  años que queremos valorar, la denominamos  $k$ , es sensiblemente constante para el

uranio de distintos orígenes, se deduce con el espectrografo de masas y sus valores figuran en las tablas internacionales de isótopos

$$K = \frac{UI_t}{AcU_t} = 139 \quad (2)$$

Las fórmulas generales de desintegración sabemos son:

$$\left. \begin{aligned} UI_0 &= UI_t \cdot e^{\lambda_{UI} \cdot t} = UI_t \cdot e^{\frac{t \text{ Lg } 2}{T_{UI}}} \\ AcU_0 &= AcU_t \cdot e^{\lambda_{AcU} \cdot t} = AcU_t \cdot e^{\frac{t \text{ Lg } 2}{T_{AcU}}} \end{aligned} \right\} (3)$$

dividamoslas, tengamos en cuenta la fórmula (2) y tomemos logaritmos

$$\text{Lg} \frac{T_{UI}}{T_{AcU}} = \text{Lg } k + t \cdot \frac{T_{AcU} - T_{UI}}{T_{AcU} \cdot T_{UI}} \text{ Lg } 2$$

o sea

$$\frac{T_{AcU} \cdot T_{UI}}{T_{UI} - T_{AcU}}, \frac{\text{Lg } k \cdot T_{UI}}{\text{Lg } 2} = 3,75 \cdot 10^9 \text{ años}$$

así es, que desde el momento en que se forma el uranio, último de los elementos creados, han transcurrido según nuestros cálculos, los  $3,75 \cdot 10^9$  años que dijimos anteriormente.

Para valorar los años transcurridos desde la formación del uranio, ha varios criterios fundados todos en bases análogas, con los que se alcanzan valores parecidos, una de las primeras tentativas fue la de Russell en 1921 (26) que partió de la hipótesis de que todo el plomo de las rocas ígneas es radiogénico, dedujo una edad de  $11 \cdot 10^9$  años, desde luego mayor que la real, entre otras razones porque cuando hizo esta valoración, los datos de que partió no se conocían con

exactitud de nuestros días, tanto en constantes como en isotopos del plomo, pues no se habían descubierto los 204 y 207. En un estudio que hizo Holmes (8) en 1931 de los análisis de varias rocas ígneas, fijó como promedio de su composición  $7,5 \cdot 10^{-6}$  de plomo,  $6 \cdot 10^{-6}$  de U y  $15 \cdot 10^{-6}$  de Th con lo que deduce que hace  $3,7 \cdot 10^9$  años que el Th y el U están produciendo plomo, valor concordante con el nuestro de  $3,75 \cdot 10^9$  años.

Para el cálculo del tiempo que llevan el Th y el U desintegrándose, hemos de tener en cuenta el criterio seguido en otras ocasiones (27) concordante con el de Wahl (23) de la existencia de un plomo ordinario originario, caracterizado por el  $Pb^{204}$  al que acompañan en pequeñísimas proporciones los 203, 205, 209 y 210, denominado «plomo incontaminado», anterior a la formación del Th y el U, al que se le fue añadiendo con posterioridad el «plomo radiogenico», para formar el que hoy conocemos con la denominación de «plomo ordinario». Con este criterio y con datos de diversos autores referentes a la proporción actual en la corteza terrestre del Pb, Th y U, dedujimos que el tiempo que hace que se formaron estos dos últimos es del orden de 3 a  $4 \cdot 10^9$  años (29).

Demos un paso más en la limitación próxima del primer día genesiaco, para ello consideraremos: 1.º La existencia comprobada de un caso atómico, que fue lentamente ordenándose, hubo pues un momento en que el plomo que estaba mezclado con el uranio se separó.

2.º — Durante el tiempo que estuvieron simultáneamente en aquel caos el uranio y el plomo, conforme aquel se transformaba, daba lugar a nuevos átomos de este que engrosaron el número de los de plomo. Los átomos de cada isotopo de uranio que había al formarse éste, los conocemos por la hipótesis de Wilkins, y si pudiésemos calcular la de cada isotopo de plomo que había al individualizarse el plomo, tendríamos el tiempo transcurrido en el caos.

3.º — Fué comprobada en varias ocasiones y lo sostienen iminentes investigadores que aunque el  $Pb^{206}$ ,  $Pb^{207}$



y  $\text{Pb}^{208}$  los encontramos siempre en la misma proporción en los plomos ordinarios, su origen es radiogénico, o sea que estos tres isótopos corresponden al plomo que se formó a expensas del uranio en el caos atómico, por lo que la actual composición isotópica del plomo ordinario, es la misma que había cuando se individualizó el uranio.

Con estas hipótesis todas aceptadas, comprobada su certeza en numerosos casos, dedujimos en 1939 el tiempo que duró el caos atómico (25).

Por la tercera hipótesis, todo el  $\text{Pb}^{206}$  y  $\text{Pb}^{207}$  que encontramos en el plomo ordinario, es debido a la desintegración del UI y AcU, desde su formación hasta la individualización de ambos elementos plomo y uranio; la relación en que están actualmente ambos plomos es:

$$\frac{\text{UI}_0 - \text{UI}_t}{\text{AcU}_0 - \text{AcU}_t} = 1 = \frac{23,5}{22,7} 1,035, \text{ ya que según dijimos, en}$$

la última tabla de isótopos, los  $\text{Pb}^{206}$  y  $\text{Pb}^{207}$  entran en el plomo común en las proporciones 23,5 % y 22,7 % por las fórmulas (4)

$$\text{UI}_0 - \text{UI}_t = \text{UI}_0 \left( 1 - e^{-\frac{t \text{Lg} 2}{T_{\text{UI}}}} \right)$$

$$\text{AcU}_0 - \text{AcU}_t = \text{AcU}_0 \left( 1 - e^{-\frac{t \text{Lg} 2}{T_{\text{AcU}}}} \right)$$

al dividir las

$$1 = \frac{\text{UI}_0}{\text{AcU}_0} \cdot \frac{1 - e^{-\frac{t \text{Lg} 2}{T_{\text{UI}}}}}{1 - e^{-\frac{t \text{Lg} 2}{T_{\text{AcU}}}}}$$

pero por la hipótesis del equilibrio radiactivo en el momento

de formarse el uranio tenemos:  $\frac{UI_0}{AcU_0} = \frac{T_{UI}}{T_{AcU}}$  que sustituido en la anterior

$$e = \frac{T_{UI} \left( 1 - e^{-\frac{t \text{ Lg} 2}{T_{UI}}} \right)}{T_{AcU} \left( 1 - e^{-\frac{t \text{ Lg} 2}{T_{AcU}}} \right)}$$

Fórmula que solo tiene una incógnita: el tiempo buscado. Desarrollemos en serie y tengamos en cuenta solo hasta el término  $t^3$  inclusive con lo que obtenemos una ecuación de segundo grado en  $t$  que resulta da  $t = 0,089 \times 10^9$  años, así es que la diferenciación buscada tuvo lugar a los  $0,09 \times 10^9$  años de formarse los átomos de uranio, que representa el transcurso de algo mas de la cuadragésima parte de su vida, hace de ello  $3,66 \times 10^9$  años.

La individualización de los átomos en el caos, fué anterior a la de la tierra, por estar comprobada la igual composición isotópica del plomo común en las distintas nebulosas, las diferencias encontradas hasta ahora son del orden de los errores instrumentales, lo que indica, que la formación de aquellas, es posterior a esa diferenciación del plomo ya que, en caso contrario, el Uranio habria producido en cada una distinta cantidad de  $Pb^{206}$  y  $Pb^{207}$  y la composición isotópica del plomo común, seria para cada nebulosa, formada en un momento diferente, función de la relación en que estaban en el astro considerado el uranio con el plomo y del momento en que la diferenciación se produjo. Concepto concordante con este es el de Meyer al suponer que el plomo común no se originó en la tierra. Fenómenos análogos se observan con los elementos estables diferentes de los plomos de las cuatro familias radiactivas. Por lo tanto el paso del primer día al segundo tuvo lugar hace menos de  $3,66 \cdot 10^9$  años.

En el segundo día genesiaco, se formó un firmamento que «separa unas aguas de otras», lo que se puede interpretar, diciendo, que en este día, en que están formados dentro de la Galaxia de los distintos soles y por lo tanto el nuestro y nuestro Sistema Planetario, cada unidad estelar se lleva sus aguas. Termina ese segundo día, antes de la aparición del mineral más antiguo de los conocidos, que es una uraninita de Karelia del Norte que según la valoración hecha por Khlopin y Valdimirova en 1940 (30) tiene,  $1,8 \cdot 10^9$  años, mineral que no puede corresponder al segundo día, por no existir el «elemento árido» o corteza terrestre.

En el tercer día aparece el «elemento árido» o tierra, separado de «las aguas de debajo del cielo» o mares y se producen «las primeras hierbas y árboles». Comienza con el océano universal o Pantalaxia que existe al finalizar el segundo día y se divide en distintos mares a la vez que se inician los terrenos sedimentarios. Comprende, pues, ese tercer día desde el final del anterior al movimiento hercíniano.

En el cuarto día aparecen «los astros del Firmamento», o sea, se ven desde la tierra por estar despejada la atmósfera a causa de una purificación por la vegetación. Por tanto, ese cuarto día abarca parte del carbonífero y hasta el jurásico inclusive, por lo que su fin corresponde a  $100 \cdot 10^6$  años, que según los métodos radiactivos termina el jurásico.

En el quinto día se consigna la aparición de «los grandes reptiles nadadores y voladores y las primeras aves»; comprende desde el cretáceo al mioceno inclusive; o sea, que terminó, de acuerdo con las valoraciones radiactivas, hace  $30 \cdot 10^6$  años.

En el sexto día del Génesis «aparecieron los mamíferos y se creó el hombre»; abarca, pues, el plioceno y pleistoceno, y tiene el cercano límite de 300.000 años, en que la opinión más corriente de los geólogos pone la aparición del hombre.

El séptimo día comienza inmediatamente después de creado el hombre, o sea hace 300.000 años, y continúa en la actualidad.

Por último, admitimos nuevamente la eternidad, después de transcurrido el día séptimo en que nos encontramos, con una duración infinita, como nos lo enseña la Fe.

Resumimos en el siguiente cuadro las enseñanzas del Génesis, de la Geología y las últimas afirmaciones de la Geofísica, referentes a la duración en años de los períodos uranológicos y geológicos por métodos radiactivos.

Establecido el momento de formación de la corteza terrestre, como origen del tiempo geológico, interesa saber los años de duración de las distintas edades, pisos y tramos geológicos. Son numerosas las valoraciones, todas concordantes, que se han hecho, el pasado año presentamos en el Congreso Luso-Español para el progreso de las Ciencias de Oporto la edad de tres minerales de nuestra Península (31), estos eran: una pechblenda de Sierra Albarrana (Córdoba) y una torbernita de Colmenarejo (Madrid) ambas del carbonífero inferior, para las que obtuvimos  $411.10^9$  y  $424.10^9$  respectivamente. El tercer mineral del que valoramos la edad, es una betafita de la mina «La Coma» (Córdoba), al que le atribuimos 800.000 años, valor francamente concordante con su edad, por pertenecer a un yacimiento epigenético.

Como resumen de los valores deducidos por varios investigadores, para las diversas edades y períodos, hemos formado el adjunto cuadro, en el la primera columna se refiere a la duración en millones de años de cada edad, en la segunda están los nombres de estas, la tercera se refiere a los períodos y duración de estos, la cuarta los millones de años transcurridos desde el comienzo de los respectivos períodos y la última se refiere a las manifestaciones de la vida y energías terrestres. Los valores en años que figuran en el cuadro, para edad del comienzo de cada período, son los más distantes de nuestros días, entre los que figuran en las publicaciones del «Comite de Medida del Tiempo Geológico».

EQUILIBRIO RADIATIVO ENTRE EL TORIO  
Y EL URANIO EN EL MOMENTO  
DE FORMACIÓN DE ESTE

Otro punto, desarrollado por primera vez por nosotros, es la posibilidad del equilibrio radiactivo entre el torio y los dos uranios, en el momento inicial del uranio (25).

Para que esto sea cierto, es necesario, que el torio equilibrase en aquel entonces, la actividad conjunta que existió del uranio I y actinouranio, para el primero se necesita

$$\frac{\text{Th}_0}{\text{UI}_0} = \frac{T_{\text{th}}}{T_{\text{UI}}} = \frac{13,89}{4,56} = 3,05 \text{ y como el uranio I, de acuerdo}$$

con la hipótesis de Wilkins, estuvo en equilibrio con el actinouranio, para equilibrar radiativamente ambos, es necesario doble número de átomos, es decir, para cada átomo de uranio I se necesitaban 6,1 de torio.

Calculemos la relación en que estaba el  $\text{Th}_0$  y el  $\text{UI}_0$ , en el momento de formarse el UI, para lo cual necesitamos conocer: —

1.º — Tiempo durante el cual estuvo transformándose el UI, desde que fué formado, hasta su separación del plomo en el caos atómico, esto duró  $0,09 \times 10^9$  años. —

2.º — Relación en que estaba en el momento de la ordenación del caos atómico, el  $\text{Pb}^{208}$  y  $\text{Pb}^{206}$ , lo que conocemos por la actual composición isotópica del plomo común que

$$\text{fué } 1 = \frac{52,3}{23,5}$$

Si aplicamos al  $\text{UI}_0$  y  $\text{Th}_0$  fórmulas análogas a las (4) se tiene

$$\frac{\text{Th}_0}{\text{UI}_0} = 1' \cdot \frac{1 - e^{-\frac{t \text{ Lg} 2}{T_{\text{UI}}}}}{1 - e^{-\frac{t \text{ Lg} 2}{T_{\text{Th}}}}} = 6,7$$

por la que vemos que la cantidad de plomo, que se transformó desde la formación del U hasta la ordenación de los átomos, es ligeramente superior a la necesaria, para un equilibrio radiactivo del torio con el actinouranio y uranio 1 conjuntamente, en el momento de formarse estos; superioridad natural dado que el átomo de torio es más elemental que el del uranio y por consiguiente de formación anterior, causa de la producción de cierta cantidad de  $\text{Pb}^{208}$  a expensas del Th, antes de formarse el uranio, a la cual se debe este pequeño exceso encontrado en el cálculo, es decir, hay una concordancia entre este equilibrio radiactivo y la hipótesis de que los átomos de los elementos aumentan en antigüedad cuando mas sencillos sean.

Conforme continuen las investigaciones en determinación de constantes radiactivas, esperamos se pueda llegar a calcular en años, el tiempo transcurrido entre la formación de los átomos de torio y los de uranio. Hoy unicamente podemos adelantar que el número de los que existen en aquel entonces, hace  $3,75 \cdot 10^9$  años, estaban aproximadamente en la relación que figura en el cuadro adjunto.

RELACIÓN ENTRE EL NÚMERO DE ÁTOMOS  
DE Th Y U EN EL MOMENTO DE FORMARSE ESTOS

Elementos	Th	U1	AcU
N.º de átomos	44	6,6	1

UTILIZACIÓN DEL ESPECTROGRAFO OPTICO,  
EN LA VALORACIÓN DE EDADES  
Y CONSECUENCIAS DE SU EMPLEO

Para la determinación de la edad por desintegración nuclear de los átomos necesitamos 1.º: Reconocer qué elementos de las familias radiactivas tiene el ejemplar a estudiar, por lo que interesa aplicar los métodos espectroquí-

micos, ya que actualmente son los más sensibles y rápidos para un análisis cualitativo. 2.º: Valoración de estos elementos químicos, que cuando entran como finales de serie de desintegración, a excepción del plomo, se presentan en pequeñas cantidades y por lo tanto hay que recurrir a la técnica espectroquímica, la que además permite efectuar las valoraciones con cantidades pequeñas de mineral, ya que en muchos casos es suficiente 0,05 g, aunque es conveniente disponer de doble cantidad para hacer ensayo y contraensayo. 3.º: Determinar la composición isotópica de los elementos estables de las familias de desintegración, que se presentan en el problema, para lo cual hay que emplear el espectrografo de masas.

El «Comité de la Medida del Tiempo Geológico» apreció hace tiempo, la gran utilidad que para su finalidad le podría proporcionar el análisis espectroquímico, en los informes de 1937 y 1938 plantea estos problemas a los investigadores, al mismo tiempo que da cuenta que en Oslo el Profesor Goldschmidt se ocupó de la determinación de estos elementos en proporciones menores de  $10^{-4}$ .

Con motivo de la sugerencia antes indicada, hicimos un detenido estudio, entre 2300 y 5000  $\text{Å}$ , de los espectros ópticos de emisión con excitación por arco, de los elementos cabeza y fin de las siete familias radiactivas. La técnica seguida consiste en la volatilización total de los 0,05 g del problema con el arco, tiempo durante el que se fotografía el espectro producido. La valoración se hace por cualquiera de los muchos métodos empleados en el análisis espectroquímico cuantitativo (33). Las persistencias alcanzadas en la zona indicada, con un espectrografo de gran dispersión, es decir del orden del Q. 55. Zeis o del E. 1 Hilger, con óptica de cuarzo, para los elementos químicos que nos interesan, las resumimos en el adjunto cuadro (32), las que son mayores si empleamos espectrografos de menor dispersión, como son el Q. 24 y el E. 2, no obstante recomendamos los tipos de mayor dispersión, pues como veremos más adelante no son necesarias persistencias mayores que las que da el E 1.

SENSIBILIDAD ESPECTROQUÍMICA  
DE LOS ELEMENTOS DE LAS FAMILIAS RADIATIVAS

Familia	Elemento cabeza	Sensibilidad espectroquímica	Elemento final	Sensibilidad espectroquímica
Uranio y radio .	U <sup>1</sup>	10 <sup>-4</sup>	Pb <sup>206</sup>	10 <sup>-6</sup>
Actinouranio . .	AcU	10 <sup>-4</sup>	Pb <sup>207</sup>	10 <sup>-6</sup>
Torio . . . . .	Th	10 <sup>-3</sup>	Pb <sup>208</sup>	10 <sup>-6</sup>
Samario . . . . .	Sm <sup>148</sup>	10 <sup>-4</sup>	Sm <sup>144</sup>	10 <sup>-4</sup>
Lutecio . . . . .	Lu <sup>176</sup>	10 <sup>-6</sup>	Hf <sup>176</sup>	10 <sup>-6</sup>
Rubidio . . . . .	Rb <sup>87</sup>	10 <sup>-2</sup>	Sr <sup>87</sup>	10 <sup>-5</sup>
Potasio . . . . .	K <sup>40</sup>	10 <sup>-4</sup>	Ca <sup>40</sup>	10 <sup>-4</sup>

De los valores que figuran en el cuadro podemos deducir:

1.º — En la zona estudiada, los elementos cabeza de familia radiactiva, son en general poco sensibles espectroquímicamente, salvo el lutecio. Esta falta de sensibilidad no tiene importancia, dado que para los elementos que se necesita sea grande, es para los radiogénicos, es decir para las finales de familia, pues los orígenes siempre intervienen en cantidades que se pueden valorar por métodos químicos ordinarios.

El elemento de menor sensibilidad en la zona estudiada, es el rubidio, que dá las líneas 4.201,81 y 4.215,58 Å, para concentraciones de 10<sup>-2</sup>, no obstante estamos prolongando los estudios a la zona de mayores longitudes de onda, donde están las 7.800,227 y 7.947,60 Å con persistencias considerablemente mayores.

El uranio y el torio hay que valorarlos siempre químicamente pues el espectro óptico no se presta bien para estos elementos, a causa de dar grandes errores.

Referente al samario, solo interesa para el tema que nos ocupa, poner en evidencia su existencia, ya que la valoración de edades con este elemento químico, solo se puede hacer con espectrografo de masas y por lo tanto se necesitan concentraciones mayores de las que corresponden al límite de sensibilidad del espectro óptico.



Para el potasio, no es necesario mayor sensibilidad, el periodo del  $K^{40}$  es muy grande y su contenido en el potasio común muy pequeño, con problemas en que el potasio esté dentro de los límites de sensibilidad del espectro óptico, se habrá rebasado en muchos casos el límite de sensibilidad espectroquímica del calcio, no obstante se alcanzan mayores sensibilidades para el potasio con la  $7.664,907 \text{ \AA}$ .

2.º — Los elementos finales de familias radiactivas, son salvo el samario, de gran sensibilidad espectroquímica, que unido a que son los que entran en menor proporción en las muestras, justifican la conveniencia de estos métodos para su valoración.

La sensibilidad del plomo con nuestra técnica operatoria y espectrografo E 1 es aproximadamente  $10^{-6}$ , la que en muchos casos se puede rebasar aunque no llegar a  $10^{-7}$ . Para concentraciones pequeñas, comprendidas entre  $10^{-5}$  y  $10^{-6}$ , el error en la valoración es el 10% del contenido en elemento. En un mineral de uranio, del que hagamos una preparación previa, es muy fácil concentrarlo a una riqueza del 10% en uranio. Si en esta muestra de mineral, determinamos un contenido en plomo del orden de  $10^{-5}$ , con lo que nos hemos puesto en el caso teórico, de que el elemento cabeza de familia radiactiva esté en pequeña proporción y que el elemento estable sea casi cien veces la de la concentración del límite de persistencia con los métodos empleados para su valoración, podremos deducir edades del orden de  $10^5$  años.

Teóricamente, con nuestros métodos espectroquímicos de análisis cuantitativo, se pueden valorar en años, las edades de los minerales pobres en uranio, con errores menos de 10%, en ejemplares que se formaron con posterioridad a la creación del hombre. El problema de edades, queda, pues, resuelto teóricamente para estos casos a los que actualmente no se pueden aplicar otros métodos. Hemos supuesto que las muestras no están contaminadas con plomo común, por lo que las edades deducidas se deben tomar siempre como un límite máximo.

Si continuamos la crítica de las persistencias de los elementos finales de familias radiactivas, nos encontramos con que son suficientes las del hafnio, samario y estroncio. Para el calcio, esta limitada la sensibilidad espectroquímica, con las partículas de este elemento que se encuentran flotando en el aire del laboratorio, contenidas en el carbón de los electrodos soportes, etc., dado que para concentraciones de  $10^{-5}$  o inferiores, aunque operemos con grandes precauciones, siempre obtenemos las líneas últimas del calcio, con la misma densidad de ennegrecimiento, con este elemento, la limitación no es impuesta por el método, lo es por su difusión en la naturaleza, de la que forma parte en la proporción de  $3,4 \cdot 10^{-2}$ .

#### ESTUDIO ESPECTROQUIMICO DE LAS TURMALINAS

Desde que se produjeron los fenómenos magmáticos que dieron lugar a los diques pegmatíticos, y dentro de estos a la individualización del uranio como cristales de diversas especies mineralógicas, transcurrió cierto tiempo, durante el cual átomos de este elemento químico se transformaron en plomo. Para el estudio completo de estos métodos de valoración de edades, interesa localizar dicho plomo, hicimos varios análisis con cuarzos y feldespatos de los diques pegmatíticos, sin resultado satisfactorio, pero dentro del actual curso, con motivo de un estudio espectroquímico de 26 turmalinas de procedencia diversas, para establecer relaciones estadísticas entre color y composición química, hemos podido comprobar que todas ellas contenían plomo, aunque las proporciones son muy diferentes, en algunas alcanza  $10^{-2}$  mientras en otras solo está contenido en  $10^{-6}$ .

Las turmalinas en que encontramos más plomo lo fueron una rubelita de Madagascar, una indigolita de Uto (Suecia) y una bicolor de la Isla de Elba, en todas ellas este elemento es cercano al 1%, hay varios con 0,1%, 0,01%

y 0,001 % pero en 12, o sea casi en la mitad el contenido es del orden de 0,0001 %, cantidad que solo se puede reconocer por métodos espectroquímicos, razón por la cual hasta la fecha no fue citado este elemento en las turmalinas. Hemos observado, aunque puede ser casual, que las variedades negras son las que tienen menos plomo, que lo fué en todas en la proporción de una millonésima parte.

La existencia del plomo en las 21 primeras turmalinas que estudiamos nos sorprendió: 1.º — Por no estar citado el plomo en esta especie mineral. 2.º — Por ser un elemento muy pesado, ya que en las turmalinas no hemos encontrado elementos químicos del sexto período, diferentes del plomo, aunque sabemos que en los diques pegmatíticos son frecuentes los elementos del séptimo período que tiene como elementos finales de su transmutación plomos radiogénicos. Del quinto período solo encontramos plata en una rubelita de Bahía (Brasil) y antimonio en una bicolor de la Isla de Elba, es decir que lo fue en ejemplares aislados, por lo que llegamos a la conclusión, de que los elementos que comprobamos su existencia con los espectrogramas son solo los ligeros, o sea los de los períodos segundo, tercero y cuarto, y el plomo. 3.º — Por encontrarse este elemento químico en todos los ejemplares estudiados, debíamos asegurarnos si las líneas de plomo que aparecían en los espectrogramas procedían de las turmalinas, para ello después de varios días y en distintas condiciones, preparamos cinco ejemplares nuevos de turmalinas negras, que es la variedad de menor contenido en plomo y con ellas un cuarzo lechoso, se obtuvieron los espectrogramas y al interpretarlos vimos: 1.º — El espectrograma del cuarzo no da líneas de plomo, con lo cual podemos asegurar que durante los procesos de preparación de las muestras, no se contaminarán estas con plomo. 2.º — Los espectrogramas de las cinco turmalinas dieron las líneas del plomo, en todas aparecían las que persisten para  $10^{-6}$  menos en la 27 de la Sierra Albarrena (Córdoba) en que las líneas estaban justo en el límite de sensibilidad del plomo, por pertenecer a una concentración comprendida entre  $10^{-6}$  y  $10^{-7}$ .

La localización del plomo en las turmalinas, si fuese radiogénico como sospechamos, tiene gran importancia. 1.º — Porque el plomo que se produjo desde la efusión de los materiales que dieron lugar a los diques pegmatíticos, hasta la individualización de las especies minerales del uranio, como es radiogénico, no se puede distinguir del procedente de la desintegración que tiene lugar en el mineral, por carecer ambos del  $Pb^{204}$ , es pues, la única impurificación que no se pone de manifiesto con el espectrograma de masas. Si el plomo radiogénico producido antes de la formación de los minerales del uranio, fue a parar a las turmalinas, la supuesta impurificación del mineral uranífero con este plomo radiogénico es reducidísima o quizás nula, con lo cual la edad deducida para dichos minerales es la verdadera, como se ha comprobado en muchas ocasiones, mientras que si existiere la impurificación el número de años encontrados sería mayor que los que tenía el mineral. 2.º — El día que se puedan separar de las turmalinas este supuesto plomo radiogénico y analizarlo con espectrografo de masas, podremos deducir en años, el tiempo transcurrido, desde que se inició el proceso magmático hasta el momento de la individualización de las turmalinas y los minerales del uranio y torio.

#### CONSECUENCIAS GEOQUÍMICAS DE LOS FENÓMENOS RADIACTIVOS

De los diversos puntos de vista que hemos tratado los fenómenos de desintegración nuclear, con motivo del problema de la valoración de edades en años, se puede establecer: 1.º — Los elementos radiactivos se formaron por orden de su complejidad, entre ellos, los más antiguos son los más sencillos. 2.º — Originariamente estuvieron en equilibrio radiactivo el uranio 1 con el actinouranio y el torio con el conjunto de ambos. 3.º — Hubo un caos atómico, antes de la individualización de la tierra. 4.º — El número

de átomos de los elementos cabeza de familia radiactiva, disminuye continuamente, mientras aumentan incesantemente, los átomos de los elementos estables de las respectivas familias. 5.º — El número de átomos de los elementos intermedios de las familias radiactivas, es tanto menor, cuanto mayor es su probabilidad de transformación. 6.º — El número de átomos de helio existentes, aumenta ininterrumpidamente.

### CONCLUSION

Dejamos rápidamente expuesta, la única teoría física hoy conocida para resolver científicamente el problema de la edad geológica, la cual solo lleva 35 años de continuas investigaciones y perfeccionamientos, de ella debemos esperar grandes adelantos, por ser muchos los problemas planteados, pues apesar de estarse dando los primeros pasos, en esta rama de la geofísica, con la que se deduce el número de años, de la duración o antigüedad de los fenómenos geológicos o uranológicos, se há llegado a resultados sumamente interesantes.

Laboratorio de Espectroscopia  
del Instituto Alonso de Santa Cruz  
de Física, del Consejo Superior de  
Investigaciones Científicas y Labora-  
torio de Radiactividad del Instituto  
Geológico y Minero de España.

JUAN MANUEL LOPEZ DE AZCONA

## BIBLIOGRAFIA

- (1) Pierre Curie y M. Laborde, «C. R. Soc. de Phy de Paris» (1903).
- (2) John Joly, *The surface history of the earth*, Oxford (1925).
- (3) Henri Becquerel, *Sur les radiations émises par phosphorescence*, «C. R. C.», xxii, 422 (1896).
- (4) Sklodowska Curie, *Rayons émis par les composés de l'uranium et du Thorium*, «C. R. C.», xxvi, 1101 (1898).
- (5) M. Heyden y W. Wefelmeier, *Eine natürliche  $\beta$  Radiaktivität des Casiopeiiums*, «Naturwiss.», xxvi, 612 (1938).
- (6) W. Vernadsky, *Les problèmes de la radiogéologie*, «A. S.» et I, «CC», I (1935).
- (7) A. F., *Calculating the age of minerals from radioactivity data and principles*, «Physics of the Earth», LXXX, 110 (1931).
- (8) A. Holmes, *Radioactivity and Geological Times*, «Physics of the Earth», LXXX, 135 (1931).
- (9) G. P. Harnwell y J. J. Livingood, *Experimental atomic physics* «I. S. in Ph.» (1933).
- (10) M.<sup>me</sup> Pierre Curie, *Radioactivité*, Paris (1935).
- (11) J. Perrin, *Noyaux des atomes*, «A. S. et I», CXCII (1935).
- (12) A. von Grosse, *Origin of atinium series*, «Phys revl», vii, 565 (1932).
- (13) J. M. Lopez de Azcona, *Radiactividad beta del Lu<sup>176</sup> y sensibilidad espectroquímica*, «An. R. y S. E. de Fis. y Quim.», xxxv, 10 (1939) y «R. of. the C. on the M. of G. T.», 130 (1940).
- (14) J. Mattauich y H. Lichtblau, *Ein bemerkenswertes Isotop des Casiopeiiums*, «Zeits. für Physik», cxi, 514 (1939).
- (15) T. R. Wilkins y A. J. Dempster, *The radioactive isotope of samarium*, «R. of the c. of the M. of G. T.», 95 (1938).
- (16) G. Gueben, *Structure nucléaire*, «A. S. et I», CCXLVII (1935).
- (17) L. Royer, *Sur l'existence des haloes pléochroïques dans certains gneiss du massif d'Alger et les conséquences géologiques qui en découlent*, «C. R.», CCVIII, 448 (1939).
- (18) G. H. Henderson, *Some new types of pleochroic haloes*, «Nature», xl, 191 (1937).
- (19) *Tabla internationale des isotopes stables*, «Union Internation. de Chimie», Paris (1939).

- (20) T. R. Wilkins, *Workat University of Rochester*, «R. of the C. of the M. of G. T.», 95 (1938).
- (21) A. C. Lane, *Proceedings of Meeting of Committee on Measurement of Geological Time*, «R. of the C. on the M. of G. T.», 110 (1938).
- (22) J. M. Lopez de Azcona y J. Leal Luna, *Relación entre días del Genesis Edad geológica y años*, «Inst. Nac. de Geof. n.º 1» (1941) y *Genesis, Geological dates and years*, «R. of the C. in the M. of G. T.», 114, (1941).
- (23) A. Branley, *Estimates of the age of the planet from isotope ratios*, «Phys. Rev.», LIII, 323 (1938).
- (24) A. K. Brewer, *Age of matter as determined by the radioactivity of potassium and rubidium*, «J. Wash. Acad. Sci.», XXIX, 416 (1938).
- (25) J. M. Lopez de Azcona, *Maximum geological age and some consequences thereof in the hypothesis of Wilkins*, «R. of the C. on the M. of G. T.», 130 (1940).
- (26) H. N. Russell, *A superior limit of the age of the earth's crust.*, «Proc. Roy. Soc.», xcix, 84 (1921).
- (27) J. M. Lopez de Azcona, *La edad geológica por desintegración nuclear de los átomos*, «Rev. Univ. de Madrid.», I, fasc. 2.º, 228 (1941).
- (28) W. Wahl, *Adaptation of mass. spectrography to problems in Chemistry*, «R. of the C. in the M. of G. T.», 67 (1941).
- (29) J. M. Lopez de Azcona, *L'età geologica determinata con processi radioactivi naturali*, «Materie prime d'Italia e dell'Impero», v, 480 (1940).
- (30) V. G. Khlopin and M. E. Vladimirova, *Geologic age of Uraninites and Monazites from the Pegmatite veins of North Karelia*, «R. of the C. M. G. T.», 120 (1940).
- (31) J. M. Lopez de Azcona, R. Casares Lopez y J. de D. Leal Luna, *Age in years of three Spanish minerals*, «R. of the C. M. G. T.», 49 (1942).
- (32) — y J. Leal Luna, *Spectrochemical sensibility of the elements that intervene in the determination of geological age by atomic desintegration*, «R. of the C. on the M. of G. T.», 131 (1940).  
— La segunda parte del trabajo anterior, «R. of the C. on the M. of G. T.», 114 (1941).
- (33) — *Analisis espectroquímico cuantitativo por emision*, «R. Acad. de C. Ex. Fis. y Nat.» (1943) — (en prensa).

Cuantos datos interesantes se publican acerca del tema de esta conferencia, estan desarrollados o reseñados en los «Reports of the Committee on the Measurement of Geological Time», de los que estan publicados de 1924 a 1942 inclusivos.

## BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

### REUNIÃO DA DIRECÇÃO

No dia 3 de Novembro de 1945 reuniu a direcção sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por submeter à apreciação dos seus colegas a maneira como tinha conduzido a preparação das sessões de homenagem a Eugénio de Castro e António Augusto Gonçalves.

Os membros presentes aprovaram com muita satisfação esta iniciativa do Presidente, considerando estas homenagens de toda a justiça.

Foi depois tomado conhecimento da maneira por que tinha sido regulada a residência do empregado do Instituto de Coimbra e de que a sede podia agora estar aberta de manhã e de tarde com a entrada do novo empregado conforme tinha sido proposto noutra reunião pelo Presidente.

Foi finalmente aprovada por unanimidade a proposta do Presidente para o Instituto de Coimbra organizar um ciclo de estudos coloniais, ciclo que seria inaugurado pelas conferências do Comandante Álvaro de Freitas Morna.

### SESSÕES DE 10 E 12 DE NOVEMBRO DE 1945

Na sessão de 10 de Novembro deu-se início à série de conferências do novo ano académico. Presidiu o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho secretariado pelos Profs.



Dr. Alexandre de Sousa Pinto e Dr. Aristides de Amorim Girão, director da Faculdade de Letras.

O Presidente depois de saudar o conferente, Comandante Álvaro de Freitas Morna, comunicou que, com estas conferências, o Instituto de Coimbra inaugurava o ciclo de estudos coloniais de acordo com a proposta que apresentara na última reunião do Instituto de Coimbra e focou a importância que atribuía à organização destes estudos.

Na sessão de 12 de Novembro presidida pelo Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, o conferente concluiu o tema que se propôs desenvolver nas duas conferências «O Problema da administração de Angola».

Estas duas sessões, que tiveram uma grande assistência, foram muito apreciadas e o Presidente, ao encerrar esta sessão, registou o valor deste trabalho e, congratulando-se pelo êxito alcançado, felicitou o conferente e agradeceu-lhe as suas conferências em seu nome e no do Instituto.

#### ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA DE 10 DE DEZEMBRO DE 1945

No dia 10 de Dezembro de 1945 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por dizer que tinha o pesar de comunicar que falecera no período de férias a grande artista conimbricense D. Glória Castanheira que muito prestigiou a sua terra tendo, na sua actividade de professora, contribuído muito para a cultura musical de Coimbra. Propôs um voto de sentimento a que todos os sócios se associaram.

O Presidente referiu-se depois às conferências do Comandante Álvaro Morna com que abriu o ano Académico e com as quais se inaugurou o ciclo de estudos coloniais que propusera na última reunião da Direcção. O Presidente congratulou-se com o êxito daquela sessão, lembrando que ele era devido ao valor do trabalho apresentado pelo ilustre conferente, Comandante Álvaro Morna.

Todos os sócios presentes manifestaram ao Presidente a sua satisfação pelo êxito alcançado com esta iniciativa.

O Presidente comunicou depois que tinham sido convidadas outras individualidades para efectuarem conferências no Instituto de Coimbra. O sócio Dr. Manuel Vicente Moreira prometera falar sobre o Problema habitacional.

O sócio Prof. Dr. Sousa Pinto também aceitou o convite que lhe foi dirigido, mas sem compromisso quanto à data.

Do Instituto Inglês e do Instituto Francês em Portugal foram recebidas cartas muito amáveis manifestando o seu desejo de prestar a sua colaboração a esta Academia.

Lembrando o grande número de revistas nacionais e estrangeiras que eram recebidas antes da Guerra, o Presidente anunciou que já recommençaram a ser recebidas algumas das referidas revistas.

Foi depois lido um officio da Real Academia das Ciências da Holanda, enviando a moção aprovada sobre a energia atómica.

Por proposta do Presidente foi resolvido agradecer e oferecer a colaboração solicitada, considerando que de momento a doutrina exposta estava prejudicada pela reunião de 16 de Novembro dos Delegados dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, que por agora são a única entidade encarregada relativamente a este problema.

Depois o Presidente disse que tinha muita satisfação em anunciar que concluíra a organização das homenagens a António Augusto Gonçalves e Eugénio de Castro e que a conferência do Sr. Coronel Belisário Pimenta que o Instituto solicitara a este sócio para comemorar o centenário de Eça de Queirós teria lugar ainda neste mês no dia 14.

O sócio Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares pediu a palavra para agradecer a sua eleição, que, disse, muito o honrava acrescentando que oferecia a sua leal colaboração a esta instituição tão prestigiosa, lembrando que tinha tido já ocasião de acompanhar alguns trabalhos nos quais tinha verificado a sua importante actividade científica. O Presi-

dente afirmou a seguir ao Sr. Dr. Torquato de Sousa Soares que muito apreciara as suas palavras tanto mais que muito esperava da sua leal e inteligente colaboração.

O sócio Dr. Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo testemunhou ao Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho o seu reconhecimento pelas palavras que escreveu sobre seu pai no vol. 105.º de «O Instituto».

Procedeu-se por fim à eleição dos sócios, que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

Álvaro de Freitas Morna  
Gaspar Soares de Carvalho  
João Soares Teixeira Lopes  
Miguel Marcelino Ferreira de Moura  
Alberto Martins de Carvalho  
José Luís Rodrigues Martins  
Fernando Pinto Coelho  
Alberto Xavier de Carvalho Marques  
Maria de Portugal.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Gaston Benedict de Benedictus  
Alan W. Azelton.

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

*Anselmo Ferraz de Carvalho*  
*Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

SESSÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1945

Assumiu a presidência o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Capitão Joaquim Sacadura, que representava o comandante da 2.ª Região Militar,

General Nogueira Soares e pelo Director da Faculdade de Letras, Prof. Dr. Aristides de Amorim Girão.

Nesta sessão que o Instituto de Coimbra promoveu para comemorar o 1.º Centenário do nascimento de Eça de Queirós, realizou uma conferência o Coronel Belisário Pimenta, sobre «Eça de Queirós (alguns aspectos militares na sua obra)», depois do Presidente ter feito a apresentação em que lembrou os importantes trabalhos já apresentados ao Instituto de Coimbra pelo conferente.

Esta conferência despertou muito interesse e ao encerrar a sessão o Presidente referiu-se com elogio ao estudo valioso do Coronel Belisário Pimenta e agradeceu em seu nome e no do Instituto de Coimbra.

### REUNIÃO DA DIRECÇÃO

No dia 22 de Dezembro de 1945 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente comunicou que convocara esta reunião apenas para ser apreciado o officio da Comissão Administrativa das obras da Cidade Universitária, respeitante às obras do edificio destinado ao Instituto de Coimbra.

Todos os membros presentes usaram da palavra e manifestaram o seu acordo com as resoluções do Presidente.

### ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA DE 31 DE DEZEMBRO DE 1945

Aos 31 de Dezembro de 1945 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por comunicar que recebeu um officio da Comissão das obras da cidade Universitária com uma consulta sobre o mobiliário para o novo edificio desti-

nado ao Instituto de Coimbra, e, depois de o ler, comunicou à assembleia os termos em que tinha respondido, resposta que foi aprovada por todos os sócios presentes.

O Presidente referiu-se depois à organização, que tem já concluída, das sessões de homenagem ao Dr. Eugénio de Castro e a António Augusto Gonçalves, devendo a primeira ter lugar no dia 31 de Janeiro do próximo ano, e a segunda no dia 17 de Março.

O Tesoureiro Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho apresentou as contas, as quais foram aprovadas.

Procedeu-se por fim à eleição de sócios, que deu o seguinte resultado:

#### SÓCIOS EFECTIVOS

Dr. Octaviano de Sá  
Dr. Alfredo Fernandes Martins  
José de Campos de Figueiredo.

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

*Anselmo Ferraz de Carvalho*  
*Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

#### SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA DE HOMENAGEM AO PROFESSOR DR. EUGÉNIO DE CASTRO EM 31 DE JANEIRO DE 1946

No dia 31 de Janeiro realizou-se na sede do Instituto de Coimbra uma sessão solene de homenagem ao antigo sócio desta Academia Prof. Dr. Eugénio de Castro. Presidiu o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho secretariado pelo vice-Reitor Prof. Dr. José Carlos Moreira em represen-

tação do Reitor da Universidade e o Dr. Costa Rodrigues Secretário Geral do Governo Civil, que representava o Governador Civil.

Em lugares especiais estavam os membros da família do homenageado, entre eles seu irmão, Conselheiro Aires de Castro, sua irmã D. Eugénia de Castro e Almeida, seus filhos Dr. Luís de Castro e Dr. Martim Afonso de Castro e sua mulher, e alguns dos netos do homenageado.

O Presidente proferiu uma alocução, e depois de justificar aquela homenagem, lembrando a colaboração que o Prof. Eugénio de Castro prestara como sócio ao Instituto de Coimbra, exaltou a memória do ilustre Conimbricense.

Lamentou a não comparência dos oradores D. João de Castro e Júlio Brandão tendo lido duas cartas do primeiro, sendo a primeira em justificação da sua falta e a segunda permitindo a leitura da primeira. Por último agradeceu aos oradores a anuência ao seu pedido, ao orfeon académico a colaboração que veio prestar, e ao sócio Fausto Gonçalves a ornamentação da sala onde se encontrava o busto do insigne poeta Eugénio de Castro, magnífico bronze de Teixeira Lopes.

Seguiu-se o Dr. Aarão de Lacerda que leu um trabalho do Dr. Júlio Brandão.

Depois falou o Prof. Dr. Victorino Nemésio que apresentou um largo estudo sobre Eugénio de Castro, lendo o Dr. Paulo Quintela alguns versos de Eugénio de Castro. Por fim o Orfeon Académico cantou dois números, um deles com letra de Eugénio de Castro.

Na assistência numerosíssima estava representada toda a cidade e assistiram numerosos estudantes.

### REUNIÃO DA DIRECÇÃO

Aos 5 de Fevereiro de 1946 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente congratulou-se pela realização da sessão de homenagem do Instituto de Coimbra ao Prof. Dr. Eugénio de Castro, e enaltecendo o valor dos trabalhos dos oradores e a sua colaboração, propôs que se consignasse na acta um voto de agradecimento, que foi aprovado.

Registou com reconhecimento a colaboração prestada pelo sócio Fausto Gonçalves, que ornamentou as salas do Instituto de Coimbra para a sessão e referiu-se também com palavras de reconhecimento à colaboração do Orfeon Académico e ao seu distinto regente, o sócio Raposo Marques.

Por fim o Presidente propôs que se consignasse na acta um voto de agradecimento a todos os colaboradores, o que foi aprovado.

O Presidente comunicou, depois, que o sócio Dr. A. G. da Rocha Madahil o tinha procurado para lhe dizer que, tendo a seu cargo, desde 1934, a redacção da revista, que tem servido desinteressadamente, e verificando agora que lhe causa prejuízo considerável o tempo que ela lhe absorve, não poderá continuar a ocupar-se desse serviço pela forma como até aqui o tem feito.

O Presidente declarou, a propósito, que não deseja, de maneira nenhuma, o prejuízo do Sr. Dr. A. Madahil, sendo certo que reconhece os seus valiosíssimos serviços prestados ao Instituto, tendo-lhe ainda pedido que, atendendo às dificuldades que de momento o caso oferece, continuasse até ao fim do ano.

Depois de usarem da palavra os sócios Pereira Dias, Lopes de Almeida, Pinto Loureiro e Gumersindo S. da Costa Lobo, o Presidente propôs que se aguardasse o próximo Ano Académico até que se estudasse uma nova solução relativamente à publicação da revista, pensando que se poderá organizar uma pequena comissão de redacção distribuindo por alguns sócios o trabalho que actualmente se atribui apenas a um só secretário.

## REUNIÃO DA DIRECÇÃO

A 11 de Março de 1946 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Esta reunião, conforme anunciou o Presidente, foi especialmente convocada para o Presidente informar a Direcção da maneira como organizou a sessão de homenagem a António Augusto Gonçalves, organização que foi aprovada por todos os presentes.

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA  
DE 11 DE MARÇO DE 1946

Aos 11 de Março de 1946 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente referiu-se pormenorizadamente à maneira como tinha organizado a sessão de homenagem a António Augusto Gonçalves, organização que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o presidente propôs que fossem nomeados os sócios que deverão proceder à remodelação do Regulamento interno do Instituto de harmonia com o art. 28.º dos Estatutos de 31 de Março de 1938.

Por fim procedeu-se à eleição de novos sócios que deu o seguinte resultado:

## SÓCIOS EFECTIVOS

Egídio Aires  
António Meliço Silvestre  
António de Sousa  
Paulo Quintela  
Angelo Pereira.



E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

*Anselmo Ferraz de Carvalho*

*Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

#### SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1946

Nesta sessão realizou uma conferência subordinada ao título «Roberto Duarte Silva e a Faculdade de Filosofia de Coimbra» o Prof. Dr. José Ramos Bandeira. Presidiu o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, Presidente do Instituto de Coimbra, secretariado pelos Profs. Dr. Elísio de Moura e Dr. José Cipriano Rodrigues Dinis.

Fez a apresentação do conferente o Presidente, que no final o felicitou e lhe agradeceu o seu valioso trabalho.

#### SESSÃO DE 21 DE MARÇO DE 1946

Nesta [sessão realizou, sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Prof. Dr. Diogo Pacheco de Amorim e pelo Director do Instituto Francês em Coimbra, Prof. Jean Paul Sarraute, uma conferência o Prof. da Universidade da Argélia, René de Possel.

O Presidente deu a palavra ao Prof. Dr. Diogo Pacheco de Amorim que fez a apresentação do conferente referindo-se com elogio aos seus trabalhos.

A conferência intitulava-se «Os princípios matemáticos da mecânica clássica», tema que o conferente expôs com muita clareza, baseado em novos métodos.

No fim da conferência o Presidente agradeceu ao Prof. René de Possel a sua lição em nome do Instituto de Coimbra.

HOMENAGEM DO INSTITUTO DE COIMBRA  
A ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES,  
REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 1946

Esta homenagem começou por uma visita dos sócios do Instituto de Coimbra e convidados ao Museu de Machado de Castro, que António Gonçalves fundou e dirigiu durante muitos anos com alta competência,

Os visitantes foram recebidos pelo conservador Sr. Padre Nogueira Gonçalves, que fez uma explicação muito interessante das diferentes dependências do Museu ao mesmo tempo que evocou a obra do homenageado. O Presidente do Instituto de Coimbra, Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, manifestando o seu apreço pelas palavras do Sr. Padre Nogueira Gonçalves, agradeceu-lhe em seu nome e no do Instituto de Coimbra.

Foi recebido e lido um telegrama do sócio e eminente crítico de Arte, Sr. Luís Reis Santos, associando-se à homenagem e lamentando não poder tomar parte nela pessoalmente.

No mesmo dia, às 21 horas, realizou-se na Associação dos Artistas de Coimbra, que amavelmente cedeu a sua sala, a sessão solene de homenagem ao antigo sócio do Instituto de Coimbra, António Augusto Gonçalves.

A sala, pela sua decoração, apresentava um aspecto festivo, ornamentada pela iniciativa dos antigos alunos da Escola Livre das Artes de Desenho.

Assumiu a presidência o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Prof. Dr. José Carlos Moreira, Vice-Reitor da Universidade, que representava o Reitor da Universidade, Capitão Joaquim Sacadura, representante do General Comandante da 2.<sup>a</sup> Região Militar, Desembargador Jorge Horta do Vale representante do Tribunal da Relação, Dr. Fernandes Martins, Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, Dr. Amadeu Ferraz

de Carvalho, Prof. da Escola Industrial de Brotero, e o Presidente da Associação dos Artistas de Coimbra.

O Presidente do Instituto de Coimbra abriu a sessão e na sua alocução recordou que esta homenagem é apenas um esquema da que vai ser levada a efeito pelo Instituto de Coimbra, e será constituída por uma publicação dedicada à memória de António Augusto Gonçalves. Disse ainda que a homenagem da cidade podia consistir num busto a erigir no Museu de Machado de Castro. Por último fez referência aos relevantes serviços prestados por António Augusto Gonçalves à cidade e ao Instituto de Coimbra e agradeceu em seu nome e no do Instituto de Coimbra a todos que tinham dado o seu concurso para a realização daquela sessão.

Falaram depois os senhores Coronel Belisário Pimenta, Dr. Costa Rodrigues, Dr. Octaviano Sá, como Presidente da Escola Livre das Artes de Desenho, o escultor Costa Mota, Fausto Gonçalves, foi lida uma alocução do Dr. Manuel Monteiro pelo Dr. Gumersindo da Costa Lobo, e depois usaram ainda da palavra o Dr. João Couto, Dr. Aarão de Lacerda e Dr. Fernandes Martins, que se associou pela Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra e saudou as irmãs do homenageado, D. Libânia e D. Idalina Gonçalves, que assistiram à sessão.

#### REUNIÃO DA DIRECÇÃO

A 12 de Abril de 1946 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por dizer que o sócio A. G. da Rocha Madahil informaria a Direcção sobre o convite dirigido ao Instituto de Coimbra pelo Instituto de Enseñansa Média de Lugo, da Galiza, para que o Instituto de Coimbra tomasse parte nas homenagens às letras portuguesas que terão lugar em Lugo em Maio próximo.

O sócio A. G. da Rocha Madahil relatou a seguir os desejos do Prof. D. Júlio Francisco Ogando Vasquez do Instituto de Enseñansa Média de Lugo para se desenvolverem as relações culturais entre a Real Academia Galega e o Instituto de Coimbra, convidando o nosso Instituto para se fazer representar nas referidas homenagens e para concorrer ao concurso literário cujas bases apresentou, e são as seguintes:

*Temas:* I — Presença de Portugal nas letras hispânicas; II — Rainhãs portuguesas no trono de Espanha; III — Frei Luís de Granada em Portugal; IV — Portugal na obra de Menendez Pelayo; V — Afinidades galaico-portuguesas no cancionero popular — podendo os terceiro e quinto ser tratados por portugueses e espanhóis e os restantes reservados a espanhóis. Foram instituídos prémios no total de 5000 pesetas, attribuindo 500 a cada um dos III e V, tendo porém o júri a faculdade de os reforçar com mais 250 pesetas a cada um.

O Presidente apresentou os agradecimentos do Instituto de Coimbra ao sócio A. G. da Rocha Madahil e propôs que se enviasse uma circular aos sócios especializados nos assuntos referidos, com as condições do concurso. Foi também resolvido enviar os agradecimentos do Instituto de Coimbra ao Prof. D. Júlio Francisco Ogando Vasquez, e o Presidente lembrou que se apresentasse à Assembleia Geral a proposta de eleição para sócio do Prof. D. Júlio Francisco Vasquez.

Pelo sócio Dr. A. G. da Rocha Madahil foi também lida uma carta em que o sócio Gastão de Bettencourt se oferece para se ocupar no Brasil das relações culturais deste País com o Instituto de Coimbra.

Foi resolvido participar àquele sócio que o Instituto de Coimbra aceitava com muito prazer esta colaboração e agradecer.

Tratando-se seguidamente da expansão do Instituto na Índia Portuguesa e da instalação em Coimbra duma galeria de pinturas do consócio Nicolau Roerich, o Instituto delegou no consócio Rocha Madahil autorizando-o a tratar desses assuntos directamente com aquele artista e com o

escritor de Nova Goa sr. Raúl Sepúlveda Fontes, ou como melhor entendesse.

O Presidente, por último, propôs que fosse substituído o empregado sr. Marcelino Pires, que adoeceu gravemente, pelo sr. Adriano Ferreira que reúne todas as condições para ocupar o referido lugar, proposta que foi aprovada por todos os sócios.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO  
DO INSTITUTO DE COIMBRA  
EM 7 DE MAIO DE 1946

No dia 7 de Maio de 1946 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente expôs as deliberações tomadas por causa do convite feito a este Instituto para tomar parte nas homenagens a Portugal promovidas em Lugo — Galiza —, e comunicou que os sócios Fernando de Castro Pires de Lima, Luís Chaves e João Afonso Corte Real o tinham informado de que concorriam os dois primeiros ao v tema, e o terceiro ao III tema.

Foram também apresentadas as candidaturas dos Senhores Prof. Michel Mosinger, Prof. Padre Pierre David, Professor René de Possel, Dr. Renato de Mendonça, Francisco Júlio Ogando Vasquez, Baronne Marie Caroline de Fischer Reichenbach e Styrbjorn Lindstrand.

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA  
DE 9 DE MAIO DE 1946

Aos 9 de Maio de 1946 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por dizer que tinha o pesar de comunicar o falecimento do Général Georges Perrier, que foi Presidente da Academia das Ciências, Presidente da Associação Francesa para o Avanço das Ciências e Presidente da Associação Internacional de Geologia, e sócio correspondente deste Instituto, e do qual fez o elogio. O sócio Gumersindo da Costa Lobo associou-se às palavras do Presidente recordando com profundo sentimento a dedicação que sempre ligara o General Perrier ao Instituto de Coimbra contribuindo com a sua amizade e o seu grande talento para o desenvolvimento das relações culturais entre a França e Portugal. Veio duas vezes a Coimbra, e foi com desgosto que teve de desistir de assistir às comemorações dos Centenários da Fundação da Nacionalidade e da Independência, no Instituto de Coimbra, como representante da Academia das Ciências de Paris, o que manifestou em palavras sentidas.

O Presidente comunicou a seguir, também, com muito pesar, como o tinha surpreendido a notícia do falecimento do ilustre Prof. da Universidade de Madrid D. Olegário Fernandez Baños que, ainda há bem pouco fizera duas conferências na Universidade de Coimbra, e publicara na revista «O Instituto» um importante trabalho intitulado «Contribución Al Estudio de la  $\chi^2$  de Pearson».

O Presidente propôs que ficasse consignado na acta um voto de sentimento pelo falecimento destes dois sócios, o que foi aprovado por todos os sócios presentes.

O Dr. Meliço Silvestre, Dr. Paulo Quintela e Dr. António de Sousa agradeceram a sua eleição para sócios desta Academia e ofereceram a sua colaboração, manifestando a sua alta consideração por esta instituição científica.

O Presidente respondeu-lhes que registava com satisfação o seu oferecimento, certo do valor dos novos sócios.

O sócio Dr. Fernandes Martins justificou a organização no Instituto de Coimbra duma secção que se ocupasse de todos os estudos que interessam a Coimbra, pedindo-lhe o Presidente que elaborasse um plano para a organização

dessa Secção. O sócio Gumersindo S. da Costa Lobo associou-se à ideia do sócio Dr. Fernandes Martins dizendo que ele mesmo propôs na Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 1940, sendo aprovada a sua proposta para a criação duma Comissão de Estudos da cidade de Coimbra.

O Presidente referiu-se por fim à sessão que vai ter lugar em Lugo, de homenagem a Portugal, propondo que fosse eleito sócio do Instituto de Coimbra o Prof. D. Júlio Francisco Ogando Vasquez e que fosse, este sócio, encarregado de representar o Instituto de Coimbra nas referidas homenagens, o que foi aprovado por unanimidade.

Procedeu-se por fim à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Michel Mosinger

René de Possel

Padre Pierre David

Francisco Júlio Ogando Vasquez

Baronne Marie Caroline de Fischer-Reichenbach

Renato de Mendonça

Styrljorn Lindstrand

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo lavrei a presente acta.

*Anselmo Ferraz de Carvalho*

*Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo*

SESSAO DE 14 DE JUNHO DE 1946

Abriu a sessão o Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho, Presidente do Instituto de Coimbra, que informou ser aquela sessão integrada no ciclo de estudos coloniais inaugu-

rado este ano, e oferecida aos estudantes da Casa do Império.

Depois de saudar o conferente, Prof. Mendes Correia, e de lhe agradecer a sua anuência ao convite do Instituto de Coimbra, o Presidente convidou, para presidir, o Reitor da Universidade, Prof. Maximino Correia, e para secretariar um estudante, representante da Casa dos Estudantes do Império.

O Prof. Mendes Correia fez a seguir a sua conferência subordinada ao título:

*Etnografia da Guiné Portuguesa*

expondo os resultados da sua viagem de estudo à Guiné, que ilustrou com muitas projecções.

O Reitor da Universidade encerrou esta sessão referindo-se com elogio ao trabalho do Prof. Mendes Correia e lembrou que naquele dia era o nono aniversário da morte do Prof. Luís Carrisso no deserto de Mossâmedes prestando-lhe sentida homenagem, à qual se associou o Prof. Mendes Correia, e, pelo Instituto de Coimbra, o seu Presidente.

---

Relação das entidades que ao Instituto de Coimbra manifestaram o seu pesar pelo falecimento do antigo Presidente Doutor Francisco Miranda da Costa Lobo:

Academia Real da História, de Madrid.

Academia de Ciências Exactas, de Madrid.

Academia das Ciências, de Lisboa.

Associação para o Avanço das Ciências, de Espanha.

Instituto Botânico.

Instituto Francês em Portugal.

Instituto Nacional de Geofísica de Espanha.

Liga Portuguesa de Profilaxia Social.

Sociedade Real de Astronomia, de Londres.



Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Marquês de Rio Maior.

Conde de Azinhaga.

General Georges Perrier.

D. Juan López de Azcona.

D. José Maria Torroja.

D. Felix Llanos y Torriglia.

D. Wenceslao Benitez.

F. J. M. Stratton.

Lucien d'Azambuja.

Prof. Dr. A. A. Mendes Correia, pelo Núcleo do Porto  
da Associação Portuguesa para o Progresso da Ciência.

Prof. Hubert Gillot.

Francisco Câncio.

Prof. Nicola Pende.

Jean Rousé.

Augusto Cardoso Pinto.

J. M. Cordeiro de Sousa.

Published weekly, except on the first Monday of each month, when it is published bi-weekly.

Subscription price, \$5.00 per annum in advance.

Single copies, 15 cents.

Entered as second-class matter, July 16, 1902, under post office number 374, at Chicago, Ill., under special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917, authorized on July 16, 1902, and approved July 16, 1902.

Acceptance for mailing at special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917, authorized on July 16, 1902, and approved July 16, 1902.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Copyright, 1918, by American Medical Association.

Printed at the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.

Published by the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.

Editor: J. C. Brannan, M.D., 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.

Business Manager: J. C. Brannan, M.D., 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.

Advertising Manager: J. C. Brannan, M.D., 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.

Subscription Agent: J. C. Brannan, M.D., 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.

Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

Postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices.

## ÍNDICE POR AUTORES

---

	Págs.
AZCONA (Juan Manuel Lopez de) — <i>Estado actual de las aplicaciones de la desintegración nuclear de los átomos a los problemas de edades</i> . . . . .	275
COSTA LOBO (Gumersindo Sarmiento da) — <i>Boletim do Instituto</i>	314
CÁRPANI (Enrico Gerardo) — <i>Rgveda Samhitá</i> . . . . .	247
LIMA (José de) — <i>Notas sobre uma série de falsificações de assentos paroquiais</i> . . . . .	54
MORNA (Álvaro) — <i>A situação económica de Angola</i> . . . . .	1
PINA (Luís de) — <i>A cultura anatómica em Portugal no século XVI e a «Microcosmografia» de André Falcão de Resende</i> . . . . .	101
POSSEL (René de) — <i>Sur le principe d'Hamilton</i> . . . . .	269

NOTICE TO THE PUBLIC

The undersigned, being the legal representative of the estate of the late [Name], do hereby give notice that the same is now open for the purpose of settling the accounts of the said [Name] and of distributing the assets of the said estate among the persons entitled thereto. All persons having any claim against the said estate or any interest therein are required to present the same to the undersigned within the time specified in the notice published in the [Newspaper Name] on the [Date].

## ÍNDICE POR ARTIGOS

---

	Págs.
<i>Boletim do Instituto</i> , por GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO . . . . .	314
<i>Cultura (A) anatómica em Portugal no século XVI e a «Microcosmografia» de André Falcão de Resende</i> , por LUÍS DE PINA . . . . .	101
<i>Estado actual de las aplicaciones de la desintegracion nuclear de los atomos a los problemas de edades</i> , por JUAN MANUEL LOPEZ DE AZCONA . . . . .	275
<i>Notas sobre uma série de falsificações de assentos paroquiais</i> , por JOSÉ DE LIMA . . . . .	54
<i>Rgveda Samhitá</i> , por ENRICO GERARDO CARPANI . . . . .	247
<i>Situação (A) económica de Angola</i> , por ÁLVARO MORNA . . . . .	1
<i>Sur le principe d'Hamilton</i> , por RENÉ DE POSSEL . . . . .	269

